



Carla Sofia Ferreira

Avenida da Liberdade em Lisboa
CONTRIBUTOS PARA A SUA SALVAGUARDA
ENQUANTO PATRIMÓNIO DA CIDADE

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Orientador Professor Doutor Arquitecto José Aguiar

Universidade de Évora 2003

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri





Avenida da Liberdade, em Lisboa
Contributos para a sua Salvaguarda enquanto Património da Cidade

ÍNDICE

RESUMO	1
SUMMARY	2
AGRADECIMENTOS	3
INTRODUÇÃO	5
- <i>Análise da evolução da ideia para uma Avenida</i>	5
- <i>Estudo das principais influências externas do projecto da Avenida: as intervenções de Haussmann em Paris</i>	6
- <i>Os planos e os projectos desenvolvidos em torno da Avenida da Liberdade e as propostas de prolongamento da artéria</i>	6
- <i>Estudo da evolução da malha urbana</i>	7
- <i>Análise urbana à Avenida da Liberdade através das leituras feitas do plano geral para o particular</i>	7
- <i>Análise à Avenida da Liberdade do ponto de vista da inserção no património da cidade de Lisboa – contributos para a sua salvaguarda</i>	8
Delimitação da área de estudo	8
Metodologia utilizada	9
CAPÍTULO I	
<i>Avenida da Liberdade – Ideias e concretização</i>	16
1.1– Ideias e propostas para um boulevard	16
1.2 - Contestações	21
1.3 – Concretização e fases de construção da Avenida	24
CAPÍTULO II	
<i>A inspiração parisiense</i>	27
2.1 – Haussmann e a transformação de Paris	27
2.2 – A integração do Plano de Haussmann no contexto lisboeta e o seu resultado.....	34
CAPÍTULO III	
<i>Projectos e Planos</i>	38
3.1 – Os antecessores dos planos de Ressano Garcia	39
3.1.1 – <i>A proposta de 1756</i>	39
3.1.2 – <i>Planos para um boulevard – Pedro José Pézerat, Bartholomeu Déjante e Domingos Parente</i>	41

3.2 – Os planos de Ressano Garcia	43
3.3 – As propostas de prolongamento e embelezamento da Avenida da Liberdade...	44
3.3.1 – <i>O prolongamento da Avenida proposto por Miguel Pais</i>	44
3.3.2 – <i>O engrandecimento artístico proposto por Fialho de Almeida</i>	47
3.3.3 – <i>O prolongamento da Avenida na época do Estado Novo – as propostas de Cristino da Silva</i>	49
3.3.4 – <i>O prolongamento da Avenida no âmbito dos Planos Directores Municipais – O Plano Geral de Urbanização de Lisboa de 1967 – 1976</i>	52
3.4 – Pedro Vieira de Almeida – O Plano Morfológico e de Cérceas da Avenida da Liberdade	53
3.5 – O Plano Director Municipal de 1994	57
3.5.1 – <i>O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE)</i>	59
3.5.2 – <i>O Plano Verde de Lisboa</i>	63
CAPÍTULO IV	
<i>Justaposição e sobreposição de traçados</i>	65
4.1 – O tecido urbano anterior à Avenida da Liberdade	68
4.1.1 – <i>Os pontos fundamentais da estrutura do tecido urbano anterior à Avenida da Liberdade</i>	70
- O Passeio Público – Estrutura dominante	70
- Eixo Rua das Portas de Santo Antão – Rua da Anunciada – Rua de São José – Rua de Santa Marta – Estrutura viária de carácter primário	70
- Os largos e as praças – Zonas de confluência da rede viária	71
4.1.2 – <i>A malha secundária</i>	72
4.1.3 – <i>Limites</i>	74
4.2 – O processo de transição	74
4.2.1 – <i>As expropriações</i>	74
4.2.2 – <i>As zonas expropriadas</i>	77
- Zona 1 – Salitre / Alegria	78
4.3 – A malha urbana gerada pela Avenida da Liberdade – justaposição e sobreposição de traçados	79
4.3.1 – <i>Os pontos fundamentais da estrutura da malha urbana resultante da construção da Avenida da Liberdade e zonas adjacentes</i>	80
- Avenida da Liberdade - A nova estrutura dominante	80
- Eixo Rua das Portas de Santo Antão – Rua da Anunciada – Rua de São José – Rua de Santa Marta – Posicionamento hierárquico como estrutura viária após a construção da Avenida da Liberdade..	80
- A “linha de costura urbana – Rua do Salitre e Rua das Pretas	81
- Justaposição e pontos de conflito	81
- Os espaços urbanos não lineares na malha urbana criada pela	

Avenida da Liberdade	82
- Estrutura edificada e traçado viário secundário e terciário	83
CAPÍTULO V	
<i>Análise urbana à Avenida da Liberdade</i>	85
- Síntese da análise urbana	86
5.1 – Leitura de aproximação	86
5.1.1 – Ponto de observação norte: Alto do Parque Eduardo VII	87
5.1.2 – Ponto de observação poente: Jardim de São Pedro de Alcântara....	88
5.1.3 – Ponto de observação sul: Praça dos Restauradores	88
5.1.4 – Ponto de observação nascente: Jardim do Torel	89
5.2 – Leitura do edificado	89
5.2.1 – Conjunto n.º 1: R. Jardim do Regedor, n.º 37 a 45 / Praça dos Restauradores, n.º 1 a 9, tornejando com R. 1.º de Dezembro, n.º 118 a 120	90
5.2.2 – Conjunto n.º 2: Praça dos Restauradores, n.º 62 a 78	91
5.2.3 – Conjunto n.º 3: Praça dos Restauradores, n.º 46 a 60	91
5.2.4 – Conjunto n.º 4: Avenida da Liberdade, n.º 2 a 26	92
5.2.5 – Conjunto n.º 5: Avenida da Liberdade, n.º 28 a 104	93
5.2.6 – Conjunto n.º 6: Avenida da Liberdade, n.º 106 a 188	93
5.2.7 – Conjunto n.º 7: Avenida da Liberdade, n.º 190 a 222	94
5.2.8 – Conjunto n.º 8: Avenida da Liberdade, n.º 224 a 240	95
5.2.9 – Conjunto n.º 9: Avenida da Liberdade, n.º 242 a 266	95
5.2.10 – Conjunto n.º 10: Praça dos Restauradores, n.º 10 a 45	96
5.2.11 – Conjunto n.º 11: Avenida da Liberdade, n.º 1 a 59	96
5.2.12 – Conjunto n.º 12: Avenida da Liberdade, n.º 61 a 67 / R. da Conceição da Glória, n.º 1 a 3	97
5.2.13 – Conjunto n.º 13: Avenida da Liberdade, n.º 69 a 85	97
5.2.14 – Conjunto n.º 14: Avenida da Liberdade, n.º 103 a 153	98
5.2.15 – Conjunto n.º 15: Avenida da Liberdade, n.º 155 a 159	98
5.2.16 – Conjunto n.º 16: Avenida da Liberdade, n.º 163 a 177	99
5.2.17 – Conjunto n.º 17: Avenida da Liberdade, n.º 185 a 193	99
5.2.18 – Conjunto n.º 18: Avenida da Liberdade, n.º 195 a 221	100
5.2.19 – Conjunto n.º 19: Avenida da Liberdade, n.º 223 a 237	100
5.2.20 – Conjunto n.º 20: Avenida da Liberdade, n.º 243 a 259	101
5.2.21 – Conjunto n.º 21: Praça Marquês de Pombal	101
5.3 – Leitura de pormenor	102
5.3.1 – Perspectivas	102
5.3.2 – Cruzamentos	104
5.3.3 – Barreiras	105
5.3.4 – Continuidades e descontinuidades	106
5.3.5 – Espaços verdes e arruamentos	107
5.3.6 – Mobiliário e equipamentos urbanos	108
5.3.7 – Elementos marcantes	108

CAPÍTULO VI

<i>Avenida da Liberdade – Contributos para a sua salvaguarda enquanto Património da Cidade</i>	113
6.1 – Aspectos da descaracterização do tecido urbano da Avenida da Liberdade	115
6.1.1 – <i>De zona de expansão para norte à inserção no centro da cidade</i> ...	115
6.1.2 – <i>As transformações sociais</i>	116
6.1.3 – <i>As intervenções no edificado</i>	118
6.1.4 – <i>Tráfego e imagem urbana</i>	119
6.2 – Os instrumentos de inventariação da zona da Avenida da Liberdade	119
6.2.1 – <i>Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa</i>	120
6.2.2 – <i>O GUAL – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa</i>	121
6.2.3 – <i>O Inventário Municipal e a Carta do Património como elementos integrantes do Plano Director Municipal de 1994</i>	122
6.3 – O processo de classificação da Avenida da Liberdade e área envolvente promovido pelo IPPC / IPPAR	124
6.4. – Contributos para a salvaguarda da Avenida da Liberdade	126
6.4.1. – <i>Estado de conservação do edificado</i>	126
6.4.2 – <i>Sobreposição de épocas de construção – intervenções no edificado</i>	129
6.5 – Propostas para a reabilitação e requalificação da Avenida da Liberdade	131
6.5.1 – <i>Proposta 1: A salvaguarda do conjunto arquitectónico</i>	132
- A articulação dos imóveis que estabelecem os limites da Avenida	132
- Recuperação e conservação do edificado sem alteração de fachada, conteúdo e volumetria	132
- Alteração de cérceas e volumetrias	133
- Unidade e diversidade	134
- Revestimentos e cores	136
- Remoção de elementos acessórios dissonantes e remodelação de pisos térreos	136
6.5.2 – <i>Proposta 2: A articulação entre conjuntos edificados</i>	137
6.5.3 – <i>Proposta 3: O traçado e a envolvente</i>	139
CONCLUSÃO	143
FONTES GRÁFICAS E FOTOGRÁFICAS	149
BIBLIOGRAFIA	152
1. Fontes manuscritas	152
2. Fontes impressas	154
3. Publicações periódicas	155
4. Obras gerais	157
5. Obras específicas	164

Avenida da Liberdade, em Lisboa – Contributos para a sua salvaguarda enquanto património da cidade

Resumo

No âmbito do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora, elaborámos uma Dissertação acerca da Avenida da Liberdade, em Lisboa, cujo objectivo principal incide na salvaguarda deste conjunto urbano.

A avaliação dos aspectos patrimoniais foi precedida de uma análise aos factores históricos e de caracterização urbana. Destes últimos, constatámos a convivência do traçado resultante da artéria oitocentista com os tecidos urbanos antecedentes, adaptando-se às circunstâncias existentes e promovendo a expansão da capital para norte através de áreas rurais. Verificámos também a grande diversidade de linguagens e tipologias edificatórias. Esta diversidade veio permitir o surgimento de intervenções dissonantes que, aliadas à crescente terciarização da área, veicularam a sua desvitalização e descaracterização.

Tendo tomado consciência destes problemas, bem como da importância histórico-patrimonial da Avenida e da qualidade urbana e arquitectónica que detém e que importa preservar, estabelecemos um conjunto de propostas que, em linhas gerais, lançarão contributos para a salvaguarda e valorização deste núcleo lisboeta.

Avenida da Liberdade, in Lisbon- Contributions for it's protection whilst patrimony of the city

Summary

In the ambit of the Masters course on the recuperation of the architectonic and picturesque patrimony of the University of Évora we composed a dissertation on the Avenida da Liberdade, in Lisbon, which principle objective lies in the protection of this urban complex.

The assessment of the patrimonial features was preceded by an analysis of it's historical features and urban characterization. From this we verified the coexistence of the layout of buildings resulting from the eight hundredth century arterial road, with antecedent urban structures, and their adaptation to existing circumstances and promotion of the capital's growth northwards through rural areas. We also observed a great diversity of building style and design. This diversity permitted dissonant interventions to occur which together with the growing tertiary sector led to the devitalization and decharacterization of the area.

Having taken these problems into account as well as the historico- patrimonial importance of the avenue, and the urban and architectonic qualities it has which are important to preserve, we devised a collection of proposals which in general terms put forth contributions for the protection and valorization of this lisbonian nucleus.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho teve no Professor Doutor Arquitecto José Aguiar, orientador desta dissertação, um enorme incentivo, pelo que lhe expressamos o nosso especial agradecimento pelos conhecimentos que nos transmitiu, pela forma dedicada com que apoiou a elaboração da nossa tese e pela permanente disponibilidade que sempre demonstrou.

Igualmente agradecemos à Universidade de Évora e ao Professor Doutor Arquitecto Virgolino Ferreira Jorge, Coordenador do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, pela forma como dirigiu a parte curricular e pelo modo prestável com que nos auxiliou, sempre que necessário.

Não podemos deixar de realçar a extrema importância no apoio dado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, fundamental para a concretização deste trabalho.

Pela acessibilidade que tivemos à variada documentação, agradecemos:

- Ao Arquivo Municipal do Arco do Cego pela facilidade com que nos proporcionou ao acesso a documentação fundamental, nomeadamente peças desenhadas e escritas relativas ao plano da Avenida da Liberdade de Ressano Garcia e aos processos das expropriações efectuadas para a sua concretização;
- Ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, que amavelmente nos facilitou a consulta de várias obras nomeadamente, o *Arquivo Municipal*;
- Ao Arquivo Histórico do Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que nos disponibilizou a consulta de vários documentos, nomeadamente, o processo individual de Ressano Garcia;
- Ao Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa especialmente, ao Arq.º Pires Marques, por gentilmente nos ter facultado a consulta ao *Plano de Urbanização da Avenida de Liberdade e Zonas Envolventes*;
- Ao Gabinete de Estudos Olisiponenses na obtenção de dados bibliográficos;
- Aos serviços prestados pelo Arquivo Fotográfico de Lisboa;

Agradecemos também o precioso auxílio:

- Do Arq.º Paulo Gouveia que nos ajudou com os seus conhecimentos;
- Do Dr. João de Mattos e Silva, pelo seu precioso contributo na revisão dos textos;
- Do Arq.º Gil Moreira que nos orientou no modo de olhar a Avenida da Liberdade;
- Do João d'Oliva Monteiro que muito amavelmente nos cedeu algumas obras bibliográficas;
- Da Arq.ª Sandra Macieira, pela sua colaboração na parte gráfica desta dissertação;

- Do Arq.º Rui Macedo, pelas indicações dadas e pelos elementos fornecidos.

Mais agradeço o apoio dedicado dos meus pais e irmãos e dos amigos Maria Antónia Trindade Chagas, Jorge Pereira de Sampaio, Sofia Tempero, Carlos Alberto Cruz, Ana Fátima Pagará, Tiago Spranger, Paula Oliveira Simões e Margarida Silva, pela colaboração e disponibilidade demonstradas em todos os momentos e a todos quantos, não tendo sido mencionados, de uma forma ou de outra contribuíram para a efectivação deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta Dissertação de Mestrado tendo como objecto principal a Avenida da Liberdade, em Lisboa, surgiu na medida em que o local, para além da sua grande importância no aparecimento e expansão da cidade burguesa, capitalista e moderna, concentra uma série de componentes que vieram de encontro a uma vontade de dar um contributo para a salvaguarda do património urbanístico e edificado.

A Avenida da Liberdade insere-se numa componente espacial urbana muito especial, em Lisboa, cidade radiosa de fado e colinas, do Tejo, de contrastes e harmonias onde a luz e as sombras no construído e no relevo lhe atribuem um feitiço que as músicas da saudade não permitem quebrar. Por outro lado, enquadra-se numa componente temporal que achámos de grande interesse no âmbito do património edificado – o século XIX –, variando entre os revivalismos e ecletismos e entre o espírito capitalista empreendedor de novas tecnologias, estabeleceu uma ligação entre o barroco do século XVIII e a modernidade do século XX, deixando um legado patrimonial de bastante relevância histórica e arquitectónica, marcado pelos fundamentos que iriam gerar a era contemporânea.

Para além do interesse pelas componentes espacial e temporal da artéria, existe uma vontade de abordar uma área urbana específica derivada ao gosto pelo conjunto, pela diversidade no todo, pela relação entre volumes e vazios e, por fim, pela vivência humana que esses espaços concentram. Assim, a Avenida da Liberdade da Lisboa, romântica e burguesa, condensa em si todos estes aspectos, pelo que a importância que detém, bem como a necessidade urgente da salvaguarda do conjunto urbano em que consiste, nos levou à escolha deste tema.

Apesar de doravante, também designarmos a Avenida da Liberdade por Avenida, *boulevard*, artéria ou via, ela é bem mais do que isso é um conjunto de factores históricos, elementos arquitectónicos, vegetais e sociais que resultaram numa unidade urbana muito própria, mas intimamente inter-relacionada com o tecido urbano envolvente. Com isto queremos dizer que a Avenida não significa apenas um corredor viário ladeado por edifícios de uma certa época dispostos em banda contínua, mas sim um conjunto de factores urbanos relacionados entre si, com uma componente patrimonial muito significativa.

Objectivos principais da dissertação

Os objectivos principais deste estudo enquadram-se no âmbito do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora. Tratando-se de um núcleo urbano, a nossa proposta incidirá essencialmente na investigação das características e dos aspectos fundamentais da artéria oitocentista, de modo a prestar um contributo para o aprofundamento dos

vários estudos que têm sido efectuados acerca deste tema, no sentido de promover a salvaguarda da Avenida da Liberdade enquanto património da cidade de Lisboa.

Na convergência para esta ideia, estabelecemos os objectivos principais do nosso estudo, ou seja, as linhas estruturantes que propomos desenvolver para criar o corpo do nosso trabalho e que abaixo descrevemos.

– *ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA IDEIA PARA UMA AVENIDA*

A primeira abordagem ao tema proposto será a do seu reconhecimento histórico e terá uma sequência cronológica. Estudaremos a forma como a ideia da Avenida ganhou corpo por via da necessidade da expansão da cidade para norte, a apresentação das propostas políticas, as discussões acerca do seu possível traçado e a introdução de legislação que auxiliaria a concretização do mesmo. Da construção da Avenida da Liberdade iremos descrever as suas fases – desde o seu antecedente Passeio Público até à execução final da artéria – e da polémica que gerou, da qual apontaremos os seus principais promotores e opositores.

– *ESTUDO DAS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS EXTERNAS DO PROJECTO DA AVENIDA: AS INTERVENÇÕES DE HAUSSMANN EM PARIS*

Tendo como objectivo principal estudar os fundamentos que levaram à execução dos projectos do novo espaço urbano, pelo risco de Ressano Garcia e tomando conhecimento de todo o contexto histórico que levou à construção da Avenida, facilmente concluímos que a artéria portuguesa foi comparada aos grandes *boulevards* parisienses, resultantes das acções urbanísticas executadas, sobretudo entre 1859 e 1870, sob a responsabilidade do então Presidente da Câmara de Paris, o Barão Haussmann. Assim, considerámos importante para a melhor compreensão e apreensão do carácter da artéria lisboeta, o estudo das intervenções urbanísticas que lhe serviram de inspiração. Com os dados obtidos poderemos estabelecer uma relação entre as duas realidades, a de Lisboa e a de Paris, verificar aspectos comuns e divergentes e tirar conclusões acerca do modo como os trabalhos haussmannianos influíram no traçado, na implantação e no conjunto edificado da Avenida da Liberdade. Através deste estudo pretendemos confirmar que «A moda veio sempre de Paris – e nunca foi traduzida»¹ e que a importação do modelo parisiense foi parcial, essencialmente porque o plano urbanístico de Ressano Garcia não impôs exigências de carácter arquitectónico e adaptou-se ao tecido da cidade já existente, tornando-se num prolongamento deste, ao contrário da acção devastadora resultante da sobreposição de uma nova malha urbana e de um tipo definido de imóvel, num aglomerado já construído, como aconteceu em Paris.

¹ ALMEIDA, Mário de, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, Rodrigues & C.^a, 1917, p. 245.

– OS PLANOS E OS PROJECTOS DESENVOLVIDOS EM TORNO DA AVENIDA DA LIBERDADE E AS PROPOSTAS DE PROLONGAMENTO DA ARTÉRIA

Após o estudo sobre a forma como decorreu o processo de concretização da Avenida da Liberdade, percebemos o seu impacto como pólo de expansão que teve na cidade e dos consequentes projectos e planos de alteração ao seu edificado, ao espaço verde e ao seu próprio traçado de que foi objecto. Destes destacaremos os estudos de cérceas e volumetrias, bem como as suas filosofias de intervenção, nomeadamente no carácter de salvaguarda do existente ou, pelo contrário, na ideia da transformação radical do seu edificado oitocentista.

Centraremos, também, alguma atenção nas propostas de prolongamento da artéria, com traçados urbanísticos tendentes para o Parque Eduardo VII e do modo como as extensões do *boulevard* iriam influenciar as intenções de crescimento de Lisboa.

– ESTUDO DA EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA

Com esta análise tomaremos consciência da evolução das malhas urbanas pré e pós Avenida e da sobreposição de ambos os traçados, por forma, a saber, o modo como a artéria oitocentista e os seus novos bairros adjacentes se articularam com o tecido urbano existente.

Do estudo desta articulação abordaremos o modo como as duas realidades urbanas se encontraram, como se deu a justaposição e sobreposição dos seus traçados, os pontos de conflito gerados ou, pelo contrário, a harmonia resultante deste encontro e ainda a marcação e definição das diferenças entre ambas.

ANÁLISE URBANA À AVENIDA DA LIBERDADE ATRAVÉS DAS LEITURAS FEITAS DO PLANO GERAL PARA O PARTICULAR

A análise urbana à Avenida da Liberdade resultará, essencialmente de um trabalho de campo efectuado, quer a partir das zonas envolventes ao tecido urbano em estudo, quer na própria artéria, procedendo-se à observação dos vários aspectos e factos urbanos, por forma a obter uma caracterização o mais completa possível da área da Avenida da Liberdade.

A observação supracitada constituir-se-á em leituras do local. A leitura de aproximação será a mais geral e incidirá na relação da artéria com as zonas envolventes, por via da contemplação da Avenida a partir de pontos de observação localizados de acordo com os quatro pontos cardeais. A leitura do edificado centrar-se-á no objecto arquitectónico e será feita através de fichas de conjunto, nas quais será possível averiguar a relação do edificio com o seu conjunto e de um conjunto com os que lhe estão próximos, permitindo obter informações acerca de aspectos de caracterização e descaracterização do local, da forma como o edificado foi aparecendo ao longo da via e das diversidades na arquitectura ocorridas, entre outras.

Da análise urbana também observaremos os elementos de visualização mais particularizados, através de uma leitura de pormenor, avaliando alguns aspectos,

como, por exemplo, perspectivas, elementos marcantes, mobiliário e equipamentos urbanos e espaços verdes.

– ANÁLISE À AVENIDA DA LIBERDADE DO PONTO DE VISTA DA INSERÇÃO NO PATRIMÓNIO DA CIDADE DE LISBOA - CONTRIBUTOS PARA A SUA SALVAGUARDA

Reunidos os elementos supramencionados poderemos proceder a uma análise à área em estudo, do ponto de vista da salvaguarda do património arquitectónico, urbanístico e natural da cidade de Lisboa, no qual se insere e da sua importância, ao nível nacional.

Começaremos por descrever os aspectos negativos provocados por algumas das sucessivas intervenções ocorridas na Avenida, justificando as razões pelas quais tornaram veículos de descaracterização da artéria oitocentista. Destes aspectos abordaremos as questões arquitectónicas, sociais, económicas, funcionais, vivenciais e da transformação dos espaços vegetais e do modo como, em certas situações, o resultando da sua inter-relação se apresentou de forma contrária ao espírito inicial do plano de Ressano Garcia. Delinearemos as suas consequências, mais ou menos nefastas, no que concerne à salvaguarda da qualidade urbana e do legado patrimonial deixado com a construção da Avenida da Liberdade.

Perante este cenário torna-se necessário averiguar quais os instrumentos institucionais de defesa e preservação do património da Avenida da Liberdade, nomeadamente, os municipais e as classificações promovidas pelo I.P.P.A.R.. Salientaremos a relevância do Plano Director Municipal, da Carta do Património, do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente e da Zona Especial de Protecção à Avenida da Liberdade.

Pretendemos, assim, cumprir o objectivo de reunir elementos que nos possam comprovar a necessidade da preservação dos valores patrimoniais da Avenida da Liberdade, apresentando as razões que nos levam a defendê-la. Abordaremos os vários aspectos em que esta avenida e todo o seu tecido envolvente detém uma importância inequívoca no contexto da cidade e do próprio território nacional.

Cumpridos os objectivos a que nos propomos, concluiremos a nossa dissertação de mestrado delineando traços gerais, no sentido de dar um contributo para a preservação do conjunto urbano designado por Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, fundamentado nos pressupostos anteriormente defendidos. Os estudos a efectuar serão sempre complementados graficamente, de modo a apoiar e tornar mais explícitos os textos de base.

– DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Uma das preocupações iniciais que tivemos, foi a de definir claramente os limites físicos do nosso trabalho, dado que a área de influência da Avenida da Liberdade, no contexto da cidade de Lisboa, é muito vasta.

Assim, para uma delimitação física, considerámos demarcar o objecto do nosso estudo, a norte e a sul, de praça a praça, ou seja, desde a Praça do Marquês de Pombal à Praça dos Restauradores, apesar de que, pontualmente, faremos alusão ao Parque Eduardo VII. A nascente, identificámos como limites o eixo viário constituído pelas ruas das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de São José e de Santa Marta e a poente, demarcámos a Rua da Glória, a Praça da Alegria e o eixo da Rua Duque de Palmela² (fig. 1).

A incidência das nossas pesquisas efectuar-se-á segundo dois níveis diferentes. Os estudos de enquadramento histórico e, sobretudo, da análise à malha urbana e das leituras de aproximação abrangerão um plano mais geral podendo, inclusivamente, extravasar os limites propostos. A um nível particular, centrado essencialmente na artéria, propriamente dita, nos panos de fachada que a limitam lateralmente, no seu traçado viário e nos espaços verdes centrais, estarão contempladas as pesquisas ao edificado, às zonas verdes e ao mobiliário urbano que, por constituírem estudos mais pormenorizados, tornariam o trabalho demasiado extenso, se abrangessem toda a área definida, correndo-se o risco de sair fora do âmbito da proposta.

Metodologia utilizada

Para o estudo do desenvolvimento da ideia da abertura da Avenida da Liberdade, bem como das suas fases de construção e do contexto histórico que levou ao seu aparecimento, consultámos obras de carácter geral, cujo tema central é Lisboa, as quais nos forneceram dados histórico-artísticos acerca da Avenida, do seu antecessor, o Passeio Público e das várias ruas adjacentes. Na nossa selecção bibliográfica, baseámo-nos em publicações de autores de mérito reconhecido e que considerámos pela sua qualidade e seriedade das investigações. Nesta fase do nosso trabalho recorreremos, entre outros, a autores como Júlio de Castilho³ e Norberto de Araújo⁴, Gustavo de Matos Sequeira⁵ e Mário de Almeida⁶, os quais definiram os seus estudos por zonas ou ruas. José Augusto França⁷ aborda a construção da Avenida da Liberdade numa perspectiva mais geral, dando uma panorâmica dos sucessivos momentos, desde a época pombalina, até à abertura da referida via. Nas

² Delimitação elaborada com base na planta da cidade, à escala 1:2000.

³ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, Vol. X, Segunda parte, 2.ª edição, Lisboa, S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1937.

⁴ ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, vol III, Livro XIV, Lisboa, 1938.

⁵ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do terramoto*, 4 Vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916-1933.

⁶ ALMEIDA, Mário de, *Lisboa do romantismo*, Lisboa, Rodrigues & C.ª, 1917.

⁷ Deste autor salientamos as seguintes obras:

FRANÇA, José Augusto,

Lisboa – Urbanismo e Arquitectura, 1.ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina, 2.ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

“De Pombal do Fontismo”, em MOITA, Irisalva (coordenação de), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, 1994.

publicações periódicas consultámos essencialmente, a revista *O Occidente*, de onde retirámos vários artigos respeitantes às obras para a abertura da artéria oitocentista, bem como dados sobre a sua inauguração, que se deu com o desfile do casamento do Rei D. Carlos com D. Amélia de Orleães⁸ e a *Revista Municipal*, de onde destacamos os artigos de Jesuíno Ganhado acerca do Passeio Público⁹.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento da ideia da Avenida, bem como do debate de das propostas políticas que gerou consultámos, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, onde constam as actas das sessões camarárias, várias propostas de abertura de um rua do tipo *boulevard*, que seguisse do Passeio Público até S. Sebastião da Pedreira ou até às portas da cidade¹⁰.

A polémica que gerou a abertura da nova artéria, à custa da demolição do jardim pombalino, deu origem a várias contestações, apoiadas por alguns intelectuais da época, nomeadamente Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz ou Fialho de Almeida. Este último, na sua obra *Os Gatos*¹¹, com o seu estilo irónico, tece duras críticas a esta intervenção e, principalmente a Rosa Araújo.

Salientamos ainda a nossa consulta a outras obras bibliográficas, das quais destacamos *O Livro de Lisboa*, coordenado por Irisalva Moita¹², o *Dicionário da História de Lisboa*, dirigido por Francisco Santana e Eduardo Sucena¹³ e a obra de Marina Tavares Dias, *Lisboa Desaparecida*¹⁴.

Para o estudo de comparação entre as intervenções parisienses e lisboetas, considerámos a opinião de Maria João Madeira Rodrigues, que na sua obra “Tradição, transição e mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”¹⁵, desvincula o plano adoptado por Ressano Garcia da simples imitação daquele que foi elaborado por Haussmann.

Na análise das obras de Paris oitocentista, recorreremos também a bibliografia francesa sobre o assunto,¹⁶ não descurando a observação “in loco”, fundamental para a percepção da relação entre o imóvel, a rua e os espaços verdes.

⁸ Sobre este assunto consultámos, entre outros, CRISTINO, João, “A parada do dia 25 de Maio, na Avenida da Liberdade. O casamento de S.A. Real, o Príncipe D. Carlos”, em *O Occidente*, Vol. IX, n.º 270, Lisboa, 21 de Junho de 1886, pp. 138-139.

⁹ GANHADO, Jesuíno Artur, «O Passeio Público», *Revista Municipal*,

n.º 27, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 4.º trimestre de 1945, pp. 13-17.

n.ºs 28 e 29, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1.º e 2.º trimestre de 1946, pp. 28-30.

n.ºs 30 e 31, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3.º e 4.º trimestre de 1946, pp. 16-20.

n.º 34, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3.º trimestre de 1947, pp. 47-49.

¹⁰ Analisámos as propostas do Presidente Júlio Pimentel em 3 de Junho de 1859, do Vereador Severo de Carvalho na Sessão de Câmara de 5 de Março de 1863, de Simões Margiochi, também assinada pelos Srs. Presidente e Dr. Loureiro, em 21 de Maio de 1874, do Vereador Isidoro Vianna apresentada em 18 de Dezembro de 1873 e, por fim, a proposta do Vereador Rodrigo Affonso Pequito, datada de 12 de Outubro de 1877.

¹¹ ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 2.º edição, Vol. VI, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.

¹² MOITA, Irisalva (coordenação de), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, 1994.

¹³ SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção de), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1994.

¹⁴ DIAS, Marina Tavares, *Lisboa desaparecida*, Vols. I e II, Lisboa, Quimera, 1987-1990.

¹⁵ RODRIGUES, Maria João Madeira, “Tradição, transição e mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, em *Boletim Cultural da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1979, p. 77.

¹⁶ Adoptámos, essencialmente, três obras: CARS, Jean des, PINON, Pierre, *Paris - Haussmann*, Paris, Pavillon de L' Arsenal, Picard Editeur, 1991; LOYER, François, *Paris XIX^e siècle. L'Immeuble et la*

A importância do local onde se implantou a Avenida da Liberdade, bem como do seu impacto no contexto urbanístico da cidade de Lisboa, originou, desde a época de domínio pombalino, a ideia da criação de um eixo que ligasse o Rossio à zona norte. Por outro lado, o facto de a maior artéria lisboeta ter terminado na Praça Marquês de Pombal, deixando visível e bastante evidente a possibilidade da sua continuação no o mesmo eixo e, ao mesmo tempo, a criação de uma monumentalização efectiva do seu traçado levou, desde a época da construção da artéria, à apresentação de propostas, algumas delas bastante interessantes, do seu prolongamento até ao Alto do Parque Eduardo VII, ou mesmo até Sete Rios. Nos últimos anos, as sucessivas intervenções arquitectónicas descaracterizadoras do tecido urbano da Avenida e a terciarização galopante, fizeram abandonar os projectos da sua extensão e dar lugar aos planos de urbanização, com a intenção de salvaguardar e revitalizar o local.

Pela quantidade e qualidade de projectos e planos existentes em redor do tema da Avenida da Liberdade, achámos interessante apresentar uma breve perspectiva daqueles que considerámos mais significativos. Para a sua análise, e como ponto de partida para o conhecimento e investigação de elementos, tomámos como referência o artigo de José Manuel Fernandes intitulado “Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (Da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século vinte)”¹⁷. Este artigo condensa, em algumas páginas, uma leitura do eixo de expansão da Baixa Pombalina ao Campo Grande, desenvolvida em torno do desenho urbano facultando, de uma forma sucinta, a apreciação dos principais planos elaborados para este local.

Para além desta referência, para a elaboração deste capítulo, baseámo-nos em elementos especificamente referentes a estas propostas, desde a consulta ao próprio plano ou projecto, até à leitura de obras bibliográficas elaboradas pelos autores destas propostas. Assim, consultámos alguns elementos do plano original da Avenida da Liberdade¹⁸, o Estudo Morfológico e Cérceas de 1973¹⁹, o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (PGUCL) de 1967, com as alterações introduzidas em 1977²⁰, o Plano Director Municipal (PDM) de 1994²¹ e o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) de 1993²². Faremos também

rue, Paris, Fernand Hazan, 1987 e RAGON, Michel, *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes, 1. Idéologies e pionniers 1800-1910*, Paris, Casterman (Collection Points Essais), 1986.

¹⁷ FERNANDES, José Manuel, “Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (Da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século vinte)”, *Arquitectura*, n.º 138, Setembro / Outubro de 1980, pp. 40-49.

¹⁸ Encontrámos grande parte desses elementos no Arquivo Municipal do Arco do Cego.

¹⁹ ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Estudo Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973.

²⁰ O PGUCL foi apresentado ao Governo em 1967, tendo sido submetido à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, que emitiu um parecer que obteve homologação ministerial em 11 de Fevereiro de 1972. A publicação definitiva do regulamento do Plano seria efectuada, após revisão, através da Portaria n.º 274/77, de 19 de Maio.

²¹ O Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/94, publicada em *Diário da República – I Série-B*, n.º 226, de 29 de Setembro de 1994.

²² SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, *Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

referência ao Plano Verde de Lisboa²³, integrado no PDM de 1994 e que se centra na estruturação e reestruturação dos espaços verdes urbanos. Acerca de outras propostas, tivemos acesso através das obras bibliográficas. Destacamos os opúsculos de Miguel Pais sobre o prolongamento da Avenida²⁴, os artigos de Luiz Cristino da Silva, também sobre propostas de extensão desta artéria²⁵ e a explanação de Pedro Vieira de Almeida, na revista *Arquitectura* acerca do Plano Morfológico e Cérceas²⁶.

No capítulo IV deste trabalho, iniciaremos a análise urbana à Avenida da Liberdade, através do estudo do modo de apropriação do espaço construído, de como se foi implantando no relevo natural, qual as suas origens e quais os resultados da sobreposição e justaposição da malha urbana resultante do plano de Ressano Garcia no tecido existente. Numa primeira parte estudaremos a morfologia do local no tempo do Passeio Público abordando, posteriormente, a forma como o cadastro e a parcela fundiária foram transformados, bem como os processos de expropriação dos terrenos, que levaram à existência do novo traçado. Neste ponto, considerámos importantes os estudos acerca deste assunto elaborados por Maria João Madeira Rodrigues²⁷ e Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata-Moura²⁸.

Para a análise do tecido urbano e seu modo de crescimento, achámos importante a consulta das obras de Kevin Lynch²⁹ e Philippe Panerai, Jean Charles Depaule, Marcelle Demorgon, e Michel Veyrenche.³⁰

Salientamos que, nesta fase, tomaremos como base essencial para o nosso estudo a cartografia, tanto para o tecido urbano anterior, como no posterior à construção da Avenida da Liberdade. No primeiro caso, baseámo-nos nas cartas topográficas de Duarte José Fava e também de J. Henshall³¹ e também no Atlas da Carta Topográfica de Lisboa executada sob a coordenação de Filipe Folque e

²³ TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997.

²⁴ Na nossa análise debruçámo-nos essencialmente, sobre o 2.º opúsculo. PAIS, Miguel Carlos Correia, *Melhoramentos de Lisboa, engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 2.º opúsculo, Lisboa, Typografia Universal, 1886.

²⁵ Para além dos artigos, “Um grande Parque moderno, o Parque Eduardo VII”, *Arquitectura*, n.º 28, Lisboa, Fevereiro de 1936, pp. 26-29 e “Uma grande Avenida moderna através do Parque Eduardo VII”, *Arquitectura*, n.º 27, Janeiro de 1936, pp. 1-5, consultámos SILVA, Luiz Cristino da, “Parque Eduardo VII, A entrada monumental”, em *Arquitectura*, n.º 14, Lisboa, Novembro de 1928, pp. 212-214 e “Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII”, em *Arquitectura*, n.º 20, Lisboa, Agosto / Setembro de 1931, pp. 71-73.

²⁶ ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Avenida da Liberdade. Plano Morfológico e Cérceas”, em *Arquitectura*, n.º 139, Lisboa, Dezembro de 1980, pp. 61-78.

²⁷ RODRIGUES, Maria João Madeira, *ob. cit.*, na nota 15.

²⁸ BARATA-MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa, *Os engenheiros em Lisboa, urbanismo e arquitectura (1850-1930)*, Vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996 (Policopiado).

²⁹ LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, 1.ª edição, Massachusetts, The Massachusetts Institute of Technology and the President and Fellows of Harvard College, 1960.

³⁰ PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'analyse urbaine*, Bruxelles, AAM Editions, 1980.

³¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES,

“Lisbon”, Planta da cidade de Lisboa assinada por J. Henshall, escala 1: 5000, 1833.

“Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios...”, assinada por Duarte José Fava, escala 1: 5000, 1807, publicada em 1833.

levantada por Carlos Pézerat, Francisco Goullard e César Goullard³². Para o estudo do tecido urbano posterior à construção da Avenida, considerámos o Levantamento de Lisboa de José António Vieira da Silva Pinto, de 1911, e a Planta da Cidade, à escala 1:5000 existente na Câmara Municipal de Lisboa³³.

Continuando no âmbito da análise ao conjunto da Avenida da Liberdade, entraremos, nesta fase, na observação visual do espaço urbano, através de percursos pela área em estudo. Estes percursos efectuar-se-ão, quer a um nível mais geral, no qual se farão leituras de aproximação à malha urbana da Avenida pela escolha de pontos estratégicos de visualização, quer a um nível mais particular, pela observação dos conjuntos edificados. Tanto para as leituras de aproximação como para os percursos próximos ao edificado, serão elaboradas fichas de trabalho, com vários aspectos a seguir, que servirão de base de trabalho à análise global da situação urbana mais perceptível.

Na elaboração do método de estudo utilizado, foi consultada alguma bibliografia que aborda este tema, nomeadamente, as já citadas obras de Kevin Lynch e Philippe Panerai, Jean Charles Depaule, Marcelle Demorgon, e Michel Veyrenche, bem como o estudo efectuado por Luz Valente Pereira acerca da leitura da imagem de uma área urbana³⁴.

Por fim, após a apreensão de todos os conhecimentos obtidos para a elaboração dos capítulos anteriores³⁵, considerámos que poderíamos dar um contributo no sentido da salvaguarda do conjunto urbano da Avenida da Liberdade, documentando uma série de aspectos a ter em conta para sua preservação. Para isso iremos, em primeiro lugar, descrever os aspectos da descaracterização do tecido urbano da Avenida. A observação no local, apoiada pelos conhecimentos adquiridos anteriormente, dar-nos-á uma noção bastante clara de operações arquitectónicas e urbanísticas menos enquadradas no meio onde se inserem, no entanto, uma pesquisa por vários jornais nacionais fornecerá dados concretos acerca das várias intervenções ocorridas nos últimos anos, bem como o modo como contribuíram para realçar ou diminuir o carácter da artéria. Para descrever as transformações sociais e funcionais que se foram desenvolvendo ao longo da história da Avenida socorremo-nos, essencialmente de um artigo do Prof. Jorge Gaspar para a Revista Finisterra³⁶.

³² FOLQUE, Filipe, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa levantada em 1856, 1857 e 1858 por ordem de Sua Majestade, sob a direcção do Conselheiro Filipe Folque, Brigadeiro Graduado do Exercito, Director Geral dos Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino, por Carlos Pézerat, Francisco Goullard e Cesar Goullard*, 1859.

A análise destas cartas foi efectuada através da publicação, VIEGAS, Inês Morais, TOJAL, Alexandre Arménio (coordenação), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000. A área onde se situa o Passeio Público e o local onde se implantaria a Avenida da Liberdade encontra-se nas cartas n.º 18, 19, 27, 28, 35 e 36.

³³ PINTO, Júlio António Vieira da Silva, *Levantamento de Lisboa*, escala 1:1000, 1910.

Câmara Municipal de Lisboa, "Levantamento Aerofotogramétrico", escala 1:10000, actualizado em Outubro de 1998.

³⁴ PEREIRA, Luz Valente, *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento / Acção da sua Reabilitação*, 2.ª edição, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1996.

³⁵ Capítulos I a V desta dissertação de Mestrado.

³⁶ GASPAS, Jorge, "A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa", *Finisterra*, vol. XI, n.º 21, Lisboa, 1976, pp. 37 - 145.

Nesta última parte do trabalho, vocacionada essencialmente para as questões do património arquitectónico, consultámos vários autores que se dedicam à abordagem deste tema. Entre eles, contam-se Françoise Choay³⁷, Jukka Jokilehto³⁸ e Norberg-Schulz³⁹, bem como os Textos Internacionais do Património, mais propriamente, a Carta de Veneza e as Recomendações de Nairobi⁴⁰.

Dificuldades encontradas no acesso aos documentos de pesquisa

Durante a investigação efectuada para a elaboração deste trabalho, deparámo-nos com uma extensa bibliografia, com inúmeros registos gráficos e fotográficos e fontes manuscritas existentes nos vários arquivos da cidade, o que nos levou à necessidade de fazer uma selecção cuidada a todo material obtido. Contudo, este facto não impediu que encontrássemos algumas dificuldades em adquirir dados que considerámos importantes no âmbito dos objectivos do nosso estudo. Estas dificuldades surgiram, por um lado, pelo desconhecimento da sua localização, por outro, pelo facto de os documentos não estarem acessíveis, quer pelo seu mau estado de conservação, quer por terem sido requisitados por outras entidades ou ainda pelo simples facto de estarem perdidos, no próprio local de arquivo.

Nesta última situação está uma planta um projecto de *boulevard*, da autoria de Pedro José Pézerat, dos anos 40 de oitocentos⁴¹, que se encontra no Arquivo Municipal do Arco do Cego, actualmente perdida, o que nos dificultou a abordagem que fizemos aos planos e projectos, no Capítulo III. O trabalho de Maria Helena Barata-Moura⁴², constituiu a nossa única base de estudo, do qual referimos a descrição.

Ainda no Arquivo do Arco do Cego existe uma proposta do Arquitecto Miguel Jacobetty para a Avenida da Liberdade. Estes estudo, que contam com um número bastante significativo de desenhos, a adivinhar pela quantidade de cotas existentes nos ficheiros do referido arquivo, foi requisitado por outras entidades, ao que supomos, para ser fotografado e há muito tempo que se encontra fora do referido Arquivo, não se encontrando por isso, acessível ao público. Não tendo descoberto

³⁷ CHOAY, Françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Editions du Seuil, 1992.

³⁸ Entre outras obras deste autor, destacamos:

JOKILEHTO, Jukka,

“Coments on a selection of Charters and Recommendations concerning the built heritage”, comunicação apresentada no Symposium Air Pollution and Conservation - Safeguarding our Architectural Heritage, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.

“Questions about ‘autenticity’”, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.

³⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian, “Luogo e identità”, *Centro Storico Restauro e Progetto*, Florença, Fundazioni Michlucci, 23 de Outubro de 1987.

⁴⁰ “Carta de Veneza”, Maio de 1964, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, Ilha Terceira, 1986.

“Recomendação de Nairobi”, 30 de Novembro de 1976, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, Ilha Terceira, 1986.

⁴¹ Arquivo Municipal do Arco do Cego, “Projecto de Boulevard e de Bairro entre a Praça da Alegria, a Rua das Amoreiras e a Rua de Sta. Joana”, Pedro José Pézerat, 184...

⁴² BARATA-MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa, *ob. cit.*, pp. 135-136.

número bastante significativo de desenhos, a adivinhar pela quantidade de cotas existentes nos ficheiros do referido arquivo, foi requisitado por outras entidades, ao que supomos, para ser fotografado e há muito tempo que se encontra fora do referido Arquivo, não se encontrando por isso, acessível ao público. Não tendo descoberto outras referências a este estudo, não pudemos mencionar qualquer dado a seu respeito.

Apesar das diligências feitas por parte dos responsáveis pelo arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, não foi possível encontrar as peças desenhadas do plano de prolongamento do Arquitecto Faria da Costa, de que temos conhecimento através das referências, muito sucintas, que José Manuel Fernandes menciona no seu artigo da revista *Arquitectura*⁴³. Este trabalho estará, segundo informação verbal, em fase de transição do arquivo da Rua Alexandre Herculano para o novo edifício da Câmara Municipal, sito em Entrecampos.

Os desenhos do Arquitecto Cristino da Silva sobre as propostas de extensão da Avenida, foram retirados de alguns artigos na revista *Arquitectura*, os quais acima referimos, que forneceram uma boa base de dados e que, em conjunto com a descrição de José Manuel Fernandes no artigo supracitado, se tornou satisfatória.

Poderemos, assim, afirmar que as dificuldades encontradas nas nossas pesquisas, se centraram sobretudo nas peças desenhadas dos projectos efectuados para a Avenida da Liberdade e de algumas peças escritas, como é o caso da memória descritiva do plano de Ressano Garcia para esta artéria, da qual não conseguimos descobrir o local onde estão arquivadas, nem mesmo se ainda existem.

⁴³ FERNANDES, José Manuel, “Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (Da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século vinte)”, *ob. cit.*, p. 46.

CAPÍTULO I

Avenida da Liberdade – Ideias e concretização

1.1 Ideias e propostas para um boulevard

Em meados do século XIX, a Lisboa romântica, burguesa e fidalga, passava as suas horas de lazer deambulando alegremente pelo Passeio Público do Rossio, alindado por volta de 1834 ao gosto da época, tomando, desde então, novo fôlego, enchendo-se de animação e da vida mundana da capital. Aqui se juntava a alta-roda lisboeta, atraída pela moda de ir ao Passeio, à qual não era indiferente a promoção do jardim feita pelo Rei D. Fernando, que por ali criou o hábito de passear⁴⁴ (fig. 2).

Paralelamente a todo este entusiasmo bucólico, começava a formar-se a ideia do “progresso” de feição capitalista, associado ao rápido desenvolvimento das técnicas, principalmente dos transportes, ao grande aumento demográfico da capital e, conseqüentemente, à necessidade cada vez maior, da expansão de Lisboa. A ideia deste progresso estava directamente relacionada com um modelo concreto, criado a partir das obras de Haussmann, em Paris que, iniciadas no início da década de 50, se baseavam na construção de grandes eixos viários, higiénicos e monumentais, sobre o velho tecido orgânico da cidade medieval. Assim, importado para Lisboa, o *boulevard* tornou-se o símbolo do desenvolvimento e da criação de riqueza na capital portuguesa de então⁴⁵.

O assunto da abertura de uma grande avenida, discutido essencialmente, por políticos e capitalistas, apaixonou muitas vereações e presidentes da Câmara, dando lugar a inúmeros debates.

Em 1859, já Haussmann tinha arrasado meia Paris com as suas demolições e construído uma boa parte das suas grandes vias⁴⁶, surge a primeira proposta à Câmara Municipal de Lisboa, sendo então presidente Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, datada de 3 de Junho. Nela se refere que «se mande estudar desde já a abertura de uma larga rua ou alamêda, que partindo do fundo do *Passeio Público*, corte pela parte inferior ao Salitre, e siga pelas terras de Valle do Pereiro até S.

⁴⁴ Cf. GANHADO, Jesuíno Artur, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, n.º 27, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 4.º trimestre de 1945, pp. 13-17.

⁴⁵ No parecer n.º 574, apresentado em Sessão da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, de 18 de Julho de 1879, são apresentadas as vantagens da construção da Avenida: «Sendo de reconhecida necessidade que se proceda com a maior urgencia aos trabalhos para a realisação da grande avenida do Passeio Publico do Rocio, por ser um dos mais importantes melhoramentos da capital, já de ha muito reclamado pela imprensa e pelo publico, mas até discutido e aprovado pela camara dos srs. deputados da nação portugueza; melhoramento este com que muito lucra não só a bellesa da cidade de Lisboa, como tambem a riqueza publica, pois que da abertura d’essa grande arteria depende de certo construirẽm-se novas edificações e novos bairros operarios, fazendo, por esta fôrma, concorrẽcia a descer as rendas das cazas, e mesmo porque a hygiene das cidades lucra sempre com a abertura novas e espaçosas ruas e com a facilidade de communições, por todos esses motivos a commissão de obras e melhoramentos municipaes tem a honra de submeter a vossa approvação o projecto (embora ainda não concluido) para a abertura d’esse boulevard».

⁴⁶ Haussmann dirigiu o municipio de Paris entre 1853 e 1870.

Sebastião da Pedreira, ramificando-se para o Campo-Pequeno»⁴⁷. Pela dimensão da extensão proposta (Lisboa não estava habituada a ir tão longe, de uma só vez), adivinha-se a necessidade do aumento significativo da cidade.

Para além das suas ideias expansionistas, Júlio Pimentel revelava também preocupações higienicistas e de regulamentação de alguns aspectos da construção que proporcionassem um maior ordenamento urbano. Assim, logo após a sua exposição para a abertura do *boulevard*, o Presidente apresenta outra, que abaixo se transcreve:

«Proponho que a *Comissão tecnica* seja encarregada, com urgência, de redigir as bases para uma postura sobre as construções civis, compreendendo principalmente os seguintes pontos:

- 1.º Relação que deve ter a altura das casas com a largura das ruas.
- 2.º Proibição absoluta de angulos nos crusamentos das ruas, determinando que devem ter as curvas que tem de substituir os angulos de crusamento.
- 3.º Limites das dimensões das portas e janellas dos predios.
- 4.º Proibição das vertentes dos telhados para as ruas, ou apanhando das aguas das chuvas, e sua conducção para os canos de despejo.
- 5.º Introducção de manilhas nas paredes, para facilitar a collocação dos fogões.
- 6.º Estabelecimento de largos corredores, communicando da rua com saguões ou pateos.
- 7.º Regras para a construcção das escadas nos predios destinados a muitos inquilinos, estabelecendo as condições de iluminação e ventilação.
- 8.º Preceitos para a construcção dos canos de despejo, latrinas, etc., etc.»⁴⁸.

A ideia de Júlio Pimentel não ficou esquecida e, lentamente, começou a tomar uma dimensão maior. Na década seguinte, em 1863, Severo de Carvalho reforça a proposta anterior⁴⁹, fornecendo um relatório pormenorizado de como deveria ser executado o “seu” *boulevard*. Esta ideia levou, inclusivamente, a uma reunião à porta do Passeio Público com vereadores e técnicos da Câmara, entre os quais o architecto-chefe Pedro José Pézerat, já que se supunha a demolição do jardim.

A década seguinte foi particularmente intensa para o desenvolvimento da ideia de uma nova e grande avenida, partindo do jardim pombalino de Lisboa. O Passeio Público continuava em grande actividade.

Em 1870, o Conde de Valbom, Joaquim Tomás Lobo d’Ávila, então Ministro das Obras Públicas, vai mais longe e solicita que se elabore um projecto para a concretização da ligação do Passeio a Vale do Pereiro, da qual partiriam ligações para o Campo Grande e Benfica.

O ano de 1873 foi fértil em ideias e propostas, das quais destacamos a do vereador José Isidoro Viana⁵⁰. Pretendendo a criação de uma artéria de ligação do

⁴⁷ Proposta do Presidente Júlio Pimentel para a abertura de uma rua larga ou *boulevard*, ou alameda, que parta do fundo do Passeio Público até S. Sebastião da Pedreira, em *Archivo Municipal*, Sessão de Câmara de 3 de Junho de 1859, pp.322-323.

⁴⁸ *Archivo Municipal*, Actas da Sessão de Câmara de 3 de Junho, 1859, p.p. 322 – 323.

⁴⁹ Com uma proposta apresentada na sessão camarária de 5 de Março de 1863, p.p. 1333 – 1334.

⁵⁰ *Archivo Municipal de Lisboa*, 1863, n.º 169, p. 1347.

topo norte do Passeio Público à Estrada da Circunvalação de 1852, foca a utilização da construção monumental, ao propor um entrada condigna, com a importância da intervenção pombalina na Baixa. A ideia deste vereador contempla ainda a preservação do Passeio Público ao propor o início da nova avenida a partir do topo norte deste jardim. À excepção da vertente da conservação do tecido existente, esta ideia ganha uma feição haussmanniana, atendendo às relações imóvel-rua, associadas às condições necessárias à higiene e salubridade. Ainda dentro deste aspecto, a proposta de Isidoro Viana visa também as ligações viárias entre os pontos mais importantes da cidade, bem como às principais artérias suburbanas (estradas reais do Lumiar e Sintra, pelo Campo Grande e Campolide).

Em 1874, o vereador Francisco Simões Margiochi leu «uma proposta, também assignada pelos srs. presidente e dr. Loureiro, com relação à abertura de uma grande arteria desde as ruas do Príncipe, de S. José, calçada do Salitre até S. Sebastião da Pedreira e barreiras da cidade, acompanhando aquelle documento um extenso relatorio»⁵¹.

A Avenida começava a ganhar corpo e maior definição, atingindo objectivos mais precisos, com delimitações e traçados propostos. Com efeito, apenas temos referido as ideias das sucessivas vereações, propostas em sessões de Câmara. No entanto, acompanhando esta evolução e a génese da Avenida, apareceram numerosos projectos e planos executados, na sua maioria, pelos técnicos camarários.

Partindo sempre do Passeio Público, ora prevendo a sua demolição, ora tentando preservá-lo, a avenida destas propostas divergia, ao nível do seu traçado, relativamente aos seus limites e destinos. Mesmo assim, estes não diferem muito: S. Sebastião da Pedreira e a Estrada da Circunvalação (que seguia, aproximadamente, o traçado da actual Rua Marquês de Fronteira), eram zonas intermédias, a partir das quais as vias se ramificavam até aos diversos pontos suburbanos mais importantes. A excepção está na proposta de Severo de Carvalho, que designava S. Sebastião como destino último da artéria.

Se na proposta de Júlio Pimentel, o limite suburbano não ultrapassava o Campo Pequeno, nas de Margiochi e de Isidoro Viana⁵² este limite vai mais longe e a uma maior número de locais. O Campo Grande começa a ser o destino e, a partir de S. Sebastião, prevê-se a existência de mais do que uma ramificação, como é o caso de Campolide e Campo Grande, na ideia de Isidoro Viana e as várias barreiras da cidade, segundo Margiochi. Curioso e diferente é o traçado proposto por este último e pelos seus subscritores em que, da Rua do Príncipe (actual Rua 1.º de Dezembro), partiria uma abertura direita a S. José e daí, pela Calçada do Salitre, iria desembocar no seu destino intermédio que era, como já referimos, S. Sebastião da Pedreira.

Em 21 de Maio de 1874, precisamente na sessão de Câmara em que Margiochi leu a sua proposta, efectuou-se a aprovação da redacção definitiva do

⁵¹ Proposta do Sr. Margiochi, também assinada pelos Srs. Presidente e Dr. Loureiro, com relação à abertura de uma grande artéria da Rua do Príncipe até S. Sebastião da Pedreira e barreiras da cidade, em *Archivo Municipal*, Sessão de Câmara de 21 de Maio de 1874, p. 2085.

⁵² Proposta do Vereador Isidoro Vianna em relação à construção de uma avenida que partisse do Passeio do Rocio, até à estrada da Circunvalação, em *Archivo Municipal*, Sessão de Câmara de 18 de Dezembro de 1873, pp. 1913-1914.

regulamento da Repartição Técnica do município. O seu Artigo 1.º pode ser considerado como um passo em frente, de extrema importância, na execução do Plano de Melhoramentos da Capital de 1864, bem como na concretização daquilo que mais tarde viria a ser o plano de Ressano Garcia, de expansão de Lisboa para norte: «Artigo 1.º Haverá uma comissão de cinco vereadores, sendo um d'estes o presidente da camara, que será denominada *comissão de obras e melhoramento municipaes*». As suas funções são bastante explícitas: «1.º Elucidar a camara àcerca de qualquer projecto de obras e melhoramentos de qualquer projecto de obras e melhoramentos que seja submetido á votação, ou por sua propria iniciativa, ou por iniciativa de algum vereador; devendo do exame d'esses projectos ser sempre ouvido na comissão, e ter voto n'ella, o vereador do pelouro a que se refiram as obras;

2.º Pôr em execução as deliberações da camara, relativas a obras e melhoramentos municipaes, pelo modo que julgar mais consentaneo»⁵³.

Para esta comissão foram criadas duas secções, sendo a primeira de «construções urbanas e trabalhos correlativos e a segunda relativa a calçadas, canalizações e trabalhos correlativos»⁵⁴. A cada secção correspondia um chefe, que comunicava directamente com o engenheiro responsável, sendo o chefe da 1.ª secção denominado *arquitecto da câmara*⁵⁵.

É importante realçar a valorização dada por este regulamento, a duas figuras essenciais da comissão supracitada – o engenheiro-chefe da repartição técnica e o presidente da Câmara. Segundo o Artigo 3.º do regulamento acima referido, «o engenheiro chefe da repartição technica é o unico responsavel perante a camara por todo o serviço confiado a esta repartição». É a ele que estão incumbidas as funções de assistência às reuniões da comissão, apresentar relatórios, definir os trabalhos de uma e de outra secção e decidir a preferência na execução dos trabalhos. O elo de ligação entre os serviços técnicos e a comissão camarária foi, precisamente, estabelecido entre o engenheiro-chefe e o presidente da Câmara. As deliberações da comissão de obras e melhoramentos eram transmitidas do segundo para o primeiro, sendo também o presidente «o intermedio das communicações que, pelo engenheiro tenham de ser dirigidas à comissão»⁵⁶. A esta cabia decidir sobre a execução das obras, aprovando ou indeferindo os seus projectos, com base no parecer técnico.

Se as figuras acima referidas assumem um papel fundamental ao nível regulamentar, na prática, a sua importância não foi menor, pelo modo como conjugaram os seus esforços no sentido de concretizar o plano de expansão. É que estas figuras foram personificadas, durante a fase da abertura da Avenida da Liberdade, por Frederico Ressano Garcia (fig. 3), como engenheiro-chefe e José Gregório da Rosa Araújo (fig. 4), como presidente da Câmara.

O primeiro chegou ao seu posto em 1874, após uma breve passagem (1872-74), pelo ensino e pela Câmara Municipal de Belém, tal como o próprio refere num

⁵³ Artigo 2.º do referido regulamento.

⁵⁴ Artigo 9.º do referido regulamento.

⁵⁵ Artigo 10.º.

⁵⁶ Artigo 4.º.

curriculum vitae enviado ao Ministério das Obras Públicas em 1884⁵⁷: «Por decreto de 17 de Janeiro de 1872, fui nomeado, precedendo Concurso por provas publicas, professor da 2.^a Cadeira do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. (...)

Em 19 de Dezembro de 1872 fui nomeado engenheiro da Câmara Municipal de Belém, logar de que fui exonerado a meu pedido em 17 de Dezembro de 1873 (...)

Em 9 de Abril de 1874 fui nomeado engenheiro da Camara Municipal de Lisboa, precedendo concurso publico em que os Candidatos foram classificados por um jury especial composto dos snr. Jose Victorino Damasio, Carlos Ribeiro e Gilberto Antonio Rolla».

Rosa Araújo ocupou o seu cargo dois anos mais tarde, em 1876, depois de ter sido vereador. Filho de um comerciante abastado, nasceu rico e morreu pobre pela luta que travou pelo seu ideal: projectar Lisboa para o domínio das cidades “civilizadas” da Europa ao abrir-lhe grandes *boulevards*.

Apesar de, desde 1859, a concretização da Avenida ter caminhado, a passos cadenciados, para a realidade, foi esta dupla que lhe deu o verdadeiro impulso. Em 1875, Ressano Garcia recebe ordens para elaborar o ante-projecto da nova avenida, que apresentaria só em 1877, em sessão camarária de 1 de Fevereiro. É interessante a referência que o engenheiro faz à inclusão de habitação de custos reduzidos no novo *boulevard*, de modo a atender à resolução de problemas sócio-económicos da época. A ideia de Ressano adquire um carácter prático, explicando assim a existência de imóveis de rendimento, construídos com fraca qualidade. No entanto, a avenida burguesa, de monumentalidade única até então, teria de dar lugar a edificios de arquitectura mais requintada, nomeadamente aos palacetes de famílias mais abastadas. A intenção prática da criação de uma grande artéria, veículo de expansão da cidade e considerada como solução para alguns dos problemas habitacionais, aliou-se aos modismos burgueses afrancesados e aos prédios de “brasileiros”, dando origem à variedade de tipologias de que resultou o conjunto edificado da Avenida da Liberdade.

Os anos de 1877 e 1879 foram de intensa actividade, no que respeita à resolução definitiva da demolição do Passeio Público e sua substituição pelo *boulevard* português. O vereador Rodrigo Afonso Pequito, numa sessão extraordinária da Câmara, em 12 de Outubro de 1877, pede esclarecimentos acerca da largura da avenida, dado que, se ela se tornasse numa mera via de trânsito para carruagens, poderia ficar inserida no Passeio Público. O engenheiro-chefe definiu essa largura – 89,50 m – contrapondo que deveria desenvolver-se em alameda e jardim, baseando-se nas grandes artérias francesas de grande monumentalidade, mas com menores dimensões do que estas últimas. Esclareceu ainda Ressano Garcia que a nova avenida teria a largura do Passeio, incluindo as ruas laterais, não seguindo num só troço, até às portas da cidade, mas sim terminando em terras de Vale do Pereiro.

⁵⁷ Este documento consta, tal como Ressano Garcia refere, de «esclarecimentos acerca da minha Carreira de Engenheiro», apresentados no Ministério das Obras Públicas, em 1885, para fixar o seu cargo, perante uma classificação que se procedeu ao pessoal técnico da Câmara. Encontra-se, actualmente, no Arquivo do M.O.P.

Finalmente, em 1879, os esforços enérgicos do presidente Rosa Araújo, conseguem que se delibere acerca da execução das expropriações necessárias à abertura da nova artéria⁵⁸. A Câmara Municipal de Lisboa na «sessão de 21 de Julho proximo findo, aprovou por unanimidade o projecto pelo qual deve ser executada a construção da primeira parte da Avenida que segue no prolongamento do mesmo Passeio Público com toda a largura deste, terminando em uma praça circular de 200 metros de diâmetro de onde irradiam ruas com 30 metros de largura, uma em direcção ao largo do Rato, outra mais larga do novo edificio da Penitenciária e entre muros, e finalmente outra para os sítios do Campo Grande e Benfica»⁵⁹.

Na sessão de 18 de Agosto desse mesmo ano, ficou definido o nome do *boulevard* português – *AVENIDA DA LIBERDADE* – uma designação apropriada, já que agora Lisboa poderia, sem barreiras, expandir-se livremente para norte, de forma desafogada, monumental e “civilizadora”.

Por fim, a 24 de Agosto desse ano de 1879, deu-se às portas do moribundo Passeio Público, a sessão solene de inauguração dos trabalhos da Avenida, com leitura do auto pelo escrivão da Câmara, João Augusto Marques, a um conjunto de vereadores e personalidades da vida social portuguesa que depois o assinaram.

1.2 Contestações

Inaugurados que foram os trabalhos de abertura da Avenida da Liberdade, façamos agora uma pausa na descrição da construção e concretização desta via - até porque os trabalhos de demolição só se iniciaram dois anos depois -, para mencionar a reacção do povo de Lisboa ao seu aparecimento e, mais precisamente, à destruição do Passeio Público.

Assim que a ideia da abertura do *boulevard* se começou a sedimentar, saindo da esfera das propostas camarárias e extravasando o núcleo das discussões entre vereadores, logo se levantou uma onda de indignação confirmada por um abaixo-assinado de 1316 munícipes⁶⁰, entre os quais, o famoso Ramalho Ortigão⁶¹. À medida que o processo de demolição do Passeio foi decorrendo, outros abaixo-assinados foram subscritos, alguns com perto de 2000 assinaturas. Gerou-se assim uma acesa controvérsia de românticos *versus* capitalistas e de cidade tradicional *versus* progresso “boulevardista” – haussmanniano – europeu.

⁵⁸ COMISSÃO DE OBRAS E MELHORAMENTOS MUNICIPAIS, 1877, Actas da Sessão de 11 de Julho.

⁵⁹ *Arquivo Municipal*, 1879, Auto da cerimónia da inauguração para a realização das obras do Passeio Público do Rossio às Portas da Cidade, denominada Avenida da Liberdade, de 24 de Agosto. cf. GANHADO, Jesuino, “O Passeio Público”, em *Revista Municipal*, n.º 30 e 31, 3.º e 4.º trimestre de 1946, pp. 18-19.

⁶⁰ Números baseados nos dados fornecidos por SILVA, Raquel Henriques da, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade”, em *O Livro de Lisboa*, ed. Livros Horizonte, 1994, p.431.

⁶¹ José Augusto França, faz referências ao sentimento de Ramalho Ortigão, «indignado contra o “boulevardismo” deste “presente funesto” feito à cidade da mais autêntica tradição».

Cf. FRANÇA, José Augusto, *Lisboa – Urbanismo e Arquitectura*, 1.ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 72.

O Passeio Público estava então no seu apogeu. Tal como descreveu Jesuino Ganhado⁶², «Assim iam passando as horas até a banda regimental começar o concerto que durava das 2 à 4 da tarde. (...)

Mas por muito agradável que esta diversão fosse, não se podia comparar à desfrutada nas quentes noites de verão quando o Passeio se encontrava iluminado feericamente a gás com os bicos envoltos em balões de pano, de várias cores, e em tal quantidade distribuídos, que constituía um verdadeiro deslumbramento para aquela época.

Que exuberância! Que alegria prazenteira e comunicativa ali se gozava! Vinha a família real (...). A nobreza que se reunia à família real confraternizava com ela; e o povo cumprimentava-os delicada e afavelmente curvando-se respeitoso»⁶³.

Para além da população, esta contestação à abertura da Avenida era, essencialmente, dirigida pelos intelectuais e críticos da época, sempre na vanguarda da oposição às classes que se encontram no poder, nomeadamente aquelas cuja riqueza e prestígio adquiridos são de época recente.

A demolição do Passeio Público não foi pacífica. Com efeito, conforme também refere Jesuino Ganhado no artigo citado, quando se iniciou o apeamento das grades do jardim, surgiu uma turba de manifestantes ocupando-o nos seus lugares habituais, de modo a impedir a concretização da sua destruição. Para evitar conflitos, os trabalhos decorreram de forma muito discreta, sendo as árvores abatidas só de noite «e as pernadas maiores colocadas nas covas de onde as árvores eram extraídas»⁶⁴. Assim se foi camuflando a demolição do Passeio, só descoberta quando foi necessária abrir a vala para a construção do cano geral da Avenida, sendo já tarde de mais qualquer impedimento, já que o jardim se encontrava irremediavelmente perdido.

José Augusto França faz referência a mais algumas personalidades da vida cultural portuguesa que se opunham ao aparecimento da Lisboa capitalista: «num surto pequeno – burguês institucionalizado, definia-se, afinal, uma cidade “soturna” e melancólica (Cesário Verde), “banal”, “triste e solitária”, marcada pelo “torpor”, como viu um viajante francês em 1889, uma espécie de “Paris de contrabando”, pretensiosa e ridícula” (Mariano Pina, 1886). Era, em suma, a “Lisboa horrível”, denunciada, em 1891 – tudo isto apesar dum prémio camarário instituído em 1888»⁶⁵.

Dois dos testemunhos mais marcantes na luta contra este pretenso progresso, do tipo afrancesado, são personalizados por Eça de Queiroz e Fialho d’Almeida.

Eça de Queiroz, na sua obra-prima *Os Maias*, conta como o seu personagem Carlos da Maia, chegado de Paris após prolongada ausência, fica desolado ao ver Lisboa tão diferente:

«Subitamente Eça parou:

- Ora aí tens tu essa Avenida! Hem?... Já não é mau!

⁶² Jesuino Ganhado era funcionário da Câmara Municipal e participou nos trabalhos de demolição do Passeio Público, escrevendo, mais tarde, um artigo sobre este jardim na *Revista Municipal*.

⁶³ GANHADO, Jesuino, *ob. cit.*, n.º 27, 4.º trimestre de 1945, p. 16.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, n.ºs 28 e 29, 1.º e 2.º trimestre de 1946, p. 30.

⁶⁵ FRANÇA, José Augusto, *ob. cit.*, p. 75.

Num claro espaço rasgado, onde Carlos deixava o Passeio Público pacato e frondoso – um obelisco com borrões de bronze no pedestal, erguia um traço cor de açúcar na vibração fina da luz de Inverno (...) Dos dois lados seguiam, em alturas desiguais, os pesados prédios, lisos e aprumados, repintados de fresco, com vasos nas cornijas onde negrejavam piteiras de zinco, quadriculados a branco e preto (...).

E o que sobretudo espantava eram as botas desses cavalheiros, botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça colante com pontas aguçadas e reviradas como proas de barcos varinos (...)

Porque essa simples forma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por ali como a coisa era. Tendo abandonado o seu feitio antigo, à D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidia arranjar-se à moderna: mas sem originalidade, sem força, sem carácter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro»⁶⁶.

Maldizente, Fialho de Almeida escreve sobre este assunto, entre outras obras, em *Os Gatos*. Na sua contemplação crítica, a Avenida da Liberdade não foi poupada e muito menos o político que por ela mais lutou – Rosa Araújo.

«Roza Araújo, coitado, não tinha culpa. Para a sua mais que modesta competencia, o papel de demolidor já era muito, e Deus sabe quanta actividade insolita para a sua gordura, e quantos sacrificios de dinheiro e creditos ruinosos para os seus haveres, particularmente lhe vinha custando a sua bella aspiração de barão Haussmann alfacinha, de marquez de Pombal sem terramoto, entrevendo n'um instincto de burguez precavido, o futuro da capital, mas não podendo dar corpo a esse grande sonho, por deficiencia mental, que de mais a mais o pae lhe deixava ficar incultivada. (...)

Assim se fez a Avenida, que é como se sabe um corredor de cantaria, com altos muros cheios de buracos, palmeira de cabellos nas pernas, e um obelisco-thermometro marcando no primeiro de Dezembro o zero da temperatura patriotica. (...)

Proveio este desastre de Roza Araújo não ter a secundal-o um engenheiro que fosse ao mesmo tempo homem de genio e homem de gosto, e de tudo se haver planeado e executado de rustilhão, com pressa de acabar»⁶⁷.

A contestação fez-se, assim em duas frentes: antes da construção da Avenida, pelo sentimento de perda do Passeio Público, que fazia as delícias das tardes e noites domingueiras e após a sua abertura. Esta, mais elaborada, adquire o papel de crítica, assumida, essencialmente pelos intelectuais da época. Ela visa, fundamentalmente, o modo como se procedeu à concretização da via, pela sua permissão da especulação imobiliária e a inexistência de um plano arquitectónico definido, que deu origem a uma falta de orientação do conjunto edificado, ao nível de cérceas e de nivelamentos. Foi ainda fortemente criticada a falta de gosto e de qualidade arquitectónica, bem como a co-existência de várias tipologias, sem qualquer base de ordenamento, onde o prédio de rendimento confinava com a construção de luxo, sem qualquer lógica de intervenção.

⁶⁶ QUEIROZ, Eça, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 701 - 703.

⁶⁷ ALMEIDA, Fialho, *Os Gatos*, 2.ª edição, vol. VI, Livraria Clássica Editora, 1911, pp. 228-229.

Júlio de Castilho que lamentava a «mesquinhez bastarda daquelas edificações laterais, quási todas sem carácter, sem nobreza, sem linhas»⁶⁸, fez uma espécie de balanço entre as vantagens estéticas da Avenida, contrapondo-as ao Passeio Público. «A avenida é bela; sem dúvida que o é, sob vários aspectos; mas o passeio, com a sua imunidade, a sua independência, o seu luxuoso arvoredo, as suas flores, o seu ar recolhido e senhoril, era bellissimo. Perdemos na troca, me parece. Conservassem o Passeio e rompessem a Avenida para lá da Praça da Alegria de Baixo»⁶⁹.

1.3 Concretização e fases de construção da Avenida

Na execução da Avenida da Liberdade, podem distinguir-se três fases distintas de construção. A primeira situa-se em 1879 com a abertura oficial dos trabalhos. Quatro anos mais tarde, em 1883, concretiza-se uma segunda fase, na qual se procede à demolição do Passeio Público e, finalmente, em 1886, coincidindo com o casamento do futuro rei D. Carlos com D. Amélia de Orleães, inaugura-se o *boulevard* que, no entanto, só teria o seu traçado completo em 1888 (figs. 5 e 6).

Como foi anteriormente referido, a ideia de concretização da Avenida da Liberdade, culminou com a inauguração dos trabalhos, em 24 de Agosto de 1879. Simbolizou-se o início da abertura desta via com a demolição do Teatro do Salitre, marcando também aquela data o começo dos longos processos de expropriações das propriedades privadas, necessárias para a implantação desta artéria. No entanto, após o entusiasmo da inauguração, os ânimos acalmaram, tendo sido necessários cerca de quatro anos para que a efectivação dos trabalhos se tornasse visível. Com o início das expropriações, as dificuldades começaram a tornar-se bastante evidentes e a capacidade financeira da edilidade, para uma obra de tal arrojado, não era suficiente. Para além disso, colocava-se o problema do previsto saudosismo do Passeio Público cuja ideia de demolição, como vimos, foi grandemente contestada, dando origem a dificuldades, ao nível político, proporcionada por alguns vereadores menos corajosos ou menos diligentes.

Para além do apeamento do Circo Price, em 1881, e de um ou outro edificio na Praça da Alegria de Baixo, nenhuma outra obra se efectuou para a construção da Avenida. O início dos trabalhos de demolição do Passeio Público foi o resultado de várias pressões à vereação camarária, nomeadamente da *Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640* que, tendo em execução, desde 1875, o Monumento aos Restauradores da Pátria, requereu à Câmara que este fosse inaugurado em 13 de Fevereiro de 1883. A Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais deu parecer favorável, apresentado em sessão camarária de 7 de Dezembro de 1882 (parecer n.º 1139), sendo de opinião que se procedessem, de imediato, às obras de construção da Praça dos Restauradores, sendo para isso, necessária a demolição das grades do jardim, dado que o obelisco encontrava-se no seu interior.

⁶⁸ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, vol. X, Segunda Parte - Bairros Orientais, 1937, p. 177.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 176.

Este assunto serviu de motivo – e só de motivo, dado que a inauguração deste monumento só se efectuará em 1886 – para se concretizar o que, há muito, Rosa Araújo sonhava: demolir o Passeio Público para que, assim, o seu projecto finalmente, começasse a ganhar forma. O presidente, nesta sessão, conseguiu que a maioria da vereação votasse favoravelmente a proposta apresentada pela Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, apenas com a oposição de dois vereadores – os viscondes do Rio Sado e de Carriche, que se inibiam em relação a este acto, provavelmente com o receio das contestações que afluíam na sociedade lisboeta. Com efeito, o visconde do Rio Sado rejeitou a proposta «porque, posto que o passeio do Rocio estivesse compreendido no projecto da avenida da Liberdade, entendia que não se devia ainda privar o publico d'aquelle passeio unico que existe na parte baixa da cidade, e antes se devia aguardar a occasião em que o seu desenvolvimento das obras da referida avenida atingisse um maior grau, e que o seu estado de adiantamento exigisse imperiosamente a suppressão d'aquelle passeio, demolindo-se então os muros e as grades que o vedam»⁷⁰. Está, assim, a construção da Avenida na sua segunda fase, fortemente marcada pelo derrubamento do antigo jardim pombalino.

Se a opinião do visconde do Rio Sado revela alguma cautela, o certo é que, mediante um plano totalmente definido e decidido, a hipótese posta por este vereador poderia ter sido viável. A Avenida poderia ter o seu início pelo lado norte, ou seja, pela rotunda, descendo até, por fim, se proceder à demolição do Passeio para a sua conclusão. No entanto, o destino final da artéria ainda não estava definido, dando oportunidade a polémicas e em 1885, ano em que a nova via chegava ao nível da Praça da Alegria de Baixo e Rua do Salitre, tendo sido efectuadas a maioria das demolições, ainda não se sabia se a Avenida chegaria à Estrada da Circunvalação ou se, tal como pretendia Ressano Garcia e os seus partidários, estagnaria na rotunda do Vale do Pereiro. Por isso - e para que esta obra se afirmasse e, de uma vez por todas, se calassem as vozes dos amantes do Passeio - era urgente e necessário que a referida construção se iniciasse pelo lado o Passeio Público.

Assim, em 1883, começou a destruição do jardim, nos moldes em que Jesuino Ganhado descreveu, demorando dois anos, como acima dissemos, para atingir o Salitre. É de referir que, a partir deste ponto, as obras decorreram com mais celeridade, até porque a inauguração da Avenida estava programada para o dia 25 de Maio de 1886, dia em que se realizaria o cortejo real, comemorando o casamento de D. Carlos com D. Amélia de Orleães.

Foi no decorrer do triénio compreendido entre a demolição do jardim e a inauguração da nova artéria que a Câmara procedeu à alienação de grande parte das esculturas pertencentes ao antigo Passeio. Segundo vários testemunhos, entre os quais Jesuino Ganhado, a maioria dos materiais deste jardim foi distribuída por vários pontos da cidade encontrando-se, inclusivamente, alguns em jardins fora desta. A grande excepção está nas estátuas do Tejo e do Douro que foram aproveitadas para ornar os espaços verdes da nova via. Muito discutido foi o destino da cascata que se encontrava no topo norte do Passeio. Na sessão de 24 de Abril de

⁷⁰ *Archivo Municipal*, 1882, Actas da Sessão de Câmara de 7 de Dezembro, p. 719.

1884 a «camara por maioria, e em votação nominal, resolveu vender em praça a cascata com os seus acessórios e anexos, com são o terraço, as escadas, as urnas, a estatua, os cisnes, etc., no estado em que tudo se acha, uma vez que appareça quem se obrigue a fazer à sua custa e immediatamente, conforme é necessário, a demolição e a remoção dos materiaes resultantes». Como não apareceram interessados, a Câmara, na sessão de 19 de Junho do mesmo ano, resolveu demolir a referida cascata às suas próprias expensas guardando os materiais provenientes dessa demolição «para serem aproveitados em occasião opportuna». Esta “ocasião oportuna” transformou-se, na maioria dos casos, no desprezo, tendo outros materiais servido para ornamentação de outros jardins.

Segundo Miguel Pais, em Janeiro de 1886, a rua central já se encontraria empedrada e a rotunda já estaria construída, tendo sido lançada a primeira pedra do monumento ao Marquês de Pombal. Por terminar, encontravam-se as ruas laterais e a ligação da Rua do Salitre e Travessa das Vacas com a Avenida, onde a falta de um prédio de gaveto obrigava a «sustentar os aterros com revestimento e escoramentos de madeira, que se vão successivamente arruinando, e não virá longe o momento em que os escoramentos cedam, desmoronem-se e os aterros se precipitem sobre o terreno destinado a construção e sobre a rua do Salitre»⁷¹.

Na sua terceira fase, de conclusão, a Avenida da Liberdade é inaugurada com a pompa e circunstância de um casamento real. Tal facto, não significou a sua finalização, posto que ainda faltavam executar alguns pequenos trabalhos de calcetamento e acabamento, nomeadamente no topo norte das ruas laterais. Foi ainda neste ano que se procedeu à pavimentação das ruas Castilho e Barata Salgueiro.

Em 1888, num artigo do periódico *Novidades*⁷², dá-se conta da conclusão da Avenida, mas é de salientar que esta conclusão se refere à terraplanagem da linha da Avenida e sua pavimentação, à plantação de árvores e outra vegetação nas suas alamedas e à abertura das ruas do Bairro Barata Salgueiro (o Bairro Camões só seria iniciado em 1889). O conjunto edificado ainda possuía muitos lotes vazios, que só seriam construídos posteriormente, alguns deles já no nosso século. A estatuária do jardim foi obra de algumas décadas e o discreto busto do grande mentor do *boulevard* português, Rosa Araújo, foi inaugurado em 1936, tendo sido colocado na rua que tem o seu nome e só em 1945 é que teve direito a integrar o conjunto escultórico das alamedas da Avenida da Liberdade, pela qual tanto lutou em vida.

⁷¹ PAIS, Miguel Carlos Correia, *Melhoramentos de Lisboa. Engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 2.º Opúsculo, Lisboa 1886, p. 6.

⁷² “A Transformação de Lisboa”, *Novidades*, 25 de Junho de 1888.

coragem política para enfrentar as complicadas expropriações e o receio do endividamento da edilidade, face aos elevados custos que teria um plano que abrangesse a cidade inteira, faltou aos antecessores do Barão.

Rambuteau, nas suas Memórias, justificou o seu receio: “*On a fait depuis moi plus beau e plus grand; on a été plus hardi, or a aussi moins compté. J’ai laissé la Ville sans dettes, je n’ai point pesé sur le contribuable (...)*”⁷⁶. Também Berger se opôs a tal ousadia: “*Ce n’est pas quoi qui me prêterai jamais a ruiner la ville*”⁷⁷.

A “*Grande Croisê*”, ou seja, o prolongamento da Rua Rivoli das Tulherias à Rua Saint-Antoine, como o eixo E-O, e a abertura dos *boulevards* de Strasbourg, Sebastopol e Saint-Michel como eixo N-S, que se cruzariam ortogonalmente, em jeito de *cardo* e *decumanus*, constituiu um grande projecto iniciado antes da chegada de Haussmann à Câmara e que este herdaria, desenvolvendo-o. Integrou, assim, este grande cruzamento, aquilo que viria a ser uma imensa rede viária em que tudo estava interligado: a construção de uma artéria implicava a abertura de outra, consequentemente no subsolo as redes de águas, gás e dos tão famosos esgotos de Paris⁷⁸ tornavam-se ainda mais complexos. No espaço exterior, as fachadas e os lotes, sofreriam radicais modificações (fig. 8).

Tudo se passava numa extensa trama vária, em que a grande avenida ou o grande *boulevard*, que tinha como destino um ponto de encontro (geralmente uma praça monumental ou do tipo *square*) do qual derivavam umas quantas vias da mesma categoria, que se dirigiam a outros pontos de encontro, e assim sucessivamente.

A grande artéria, integrada na malha urbana planeada para imóveis de arquitectura banal, perfeitamente alinhados, constitui o grande motivo, o principal fundamento das intenções do referido plano. O centro medieval de Paris, praticamente desapareceu e foi, precisamente, para a sua destruição, que ele foi executado. Com efeito, o valor patrimonial e arquitectónico dos núcleos antigos, neste caso da Idade Média, estava longe de ser considerado. A época da burguesia capitalista, de uma geração monumentalista, não poderia tolerar que a zona central de uma das maiores cidades da Europa, metrópole imperial, fosse densamente habitada pelos extractos sociais mais baixos, em débeis condições de higiene e habitabilidade. As preocupações do imperador, de obter um centro vasto, salubre e monumental,

⁷⁶ RAMBUTEAU, Claude-Philibert-P., *Mémoires du comte de Rambuteau publiés par son petit-fils*, Paris, 1905.

Cf. CARS, Jean des, PINON, Pierre, *ob. cit.*, p. 23.

⁷⁷ CARS, Jean des, PINON, Pierre, *ob. cit.*, p. 57.

⁷⁸ Victor Hugo, na sua obra-prima, *Os Miseráveis*, (1862) descreve de forma inigualável a complexidade dos esgotos de Paris, medindo-os e descrevendo as suas fases de construção: «A antiga monarquia apenas construíra vinte e três mil e trezentos metros de encanamento, os que Paris contava no 1.º de Janeiro de 1806.

Dessa época, de que adiante voltaremos a falar, a obra foi proveitosa e energeticamente continuada. Napoleão construiu (são curiosos estes números) quatro mil, oitocentos e quarenta metros; Luís XVIII, cinco mil setecentos e nove; Carlos X, dez mil oitocentos e trinta e seis metros; Luís Filipe, trinta e nove mil e vinte; a república de 1848 vinte e três mil, trezentos e oitenta e um; o regime actual, setenta mil e quinhentos. Ao todo, no momento em que falamos, são duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta metros, sessenta léguas decanos. Enormes entranhas de Paris. Ramificação obscura, sempre crescente; construção ignorada e imensa».

HUGO, Victor, *Os Miseráveis*, vol. V, 6.ª edição, Lisboa, Circulo de Leitores, 1984, p. 136.

digno da situação de Paris perante a Europa, orientam-se, sobretudo, em duas variantes: a vertente do embelezamento e a vertente social.

O imperador Napoleão III tomou conhecimento do tecido urbano londrino abundante de «vias plantadas e espaços verdes que vinham imbricar no alinhamento ordenado das fachadas, à maneira das squares inglesas da época georgiana»⁷⁹. Londres poderia, assim, ser um motivo inspirador de embelezamento, nomeadamente, no que respeita à integração do elemento vegetal em consonância com o elemento mineral urbano, bem como nos alinhamentos das partes construídas, relativamente às artérias.

No entanto, a capital inglesa da época georgiana, com a sua estrutura de lotes dispostos em volta dos *squares*, não poderia servir de base aos “*Grands Travaux*” haussmannianos. As preocupações sociais, de remeter a densa classe popular para zonas periféricas, dando aos extractos sociais hierarquicamente superiores as condições de higiene, salubridade e monumentalidade para se instalarem no centro de Paris, bem como os interesses defensivos com relação a qualquer rebelião que, em ruas estreitas e esconsas, mais facilmente poderia actuar, formaram a pedra basilar das intenções do Presidente da Câmara e do Imperador.

O processo de concretização da paisagem urbana de Paris desta época passou, necessariamente, por um complexo processo de expropriações, sem dúvida, um dos obstáculos mais difíceis de ultrapassar no decurso dos trabalhos. Os grandes apoios legais para a execução da privação de propriedade vieram do Primeiro Império⁸⁰ com a definição da utilidade pública. A consciência das consequências financeiras que acarretaria um plano de tal magnificência levava, cada vez mais, à procura da concordância entre os aspectos estéticos e os económicos. Logo na elaboração dos traçados a abrir, foi pensada a execução das expropriações do modo menos oneroso possível. Assim, nos projectos do Barão e da sua equipa, optou-se pelo rompimento das novas vias através do interior de quarteirões antigos e não pelo alargamento das ruas existentes. Em causa estavam preocupações economicistas, dado que os logradouros davam origem a expropriações mais simples, mais rentáveis e com menos construções a demolir, sendo o valor destes terrenos muito menor.

Um dos grandes problemas que se colocava aquando das demolições era a criação das fachadas “placards”, de efeito cenográfico, resultantes do corte de uma determinada parcela construída, derivado de uma expropriação parcial do terreno. Foi permitido aos proprietários particulares a opção e o requerimento da expropriação da totalidade dos seus prédios que estivessem nestas condições, o que facultou a criação de lotes maiores e geometricamente mais ordenados, tendendo para a ortogonalidade. Adquiriu-se, deste modo, uma mais-valia, tanto no que concerne ao preço do terreno em si, como na maior facilidade de construção e consequente aumento de rentabilidade. Não significou este facto, a instalação de um mercado especulativo forte e a prova está nos prejuízos de algumas empresas construtoras⁸¹. A celeridade das expropriações, o rigor dos planos de aberturas de

⁷⁹ Cf. LOYER, François, *Paris XIX^e Siècle - L'Immeuble et la Rue*, Paris, ed. Hazan, 1994, p. 231.

⁸⁰ Veiculados pelas leis de 16 de Setembro de 1807, de 8 de Março de 1810 e, mais tarde, as leis de 7 de Julho de 1833 e de 3 de Maio de 1841.

⁸¹ Como, por exemplo, a empresa Ardoin, na abertura do *boulevard* de Strasbourg.

Paris e o pouco interesse, quer das autoridades, quer dos concessionários, promover as especulações, contribuíram para que estas aparecessem não mais do que pontualmente, traduzindo-se na valorização e rentabilização do uso do solo.

2.1.1 - O Decreto de 1859, o imóvel e a sua relação com o traçado das grandes vias

O plano de Haussmann é incomensurável e abrangente, prevendo o geral e o particular. Define os grandes traçados, cria tipologias viárias e particulariza o imóvel, estabelecendo-lhe o tipo arquitectónico e relacionando-o com a rua ao orientar-lhe a cêrcea. Cada artéria dos “*Grands Travails*” foi estabelecida segundo uma ordem, uma função própria, ou seja, uma tipologia definida. Com efeito podem distinguir-se, na malha urbana ruas de carácter apenas residencial, artérias que se direccionam para o enquadramento de um monumento ou equipamento, as que foram construídas para unir dois locais importantes ou ainda aquelas que, de grande escala, estabelecem uma travessia da cidade⁸².

Hausmann “subjugou” o imóvel ao seu plano, através de importantíssimos apoios legais – o decreto de 26 de Março de 1852, que estabeleceu os alinhamentos e as cêrceas dos edificios e a disposição legal de 1859. Esta foi ainda mais longe, dando origem ao aparecimento da *arquitectura regulamentar*, um dos fundamentos mais importantes do complexo plano urbanístico do Segundo Império Francês. De facto, foi estabelecida uma relação muito concreta e coerente entre ao edificio e a rua: para vias com menos de 7,80m de largura, a altura máxima não poderia ultrapassar os 11,70m; nas artérias com largura compreendida entre os 7,80m e 9,75m, poderiam os imóveis atingir a altura máxima de 14,60m; os 17,55m de fachada eram permitidos para ruas com mais de 9,55m de largura e finalmente, para as grandes avenidas e grandes *boulevards* com largura igual ou superior a 20m, os edificios iriam até aos 17,54m, podendo-se subir a cornija aos 20m (fig. 9). É de referir que, para além dos decretos legais, tudo passava pelas mãos do homem forte, - o barão Haussmann -, que aproveitava este facto para, caso a caso, pronunciar-se definindo tudo aquilo que não estava regulamentado e imprimindo, desta forma, o seu cunho pessoal, que contribuiu para a forma lógica e coerente das realizações da operação urbanística em estudo.

Hausmann garantia o cumprimento da relação imóvel – rua, que constituiu o fundamento do seu plano. Esta relação baseava-se em três aspectos principais: hierarquia, alinhamentos e uniformização. Já foi referida a conexão entre a altura do edificio e a largura da rua, numa clara correspondência entre aquele e a hierarquia viária. Nas principais artérias a arquitectura regulamentar afirmava-se com mais firmeza e a ornamentação tornava-se ainda mais cuidada (figs. 10 a 12). O esforço de controlar o espaço público ia diminuindo à medida que a malha urbana se ia secundarizando. Aqui, as restrições e imposições eram muito menores, permitindo

⁸² Cf. o estudo de CARS, Jean des, PINON, Pierre, *ob. cit.*, p. 89.

uma maior liberdade, quer na concepção arquitectónica do edifício em si, quer na sua relação com os contíguos.

Com os lotes regulares e as aberturas viárias resultantes de cortes “a direito” no tecido urbano, facilmente se dispunham os edifícios segundo alinhamentos definidos por uma linha paralela ao eixo longitudinal da artéria. Alinhada pela mesma bitola, os volumes edificados contribuíam, assim, para o aspecto monumental racional e pragmático do plano do Segundo Império. Para além de alinhar os imóveis, era necessário nivelá-los em altura.

O decreto de 1859 definia estas cérceas, mas como apenas estabelecia limites máximos para a altura das fachadas era, muitas vezes, o presidente da Câmara que decidia até onde poderia chegar a construção.

A extrema definição do plano apontava para uma uniformização do tecido urbano. Os lotes tinham, larguras determinadas, de 12 ou 20m nos casos, respectivamente, de edifícios de tipologia “apartamento por piso” ou “direito-esquerdo”. A excepção encontrava-se nos lotes de união entre ruas não paralelas, que davam origem aos chamados imóveis “ferro de engomar”, cuja configuração trapezoidal era de dimensões incertas. Ao nível do edifício os vãos eram ordenadamente ritmados e estavam bitolados por uma largura fixa de 1,20m⁸³. As fachadas eram em alvenaria regular de pedra à vista e uniformizavam-se, umas em relação às outras, de modo que o quarteirão onde se inseriam formasse um bloco único, idêntico em todas as suas partes.

A monotonia urbana e arquitectónica eram, assim, uma característica de Paris de Haussmann. O extremo rigor apontava para uma banalização do edificado, limitando as possibilidades criativas de arquitectura, impedindo a dinâmica do jogo de formas e volumes e evitando os locais pitorescos e as “surpresas” que os tecidos urbanos mais irregulares poderão ocasionar. Ao nível do edifício banal, as variações permitidas eram muito pequenas, imperceptíveis ao longe, porque se tratavam de detalhes decorativos. Estes elementos, preponderando nas molduras dos vãos, nos espaços entre estes, nas cornijas, nos frisos, nas varandas e nos seus gradeamentos, eram incentivados pelos planeadores e tinham, ao gosto da época, cariz neoclássico. A maior permissividade à criatividade e diversidade encontra-se nas entradas dos edifícios, sempre centrais, mas com uma enorme variedade de formas e elementos decorativos: elas são construídas por portas de duas folhas abrangendo, em alguns casos, a altura dos dois pisos do envasamento sendo, noutros, encimadas por óculos ou janelas de sobreloja. São ornamentadas com diversos motivos: frontões, pilastras, cariátides, etc., que suportam as varandas do 2.º piso.

Baseado em arquétipos, facilmente se caracteriza, o imóvel haussmanniano tipo: condicionado por uma cércea fixada de acordo com a largura da via e as determinações legais, o edifício é constituído por dois pisos de envasamento - rés-do-chão e sobreloja - com uma entrada central que dá acesso ao *hall* e à escada única, que liga os vários níveis. O tratamento decorativo da pedra é diferente nestes pisos, geralmente mais trabalhada. O andar imediatamente superior aos pisos térreos, possui sempre, quer em toda a sua largura, quer apenas na área central, o elemento

⁸³ Cf. LOYER, François, *ob. cit.*, p.250.

varanda, de grande importância na marcação dos ritmos horizontais do edifício. Este elemento, geralmente, só aparece, depois, no andar inferior à mansarda ou ao telhado. Os pisos intermédios são ritmados pelos vãos, com a largura definida. Por vezes, na zona central do edifício o espaço existente entre as aberturas é menor do que nas partes laterais, de modo a conferir ao salão principal existente no interior, um maior grau de iluminação e uma relação mais próxima com o espaço – rua. Nestes níveis intermédios, as janelas são de sacada, com guardas individuais, na maioria dos casos, apesar de aparecerem exemplos de imóveis com varandas nestes pisos.

Os edifícios-tipo haussmannianos são encimados por coberturas que adquirem várias formas: umas são mansardas revestidas a ardósia, constituídas por uma fila de aberturas que repetem o ritmo dos vãos inferiores, outras são amansardadas, curvadas e revestidas a zinco ou ardósia, com janelas idênticas às anteriores; o terceiro tipo é o telhado, de águas, com telha de ardósia. Realçando ainda mais a verticalidade do edifício, as chaminés, de forma simples mas caracterizadoras, pelo seu grande tamanho, intersectam as coberturas dos quarteirões segundo uma mesma orientação, dispondo-se de forma quase equidistante, criando uma sequência de planos verticais com grande interesse.

O último piso destaca-se, como já foi referido, por uma varanda que o envolve em toda a sua largura, constituindo, muitas vezes, como que um prolongamento da cobertura por se revestir do seu material, resultando o conjunto numa espécie de mansarda de dois pisos. É de referir que, nos imóveis das grandes vias, com mais de 20m de largura, este último nível é considerado um “falso recuado”⁸⁴, pelo facto de derivar da autorização, pelo decreto de 27 de Julho de 1859, da subida acima da cornija de 17,54m até aos 20m de altura. De facto, esta subida não passa de uma diminuição da espessura da alvenaria de pedra, formando um novo friso em área igual aos restantes.

Concluindo, o imóvel haussmanniano aponta para a banalização, na qual a identidade das fachadas desaparece totalmente, limitando a concepção arquitectónica e a diversidade formal em detrimento do pormenor decorativo. Cada unidade edificada deverá integrar-se na massa volumétrica do conjunto em que se insere - o quarteirão - diluindo-se nela, sem autonomia. Este conjunto por sua vez, submete-se ao traçado viário e à sua tipologia. Por vezes, a artéria dirige-se para um monumento, este sim, com alguma liberdade de projecto, individualizado e com uma escala que não é comum, separado do grupo e com volumetrias complexas (fig. 13). No entanto, o monumento não é, como em tecidos construídos mais antigos, origem do espaço público. Pelo contrário, assiste-se à valorização do vazio urbano em detrimento da construção monumental, propriamente dita.

O conjunto urbano, preconizado por Haussmann, apesar de algo monótono, apresenta, pelo seu equilíbrio, racionalidade e relação com o verde, uma harmonia muito grande, pela sua sequência precisa de volumes, pelo desafogamento do seu espaço público e pelo seu jogo de perspectivas, quer tendendo para um ponto fixo (monumento ou equipamento), quer estendendo a sua linha do horizonte para o infinito. O mais interessante é o ritmo, extremamente cadenciado e o ordenamento

⁸⁴ Definição dada por LOYER, François, *ob. cit.*, p.234.

que as linhas apresentam, quer na massa construída, quer no conjunto vegetal, com os diversos elementos dispostos segundo uma ordem perfeita (figs. 14 a 17).

2.1.2 - O Verde Urbano

Uma das características mais importantes das vias parisienses oitocentistas é a sua associação ao sistema vegetal – o verde urbano.

Baseado nos grandes traçados suburbanos dos séculos XVII e XVIII, em que as estradas reais eram devidamente destacadas e monumentalizadas por uma cortina arbórea, os *boulevards* do Segundo Império irrompem através do tecido consolidado da cidade. O primeiro exemplo de grande abertura arborizada por Haussmann é o *boulevard Sébastopol*, a segunda artéria a ser aberta no tempo do barão, logo a seguir à ligação da Rua Rivoli com a Rua Ste. Antoine.

O espaço verde é, assim, um dos principais elementos da paisagem urbana, mais do que não seja a avaliar pela enorme quantidade de plantações efectuadas durante o Segundo Império, sob a forma de variadas tipologias: dois bosques, três parques, dois jardins, dezanove *squares* e inúmeras praças e avenidas⁸⁵.

As zonas verdes seguiam a filosofia do plano, estando hierarquizadas e integradas numa complexa rede urbana, na qual certas praças, *squares* ou outros espaços plantados, estavam em articulação e colocação estratégica, relativamente aos grandes traçados, também eles arborizados.

Funcionalmente, o conjunto vegetal não revela um papel definido, mas torna-se o local de acolhimento de várias funções temporárias. A sua característica dominante será a de local aprazível, cenário ideal para passeios, festas, marchas e desfiles, manifestações, etc., mas também outros papéis cabem no âmbito dos espaços verdes. O sistema vegetal estabelece uma relação de complementaridade com os objectivos higienicistas do plano de Paris. A sensação de ar puro, do respirar a Natureza, da sombra refrescante, aliada ao vazio urbano (abertura viárias), enaltece o carácter salubre do grande traçado. Por outro lado, as cortinas arbóreas das artérias acentuam os alinhamentos das fachadas, criando com elas uma relação de perspectiva em que, alinhamento natural e alinhamento construído, convergem para um mesmo ponto de fuga, reforçando ainda mais a ideia do rigor haussmanniano. Em último lugar, é a monumentalidade das árvores de grande porte, rigidamente alinhadas, niveladas segundo alturas idênticas, enquadradas num conjunto colossal e aumentando-lhe o requinte, de gosto burguês.

Ao espaço do imóvel construído de um e de outro lado da rua, banalizado e monótono, corresponde uma igual monotonia vegetal constituída por filas de árvores idênticas que se alinham paralelamente ao edificado. No entanto, um dos grandes triunfos do plano de Haussmann, está, parcialmente, na associação espaço mineral – espaço vegetal, dado que as cortinas arbóreas estabelecem-se relações dinâmicas de “dentro – fora” da área vegetal, produzida também pelo seu efeito de perspectiva,

⁸⁵ Valores atribuídos por CARS, Jean des, PINON, Pierre, *ob. cit.*, p. 162.

uma ideia de encurtamento de caminho e uma maior facilidade de percursos, dado o ar agradável de espaço de passeio.

2.2 A integração do Plano de Haussmann no contexto lisboeta e o seu resultado

Definida e resolvida a execução da avenida da Liberdade e ultrapassadas as contestações, Lisboa acorda com a concretização do seu sonho parisiense.

Segundo Maria João Madeira Rodrigues, «não parece lícito também ligar directamente ao Paris haussmanniano o traçado de Lisboa. Em primeiro lugar porque o teor das influências não se desenvolve ao nível da simples imitação, depois porque existam no plano adoptado por Ressano Garcia obrigações em relação a um núcleo gerador que naquele foram ignoradas, e ainda porque, exercendo-se este sobre uma área de expropriação rústica, não arrasta a destruição da cidade antiga»⁸⁶.

Não se pode, de facto, afirmar que Lisboa tenha importado, na íntegra, o modelo haussmanniano. Por um lado, porque a intenção de Lisboa era expandir-se para norte onde as características ainda eram marcadamente rurais, por outro porque dificilmente se poderia importar o espírito do segundo império francês, pela diferença de conjunturas e, também, porque a tendência natural das nossas importações de modelos estrangeiros, é para a sua adaptação à escala portuguesa, muitas vezes por falta de capacidade financeira.

Como adiante será referido (Cap. IV), a norte da extinta Praça da Alegria de Baixo, as terras pertenciam aos arrabaldes de Lisboa, situando-se fora do aglomerado urbano. A própria Rua do Salitre localizava-se nos domínios rústicos. Para além do Passeio Público da Praça da Alegria de Baixo e de parte da Rua do Salitre e de um punhado de casas das extintas Rua do Vale do Pereiro e Calçada da Natária⁸⁷, o espaço construído lisboeta pouco sofreu e as demolições foram quase irrelevantes. Lisboa era uma cidade pequena, que vivia no seu centro e que, saturada de se estender ao longo das margens do Tejo, resolveu expandir-se para norte. Assim, quando Ressano Garcia planeou a construção de *boulevards* conjugou o tecido urbano existente com um novo traçado, à imagem e semelhança do que vira em Paris.

A principal analogia entre os planos de Ressano e de Haussmann está na abertura viária, na criação de grandes artérias articuladas entre si por praças – das quais Ressano importou a rotunda – que tendem a expandir-se e irradiar-se para outros pontos da cidade. Estas artérias dão origem a uma malha viária secundária que proporciona a existência de quarteirões de forma regular e ortogonal. A Avenida da Liberdade constituiu o início deste plano, que se prolongou até ao Campo Grande. Dentro daqueles quarteirões, apareceria igualmente o *lote rentável*, produto da

⁸⁶ RODRIGUES, Maria João Madeira, “Tradição, transição e mudança - A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, em *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, 1979, p. 77.

⁸⁷ Estas ruas localizavam-se na área actualmente abrangida pela Praça Marquês de Pombal e bairros adjacentes.

criação de parcelas cadastrais desafogadas e regulares, que permitissem uma maior rapidez e facilidade de construção. Para isso, tal como no contexto parisiense, foi necessária a execução de “acertos” nas propriedades a passar para o domínio público, de modo a evitar as pequenas parcelas sobrantes bem como partes de edifícios restantes, os já referidos imóveis “placard”.

A apoiar estas pretensões, a lei francesa de 16 de Setembro de 1807⁸⁸ e a lei portuguesa de 9 de Agosto de 1888 (Lei de Expropriação por Zonas)⁸⁹ estabelecem os suportes legais e apresentam aspectos e ideias muito semelhantes, como no exemplo abaixo se descreve:

No caso francês, «*Les maisons et les bâtiments dont il est nécessaire d'acquérir une portion pour cause d'utilité publique se sont achetés en entier si ses propriétaires ses requièrent par une déclaration formelle adressée au magistrat directeur du jury*»⁹⁰.

A lei portuguesa previa que «Se as expropriações de que trata o artigo 1.º [os prédios considerados de utilidade pública] for compreendida só parte de algum prédio ou edifício, poderá o seu proprietário obrigar a Câmara a fazer a expropriação de todo o edifício ou prédio»⁹¹.

Não se tendo verificado, na Avenida da Liberdade, a rigidez haussmanniana, nomeadamente quanto à definição da largura dos lotes, foi conseguida uma maior forma e uma maior dimensão da parcela fundiária que, aliada ao traçado dos novos bairros adjacentes ao *boulevard* lisboeta (Camões e Barata Salgueiro), contribuiu para a criação de um conjunto urbano ordenado, monumental, salubre e rentável.

O “aportuguesamento” da importação do modelo haussmanniano é marcado por duas diferenças fundamentais: a relação imóvel – rua e adaptação ao tecido urbano existente.

Contrariamente ao arquétipo francês, em Lisboa não se verificou a existência da *arquitectura regulamentar*, e nenhuma lei específica definiu parâmetros rígidos na construção da massa edificada envolvente à Avenida da Liberdade, como aconteceu em Paris com os decretos regulamentadores de 1852 e 1859 e com a própria intervenção pessoal de Haussmann.

Sujeito a um maior número de acções especulativas, os imóveis da nova extensão do aglomerado lisboeta, dos finais do século XIX, aparecem segundo várias tipologias distintas e, não obstante o facto dos alinhamentos respeitarem o plano do engenheiro-chefe da Câmara Municipal de Lisboa, não existiu qualquer preocupação em relação à cêrcea dominante e muito menos quanto ao nivelamento da construções. Na Avenida da Liberdade coexistem, lado a lado, o prédio de rendimento, o palacete burguês, o palácio e a casa de espectáculos, contrariamente às parisienses sequências de imóveis semelhantes, alinhados e banalizados. A tal facto, não será estranha a

⁸⁸ Esta lei foi, mais tarde, revista e confirmada pelas leis de 7 de Julho de 1833 e de 3 de Maio de 1841.

⁸⁹ Apesar de, aquando da data da sua publicação, a Avenida estar praticamente concluída, anteriormente pelas dificuldades encontradas já se efectuava este tipo de procedimentos, através de pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais e que mais tarde foram confirmados pela lei supracitada.

⁹⁰ Lei de 16 de Setembro de 1807, Artigo 50.º

⁹¹ Lei de Expropriação por Zonas, de 9 de Agosto de 1888, Artigo 4.º

especulação imobiliária, que marcou a construção desta via, nem a morosidade com que as obras foram decorrendo. Com efeito, enquanto em Paris toda a execução do plano passou pelo mesmo homem – Haussmann –, em Lisboa, ao nível arquitectónico, essa execução foi ultrapassada no tempo, relativamente à estadia de Ressano Garcia como engenheiro-chefe da Câmara. Também não é alheio o facto de, nas ideias de abertura de *boulevard* lisboeta não estar contemplada a relação imóvel – rua, ficando este ao sabor do gosto e intenções das entidades particulares.

A despeito das inúmeras críticas feitas à qualidade de construção dos edifícios da Avenida¹⁹, o “aportuguesamento” do modelo veio, no entanto, evitar a banalização e a monotonia da imagem edificada. De facto, a multiplicidade de casos e volumes aliada ao verde urbano, proporcionou uma dinâmica ao conjunto, uma certa *alegria* no espaço exterior. O lioz de Pero Pinheiro constitui o material comum aos edifícios da Avenida oitocentista (não estamos a analisar aqui as construções recentes), existente nos socos, nas molduras dos vãos, em cimalthas, em alguns elementos decorativos e, em alguns casos, revestindo todo o edifício. Nos planos de parede da maioria das construções, a pintura de várias cores alia-se ao azulejo, num toque de colorido luminoso que reflecte de forma intensa a luz de Lisboa.

O imóvel tem autonomia. A não existência de uma arquitectura regulamentar permite uma maior liberdade ao projectista, apesar de este, muitas vezes, inspirar-se nos motivos decorativos haussmannianos, pela grande moda que era a arquitectura de Paris de então.

Por outro lado, a não destruição do tecido urbano envolvente implicou a manutenção e a conjugação com o pitoresco citadino. Através das transversais à Avenida, existentes ao tempo do Passeio Público, avistam-se as ruas tortuosas e os recantos graciosos, numa coexistência harmoniosa entre o monumental e a pequena escala.

A Avenida da Liberdade rompe com o Passeio Público mas manteve-se no seu local, não extravasando a sua largura e respeitando as ruas Oriental e Ocidental do Passeio Público e as suas transversais, alinhando-se segundo uma direcção anteriormente definida, não se impondo à malha tradicional, apesar da sua pretensa magnificência. Aliás, a dimensão e a monumentalidade à escala de Paris nunca foi conseguida, se compararmos a nossa avenida com os grandes *boulevards* da capital francesa. A extensão daquela é muito menor, revelando uma diferente relação comprimento – largura.

Das palavras de Mário de Almeida registadas no início no capítulo introdutório⁹², podemos concluir que, de facto, a moda veio sempre de Paris mas teve alguma tradução, só que não se tratou de uma tradução *ipsis verbis*, mas sim de uma adaptação à escala portuguesa, mais propriamente, à escala lisboeta, mais pequena e graciosa e a maior escassez de meios financeiros.

Apesar das deturpações em relação à linguagem haussmanniana, a Avenida da Liberdade conseguiu obter um certo “ar francês”, proveniente da sua escala monumental se a compararmos ao apertado tecido urbano tradicional de Lisboa, aliada à abundância de vegetação nos seus passeios laterais e pela sua tipologia, com

⁹² Veja-se a página 6 da presente dissertação.

destino a duas praças distintas, dois pontos marcantes, um dos quais (Praça Marquês de Pombal) é o ponto de partida da irradiação de uma malha viária bastante mais extensa, também ela de inspiração parisiense.

CAPÍTULO III

Projectos e Planos

A maturação da ideia de uma avenida que prolongasse o perímetro urbano da cidade de Lisboa para norte, constituiu um processo muito longo, de origens anteriores ao próprio Passeio Público.

Divagando entre as propostas políticas e o risco dos projectistas durante mais de um século, pela sua idade recente a Avenida da Liberdade concentra grande parte da sua história em antecedentes repletos de projectos e planos, utópicos ou realistas.

Após a sua conclusão, pela importância que adquiriu no espírito dos finais do século XIX e da primeira metade deste século, os planos não cessaram, no sentido do prolongamento e / ou seu embelezamento desta artéria, em vãs tentativas de monumentalização única na cidade.

Façamos aqui uma distinção entre as propostas políticas e as representações gráficas e escritas dos projectistas.

As propostas políticas, provenientes dos membros do Governo ou de representantes da Câmara Municipal e discutidas nos respectivos lugares de reunião, eram materializadas através do apoio técnico, que mostrava no papel as possibilidades de realização das mesmas. Contudo, esta relação nem sempre era de complementaridade, pois, os projectos ou planos, preconizavam um vasto leque de opiniões servindo, por vezes, de base à contradição das decisões instituídas ou crítica à obra efectuada.

Neste caso, está incluído o próprio plano de Ressano Garcia, produto final de um conjunto de propostas políticas que, pouco a pouco, se foram corporalizando. No segundo aspecto, poderemos citar os projectos de engrandecimento e prolongamento de Miguel Pais, Cristino da Silva e Faria da Costa⁹³ bem como os desenhos e textos de Fialho de Almeida acerca da monumentalização da referida via.

Os planos mais recentes, o Estudo Morfológico e Cérceas do Arq. Pedro Vieira de Almeida (1973)⁹⁴ e o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes (PUALZE) da autoria dos arquitectos Fernandes de Sá e Francisco Barata⁹⁵, apresentam outro tipo de preocupações, dado que surgiram após a criação de situações descaracterizadoras do tecido urbano da Avenida. Deste modo, o plano elaborado em 1973 num contexto extremamente especulativo, previa uma maior uniformização de cérceas, valorizando apenas os imóveis classificados em

⁹³ Tal como referimos no Capítulo da Introdução, não nos foi possível o acesso ao Plano de Prolongamento da Avenida da Liberdade do Arq. Faria da Costa, pelo que deixamos apenas algumas alusões a este projecto.

⁹⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Estudo Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973.

⁹⁵ SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, *Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

desfavor dos edifícios do conjunto, que não obedeciam a qualquer acção de salvaguarda.

O PUALZE, elaborado já no âmbito da criação da Zona Especial de Protecção, em 1996,⁹⁶ contempla a salvaguarda de imóveis de conjunto, para além de prever um maior controlo na subida de cércas.

Poderemos assim encontrar ao longo de todo o historial desta artéria, uma série de planos e estudos que se centraram em três fases e intenções distintas: a primeira assentava na definição da configuração e traçado da via de expansão da cidade para norte; após a sua construção, as preocupações viraram-se para o prolongamento e embelezamento e, por causa da transformação nefasta de que foi objecto a Avenida através dos especuladores imobiliários, os actuais conceitos, embora em diferentes perspectivas, centram-se principalmente na sua revitalização.

No capítulo I analisámos as propostas de carácter político que foram apresentadas e discutidas ao longo de vários anos, até à concretização da Avenida da Liberdade. Neste capítulo será realçado o trabalho dos planeadores, dos técnicos e artistas que se debruçaram sobre o seu estudo. A Avenida é extremamente rica em planos e projectos, uns de índole mais pragmática, outros esteticamente belos e grandiosos (fig. 18).

3.1 Os antecessores dos planos de Ressano Garcia

3.1.1 - A proposta de 1756

Já aqui estabelecemos a ligação entre o Passeio Público e os urbanistas do Marquês de Pombal. No entanto, previamente à construção do jardim, já os mesmos arquitectos pombalinos anteviam o futuro com um plano que rapidamente foi abandonado, como se o destino tivesse marcado o lento compasso da expansão urbana de Lisboa para norte. Esse plano, de urbanização, foi elaborado em 1756 por Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Sebastião Poppe e era constituído por dois eixos, A e B, que se intersectavam num ponto próximo da actual Rua das Pretas, cuja disposição «reflecte já a necessidade, sentida por projectistas, de uma inflexão para nordeste, pelas dificuldades orográficas provocadas pela colina de Sant'Ana»⁹⁷.

O eixo A, corresponderia a uma grande via que, partindo da Praça do Comércio e da Rua do Ouro, seguiria numa direcção aproximadamente paralela à actual Avenida da República, ou seja, uniria a baixa à zona arrabaldina do Campo Grande, que seria a área suburbana mais densamente povoada.

O segundo eixo – B – partiria das proximidades da Praça da Figueira, tomando uma orientação e uma localização muito próximas ao traçado da Avenida

⁹⁶ As referências à Zona Especial de Protecção à Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, estão mencionadas no Capítulo VI desta dissertação.

⁹⁷ FERNANDES, José Manuel, “Alguns apontamentos sobre o urbanismo Alfacinha”, em *Arquitectura*, n.º 138, Setembro/Outubro 1980, p. 41.

da Liberdade. Esta seria a grande artéria de saída da capital em direcção às cidades do norte⁹⁸ (fig. 19).

A análise deste plano e mais propriamente deste segundo eixo, faz-nos reflectir sobre qual teria sido a influência deste estudo nas propostas que, um século mais tarde, viriam a dar origem à abertura da Avenida. Com efeito, apesar do abandono da ideia e do projecto em questão abranger uma área em expansão tão vasta para a época, que se poderia confundir com meras ligações da cidade às imediações arrabaldinas, as semelhanças com as realizações efectuadas são bastante expressivas e, inclusivamente, são mais próximas entre si do que com algumas propostas apresentadas no século XIX, dado que a maioria delas previa a continuação da avenida, ligando-a à Estrada da Circunvalação⁹⁹.

Para além das dificuldades orográficas proporcionadas pela colina de Sant'Ana, os planeadores certamente que tiveram, tal como Ressano Garcia, a noção dos desníveis nos terrenos localizados a norte das terras de Vale do Pereiro e criaram uma grande praça com 130 x 150 m em forma octogonal, de onde partiriam dez ruas unidas entre si por um anel viário circundante. Este conjunto praça – ruas estaria situado onde hoje está a Rua Alexandre Herculano e definia uma configuração estrelada na área planeada, numa clara antevisão do sistema oitocentista de espaço viário – rotunda de distribuição.

É ainda de referir que algumas das ruas radiais seriam veículo de comunicação, a nascente, entre os eixos A e B e a poente, entre a via B e o Largo do Rato.

Contemplando uma visão ampla do crescimento urbano da cidade, o plano em estudo está, contudo, notoriamente incompleto, com algumas situações por resolver, tais como, a definição do início do eixo B e o modo como se articula com o tecido urbano existente, bem como o traçado de algumas das ruas radiais, cujo destino se afigura incerto, sem uma lógica de expansão definida. O ponto de intersecção entre os eixos A e B também forma um ângulo difícil, se pensarmos em termos da sua inserção numa malha de carácter ortogonal, provinda da herança pombalina, conforme se poderá constatar na análise à figura 19.

O plano, apresentado como um esboço visionário, ia mais além das necessidades reais de crescimento da urbe setecentista. No entanto, já explorava as capacidades morfológicas do, mais tarde, denominado *Vale Central*, como área potencial de expansão futura. O Vale Central foi definido, em meados do século XIX como o principal traçado de comunicação de Lisboa com as áreas suburbanas, tal como consta na “Planta de Lisboa”, de 1856/1858 da autoria do Eng.º Filipe Folque e que lançava as directrizes para a abertura das grandes avenidas dos finais daquele

⁹⁸ José Manuel Fernandes, na obra citada na nota anterior, mencionando as melhores capacidades distributivas do eixo B alerta, contudo, para o problema gerado por esta linha axial na articulação com a malha da Baixa Pombalina, com a qual faria um ângulo difícil de resolver.

⁹⁹ A Estrada da Circunvalação partia de Alcântara, subindo na direcção de Campo de Ourique, nas proximidades do cemitério dos Prazeres, atravessando Campolide até S. Sebastião da Pedreira. Daí, dirigia-se para Picoas e, transpondo a zona de Arroios, seguia para o Alto de S. João de onde descia até ao seu ponto final, que se localizava nas proximidades da cerca do antigo Convento da Madreus.

século¹⁰⁰. Embora antecipada, poderemos considerar a proposta de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Sebastião Poppe, como uma verdadeira precursora do que viria a tornar-se a Avenida da Liberdade.

3.1.2 - Planos para um boulevard – Pedro José Pézerat, Bartholomeu Déjante e Domingos Parente

Nô capítulo I deste estudo afirmámos que a proposta política do presidente da Câmara Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, em 1859, teria constituído o despoletar do processo de concretização da Avenida da Liberdade. Por outro lado, existem referências a um projecto datado do mesmo ano¹⁰¹, da autoria do engenheiro – chefe da Repartição Técnica da Câmara, Pedro José Pézerat,¹⁰² de um eixo viário com início no Passeio Público e limite em Palhavã, passando pelo Vale do Pereiro. Não existem provas de que este projecto esteja directamente ligado à proposta de Júlio Pimentel. No entanto, a acta da Sessão Camarária de 3 de Junho de 1859, informa que «O Exm^o Senhor Presidente fez as seguintes propostas, que foram remetidas à *Repartição Técnica*, para proceder aos estudos iniciados»¹⁰³ e prosseguia com a já citada intenção. Apesar do presidente designar como final da avenida S. Sebastião da Pedreira e daí inflectir para o Campo Grande, poderão ter existido mudanças de conduta, por razões que desconhecemos, no decorrer da concepção do plano, mas, de facto, parece existir uma relação temporal e institucional entre a proposta camarária e o estudo da Repartição Técnica. Aparece, assim, uma proposta política traduzida para o papel, sob a forma desenhada. Não teria sido esta a primeira representação gráfica de um estudo para uma artéria a percorrer o vale central de Lisboa, elaborada por Pézerat. Nos finais da década de 40 do século XIX, subscreveu uma planta referente a um projecto de «Boulevard e de Bairro entre a Praça da Alegria, a Rua das Amoreiras e a Rua de St.^a Joana¹⁰⁴. Maria Helena Barata-Moura¹⁰⁵ descreve o seu traçado, que seria iniciado na Rua Ocidental do Passeio Público, continuado em linha recta até ao local da actual Rua Alexandre Herculano, para onde foi projectada

¹⁰⁰ FOLQUE, Filipe, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa levantada em 1856, 1857 e 1858 por ordem de Sua Majestade, sob a direcção do Conselheiro Philippe Folque, Brigadeiro Graduado do Exército, Director Geral dos Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino, por Carlos Pézerat, Francisco Goullard e Cesar Goullard*, 1859.

¹⁰¹ Raquel Henriques da Silva em *O Livro de Lisboa*, p. 430, afirma que «datarão destes anos [1859] e em consonância com este desejo [a proposta de Júlio Pimentel], os primeiros desenhos bastante informes de P. J. Pézerat, a maioria dos quais terá infelizmente desaparecido, no incêndio de 1863 dos Paços do Concelho».

¹⁰² Pedro José Pézerat, de origens francesas, foi nomeado engenheiro civil das obras do Município de Lisboa em 4 de Dezembro de 1852. Do seu curriculum, para além dos projectos de *boulevards*, fazem parte das obras como o matadouro, aquedutos e plantas topográficas, a Escala Politécnica e os Banhos de S. Paulo. Morreu em 1 de Maio de 1872.

¹⁰³ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Proposta do Presidente Júlio Pimentel para a abertura de uma rua larga ou *boulevard*, ou alameda, que parta do fundo do Passeio Público até S. Sebastião da Pedreira, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 3 de Junho de 1859, pp.322-323.

¹⁰⁴ Este projecto encontra-se no Arquivo Municipal do Arco do Cego. Como, actualmente, não está acessível ao público, socorremo-nos da descrição, bastante detalhada, de Maria Helena Barata-Moura.

¹⁰⁵ BARATA-MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa, *Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, 1996, pp. 135-136.

uma praça quadrada da qual derivariam sete ruas: a norte, duas ruas sem *terminus* e outras dirigindo-se à Praça das Amoreiras, a poente da praça, uma via para a unir ao Largo do Rato, a sul as ligações à Praça da Alegria e à Rua de Santa Marta e, finalmente, a nascente, estava prevista uma artéria de comunicação da praça com a Rua do Chafariz Andaluz. Sensivelmente a meio do comprimento do *boulevard* projectado, passaria uma via que lhe seria perpendicular e que uniria a Rua de Santa Marta à avenida que iria até à Praça da Alegria.

Pézerat terá elaborado outros estudos e desenhos que, infelizmente, se terão perdido num incêndio dos Paços do Concelho, ocorrido em 1863. No entanto, a análise ao espólio do trabalho deste engenheiro parece revelar que o mesmo estaria aquém das expectativas nele depositadas. «A fluidez e por vezes a inconsistência das suas propostas, o carácter empírico dos estudos realizados, a falta de sistemática das suas intenções, apontam para a figura de um programador romântico, sem capacidade de gerir as exigências de um ofício já eminentemente técnico»¹⁰⁶.

Em consonância com as propostas políticas, encontramos também os planos da autoria de Bartholomeu Achilles Déjante e de Domingos Parente da Silva.

Dos estudos de Déjante pouco se sabe, dada a probabilidade de se encontrarem perdidos, existindo algumas referências ao mesmo através de um ofício do Ministério das obras Públicas à Câmara Municipal, solicitando a devolução do projecto¹⁰⁷. É, no entanto, suposto que este tenha sido o estudo que, em 1870, o Ministro das Obras Públicas Joaquim Thomaz Lobo d'Ávila ordenou elaborar, dado que, o despacho e o projecto, são datados do mesmo ano. A única informação que conseguimos apurar sobre este plano é o de que era constituído por um «atlas com desenho e sete cadernos escritos»¹⁰⁸.

Domingos Parente da Silva entrou para a actividade como Arquitecto da Câmara em 1866, em lugar hierarquicamente inferior ao do Engenheiro-Chefe, que então era ocupado por Pézerat¹⁰⁹.

A sua ligação com o que seria a futura Avenida da Liberdade traduz-se num contributo para a génese desta artéria. Teria sido da sua autoria o plano bastante impreciso de um *boulevard*, que partiria do Passeio Público e iria ao Campo Grande. Este plano, datado de 1873-74, teria sido apresentado por Saraiva de Carvalho e Pereira de Miranda à Câmara dos Deputados, em Fevereiro de 1874¹¹⁰. Tal como em relação ao plano de Bartholomeu Déjante, já não existem as peças deste projecto. No entanto, sabe-se que foi a partir deste que, em 1877, Ressano Garcia iniciou os seus trabalhos, que viriam a culminar com a proposta definitiva da abertura da Avenida.

¹⁰⁶ Câmara Municipal de Lisboa, *Lisboa de Ferderico Ressano Garcia 1874-1909*, Lisboa, 1989, p. 19.

¹⁰⁷ De acordo com a informação obtida em SILVA, Raquel Henriques da, "O Passeio Público e a Avenida da Liberdade", em *O Livro de Lisboa*. p. 430

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 430.

¹⁰⁹ Cf. Câmara Municipal de Lisboa, *ob. cit.*, p. 19.

¹¹⁰ Cf. Câmara Municipal de Lisboa, *Foi assim em 1886 - 100 anos do Monumento aos Restauradores*, catálogo da exposição comemorativa dos 100 anos do monumento aos Restauradores, Lisboa, Palácio Galveias, Dezembro de 1986.

3.2 - Os planos de Ressano Garcia

O plano de Ressano Garcia, perante as circunstâncias de efectivação real e a exigência de estudos mais aprofundados de todas as condicionantes, nomeadamente, as de ordem económica e topográfica, veio seccionar as propostas apresentadas até então, ao prever a situação do seu ponto terminal em terras de Vale do Pereiro. Apesar de conclusiva e devidamente justificada, deixou em aberto a hipótese de ligação directa do Rossio à Estrada da Circunvalação, como adiante estudaremos.

Ressano Garcia apoia o seu traçado das condições morfológicas da área a intervir como primeiro factor a considerar, já que o mesmo teria as suas implicações económicas¹¹¹. Em prol de um traçado racionalista e prático, indo de encontro aos propósitos higienicistas, às necessidades expansionistas e aos reduzidos recursos económicos do município, foi afastado o desejo de longos anos de implantação de um grande *boulevard* à maneira parisiense, mesmo esquecendo que, na capital francesa, as longas artérias se estenderam em grandes extensões de terreno quase plano, de topografia bem diferente de uma cidade de colinas, como é Lisboa.

O traçado resultante do trabalho de Ressano Garcia¹¹² é sobejamente descrito ao longo de toda esta dissertação. Poderemos, resumidamente, caracterizá-lo pelo aproveitamento da largura do Passeio Público, inclusivamente das suas ruas laterais, da “colagem” da nova malha urbana ao tecido pré-existente, à sua finalização norte numa grande praça circular, com 200m de diâmetro, irradiadora de várias artérias de expansão, da posterior origem dos bairros adjacentes e na manutenção de largas faixas arborizadas, num verde urbano muito ao gosto da época.

No Arquivo Municipal do Arco do Cego encontrámos dois projectos da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, dirigida por Ressano Garcia, complementares ao plano supracitado. Consta o primeiro, do projecto para um viaduto transversal à Avenida da Liberdade, que partiria do Jardim de S. Pedro de Alcântara e terminaria na Rua da Palma (fig. 20).

¹¹¹ Em sessão camarária de 12 de Outubro de 1877, o Engenheiro-chefe expõe perante os vereadores as razões da sua proposta: «O sr. engenheiro disse que, em virtude das dificuldades que, em qualquer direcção, apresentavam os terrenos ao norte do passeio publico, não podia o boulevard seguir com um alinhamento único desde o referido passeio até às portas da cidade, e que na sua opinião não convinha dar-lhe a mesma largura nos alinhamentos sucessivos; mas que no 1.º d'estes, o qual mais directa e especialmente interessa á discussão que agora se ventilava, devia a futura avenida ser dirigida exactamente no prolongamento do actual passeio e ter a largura d'este com as ruas lateraes, fazendo-se por esta fôrma concorrer o passeio, depois de transformado, para a magnificencia d'aquelle primeiro lanço rectilineo, inquestionavelmente tanto mais bello, quanto mais extenso fôsse».

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, “Proposta do Vereador Rodrigo Afonso Pequito, para que a Câmara delibere sobre a largura e forma da avenida projectada desde o Passeio do Rocio até às portas da cidade”, em *Archivo Municipal*, Sessão de Câmara de 12 de Outubro de 1877, p. 458.

¹¹² Deverá ser salientado o papel do Eng.º António Maria de Avellar, contratado como director de obra para a realização dos trabalhos de construção da Avenida da Liberdade, na concretização da mesma.

O segundo projecto trata de um esboço da implantação de um Palácio da Justiça, a localizar no quarteirão definido pela Avenida e pelas ruas Alexandre Herculano, Rosa Araújo e Mouzinho da Silveira (fig. 21).

Ambos os projectos ficaram em papel, não tendo sido realizados.

3.3 - As propostas de prolongamento e embelezamento da Avenida da Liberdade

3.3.1 - O prolongamento da Avenida proposto por Miguel Pais

Definidos no plano de Ressano Garcia, a extensão e os limites da nova avenida, cedo se desenvolveu a ideia do seu prolongamento até S. Sebastião da Pedreira, mais propriamente, até à Penitenciária. Desde que se considerou a hipótese de abrir uma via que começasse no Passeio Público, que o seu destino final era, em quase todas as propostas, S. Sebastião da Pedreira e só deste local partiriam as artérias radiais.

A implantação de uma rotunda em Vale do Pereiro resultou numa avenida pouco comprida, sem as características monumentais dos *boulevards* franceses, não se situando, para quem a contestou, no ponto mais favorável para a melhor resolução as intenções de ligação da Baixa ao Campo Grande.

É da responsabilidade do Engenheiro Miguel Pais¹¹³, a proposta que terá gerado mais polémica em torno deste assunto: o plano para o seu prolongamento com a consequente anulação da que viria a ser a Rotunda do Marquês de Pombal.

Alvo de várias críticas, o plano de engrandecimento da Avenida da Liberdade delineado por este engenheiro, opõe-o a Ressano Garcia. Os opúsculos¹¹⁴ da autoria de Miguel Pais consistem, simultaneamente, na explanação e na defesa da sua ideia, em relação às críticas apontadas. O 2º opúsculo não é mais do que a resposta à apreciação menos favorável da revista *O Occidente*¹¹⁵, e que o próprio engenheiro transcreve (fig. 22). Em causa estão, segundo aquela publicação periódica, alguns apontamentos essenciais, como sejam: a excessiva inclinação da Avenida engrandecida, a pequenez da estátua ao Marquês de Pombal face ao efeito de perspectiva que teria quando observada a partir da Praça dos Restauradores, a necessidade da não abolição da Rotunda como uma das poucas praças regulares da cidade e a importância das duas ruas radiais àquela, que Miguel Pais pretendia

¹¹³ Miguel Pais (1825 – 1888) nasceu em Lisboa, licenciando-se em engenharia militar, em 1865, na Escola do Exército. Trabalhou para o Ministério das Obras Públicas, onde exerceu várias funções, nomeadamente, na Comissão de Estudos para os Melhoramentos do Porto de Lisboa, cujo trabalho foi louvado oficialmente. Foi fundador da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, em 1869.

Cf. BARATA-MOURA, Maria Helena, *ob. cit.*, p. 114.

¹¹⁴ No seu conjunto, Miguel Pais editou dois opúsculos respondendo às críticas que foram elaboradas em relação à sua obra, *Melhoramentos de Lisboa, engrandecimento da Avenida da Liberdade*, Lisboa, Typografia Universal, 1885. São eles: PAIS, Miguel Carlos Correia, *Melhoramentos de Lisboa, engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 2.º opúsculo, Lisboa, Typografia Universal, 1886; Idem, *Ibidem*, 3.º opúsculo, Lisboa, Typografia Universal, 1887.

¹¹⁵ *O Occidente*, n.º 249, Lisboa, 1885.

suprimir. Por fim, a nota de um certo constrangimento de que a Avenida da Liberdade vá terminar junto à Penitenciária.

Ao debater os argumentos veiculados pelo autor do artigo de *O Occidente*, o engenheiro descreve, de forma clara e com acompanhamento de peças escritas, a sua ideia, no sentido do engrandecimento da artéria oitocentista.

Utilizando como base de trabalho a Carta de Lisboa de 27 de Dezembro de 1881, à escala de 1:1000, Miguel Pais estuda o desenvolvimento topográfico do prolongamento da Avenida, definindo-lhe cotas e inclinações e fixa, explicando, os pontos essenciais do seu plano (fig.23).

São eles;

«1º Eliminar a actual rotunda;

2º Prolongar a Avenida, e com a mesma largura, até à estrada da circunvalação;

3º Estabelecer nesse ponto culminante, e em seguida, uma rotunda, igual à projectada nas terras do Valle do Pereiro;

4º Construir no centro dessa rotunda o monumento ao Marquês de Pombal;

5º Ligar a rotunda com o largo de S. Sebastião da Pedreira e estrada de Palhavã, como está projectado;

6º Suprimir duas das quatro ruas que no actual projecto derivam da rotunda;

7º Continuar o bairro da Avenida nos terrenos ora destinados ao parque;

8º Projectar um novo parque nos terrenos além da rotunda e da estrada da circunvalação»¹¹⁶.

Tendo por objectivo principal o prolongamento da avenida propriamente dita, Miguel Pais centra uma boa parte do seu plano na questão da implantação da rotunda. A eliminação da praça circular, projectada para Vale de Pereiro, não pressupõe para o engenheiro o seu desaparecimento, mas sim a sua deslocação, de modo a tornar-se no ponto culminante da artéria monumental que propõe construir. Segundo o autor, a rotunda projectada por Ressano Garcia ficaria enterrada ao centro de uma estrutura viária a que daria origem, constituída por ruas, quase todas partindo da praça em sentido ascendente, situando-se esta em cota bastante mais baixa.

A sua eliminação traria grandes vantagens que se traduziriam na diminuição da inclinação, quer na linha de prolongamento da Avenida, quer nos primeiros troços das artérias derivadas da dita praça e que, com a sua anulação, partiriam da via principal. A continuidade desta implicaria alterar a linha do projecto e consequente suavização da subida. A intersecção das ruas adjacentes acima referidas, com a grande artéria, poderia ser mais nivelada.

Assim, o prolongamento da Avenida da Liberdade até à sua *negação* - a Penitenciária -, projectaria os bairros adjacentes no sentido norte até à Estrada da Circunvalação. Daqui partiriam as ruas radiais da rotunda proposta, estabelecendo-se uma ligação directa com S. Sebastião da Pedreira, derivando daqui para as artérias suburbanas de grande movimento, a norte. Ao centro da dita praça colocar-se-ia não um pequeno monumento ao grande estadista de setecentos do tipo «gato de gesso»¹¹⁷

¹¹⁶ PAIS, Miguel Carlos Correia, *ob. cit.*, 2.º opúsculo, p. 8.

¹¹⁷ Termo utilizado pelos críticos de Miguel Pais, na citada revista *O Occidente*.

mas sim um grande arco triunfal, bem ao estilo parisiense, bem visível a 2410m de distância, ou seja, no início da Avenida.

Os estudos elaborados por Miguel Pais dos trajectos e ritmos de circulação do *grande movimento*¹¹⁸, estão na base da sua proposta viária que prevê a supressão de duas ruas constantes no plano oficial como radiais, localizadas a noroeste e a sudeste da praça circular, correspondendo às actuais rua Joaquim António de Aguiar e Avenida Duque de Loulé, respectivamente.

Enquanto que as artérias Nordeste (Avenida Fontes Pereira de Melo) e Sudeste (Brancaamp), são consideradas fundamentais como distribuidoras do tráfego, quer na direcção Campo Pequeno - Campo Grande, quer na ligação com a zona Largo do Rato - Estrela - Campo de Ourique as outras duas ruas, na opinião do engenheiro, têm razão de existir apenas como vias de simetria no desenho da rotunda que propõe deslocar.

A rua de Sudeste tornar-se-ia extremamente dispendiosa por necessitar de grandes aterros e de expropriações bastante onerosas, enquanto que a via a Noroeste seria demasiado inclinada, dificultando a circulação do tráfego.

A mais dura crítica à proposta de Miguel Pais terá sido, certamente, a elevada inclinação a que estaria sujeito o troço correspondente ao prolongamento da Avenida. O autor do plano rebate as opiniões divergentes, apresentando quatro estudos destinados a lançar a linha do projecto¹¹⁹.

A resolução do problema foi, desde logo, colocado sob duas vertentes: por um lado, fazer coincidir as cotas da rotunda a projectar e da estrada da circunvalação (107,3m); por outro, proceder a um corte de 1,30m nesta estrada, diminuindo a diferença de nível.

Em ambos os casos, o autor considerou a hipótese da união da cota mais alta por via de uma artéria em linha recta, de inclinação constante, ou de fazer divergir as inclinações em mais do que um troço, com diferenças de nível variadas.

Miguel Pais resumiu as suas hipóteses da seguinte forma:

Para a cota máxima de 107,3m

1ª 937m a 0,0593m
2ª 125m a 0,0380m
..... 812m a 0,0626m

Para a cota máxima de 106m

3ª 937m a 0,0579m
..... 125m a 0,0380m
4ª 812m a 0,0610m
..... 200m horizontal (rotunda)¹²⁰

¹¹⁸ Expressão utilizada por Miguel Pais no 2.º opúsculo da obra citada.

¹¹⁹ Na elaboração destes estudos, Miguel Pais toma como base três perfis longitudinais da área em questão, com linhas de corte distanciadas 45cm entre si de modo a criar uma divisão em 3 partes da avenida, de 90m de largura.

¹²⁰ Cf. PAIS, Miguel, *ob. cit.*, p. 12.

A proposta preferida pelo autor foi a 4ª, pela sua maior suavidade de inclinação, oferecendo deste modo, maiores vantagens no *grande movimento*.

Com maior ou menor polémica, Miguel Pais apresentou soluções de viabilidade para a execução do prolongamento da Avenida da Liberdade, alegando uma compensação financeira em relação aos custos dos aterros e desaterros, no menor desperdício das expropriações, já que estes seriam exercidos sobre terrenos não construídos. Considerando que a extensão da artéria seria muito menos onerosa e tecnicamente menos complexa do que o troço existente, o engenheiro atribuiu a sua não concretização apenas aos interesses económicos da especulação imobiliária.

A inviabilidade da realização de tal empresa não se prendeu somente a factores técnicos. Aliás, estes não seriam de grande importância face às opções políticas, conjugadas e aliadas aos interesses estabelecidos na época. A Avenida surgiu, desde sempre, de uma simbiose técnico - político, pelo que Miguel Pais não conseguiu repor as suas soluções, que apenas visavam os aspectos urbanísticos e científicos do engrandecimento do *boulevard* português mas, no entanto, os seus argumentos provavelmente nunca teriam sido totalmente esclarecedores. Se é verdade que, no que concerne ao domínio da topografia do troço compreendido entre a Praça Marquês de Pombal e a Penitenciária, foram apresentados estudos bastante válidos, as soluções de distribuição das artérias radiais da nova rotunda, foram abordados de uma forma vaga, denunciando uma certa incapacidade de resolução de problemas, tais como ultrapassar os obstáculos topográficos dos terrenos a norte da Penitenciária.

3.3.2 - O engrandecimento artístico proposto por Fialho de Almeida

Na revista *Ilustração Portuguesa* de 29 de Outubro de 1906¹²¹, Fialho de Almeida¹²², no seu usual modo satírico, com uma crítica dura e mordaz, apresenta a ideia de uma Lisboa nova e monumental. Não se trata de um plano, ou de um projecto, mas sim de um artigo ilustrado com desenhos elucidativos da opinião estética e arquitectónica do crítico, em relação à cidade.

Fialho de Almeida vagueia entre dois extremos: o corporativismo, colectivismo e socialismo, que constituem a novidade intelectual da época e o gosto requintado e rebuscado de uma aristocracia a ameaçar decadência. O seu alvo

¹²¹ ALMEIDA, Fialho de, “Lisboa Monumental”, em *Ilustração Portuguesa*, II vol., 29 de Outubro de 1906, pp. 396 – 405.

¹²² José Valentim Fialho de Almeida (1857 – 1911), oriundo de Vila de Frades, licenciou-se em Lisboa no curso de Medicina em 1885, profissão que não chegou a exercer por optar pela vida de escritor e de boémio do Martinho da Arcada. Das suas obras literárias que se confinaram, essencialmente, ao conto e à crónica, destacam-se *Os Gatos* (1889 – 1894), *Contos* (1881), *A Cidade do Vício* (1882) e *Lisboa Galante* (1890).

Crítico, esteta e contraditório, são adjectivos que caracterizam a sua personalidade que vagueou pelos vários estilos literários da época, sempre contra o ideal de vida burguês, que no fundo desejava, mas que a sua natureza anárquica não permitia.

Na fase final da sua vida, retirou-se para o Alentejo (Cuba), onde se dedicou aos contos de natureza rústica e campestre.

Cf. COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1.º vol., Porto, Figueirinhas, 1984, p.40; *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 1.º vol., Verbo, Março de 1995, pp. 159 – 163.

preferido é, sem dúvida, o extracto burguês e capitalista, em franca ascendência e domínio social e político, detentor de menor sentido artístico, em prol das vantagens financeiras e apadrinhado pela Câmara Municipal, cuja comissão técnica, para Fialho de Almeida, não atende aos factores estéticos e às perspectivas de conjunto monumentais. Nas acções urbanísticas e arquitectónicas da edilidade que «poderiam ter-se delineado em conjunto, calculando d'antemão o efeito architectorico sob os aspectos da magnificência ou graça scenographia, deixou-se completamente o capitalista à solta de recorrer às sabsenças de mestre Isidro ou mestre António, ou aos projectos de frangipana architecto, mui perito em palacetes - curraes e predios - comodos, prototypos de moradia do lisboeta imbecil que paga de 300\$000 a 700\$000 reis por cada andar»¹²³.

No tocante à Avenida da Liberdade e zonas adjacentes, os pontos de intervenção propostos, ou pelo menos uma abordagem do que deveriam ser, centram-se na Praça Marquês de Pombal, na zona de confluência entre a Avenida e a Rua do Salitre e um viaduto projectado por Ressano Garcia.

Fialho de Almeida não propõe nenhum prolongamento da artéria¹²⁴, para além da rotunda, mas sim um embelezamento desta última e um arranjo corporativista e monumental do sítio. Emblemática da posição bipolarizada do autor a praça devia ser o Terreiro do Paço socialista e um todo arquitectónico constituído por palácios de cúpulas, torres e colonatas, no maior requinte artístico – aristocrático. Nestes palácios, em número de quatro e localizados segundo os pontos cardeais, instalar-se-iam as sedes de quatro associações: a das Ciências Médicas que englobaria médicos, enfermeiros, farmacêuticos e parteiras, a Industrial, a Comercial e a dos Lojistas.

No espaço intercalar destes edificios, desenvolver-se-iam palácios de comícios e de exposições dos mais variados sectores, desde pintura a produtos agrícolas, industriais e coloniais, podendo, na área restante, haver lugar a habitações devendo, no entanto, manter-se sempre a uniformidade, simetria e harmonia do conjunto arquitectónico. Como se denota na gravura, os aspectos decorativos são essenciais, não podendo ser descurado por vantagens técnicas e práticas (fig. 25).

Em mais uma crítica à falta de perspectivas artísticas da Câmara Municipal de Lisboa é referido, por comparação, a suposta actuação da edilidade parisiense, que seria aproximada à ideia de Fialho de Almeida, não renegando as «beaux-arts» na aplicação das suas grandes empresas¹²⁵.

A segunda área de intervenção na Avenida da Liberdade, focada por Fialho de Almeida para embelezamento da artéria, foi definitivamente inviabilizada «por uma diferença ridícula de vinte a trinta contos». Em causa está o gaveto da Rua do Salitre, a Avenida e o Parque Mayer, outrora sítio de implantação da casa da

¹²³ Idem, *Ibidem*, p. 399.

¹²⁴ Embora não tenha sido referido pelo autor, supomos que o viaduto seria aquele que foi projectado por Ressano Garcia, que acima aludimos.

¹²⁵ É de relembra que em Paris, num contexto bastante diferente, os planos urbanísticos foram complementados com regras bastante restritivas ao nível arquitectónico.

marquesa de Alorna e que, ao ser demolida, deveria ter dado lugar ao acesso de ligação entre os jardins da Escola Politécnica e o *boulevard* lisboeta¹²⁶.

Por não ter chegado a um acordo, a Câmara Municipal deitou por terra a hipótese de criar uma alameda de união entre a Avenida e a Patriarcal Queimada, ornada de um verde eclético do tipo bosque japonês. Não fugindo ao seu fio condutor, o crítico sugeriu uma estrada monumental ladeada pelas esculturas de Avelar Brotero e Garcia de Horta.

Nã realidade, em vez da pomposa alameda, surgiu o palácio Mayer, prémio Valmor em 1901, do qual Fialho de Almeida duvidou dos critérios de atribuição, pela falta de qualidade, em seu entender, apresentada pelo edifício

A ideia da Avenida monumental foi, de certo modo, dissipando-se à medida que não se foram concretizando os seus planos mais audaciosos. Um destes foi o do viaduto, da autoria de Ressano Garcia, de estrutura metálica, que sobreporia a artéria no seu sentido transversal, como vimos anteriormente. Para além do seu carácter prático, no sentido do seu descongestionamento do tráfego, Fialho de Almeida entendia-o como uma peça urbana com elevado carácter estético, de «efeito scenographico, gigantesco e pernalta, barrando o ar n'um salto audacioso»¹²⁷.

Esta obra de engenharia, que percorreria aereamente Lisboa, de S. Pedro de Alcântara ao Campo de Sant'Ana, permitiria o desfrute, pelos lisboetas, da sua Lisboa, vista do céu, apesar dos receios do autor face a uma suposta frequência de vândalos e marginais, que poderia atormentar a vida normal do lisboeta pacato (fig.26).

Sem nenhum plano concreto ou solução técnica definida, Fialho de Almeida apresentou uma utopia monumentalizante, com toques de um suposto corporativismo e socialismo mas que, por outro lado, rejeita a banalização em prol da arte decorativa, rebuscada, ativa e burguesa, resultante da personalidade contraditória do escritor. Será talvez enquadrada na facção mais engrandecedora de uma avenida que sempre ficou acanhadamente monumental.

3.3.3. - *O prolongamento da Avenida na época do Estado Novo - as propostas de Cristino da Silva*

O prolongamento da Avenida da Liberdade não se ficou no plano de Miguel Pais. Com efeito, este assunto tem sido discutido e planeado ao longo das várias etapas da ainda curta mas intensa vida desta via. Tal como referiu José Manuel Fernandes, «a aspiração a uma monumentalidade urbana e a uma escala grandiosa» proporcionou que esta ideia fosse, por várias vezes retomada «tendo sempre por trás esta frustração da avenida demasiado curta, e como meta a imagem de uma gloriosa “Acrópole” coroando o alto do Parque e rematando o prolongamento da Avenida»¹²⁸.

¹²⁶ Esta ideia esteve em discussão, existindo um estudo elaborado pela Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, conforme foi referido neste capítulo e no Capítulo I desta dissertação.

¹²⁷ ALMEIDA, Fialho de, *ob. cit.*, p. 403.

¹²⁸ FERNANDES, José Manuel, “Alguns apontamentos sobre o urbanismo alfacinha (da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século vinte)”, em *Arquitectura*, n.º 138, Outubro de 1980, p. 144.

Já no século XX, na década de vinte, os Drs. Eugénio e Alberto Mac-Bride e o general Vicente de Freitas, elaboraram um projecto de prolongamento da Avenida através do Parque Eduardo VII, no qual a expansão da linha desta via iria até às proximidades de Palhavã. Este local culminaria com uma praça circular, da qual partiriam cinco radiais, também topejadas por rotundas, em direcção das principais saídas da capital de então, conforme se pode observar pela figura anexa (fig. 27).

Em 1927, o arquitecto paisagista francês Forrestier foi autor de uma nova proposta, abrangendo menor área e uma maior pormenorização do que a anterior, na qual estendia a Avenida até às proximidades de Carnide topejando-a numa praça quadrangular no seu extremo norte e interrompendo-a por uma rotunda perto de Palhavã. Este plano propunha a edificação da área destinada ao futuro Parque Eduardo VII, compensando a perda do espaço verde com a criação de um grande parque, a situar entre Monsanto e o Campo Grande. Tratava-se de uma proposta bastante arrojada, que o município rapidamente votou ao esquecimento.

Estes dois estudos, tal como referiu o próprio Cristino da Silva na revista *Arquitectura*¹²⁹, estiveram na origem da sua proposta.

A intervenção deste arquitecto na zona da Avenida já tinha antecedentes ao ser autor, em 1928, de um projecto para a entrada monumental do Parque Eduardo VII através da Praça Marquês de Pombal¹³⁰. A origem deste estudo teve como base o enquadramento ao monumento, ao tempo em projecto, de homenagem ao estadista de setecentos que deu nome à praça.

De características eminentemente monumentais, o projecto compunha-se por três entradas, duas laterais para viaturas e uma pedonal situada ao centro, no eixo da Avenida da Liberdade. Esta última era composta por um peristilo de dez colunas encimadas por uma cúpula em betão armado revestido exteriormente por escamas de chumbo dourado e interiormente por mosaicos de vidro. Lateralmente ao peristilo colocavam-se simetricamente, dois grupos de colunas em lioz com vinte metros de altura, rematadas por capitéis em forma de escudos das armas antigas e actuais de Portugal. Dos socos onde assentavam estas colunas saíam pedestais que suportavam esculturas do tipo neoclássico.

No seu empenho de «levantar obras verdadeiramente arquitectónicas», para que Lisboa pudesse entrar «no número das cidades de arte, a que pelo seu clima e situação tem direito»¹³¹, o arquitecto Cristino da Silva pretendia impor uma escala monumental, muito de acordo com os parâmetros ideológicos da época, propondo um enquadramento que, em nossa opinião, iria minimizar a importância do monumento ao Marquês de Pombal, que se iria diluir na gigantesca e envolvente entrada do Parque Eduardo VII.

O plano de monumentalização e expansão do *boulevard* lisboeta iniciou-se em 1931 e decorreu em grande parte da década de 30. Para além do grande objectivo viário de ligação da Baixa Pombalina à cidade nova, a proposta tenta conciliar as

¹²⁹ SILVA, Luiz Cristino da, "Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII", em *Arquitectura*, Ano IV, n.º 20, Agosto/Setembro de 1931, p. 71.

¹³⁰ O próprio Cristino da Silva descreve o seu projecto em "Parque Eduardo VII, a Entrada Monumental", em *Arquitectura*, Ano I, n.º 14, Novembro de 1928, pp. 212-214.

¹³¹ SILVA, Luiz Cristino da, *ob. cit.*, p. 214.

duas vertentes opostas defendidas para esta área: por um lado, o prolongamento dos bairros adjacentes à Avenida, por outro, a criação de um parque fechado como pulmão verde na cidade.

Cristino da Silva tentou harmonizar o espaço construído envolvendo-o numa considerável área vegetal, acentuando a intenção de perspectiva ao criar um ponto de fuga – um majestoso Palácio da Justiça.

Com vista ao aproveitamento máximo dos trabalhos e das obras executadas na época,³² Cristino da Silva elaborou os seus estudos, de modo a adaptá-los às pré-existências. Assim, as alterações resumiam-se ao desaparecimento de um largo situado, no Parque, a poente da Avenida Fontes Pereira de Melo e a uma provável pequena amputação da Estufa-fria.

Para vencer as dificuldades orográficas, seriam efectuados movimentos de terras, para que a inclinação máxima não ultrapassasse os 6,5%.

O prolongamento da Avenida culminaria numa grande praça quadrada, situada nas proximidades da Rua Marquês de Fronteira, onde se ergueria o magnífico Palácio da Justiça, sob o qual se executariam passagens viárias de ligação às outras zonas da cidade (fig. 28).

Considerando a artéria de extensão da Avenida como um eixo, distinguir-se-ia a área entre este e a Rua Castilho como local de implantação de um grande canal com um castelo de água e, a poente deste, de um grande pavilhão restaurante (fig. 29).

No lado oposto a este conjunto, ou seja, no espaço compreendido entre o eixo e a Avenida António Augusto de Aguiar, erguer-se-ia uma pérgula, fazendo parte de uma zona de passeio, lazer e desfrute panorâmico (fig.30).

Com o projecto aprovado pela edilidade em 1932, Cristino da Silva apresenta, em 1936, o seu plano monumental à revista *Arquitectura*¹³², mais pormenorizado e elaborado.

É referido que o troço a prolongar teria mais 20 metros de largura do que o da actual Avenida, com vista a corrigir erros de perspectiva. No sentido norte, seguindo o eixo de extensão e em frente da praça quadrada, desenvolver-se-ia uma artéria com 28 metros de largura que estabeleceria a continuidade para Campolide e Estefânia. Por detrás da grande praça partiriam as avenidas de acesso ao Lumiar e a Benfica, dignificando as entradas da cidade.

Para completar a monumentalidade do conjunto, erguer-se-ia, envolvido pelo Palácio da Justiça, um grande monumento à Republica.

Encomendado pelo Município de Lisboa, concluído em 1936 e posteriormente arquivado, a não execução do plano de Cristino da Silva veio subtrair à cidade o que teria sido um dos mais importantes exemplos do modernismo português da década de 30 do século XX. Os desenhos do arquitecto são exemplares da concordância do Estado Novo com a expressão formal da arquitectura da época,

¹³² Nos artigos: “Uma grande avenida moderna - através do Parque Eduardo VII”, *Arquitectura*, n.º 27, Janeiro de 1936, pp. 1-5 e “Um grande parque moderno - o Parque Eduardo VII”, *Arquitectura*, n.º 28, Fevereiro de 1936, pp. 26-29.

onde se evidencia a «inovação técnica, estruturas arrojadas, expressão estética identificada com a verdade dos materiais ou da função»¹³³.

Embora tenha sido entusiasta da construção de uma grande avenida, Cristino da Silva tentou sempre, conforme se disse, conciliar a edificação com o verde urbano, criando um vasto espaço vegetal.

O Parque Eduardo VII seria parcialmente executado segundo um projecto do arquitecto Keil do Amaral, fechado ao trânsito através de uma grande artéria pedonal que, subtilmente, deixou em aberto uma nova hipótese de extensão da Avenida e que daria origem a uma nova proposta de prolongamento, a última efectuada até aos nossos dias e que consta do Plano Geral de Urbanização de Lisboa de 1967, conforme abaixo descrevemos.

3.3.4. – *O prolongamento da Avenida no âmbito dos Planos Directores Municipais – O Plano Geral de Urbanização de Lisboa de 1967 – 1976*

O Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUCL) de 1967 constitui, até à data, o epílogo de um longo capítulo da História da Avenida da Liberdade, que corresponde à ideia de prolongamento do seu traçado¹³⁴, fazendo-a ressurgir após o interregno previsto pelo Plano Director de 1948 e da subsequente construção do Parque Eduardo VII, conforme o risco de Keil do Amaral. De facto, o plano dos anos 40, da autoria de Etienne Gröer e encomenda de Duarte Pacheco, inviabilizava a continuação da grande artéria oitocentista em detrimento do prolongamento da Avenida António Augusto de Aguiar até uma das saídas de Lisboa, localizada entre o Paço do Lumiar e Carnide.

Coordenado pelo urbanista Meyer Heine surgiu como a continuação dos estudos efectuados num plano anterior, da autoria de Guimarães Lobato, datado de 1958. Para além da alameda central, que atravessaria o Parque Eduardo VII, o eixo proposto pelo Plano Director Municipal de 1967 tornar-se-ia, essencialmente, numa via rápida de ligação da Rotunda do Marquês de Pombal à entrada de Monsanto.

A análise à planta de ordenamento deste Plano, mostra-nos uma proposta de prolongamento segundo um eixo, no qual as faixas de rodagem localizar-se-iam entre espaços verdes, assumindo uma imagem de “negativo”, em relação à actual avenida. Uma larga faixa vegetal central, ir-se-ia estreitando no troço situado entre a Praça de Espanha e Sete Rios.

Esta nova artéria atravessaria o Parque Eduardo VII, integrando-se no seu espaço verde. Ao longo do seu eixo de expansão existiria uma área envolvente, caracterizada por edificações destinadas a usos do sector terciário (fig. 32).

¹³³ Cf. FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, ed. da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1988, 2.ª edição, p. 19.

¹³⁴ Referimo-nos a uma ligação predominantemente viária, com toda a estrutura urbana dela decorrente. Adiante destacaremos a proposta, mais recente, da criação de um corredor verde Avenida da Liberdade – Monsanto, da autoria do Prof. Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, integrado no Plano Verde de Lisboa.

Quanto à sua orientação, esta via tomaria o sentido da actual Avenida da Liberdade até à Praça de Espanha, a partir da qual inflectiria para poente, até ao seu término, constituído por um complexo nó rodoviário previsto para a área de Sete Rios / Monsanto e que ligaria a artéria oitocentista directamente aos principais eixos e saídas da cidade (fig. 33).

Pelo perfil e concepção desta proposta, é provável que a sua execução não se traduzisse no prolongamento da Avenida, mas sim na criação de uma outra avenida, onde um perfil totalmente diferente, permitiria uma maior velocidade do tráfego rodoviário e uma menor capacidade de atravessamento pedonal, terciarizando-se a área envolvente para além do Parque Eduardo VII. Na época da sua elaboração, a proposta deste Plano inseria-se num contexto altamente especulativo, com o advento da construção em altura e uma maior “desumanização” dos tecidos urbanos, pelo que a nova via, estaria certamente longe da avenida do passeio romântico, construída numa relação entre o vale e as colinas, associando-se às pré-existências.

A manutenção da proposta de prolongamento da Avenida constou das alterações ao PGUCL de 1967, efectuadas em 1976, como se poderá constatar em planta anexa (fig. 34), contudo, a ideia não foi concretizada, não estando prevista no mais recente Plano Director Municipal, datado de 1994.

3.4 - Pedro Vieira de Almeida – O Plano Morfológico e de Cérceas da Avenida da Liberdade

Passado o sonho monumental, a Avenida da Liberdade tornou-se palco de problemas ocasionados pela sua terciarização e localização central. Para além dos níveis de poluição atmosférica, ocorrem neste vale situações de desumanização do espaço urbano por via da introdução dos serviços em quase toda a área edificada, o que ocasiona a falta de população residente, com a desertificação nocturna e o conseqüente palco de degradação social, a essa parte do dia. O excesso de tráfego rodoviário da via central da artéria, inibe a existência de percursos pedonais nas faixas laterais arborizadas, perdendo-se uma das funções sociais mais importantes dos primórdios da Avenida, vindas da herança do Passeio Público. Pela sua centralidade, esta área cedo se tornou alvo da especulação imobiliária e da subsequente subida das cérceas e desaparecimento de grande parte dos logradouros e dos seus espaços vegetais.

Deste modo, os estudos técnicos realizados mais recentemente, sob duas formas distintas, têm como objectivo comum a tentativa de se tornarem veículo para a resolução de alguns problemas, característicos do final de século, na grande cidade de Lisboa.

O Plano Morfológico e de Cérceas da Avenida da Liberdade, coordenado pelo arquitecto Pedro Vieira de Almeida, integra-se numa das fases mais especulativas, em que se enfrenta uma dramática terciarização e descaracterização arquitectónicas, que ameaçavam a perda de identidade urbana deste eixo fundamental da cidade de Lisboa.

Concebido em plena fase final do marcelismo, o plano, datado de 1973, enfrenta uma série de problemas contextuais, nomeadamente: a excessiva terciarização da Avenida, com os seus consequentes «horário de funcionário público, das 9 às 17 horas»¹³⁵ e vazio de vida nas restantes 16 horas do dia; as opções pelas mega-estruturas, mesmo quando impostas aos tecidos urbanos consolidados; a total irradicação do comércio de porta aberta e a ameaça de transformação da artéria num conjunto de silos de automóveis particulares, com o seu incontrolável número de acessos ao longo do passeio e prejuízo dos percursos pedonais.

O receio da incompatibilidade da avenida dos anos 70 com o peão e com a permanência de vida após as horas de expediente, encontra-se exposto por Pedro Vieira de Almeida na memória descritiva do Plano, na qual se realça a delicadeza da intervenção num tecido urbano que corre riscos de destruição.

Fazendo alusão à interdisciplinaridade é, no entanto, referida a impotência do conjunto de disciplinas, face à desvitalização de uma determinada zona.

Numa perspectiva bastante realista face à conjuntura de então, o plano visa, essencialmente, o controlo das cérceas e dos volumes analisando-o caso a caso, com base numa estrutura unitária definida pelo quarteirão, tentando aproveitar algumas precedências de especulação imobiliária de modo a canalizá-las para o grande objectivo deste estudo, que é o do impedimento da desvitalização da zona.

Assim, o plano propôs-se respeitar o número máximo de nove pisos, permitindo a existência de mais um desde que recuado, impondo aos edifícios uma profundidade máxima de onze metros, com base em algumas licenças camarárias já concedidas; previu também a manutenção da Via de Túneis já idealizada; considerou a necessidade, já anteriormente veiculada pela Câmara Municipal, da criação parques de estacionamento, com excepção para os prédios de gaveto.

O plano previu também uma continuidade, tanto na aplicação dos seus pressupostos, como na estrutura física da Avenida, ao considerar a sua integração no prolongamento do eixo da via até Sete Rios, conforme o disposto no Plano Director de 1967. Evocou a necessidade da extensão do eixo da Avenida, com vista a «tornar a dar a toda a cidade, em princípio, uma espinha dorsal que a explique e signifique»¹³⁶ e de criar uma entrada monumental para atribuir ao eixo um carácter verdadeiramente estrutural na cidade.

A metodologia adoptada neste plano, inicia-se por uma abordagem de reconhecimento geral, terminando no detalhe do quarteirão. Assim, após a definição dos limites da área de intervenção e zonas de franja, procedeu-se à análise de estrutura da Avenida efectuada em 3 níveis: *nível morfológico*, com a verificação dos lugares de onde se vê a via, de elementos que formam dos limites visuais e dos edifícios de particular interesse estético; *nível sociológico*, com a determinação dos limites sociais da área, bem como dos seus sistemas sociópetos e sociófugos e por fim, a *nível histórico*, com base nos elementos de estudo fornecidos pelo Plano Director de 1967 e pela análise dos documentos existentes.

¹³⁵ ALMEIDA, Pedro Vieira de, "Avenida da Liberdade – Plano Morfológico e Cérceas", em *Arquitectura*, n.º 139, Dezembro de 1980, p. 62.

¹³⁶ "Memória", em *Plano Morfológico e Regulamento – Avenida da Liberdade*, p. 3.

Englobando uma caracterização da Avenida, foram apresentados os seus quatro sectores (fig. 35) marcados e distintos que se definiram como:

«1. Sector – Praça dos Restauradores

2. Sector – dos Restauradores até à Rua das Pretas – sector romântico que herdou o carácter do Passeio Público. Troço inaugurado com antecedência e acabado a pedido dos moradores em 1884.

3. Sector – da Rua das Pretas até à Rua Barata Salgueiro – sector de transição, em que num conjunto de menor intimidade geral se incrustam núcleos românticos e em que o parcelamento da propriedade corresponde simultaneamente a uma divisão de prédios rurais, e a uma divisão de lotes urbanos.

4. Sector – da Rua Barata Salgueiro até ao Marquês de Pombal – o mais recente, totalmente liberto de determinantes orográficas, ocupado numa altura de melhor nível financeiro, que a própria divisão da propriedade testemunha»¹³⁷.

Para a análise de pormenor, foram criadas fichas por sector contendo os vários aspectos a estudar. Em cada sector, por sua vez, foram analisados os respectivos quarteirões, para os quais, caso a caso, foram definidas propostas de cércea e volumetria, procurando a articulação da unidade com o conjunto, com as características do local, assinalando os valores urbanos e arquitectónicos, a salvaguardar.

Para além das inúmeras peças gráficas, explorando as propostas ao nível do quarteirão, foi elaborado um regulamento contendo as disposições básicas e linhas condutoras a aplicar.

O Estudo Morfológico e Cérceas, prevê para a Avenida da Liberdade, em linhas gerais, as intervenções no tecido longitudinal da artéria, de modo a reforçar-lhe a coerência interna e enriquecer os percursos longitudinais e no tecido transversal, mais propriamente, na penetração da zona da Avenida na malha urbana adjacente.

Como propostas gerais, o plano preconizava a promoção do comércio de porta aberta ao longo do eixo longitudinal da artéria. Para isso, proporcionando uma maior protecção aos percursos pedonais, previa-se a existência de galerias ao nível do rés-do-chão que, para além da referida função protectora, resultaria num aumento de largura dos passeios. Estas galerias longitudinais estavam previstas ao longo de todo o eixo, sendo pretendida uma unidade ao nível dos dois primeiros pisos de cada edifício. A ideia está bastante acentuada, quer na memória descritiva, quer no próprio regulamento, propondo contrapartidas em termos de cérceas, aos proprietários que recusassem o piso inferior, mencionando a construção destas galerias, mesmo em edifícios existentes. A proposta de regulamento, no ponto 1.14, reforça a pretensão, preconizando que nos pisos condicionados, a pormenorização ficará sujeita à aprovação camarária.

As propostas deste estudo visam também a recuperação metódica de espaços de apropriação existentes, bem como a classificação de alguns imóveis de relevo, fazendo particular menção aos representativos da evolução da arquitectura moderna em Portugal, como o caso do Hotel Victória ou do Éden-Teatro.

¹³⁷ Ponto VI da “Memória”, em *Plano Morfológico e Regulamento – Avenida da Liberdade*, p. 5.

A coerência do conjunto arquitectónico e urbanístico, para o qual este estudo se empenhou, passou pela definição de uma gama de cores e de materiais de construção, a aplicar nas intervenções da Avenida, em cada sector (fig. 36). Face ao número existente de elementos exteriores que provocam efeitos inestéticos no conjunto urbano foi igualmente prevista a uniformização de bases e suportes dos anúncios luminosos, bem como a obrigatoriedade da execução de caixilharias que permitissem a inserção de aparelhos de ar condicionado¹³⁸.

Também se enquadrava no âmbito deste plano a constituição de frentes largas nos edifícios, como se evidencia no ponto 1.11 da proposta de regulamento, a qual refere que os prédios com menos de 11 metros de frente para a Avenida não poderão ser remodelados isoladamente.

Mencionadas as vocações principais concernentes ao edificado, urge agora salientar as directrizes do plano em análise a um dos elementos mais marcadamente caracterizadores do tecido da Avenida da Liberdade – o verde urbano.

Coordenados pelo Prof. Gonçalo Ribeiro Telles, os estudos paisagísticos relativos à estrutura vegetal desta área, centram-se em objectivos de caracterização e integração, enumerando as vantagens do verde num contexto de especulação imobiliária.

Encontrando-se, cada vez mais, o homem da cidade privado da Natureza estando as áreas centrais extremamente densificadas, quase impossibilitando a existência de espaços vegetais, a Avenida da Liberdade, no local onde se insere, é privilegiadamente rodeada por um anel de verde urbano que a circunda, a norte, pelo colo constituído pelas linhas de cumeada que abrangem a Igreja de S. Sebastião da Pedreira e a Penitenciária; a sul, pela Praça dos Restauradores e Largo de S. Domingos; a nascente, pelo Campo de Sant'Ana, Torel e Convento da Encarnação e, a poente, por S. Pedro de Alcântara e Príncipe Real, para além das faixas ajardinadas que separam a via central das laterais.

A agradável sensação do verde numa cidade, constitui uma das principais vantagens enumeradas no projecto de preservação e de integração do conjunto vegetal do vale da Avenida. «A estrutura verde projectada tem ainda importância na

¹³⁸ Estes aspectos estão previstos na Memória Descritiva do Estudo, p. 9.

O ponto 7.º refere que «se proceda a uma atenta apreciação dos projectos no que respeita a cores e materiais tendo particular cuidado em que as primeiras não sejam fora das gamas propostas para a zona, e que os materiais sejam empregues correctamente em função das suas próprias características.

A questão dos aparelhos de ar condicionado é mencionada no ponto 8.º, propondo-se que «se proceda a um controle da eventual colocação de aparelhos de ar condicionado devendo ser prevista na caixilharia a sua localização sempre que não seja projectada uma instalação central de condicionamento».

No ponto 9.º da Memória aconselha-se que «seja considerada desde já a uniformização das bases e suportes dos anúncios luminosos colocados superiormente nos edifícios. De facto embora não sejam apreciáveis de noite as armações e estruturas colocadas, têm de dia uma influência negativa na definição do ambiente urbano.

Para lá deste aspecto conviria até estruturar uma malha para os anúncios luminosos destacados que embora permitindo a sua livre composição introduzisse uma disciplina no conjunto».

valorização dos microclimas, na regularização da drenagem pluvial, na protecção dos ventos do quadrante norte, no combate à poluição do ar»¹³⁹.

Para este espaço foram ainda previstas zonas de convívio e lazer, percursos pedonais que conduzem a áreas bucólicas, equipamento infantil, juvenil e de adultos, criação de restaurantes cafés e esplanadas e ainda a conjugação entre o comércio e os núcleos verdes (fig. 37).

Empenhando-se, sempre que possível, na ligação das zonas de pulmão verde estas zonas – e mais propriamente, o Parque Eduardo VII –, poderão ser tomadas como veículo de regularização de grandes chuvadas e de protecção dos ventos, mediante arborização no topo do Parque.

Os espaços verdes foram ainda classificados nas seguintes categorias: espaço verde público, espaço verde privado de domínio público, espaço verde particular, espaço verde privado de domínio público com serventia de passagem pública e estadia e espaço verde particular com serventia de passagem pública.

Apesar das propostas deste Estudo se definirem por quarteirão e portanto, o nível das térceas não ser totalmente uniformizado, notamos uma clara tendência para a regularização das alturas dos edificios o que contraria, em nossa opinião, uma das características principais da Avenida da Liberdade que é a sua diversidade. Por outro lado, a criação de uma frente mínima de 11 metros de largura, promovendo a junção dos lotes, iria alterar as características da parcela fundiária da artéria, influenciando na sua articulação com o tecido urbano pré-existente.

A promoção do comércio de porta aberta através da construção de galerias, ao nível do rés-do-chão, é uma proposta claramente da época de elaboração do plano sobre a qual nos questionamos acerca dos seus resultados, no âmbito do atractivo comercial e da inserção no contexto das tipologias edificadas existentes.

3.5 - O Plano Director Municipal de 1994

A perda de qualidade ambiental do espaço público, nomeadamente, no que concerne ao enquadramento das áreas construídas na sua envolvente e à constante destruição e degradação dos espaços verdes, distinguiu-se como um dos principais motivos que levaram à elaboração dos Planos Directores Municipais (adiante designados por PDM), dos quais abordaremos o PDM de Lisboa, de 1994¹⁴⁰. Neste, e de acordo com o seu regulamento, foram estabelecidas «regras de ocupação, uso e transformação do território municipal»¹⁴¹ como suporte à administração urbanística. Estas regras derivaram dos conceitos veiculados pelo Plano Estratégico de Lisboa

¹³⁹ TELLES, Gonçalo Ribeiro, «Vale da Avenida da Liberdade – Razão de Ser duma estrutura Verde», *Arquitectura*, n.º 139, Dezembro de 1980, p. 79.

¹⁴⁰ Câmara Municipal de Lisboa, «Plano Director Municipal de Lisboa», publicado segundo Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94, em *Diário da República*, I Série-B, Lisboa, 29 de Setembro de 1994.

¹⁴¹ Idem, Preâmbulo, II – Objectivos urbanísticos e regras do PDM, p. 5917.

(PEL), o qual antecedeu o PDM, articulando-se com este documento e ditando-lhe, em linhas gerais, as áreas e conceitos de ordenamento urbano para a cidade¹⁴².

A divisão do espaço urbano em subclasses e categorias veio integrar a Avenida da Liberdade na subsecção IV, designada por *Áreas Consolidadas de Edifícios de Utilização Colectiva Terciária*¹⁴³. No Art.º 44.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa (RPDML), estas áreas são definidas como «espaços urbanos onde os arruamentos e o alinhamento do edifício estão definidos e onde se visa ordenar o aproveitamento das parcelas não edificadas e se admite a substituição de edifícios, bem como a modificação das funções e usos urbanos, mantendo as características morfológicas do tecido urbano existente», sendo objectivo do Plano para esta categoria de espaços, a estabilização das «morfologias urbanas, usos e tipologias de edificação, e preservar o património e os elementos de caracterização e valorização ambiental»¹⁴⁴.

Para as áreas predominantemente terciárias e que incluem os eixos principais da cidade, a edificação, demolição ou ampliação dos imóveis está condicionada à elaboração de planos de pormenor ou de urbanização, tendo sido elaboradas regras supletivas que vigorarão até à data de publicação do respectivo plano¹⁴⁵. A leitura destas regras revela o reconhecimento do carácter terciário da área em estudo, mas também a tentativa de criação ou manutenção da componente habitacional. A utilização de cada edifício apenas poderá ser alterada, no sentido da total terciarização, nos casos em que este uso perfaz uma superfície de pavimento superior a 80%¹⁴⁶ ou quando o imóvel se encontre identificado no Inventário Municipal do

¹⁴² Em 14 de Agosto de 1990, foi aprovada pela Câmara Municipal a proposta de bases para a elaboração do Plano Estratégico de Lisboa e do Plano Director Municipal. Pretendeu-se que o PEL, publicado em 1992, se desenvolvesse articulando-se com o PDM e com os Planos e Projectos Prioritários (PPP's). Assim, no que respeita ao modelo de Ordenamento Urbano para Lisboa, o PEL aponta para quatro áreas fundamentais, a desenvolver pelo PDM: «Área Central, ou casco urbano, constituído pelo tecido urbano consolidado e consistente, delimitado pelo Vale de Alcântara, Sete Rios, Av. das Forças Armadas, Av. do Brasil, Picheleira, Graça, Sta. Apolónia e pelo Rio (...); Coroa Urbana de Transição que, de Belém ao Lumiar, a Chelas e ao Beato, integra vastas áreas ainda não urbanizadas ou em processo de urbanização, grandes infraestruturas e espaços verdes de recreio e agrícolas (...); Charneira Urbana (...) Inclui áreas intersticiais e áreas de reestruturação e renovação de grande centralidade a ocupar com funções centrais da cidade e da Região – Vale de Alcântara, Praça de Espanha, Sete Rios, Rêgo, Av. de Berna, Campo Pequeno, Forças Armadas, Av. do Brasil, Centro de Chelas (...); Arco Ribeirinho, constituído por uma estreita faixa, de Belém a Beirolas».

Cf. Câmara Municipal de Lisboa, *Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa, Outubro de 1992, p. 59.

Especificamente para a zona da Avenida da Liberdade, apenas se refere, na Acção 4.5, a reabilitação do Parque Mayer prevendo, fundamentalmente, a introdução de novos usos, mantendo a componente cultural, a reabilitação do património edificado, com especial incidência para o Teatro Capitólio e a valorização das ligações físicas e visuais com o Jardim Botânico.

Idem, *Ibidem*, p. 117.

¹⁴³ O regime de edificabilidade das “Áreas Consolidadas de Utilização Colectiva Terciária” está contemplado nos artigos 44.º, 45.º, 62.º e 63.º do RPDML.

¹⁴⁴ Idem, Preâmbulo, n.º 1 do II.B – Áreas Consolidadas, p. 5917.

¹⁴⁵ Conforme o disposto no n.º 1 do Art.º 63.º do RPDML.

¹⁴⁶ O Art.º 7.º do RPDML define como superfície de pavimento «a soma das superfícies brutas de todos os pisos (incluindo escadas e caixas de elevadores), acima e abaixo do solo, com exclusão de:

- Terraços descobertos
- Garagens em cave
- Galerias exteriores públicas

Património, com data de construção anterior a 1940, desde que não sejam comprometidas as características arquitectónicas e construtivas existentes.

Para além dos usos, as regras supletivas condicionam as ampliações das edificações a uma percentagem máxima de 20% da superfície de pavimento do imóvel, ou um piso com excepção para o estacionamento colectivo.

A componente terciária evidente da Avenida da Liberdade, à luz do PDM, acentua-se com a integração da artéria na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão¹⁴⁷ (UOP) 11 – Eixo Terciário das Avenidas, composto pelas avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo, República e Campo Grande¹⁴⁸.

3.5.1 - O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE)

Elaborado em 1993 e coordenado pelos arquitectos Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata Fernandes, o PUALZE constitui a proposta mais recente de valorização da área da Avenida da Liberdade e sua zona envolvente. Não se encontrando, até à data, não se encontrar legalmente eficaz,¹⁴⁹ não podemos avaliar a sua aplicabilidade no local.

Tal como o nome indica, este plano possui um forte carácter urbanístico, divergindo do estudo elaborado por Pedro Vieira de Almeida que, como já referimos, se debruçava essencialmente sobre os aspectos morfológicos do conjunto arquitectónico.

No PUALZE foi definida uma unidade urbana como objecto de estudo, a qual se subdividiu em dois sectores principais: A Avenida da Liberdade e quarteirões definidos pelo Plano de Ressano Garcia, como *Sector 1* e as encostas da Avenida da Liberdade como constituintes do *Sector 2*, definidos em planta de zonamento e no Art.º 19º do Regulamento.

Dentro dos limites programados para o estudo foram efectuados vários levantamentos ao edificado, com uma forte componente sociológica. Numa base cartográfica, em quase todos os casos à escala 1:2000, foram identificados e

-
- Arruamentos ou espaços livres de uso público cobertos pela edificação
 - Zonas de sótão não habitável
 - Arrecadações em cave afectas às diversas unidades de utilização do edificio
 - Áreas técnicas acima ou abaixo do solo».

¹⁴⁷ As UOP são unidades estabelecidas «em função das características especiais de ocupação do solo actuais e da necessidade de se adoptarem processos específicos de planeamento e gestão urbanísticos para a sua transformação ou preservação», conforme se encontra definido no Art.º 123.º do RPDML.

¹⁴⁸ Anexo 4 do RPDML.

¹⁴⁹ Em 30 de Maio de 1990 a CML, através da Proposta n.º 173/90, aprovou a revisão do Plano. No ano seguinte, em 24 de Julho, são aprovadas as Normas Provisórias por Proposta n.º 310/91 e, em 23 de Fevereiro de 1994, através da Proposta n.º 34/94, são aprovadas novas Normas Provisórias, na sequência de acertos solicitados pela Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo e pela Direcção Geral do Ordenamento do Território. A fase de Inquérito Público começa em 11 de Maio de 1995, com a publicação em jornais nacionais do Aviso de Abertura, iniciando-se esta em 18 de Maio e terminando em 3 de Julho do mesmo ano.

representados os usos, as funções, as cêrceas, o estado de conservação e outras características do espaço construído da Avenida da Liberdade e zona envolvente.

Decorridos vinte anos sobre a elaboração do Plano Morfológico e de Cêrceas, a evolução do pensamento urbanístico determinaria «soluções diferentes, mais modestas nos seus resultados formais e mais orientadas para a recuperação dos edifícios e revitalização funcional e ambiental dos espaços»¹⁵⁰, pelo que neste Plano, denota-se uma maior valorização patrimonial da área em estudo.

Numa das plantas de levantamento estão assinalados os edifícios classificados pelo IPPAR¹⁵¹ ou pelo Inventário do Prof. José Augusto França¹⁵², bem como os imóveis de interesse público, as Zonas Especiais de Protecção (ZEP) e a Área de Protecção proposta para a totalidade da zona da Avenida.

O *Regulamento*, que constitui uma das partes fundamentais do PUALZE, faz uma clara referência aos valores patrimoniais oficialmente considerados. Deste modo, procedeu-se a uma classificação dos imóveis em quatro categorias distintas: Edifícios com Interesse Arquitectónico e Patrimonial, Edifícios ou Conjuntos de Interesse Arquitectónico e Ambiental, Edifícios ou Conjuntos sem Interesse Patrimonial ou Ambiental e em Espaços Livres com Interesse Ambiental e Patrimonial¹⁵³. Para cada uma destas categorias foi estabelecido um nível de intervenção no edificado prevendo para a primeira categoria, apenas obras de conservação que preservem e recuperem os valores originais ficando, para a segunda, ao critério da Câmara Municipal o tipo de obra a realizar. Em casos de edifícios com programas especiais incluídos neste grupo, a autarquia poderá prever a sua demolição e substituição.

Para os edifícios sem interesse arquitectónico ou ambiental é permitida uma liberdade de intervenção, desde que seja cumprido o preceituado no Regulamento.

Saliente-se, ainda, o conteúdo da alínea d) do Art.º 18.º, que veicula a preservação do espaço vegetal da Avenida, ao sujeitar a licenciamento camarário o abate de árvores, que só poderá ser permitido desde que devidamente fundamentado.

No aspecto morfológico, também são consideradas as categorias supra mencionadas, para a diferenciação das possibilidades de aumento de cêrcea. Assim, se para os Edifícios de Interesse Arquitectónico e Patrimonial, não é permitido o acréscimo da altura da fachada do prédio, nos imóveis definidos na segunda categoria, este acréscimo poderá ser considerado consoante o número de pisos existente.

Para os Edifícios ou Conjuntos sem Interesse Patrimonial ou Ambiental, a cêrcea poderá ser definida segundo a construção confinante mais alta, com o máximo de um piso acima do edifício contíguo mais baixo.

¹⁵⁰ LAMAS, José, “Para que servem os planos? (A propósito do Plano Morfológico e de Cêrceas da Av. da Liberdade)”, *Arquitectura*, n.º 139, Lisboa, Dezembro de 1980, p. 60.

¹⁵¹ Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Parecer / Informação n.º 188/95*, Lisboa, 1995.

¹⁵² Este registo, em conjugação com o que foi efectuado pelo IPPAR, constituiu uma das bases de inventariação do património edificado da Avenida, considerado no PUALZE.

¹⁵³ SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, “Regulamento”, em *Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente*, Lisboa, Câmara Municipal, 1993, p. 9.

São ainda definidas normas para alguns elementos arquitectónicos, nomeadamente, empenas, coberturas, elementos decorativos e materiais de construção e revestimento.

As cérceas permitidas estão também representadas graficamente, em alçado, sendo o aumento de pisos permitido, identificado segundo linhas tracejadas sobrepostas ao desenho das fachadas existentes (fig. 38).

No Regulamento do PUALZE são ainda previstas Unidades de Gestão Especiais que, localizando-se em propriedades privadas, constituem situações urbanísticas específicas. A fixação de suportes publicitários é regulamentada no Artº. 50º, para o Sector 1, sendo a sua instalação proibida em Edifícios de Interesse Arquitectónico e Patrimonial.

Num terceiro momento, o Plano estabelece acções de urbanização para os dois sectores, subdividindo-os em várias zonas, consoante as suas características específicas.

Para o eixo da Avenida da Liberdade compreendido entre as Praças dos Restauradores e Marquês de Pombal, estão previstas quatro acções:

Acção 1 – Praça dos Restauradores – tendo como preocupações principais a instabilidade especial, a desarticulação com a Avenida e a má organização do nó rodoviário, o PUALZE propõe para esta praça, uma melhor articulação com a Avenida da Liberdade através da construção de duas fontes, um melhor arranjo urbanístico com o alargamento dos passeios laterais e uma nova configuração do espaço verde e, por último uma organização do tráfego e do atravessamento pedonal, prevendo uma colocação diferente das paragens de autocarro e a criação de novos acessos ao parque de estacionamento subterrâneo (fig. 39).

Acção 2 – Avenida da Liberdade – Da análise da situação existente, foi concluído pelos autores do PUALZE, que «o actual perfil da Avenida da Liberdade não está adaptado às transformações recentes que ocorreram neste espaço urbano, e que dizem respeito à alteração de usos e volumetria. Os seus passeios laterais estão subdimensionados, as faixas de lentos são estacionamento ilegal e as alamedas não motivam a permanência. A leitura de conjunto deste espaço urbano é perturbada pela existência de intervenções acidentais»¹⁵⁴.

Um dos fundamentos de intervenção do Plano na Avenida da Liberdade, refere-se à alteração do seu perfil actual, considerado desadequado e desadaptado às exigências dos nossos dias. Para a sua solução, o PUALZE pretende alterar este perfil, de forma a proporcionar melhores condições de estacionamento e circulação automóvel e de usufruto de espaços verdes, consubstanciando a maior permanência de peões.

Na alteração do referido perfil estão previstas duas fases, sendo a segunda constituída por duas alternativas (A e B). Na primeira fase está previsto um melhoramento das faixas laterais com o alargamento dos passeios, criação de estacionamento no lado esquerdo destas faixas e repavimentação das mesmas com cubos de granito.

¹⁵⁴ SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, “Acções de urbanização”, em *ob. cit.*, vol. III, p.6.

Na segunda fase serão efectuadas as grandes alterações ao perfil de Ressano Garcia, com a redução substancial das alamedas centrais, favorecendo as vias laterais, cujos passeios serão alargados obrigando à criação de novas faixas de rodagem.

O alargamento dos passeios laterais, de acordo com o PUALZE, permitirá a instalação de esplanadas e outros equipamentos de lazer, bem como a criação de espaços verdes. Na totalidade, está previsto um aumento da área vegetal, com mais locais de permanência. As zonas laterais estarão mais associadas à circulação pedonal, quer pela existência de comércio, quer pelo acesso aos edifícios (fig. 40).

Na alternativa B da segunda fase da Acção 2, para além das propostas supracitadas, está também prevista a construção de 480 lugares de estacionamento subterrâneo, de um acesso às caves dos edifícios e de uma galeria visitável para a instalação das infra-estruturas técnicas de apoio.

Esta acção complementar-se-á com as acções previstas para as Praças dos Restauradores, do Marquês de Pombal e da Estação da Avenida e para a Rua Rosa Araújo.

Acção 3 – Praças da Estação da Avenida da Liberdade. Referida como estando situada num «local estratégico, em termos de relacionamento entre as duas encostas do vale»¹⁵⁵, estas praças oferecem actualmente condições de atravessamento muito deficientes.

Na proposta do PUALZE pretende-se melhorar estas condições e criar um «facto urbano» que permita reforçar a sua centralidade e marcar com mais ênfase a existência de uma estação de metropolitano. Deste modo, o Plano promove a construção de duas praças a céu aberto, com acesso a partir das plataformas ajardinadas da Avenida, com ligações subterrâneas constituídas por galerias comerciais. Prevê-se, ainda, a articulação das novas praças à Travessa da Horta da Cêra e à Rua Manuel Jesus Coelho, aproveitando a coincidência de cotas.

Esta acção poderá complementar-se com a acção a executar para a Avenida da Liberdade.

Acção 4 – Rotunda do Marquês de Pombal. Esta acção visa, essencialmente, o seu enquadramento com a nova estação do metropolitano e com futuro estacionamento do Parque Eduardo VII.

Assim, pretende-se criar uma zona comercial à cota da estação do metropolitano, com iluminação natural e francos acessos ao exterior, de modo a permitir a interligação entre atravessamento pedonal da praça e acessos ao estacionamento subterrâneo e ao metropolitano.

Para melhor organização do tráfego intenso, o PUALZE propõe que a Rua Brancaamp e a Avenida Duque de Loulé sejam reservadas, exclusivamente, aos transportes públicos e que seja criada uma faixa de rodagem entre as Avenidas Joaquim António de Aguiar e Fontes Pereira de Melo.

¹⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 8.

Pretende-se, igualmente, a conclusão do plano de pormenor do Arquitecto Carlos Ramos, para a Praça Marquês de Pombal, propondo-se para isso, a demolição e transposição da moradia projectada por Ventura Terra¹⁵⁶.

A articulação da Rotunda com o Parque Eduardo VII, será elaborada através de um «remate arquitectónico que assegure a articulação espacial entre a Rotunda e o Parque e que garanta os acessos aos equipamentos subterrâneos previstos»¹⁵⁷. Como acção complementar é referida a Acção 2 - Avenida da Liberdade.

Para além destas acções, o Plano estabeleceu outras, destinadas aos vários locais de características definidas, pertencentes à zona envolvente. Ao todo, são 26 acções de organização, das quais poderemos, sumariamente, salientar a do Parque Mayer (Acção 23), na qual se pretende reforçar a componente lúdica e cultural deste espaço e garantir a preservação da malha urbana. Destaca-se, também, a Acção 6 para a Rua Rosa Araújo, que se articula com a proposta veiculada para a Avenida da Liberdade, onde se prevê uma zona pedestre bastante marcada, com a circulação automóvel condicionada. Pretende-se honrar de novo a memória do político que mais se empenhou na construção da Avenida, com a ideia de recolocação do monumento a Rosa Araújo no extremo nascente do arruamento.

As acções de urbanização propostas constituem, deste modo, a parte fulcral do Plano, na qual se efectiva, podendo materializar-se uma ideia de avenida, adaptada às actuais exigências, tentando reorganizar o espaço público numa perspectiva de revitalização da zona.

O Regulamento poderá complementar estas acções no sentido de se referir, essencialmente, ao tecido urbano existente, destinando-se a servir de documento orientador das intervenções do sector privado na área do estudo.

De acordo com informações obtidas junto da Câmara Municipal de Lisboa, dado o tempo decorrido desde a sua elaboração, o PUALZE deverá ser objecto de uma revisão, que antecederá a publicação em Diário da República, para que tenha eficácia legal.

3.5.2 – O Plano Verde de Lisboa

Do Plano Director Municipal de 1994 surgiu o Plano Verde de Lisboa¹⁵⁸, uma componente fundamental deste diploma, que atribui uma nova perspectiva à questão do prolongamento da Avenida da Liberdade.

¹⁵⁶ Actualmente, já se encontra transposta a moradia projectada por Ventura Terra, encontrando-se em fase de conclusão a obra de ampliação do Hotel Fénix, que completou o Plano de Carlos Ramos. Apenas a moradia que se encontra no gaveto da Avenida da Liberdade com a Praça Marquês de Pombal, a nascente, ainda se destaca do conjunto projectado por aquele arquitecto.

¹⁵⁷ SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, “Acções de urbanização”, em *ob. cit.*, vol. III, p. 10.

¹⁵⁸ TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa*, Lisboa, Colibri, 1997.

Coordenado pelo Prof. Gonçalo Ribeiro Telles a proposta de estruturação e reestruturação do espaço verde urbano da cidade de Lisboa passa pela criação de um corredor verde, designado como um sistema radial contínuo, entre a Alameda da Avenida da Liberdade e Monsanto, no sentido de permitir «o avanço da vegetação da serra sobre o tecido urbano e uma relação forte de espaços significativos e lúdicos da cidade»¹⁵⁹.

Nas encostas adjacentes ao vale da Avenida, prevê-se o estabelecimento da continuidade vegetal através da ligação do Jardim Botânico à Praça da Alegria e ao Parque Mayer, a poente e da ligação do Campo de Santana à Rua das Portas de Santo Antão através do Jardim do Torel, do Jardins dos Correiros e Encosta do Coliseu e Ateneu Comercial, a nascente (fig. 41).

Volvidos mais de cem anos sobre a sua construção, a Avenida da Liberdade perdeu o seu estatuto de via de expansão passando a pertencer ao tecido consolidado da cidade. Deste modo, os sonhos de Miguel Pais e outros de oferecer a Lisboa um grande *boulevard* desvaneceu-se, face aos problemas advindos da industrialização e terciarização da malha urbana. Os níveis de poluição que contém o vale onde se insere esta artéria, tornaram-se preocupantes¹⁶⁰ e o corredor de extensão do eixo da Avenida, ainda deixado em aberto, poderá permitir o seu prolongamento, mas desta vez dando a possibilidade de Lisboa compensar o seu deficit de espaço vegetal.

Mais uma vez se reconhece a importância, o peso histórico e a projecção no futuro que teve o plano de Ressano Garcia e de todos quanto estiveram envolvidos no projecto da construção da Avenida da Liberdade ao permitir que esta se possa tornar num ponto de partida para a resolução de um dos problemas mais prementes da cidade actual – a requalificação do espaço urbano.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem.*, p. 96.

¹⁶⁰ Gonçalo Ribeiro Telles, *ob. cit.*, p.51, refere que no Vale de Alcântara, na Avenida da Liberdade e na Baixa Pombalina, registam-se os casos mais graves de poluição atmosférica.

CAPÍTULO IV

Justaposição e sobreposição de traçados

O impacto urbanístico causado pela Avenida da Liberdade em Lisboa, como verdadeira “detonadora” da expansão da cidade para norte é, sem dúvida, consequência de um novo género de traçado urbano, surgido da ideia de Ressano Garcia e das influências resultantes da aprendizagem na École Impériale des Ponts et Chaussées de Paris.

Cabe neste capítulo estudar o modo de evolução da malha urbana onde se insere a Avenida, caracterizando a sua estrutura antes e após a construção da artéria e seus bairros adjacentes.

Na metodologia utilizada para análise às diferentes malhas urbanas tivemos em conta o modo de crescimento global da cidade até então, conforme os conceitos preconizados por Philippe Panerai, Jean Charles Depaule, Marcelle Demorgon e Michel Veyrenche¹⁶¹.

Para que, mais claramente, pudéssemos explicar a influência da implantação do tecido da Avenida da Liberdade no existente, fizemos distinção entre as malhas urbanas anterior e posterior à construção desta artéria, sem esquecer o processo de transição que culminou com as expropriações e consequente alteração à configuração da propriedade.

Em cada malha urbana analisada, estabelecemos uma hierarquia sobre os seus diferentes componentes: espaços lineares viários, espaços não lineares de permanência e de interrupção ou de transição entre tecidos urbanos diferenciando as estruturas dominantes, as estruturas viárias de carácter primário, as zonas de confluência da rede viária, a malha urbana secundária e os limites. Na análise ao resultado pós construção do *boulevard*, tivemos em linha de conta o modo como os dois tecidos em causa se sobrepuseram e justapuseram, estudando os seus pontos de afinidade e de conflito¹⁶².

Para o estudo do tecido urbano anterior à artéria oitocentista utilizámos a toponímia da época.

A justaposição e sobreposição do traçado da Avenida da Liberdade e bairros adjacentes no existente, resultou numa mescla onde o rigor e a racionalidade do desenho do plano oitocentista se cruza com uma malha urbana estruturada num relevo dominante, em direcções mais relevantes e no contorno de propriedades privadas.

A área em estudo desenvolve-se ao longo de dois eixos principais: um de direcção Norte-Sul e outro dirigindo-se no sentido Este-Oeste. O primeiro

¹⁶¹ PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'Analyse Urbaine*, Bruxelas, AAM Editions, 1980.

¹⁶² Cf. a definição de justaposição e conflito de Philippe Panerai na obra citada, pp. 22-23.

corresponde ao eixo longitudinal da Avenida e passa pelo seu centro, dividindo, de um lado e de outro, duas concretizações diferentes do tecido urbano, diferenças essas bem evidentes, principalmente no que concerne ao espaço construído anterior à abertura da referida via.

O segundo eixo é constituído pelas ruas do Salitre e das Pretas (anteriormente à Avenida, a Praça da Alegria de Baixo também fazia parte do conjunto axial), delimitando o tecido pré e pós plano de Ressano Garcia.

Assumindo uma estrutura axial após a abertura da Avenida da Liberdade e de limite, em época anterior à sua construção, a Rua do Salitre, que já antes do terramoto marcava a sua existência, desempenhava também um papel relevante no âmbito social: era um local de diversão da Lisboa romântica, aglutinando o Circo Price, a Praça de Touros e o Teatro do Salitre. Esta sua característica, diminuiu com o corte que sofreu com a abertura da Avenida, mas a marca da diversão manteve-se, ficando-lhe contíguo o Parque Mayer.

No tempo do Passeio Público, estabelecia-se, a sul do traçado desta rua, a extensão urbana pós-terramoto do limite tradicional, a norte da cidade. Tal como referiu José Augusto França, «na própria história da cidade, a empresa pombalina, na sua brutal operação cirúrgica, marca uma etapa fundamental, separando duas Lisboas - a medieval, barroca e a moderna, que o século XIX desenvolverá»¹⁶³. O Passeio Público foi, sem dúvida, o local mais marcante, a estrutura dominante de toda a área em estudo. Mandado construir pelo Marquês de Pombal em 1764, o seu desenho foi encomendado ao arquitecto Reinaldo Manuel. Com apreciadores e depreciadores¹⁶⁴, o único jardim público da cidade da época, tornou-se no ponto de encontro da sociedade lisboeta tirando a primazia ao Rossio que «ainda se ressentia da imundice dos velhos tempos, sempre cheio de cães e mendigos, de mulatos e de ciganos, de toda a malta dos *bas-fonds* lisboetas do século XVIII»¹⁶⁵. Após época de decadência, o Passeio toma um novo vigor após as obras de beneficiação de 1834-35, da responsabilidade do arquitecto Malaquias Ferreira Leal, marcando o advento do liberalismo e da Lisboa romântica. Torna-se palco de grandes festas, dos passeios sociais, do lazer urbano, dos episódios pitorescos e da “bisbilhotice” lisboeta. A sua demolição, para construção da Avenida da Liberdade, marca o fim do romantismo e a chegada do capitalismo à cidade.

No lado oriental do jardim pombalino, já se estendia, desde tempos mais remotos, pelos campos arrabaldinos situados extra-muros, o caminho que iria dar origem ao já referido eixo constituído por quatro ruas: das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de São José e de Santa Marta. Erguiam-se, nas proximidades da Rua das Portas de Santo Antão, entre o que é hoje a Travessa de Santo Antão e o Largo da Anunciada, algumas edificações apalaçadas pertencentes às casas dos condes de Castelo-Melhor, Ericeira e Povolide que, apesar de destruídas pelo cataclismo, deram origem ao topónimo Rua dos Condes.

¹⁶³ FRANÇA, José Augusto, *Lisboa - Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

¹⁶⁴ Júlio de Castilho, na sua obra, *Lisboa Antiga*, vol. X, pp. 140 a 144, faz referência aos comentários e opiniões acerca do Passeio Público da época de Pombal.

¹⁶⁵ DANTAS, Júlio, *Lisboa dos nossos avós*, Pub. Culturais da C.M.L., Lisboa, 1966, p. 10.

Depois da construção do Passeio Público e das suas artérias laterais, consolida-se a construção ao longo do eixo das quatro ruas, formando-se quarteirões resultantes das edificações ao longo deste e das artérias que lhe eram perpendiculares e que partiam da Rua Oriental do Passeio Público.

O lado ocidental do Passeio era, antes da criação deste último, praticamente todo de campos e hortas. A excepção existia num pequeno grupo de casas e na ermida da Glória, instituída em 1574 por Fernão Pais, localizando-se na esquina das actuais Travessa e Rua da Glória e dando nome ao local. Após 1755 esta ermida foi incluída nas construções pertencentes ao Palácio dos Lumiares, edificado depois desta data e demolido no último quartel do século XIX. Com o impulso urbanístico causado pelo Passeio Público as ruas do seu lado ocidental foram-se desenvolvendo e edificando. A relação com S. Pedro de Alcântara é bastante estreita, dado que os quarteirões se estendem e sobem pela encosta que lhe dá acesso, direccionando as ruas que os confrontam em seu sentido. Esta relação tornou-se ainda mais marcante pela introdução, na Calçada da Glória, do seu elevador, em 1894.

Mais a norte, na Praça da Alegria de Cima (actual Praça da Alegria), as ruas que dela partem dirigem-se para S. Pedro de Alcântara e também para a Praça do Príncipe Real. Tal como toda esta área, o seu aparecimento deu-se depois do terramoto, consolidando-se com o jardim pombalino e concluindo-se já no último quartel do século XIX.

O rompimento da Avenida da Liberdade veio introduzir no tecido urbano existente uma nova escala impondo uma maior dimensão e revelando uma extensão da cidade, até então nunca vista. Sobre os campos de Vale do Pereiro, foram edificados dois bairros adjacentes a esta nova artéria, um a ocidente e outro a oriente, cuja “linha de costura” entre eles e o anterior aglomerado consiste no supracitado eixo Este-Oeste. No lado ocidental à Avenida, sobre os terrenos do capitalista Henrique Burnay, foi construído o que foi denominado Bairro Camões; no lado oposto, edificou-se o Bairro Barata Salgueiro, que adquiriu o nome do antigo proprietário da maioria dos terrenos existentes nesta zona. Ao nível do seu traçado, os novos bairros primam pelo rigor e racionalidade dos quarteirões regulares, com predominância dos ângulos rectos, seguindo um alinhamento perfeito ao longo das novas vias, que se estendem paralela ou perpendicularmente ao *boulevard*. Criou-se, assim, uma diferença morfológica notória entre o novo e o velho tecido urbano, este último, que se caracteriza, sobretudo, pela adaptação às condições orográficas do solo.

Para o estudo dos traçados urbanos de antes e depois da construção da Avenida da Liberdade, que adiante se segue, tomámos para análise três plantas da cidade, que em anexo se apresentam¹⁶⁶: o “Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785” de Francisco D. Milcent, à escala 1:11700,¹⁶⁷ a “Carta Topográfica de Lisboa e seus Subúrbios”, de Duarte José Fava, em 1807, à escala 1:5000¹⁶⁸ e o “Atlas da

¹⁶⁶ Veja-se o Anexo 1.

¹⁶⁷ MILCENT, Francisco D., *Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785*, escala 1: 11700, 3.º quartel do século XVIII. Encontra-se no Gabinete de Estudos Olisiponenses.

¹⁶⁸ FAVA, Duarte José, *Carta Topographica de Lisboa e seus Subúrbios...*, escala 1:5000, 1807. Encontra-se no Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Carta Topográfica de Lisboa, de Filipe Folque, em 1856 – 1858, à escala 1:1000¹⁶⁹, para a análise do tecido urbano no tempo do Passeio Público. Utilizámos o “Levantamento de Lisboa”, de Silva Pinto, de 1910, à escala 1:1000¹⁷⁰ para a zona em estudo criada após a abertura da Avenida. Para apreciação da actual morfologia, socorremo-nos da “Planta da Cidade com a delimitação das freguesias”¹⁷¹, de 1987, do “Levantamento Aerofotogramétrico”, ambos existentes no Arquivo da Direcção Municipal de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Lisboa, às escalas 1:5000 e 1:1000,³ cuja actualização mais recente ocorreu em Outubro de 1998 e dos Ortofotomapas, que também se encontram no município.

4.1 - *O tecido urbano anterior à Avenida de Liberdade*

A existência de algumas edificações anteriores ao terramoto de 1755 a norte do Rossio, não se traduziu num tecido urbano, nem mesmo em aglomerado ou zona definida de crescimento da cidade. Toda esta área era marcadamente rural constituída, essencialmente, pela Hortas da Cera e de Valverde: «S. José e Salitre, hoje definidos, ligam-se num mesmo manto de retalhos verdes; não existia em sentido Norte-Sul traçado de caminho, de pé posto que fôsse, onde hoje corre a larga e bem ordenada Avenida»¹⁷².

Poder-se-á afirmar que a estrutura urbana que viria a dar origem à Avenida da Liberdade teve a sua génese com o aparecimento do Passeio Público do Rossio, produto de espírito progressista e irreverente (e despótico) do Marquês de Pombal e dos seus urbanistas do pós-terramoto, mais precisamente da personalidade e do risco do arquitecto Reinaldo Manuel (fig. 42).

Com a construção deste jardim, inovador na capital portuguesa, inicia-se o crescimento em direcção ao Norte, formando-se e consolidando-se, nesta área um tecido urbano definido que, no entanto, não ultrapassou a barreira formada pelas Praças da Alegria de Baixo e de Cima, pela Rua das Pretas e pela Rua do Salitre.

¹⁶⁹ FOLQUE, Filipe, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa levantada em 1856, 1857 e 1858 por ordem de Sua Majestade, sob a direcção do Conselheiro Filipe Folque, Brigadeiro Graduado do Exercito, Director Geral dos Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino, por Carlos Pézerat, Francisco Goullard e Cesar Goullard*, 1859.

Há notícia da existência de três colecções destas plantas, encontrando-se uma delas no Instituto Português de Cartografia e Cadastro, outra no Arquivo Municipal do Arco do Cego, a qual consultámos e, quanto à outra, desconhece-se a sua localização, encontrando-se apenas mencionada por A. Vieira da Silva.

Cf. Câmara Municipal de Lisboa (coordenação de Inês Morais Viegas e Alexandre Arménio Tojal, *Catálogos do Arquivo Municipal de Lisboa – Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção de Filipe Folque: 1856 – 1858*, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000, p. 9.

¹⁷⁰ PINTO, Júlio António Vieira da Silva, *Levantamento de Lisboa*, escala 1:1000, 1910. Estas plantas encontram-se no Arquivo da Direcção Municipal de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁷¹ Câmara Municipal de Lisboa, *Planta da Cidade de Lisboa com a delimitação das freguesias*, escala 1:5000, 1987.

¹⁷² ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, vol. III, Livro XIV, Lisboa, p. 12.

Esta barreira, apesar de facilmente transponível, não foi derrubada durante a vida do Passeio Público, pois Lisboa ainda não tinha sentido necessidade de o fazer.

O crescimento referido deu-se de um modo contínuo¹⁷³, num estado de desenvolvimento da cidade bastante definido, marcado por uma catástrofe e por um ditador dinâmico, tendo sido a extensão feita a partir do prolongamento directo de uma área já construída, consolidando a central - o Rossio.

Lisboa rompeu com as suas muralhas, continuando o seu processo natural de expansão,³ mas desta vez não ao longo do seu eixo tradicional Este-Oeste, correspondente ao Tejo, mas sim pelo eixo perpendicular a este, o Sul-Norte.

Esta extensão aconteceu de uma forma ténue mas, ao mesmo tempo, marcante. Por um lado, o crescimento perpendicular ao rio teria, mais tarde ou mais cedo, de acontecer pelo que surgiu de forma quase natural. A criação do jardim público foi o motivo e o pólo gerador necessário ao desenvolvimento urbano no seu sentido centrífugo-norte. As Hortas da Cera, de características rurais mas muito próximas do centro da cidade foram cenário ideal para a implantação do Passeio, contudo, não fora o impacto social e a importância estrutural que lhe foi atribuída, este crescimento não passaria de uma discreta propagação natural da rede urbana da capital de um pequeno país.

Após as obras de melhoramento realizadas em 1834/1835, sob o risco de Malaquias Ferreira Leal, o Passeio Público adquiriu feição romântica e tornou-se palco de intensa actividade de lazer da alta classe social, nomeadamente com a frequência do rei consorte D. Fernando de Saxe-Coburgo que, como foi anteriormente referido¹⁷⁴, adquiriu o hábito de passear no jardim pombalino. Este terá sido um dos factores mais importantes na aquisição da importância social que o local detinha aquando da sua demolição, passando o Passeio Público a fazer parte da memória da cidade e sua parte integrante (fig. 43).

Em termos de expansão urbana, o Passeio não adquiriu uma feição revolucionária, que marcasse indelevelmente a imagem e a morfologia da cidade, como aconteceria mais tarde com a abertura da Avenida da Liberdade e dos novos traçados que originou, mas apenas constituiu uma ténue e discreta ampliação do tecido existente.

Por outro lado, esta extensão do aglomerado urbano tornou-se a estrutura dominante do tecido envolvente, tendo sido marcante e decisiva na configuração do grande *boulevard* oitocentista, que, cem anos mais tarde aparecia, a partir do momento em que foi a largura do rectângulo que formava o Passeio Público que definiu a largura da Avenida e em que o limite Sul do primeiro constituiu o ponto de partida da segunda.

¹⁷³ Cf. a definição de Philippe Panerai de crescimento contínuo: «La *croissance continue* se caractérise par le fait qu'à chaque stade du développement, les extensions se font en prolongement direct des parties déjà construites».

PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'Analyse urbaine*, Bruxelas, AAM Editions, 1980, p. 18.

¹⁷⁴ No Capítulo I da presente dissertação.

4.1.1 - Os pontos fundamentais da estrutura do tecido urbano anterior à Avenida da Liberdade

- O PASSEIO PÚBLICO - ESTRUTURA DOMINANTE

Toda a área em estudo era, tal como foi sublinhado, dominada pelo desenho do Passeio Público. Em forma de rectângulo alongado, este espaço estruturava todo o conjunto pela sua diferença de escala e proporções. Convém referir que, não obstante a sua função idílica e a sua implantação adaptada a um relevo favorável como era o vale das Hortas da Cera, o seu traçado provinha do racionalismo pombalino, demonstrado na baixa lisboeta divergindo do conjunto edificado que o envolve (fig. 44).

Com o comprimento de cerca de 320 m e largura de 89,50 m, o Passeio Público colocou-se no topo hierárquico do tecido urbano e, não sendo ainda artéria, vocacionou a direcção tendencial e dominante da rede viária, apesar dos limites estabelecidos a norte e sul, para este jardim.

A existência de duas ruas paralelas que lhe eram adjacentes a nascente e a poente, respectivamente, a Rua Oriental do Passeio Público e a Rua Ocidental do Passeio Público, possuindo características de ruas secundárias¹⁷⁵, reforçam, no entanto, a direcionalidade do conjunto (fig. 45).

- EIXO RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO - RUA DA ANUNCIADA - RUA DE SÃO JOSÉ - RUA DE SANTA MARTA - ESTRUTURA VIÁRIA DE CARÁCTER PRIMÁRIO

No lado oriental do Passeio Público evidencia-se um eixo que lhe é paralelo, constituído pelas Ruas das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de S. José e de Santa Marta. Até à construção da Avenida este eixo era a rede viária primária do tecido existente, sobrepondo-se na hierarquia das artérias que ladeavam o jardim pombalino. Sendo-lhe paralelo, estas ruas tornaram-se, no seu conjunto, no segundo elemento a direccionar a malha urbana e o primeiro de características viárias.

Não obstante a existência de alguma tortuosidade no acompanhar da morfologia do terreno, o seu traçado é praticamente rectilíneo e tinha a particularidade de constituir o grande elo de ligação da cidade para o meio rural. Com efeito, a Rua de Santa Marta ultrapassou a confluência Rua das Pretas - Rua do Salitre - Praça da Alegria de Baixo, entrando pelas hortas e quintas dos então subúrbios rurais de Lisboa, extravasando a frágil barreira urbana e indiciando uma fácil e natural continuação da cidade para norte (fig.46).

¹⁷⁵ Apesar de rectilíneas e perfeitamente paralelas, estas ruas, pela sua dimensão e extensão, não se conseguem sobrepor ao eixo dominante, formado pelas ruas das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de S. José e de Santa Marta.

O terceiro ponto principal do tecido urbano anterior à abertura da Avenida da Liberdade revela-se em zonas de confluência da rede viária, mais vulgarmente designadas por praças e largos¹⁷⁶. Estes espaços podem condicionar estruturalmente a malha urbana, dado que se tornam o objectivo, o destino e a vocação direccionada de uma certa trama viária. Apresentam também dois aspectos fundamentais, duas funções distintas: tanto podem estar na origem de uma interrupção na continuidade do tecido urbano, como se tornam objectos de transição entre zonas distintas, na área urbana em questão. No primeiro caso, um tecido de identidade definida é interrompido, num dos seus pontos por um espaço aberto e vazio, sendo que na área envolvente a este espaço a malha urbana mantém a sua estrutura.

No segundo caso, as zonas envolventes ao ponto de encontro viário, apresentam características diversas e estruturas diferentes. O largo ou a praça são zonas de transição e de charneira entre esses espaços.

Na área adjacente ao Passeio Público poderemos encontrar algumas destas zonas de confluência, que se relacionam directa ou indirectamente com aquele: Largo do Passeio Público, Praça da Alegria de Cima, Praça da Alegria de Baixo, Largo de S. Pedro de Alcântara, Largo da Patriarcal Queimada, Praça do Rato e Largo da Anunciada.

Pela análise à planta tomada para estudo, verifica-se que este tipo de estrutura se encontra, sobretudo, no lado ocidental do Passeio Público. Como excepções poderemos considerar o Largo da Anunciada que, apesar do nome, assume-se mais como rua, como passagem, do que como uma zona de confluência viária e de permanência, apesar da sua configuração (pouco comprimento e, proporcionalmente, bastante largura).

A segunda excepção, situada no lado oriental do Passeio Público - um pouco mais afastada do núcleo da nossa análise, mas com ele relacionado - é o Campo de Santana¹⁷⁷. Pelas suas características é um ponto de encontro da malha viária, onde várias ruas de carácter secundário confluem para este.

Centrado no eixo longitudinal do jardim pombalino e confinando com ele, a norte, situa-se o Largo do Passeio Público. Este é o exemplo claro de uma zona de transição entre dois espaços urbanos distintos. Com efeito, a estreita saída do Rossio constituída pela Rua do Príncipe¹⁷⁸ desemboca num espaço amplo que “corrige”, a norte, a irregularidade do tecido adjacente, definindo a largura do Passeio Público. Deste modo, torna-se na charneira entre a zona consolidada constituída pelo Rossio e área de expansão para norte, dando também origem à existência das Ruas Ocidental e Oriental do Passeio Público. Para além da referida função de transição, o Largo do Passeio Público era também uma zona desafogada de enquadramento à entrada do jardim.

¹⁷⁶ Kevin Lynch, no seu livro *A imagem da cidade*, p. 84, integra estes espaços no vasto campo dos cruzamentos, os quais define como «pontos estratégicos, nos quais o observador pode entrar, típicas junções de vias, ou concentrações de alguma característica».

¹⁷⁷ Actual Campo Mártires de Pátria

¹⁷⁸ Actual Rua 1.º de Dezembro.

A Praça da Alegria de Cima, no lado ocidental do Passeio Público, é uma importante zona de encontro viário, tanto no sentido norte-sul (Rua da Glória), como no sentido nascente-poente (Rua da Alegria).

Esta praça assume características de transição entre o espaço urbano e a área rural ao unir-se à arrabaldina Rua do Salitre através da Travessa das Vacas. No entanto, a sua principal vocação reside na interrupção na continuidade do tecido urbano que se estende a sul e a nascente.

Não sentido Este-Oeste, a Praça da Alegria torna-se o ponto de partida de um eixo viário que une três espaços de confluência importantes: trata-se do eixo Praça da Alegria de Cima - Largo da Patriarcal Queimada - Praça do Rato, unido, respectivamente, pelas Ruas da Alegria e da Mãe d'Água e pela Rua da Patriarcal Queimada.

O Passeio Público é topejado, a norte e a sul, por dois pontos de encontro de vias. Para além do limite sul - o Largo do Passeio Público -, este jardim confronta a norte, com a Praça da Alegria de Baixo que, na opinião de Júlio de Castilho «não tinha o mínimo carácter; o edital municipal de 14 de Dezembro de 1863, o mais para que a achou boa foi para venda de leite; e já não é mau. Apenas nas derradeiras dezenas de anos da sua existência apresentava esta praça algumas casas altas, mas de muito banal desenho»¹⁷⁹.

Aparte as considerações estéticas, a Praça da Alegria de Baixo, é um elemento importante de transição entre o tecido urbano e o campo, dirigindo-se no seu sentido a Rua do Salitre que, como foi referido, era um troço viário do meio rural.

Concluindo, anteriormente à abertura da Avenida da Liberdade, a malha urbana distribuía-se segundo várias vertentes: transição do tecido consolidado para o tecido de expansão (Largo do Passeio Público), mudança do espaço urbano de expansão para o meio rural (Praça da Alegria de Baixo) e, ainda, interrupção da malha viária (Largo Patriarcal da Queimada, Praça do Rato). A Praça da Alegria de Cima entra no campo das excepções: dado confinar e ter ligações viárias com a área rural, por um lado, e com o tecido urbano, por outro, poderá considerar-se como zona de características mistas, que se fundem e conjugam e onde o aspecto da interrupção de continuidade conquistou a primazia sobre o de transição espacial.

4.1.2 - *A malha urbana secundária*

Na análise da malha urbana anterior à construção da Avenida, considerou-se um eixo imaginário centrado no Passeio Público, com sentido longitudinal (N-S), dado que, de um lado e de outro deste eixo, ocorrem realidades diferentes no que respeita ao traçado viário, nomeadamente quanto ao modo como as vias secundárias se distribuem.

¹⁷⁹ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, vol. X, segunda parte - Bairros Orientais, Lisboa, 1937, pp. 145 e 146.

O lado oriental do Jardim Público, como já foi referido, é dominado pelo eixo Rua das Portas de Santo Antão - Rua da Anunciada - Rua de São José - Rua de Santa Marta. Transversalmente a estas vias, traçam-se pequenas ruas que quase lhe são perpendiculares, cuja importância histórica fica muito além da sua importância física¹⁸⁰.

A Rua do Jardim do Regedor, a Travessa de Santo Antão, a Rua dos Condes, o Largo da Anunciada e a Rua das Pretas, assumem um papel secundário, em largura e extensão, constituindo apenas a ligação entre o Largo e a Rua Ocidental do Passeio Público e o eixo que lhes é hierarquicamente superior. Partindo da Rua de S. José, a Rua das Pretas e o Largo da Anunciada têm prolongamentos das suas extensões sob o nome, respectivamente, da Rua do Telhal e Calçada do Lavra, cujo objectivo é a chegada ao Campo de Sant'Ana.

O modo de cruzamento entre estas duas permite a constituição de quarteirões, cujo polígono forma ângulos quase rectos entre si, tendendo assim para a ortogonalidade. No entanto, longe de se tornar num tecido homogéneo, como é o caso da Baixa Pombalina, onde os quarteirões são idênticos e de formas regulares, no lado oriental do Passeio Público o tamanho dos quarteirões difere bastante, dependendo da lógica viária dada à malha urbana. A forma de aparência racional advém, essencialmente, das possibilidades topográficas do terreno onde se inserem.

A ocidente do Passeio Público, predominam as ruas com o topónimo "Glória": temos a Rua da Glória, a travessa da Glória, a Calçada da Glória, a Rua Conceição da Glória e a Travessa de Sto. António da Glória.

Pese embora a Rua da Glória, a Calçada da Glória e a Rua da Conceição da Glória adquirissem algum destaque no conjunto viário a nascente do Passeio Público, não se poderá afirmar que existem ruas de carácter primário e estruturante nesta área, se a avaliarmos no contexto global do tecido urbano anterior à construção da Avenida da Liberdade que estamos a estudar. Com efeito, a nível estrutural, a primazia está nos largos e praças para as quais estas vias tendencialmente se dirigem. A malha viária que se orienta no sentido nascente-poente vai, predominantemente, na direcção do Largo de S. Pedro de Alcântara e também do Largo da Patriarcal Queimada. Quanto ao conjunto viário de sentido norte-sul tende igualmente, mesmo indirectamente, para os dois largos supracitados, sendo aqui a Praça da Alegria de Cima um ponto importante para o qual se dirigem directamente a Rua da Glória e a Travessa das Vacas. A Travessa de Santo António da Glória está vocacionada para o cruzamento das Ruas da Mãe-d'Água e da Alegria, ou seja, para a ligação ao eixo anteriormente referido, Praça da Alegria de Cima - Largo do Patriarcal Queimada - Praça do Rato.

Os cruzamentos destas ruas dão origem a quarteirões mais irregulares do que os que se situam a oriente do Passeio Público, adquirindo formas trapezoidais e menos ortogonais. Analisando a globalidade dos quarteirões localizados a ocidente

¹⁸⁰ Veja-se a numerosa bibliografia acerca da história e das histórias destas pequenas ruas, da qual destacamos as obras citadas de Norberto de Araújo e Júlio de Castilho e outras, tais como:

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do Terramoto*, vol. II, Lisboa, 1938; CÂNCIO, Francisco, *Lisboa no tempo de Passeio Público*, Lisboa, 1962-63, 2 vols.; BRITO, Gomes de, *Ruas de Lisboa*, Lisboa, 1935 ou ainda, ALMEIDA, Mário de, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, 1917.

do eixo principal, verifica-se que se vão adaptando à morfologia imposta pela encosta que vai subindo até ao Bairro Alto, adquirindo a forma semicircular das curvas de nível do terreno.

4.1.3 - *Limites*

Tal como dissemos anteriormente, os extremos norte do Passeio Público, constituíam um limite à expansão do aglomerado urbano. Não se trata aqui de uma barreira rígida e impenetrável, que marque fortemente a constituição dos tecidos¹⁸¹. Os limites formados pelas Praças da Alegria de Cima e de Baixo, Rua do Salitre e Rua das Pretas, são ténues e facilmente penetráveis, mas oferecem um obstáculo visual que os assume como o termo físico do crescimento. Como afirma K. Lynch, «Enquanto a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser, necessariamente, impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isolada e é interessante estudar as diferenças de tais efeitos»¹⁸².

De facto, a barreira norte do Passeio Público, reforçada pela cascata que o topeja nesta direcção é uma “costura de união” entre o espaço urbano lisboeta e os arrabaldes da capital. Verificámos que a costura tem alguns pontos de intersecção e de união, como é o caso do ponto de encontro da rústica Rua do Salitre com a Praça da Alegria de Baixo e a Rua das Pretas, que envolve as áreas rural e urbana (figs. 47 e 48).

Para além da cascata e entrada norte do Passeio Público, a sequência de edificações que lhe eram contíguas da Praça da Alegria de Baixo formavam, em conjunto, o obstáculo visual mais evidente, a “muralha” que impedia o crescimento para norte, só anos mais tarde atravessada com rompimento da Avenida da Liberdade. Note-se que, apesar de não terem estrutura física para condicionar um tecido urbano, estes limites, ao serem atravessados, continuaram a constituir “zonas de costura” entre os dois espaços urbanos: o existente e o de Ressano Garcia.

A Rua do Salitre é, ainda hoje, uma linha de mudança entre os dois tipos de traçado, podendo afirmar-se o mesmo acerca das ruas das Pretas e do Telhal, a oriente.

4.2 - *O processo de transição*

4.2.1 - *As expropriações*

Surgida a ideia do *boulevard*, cujo estudo foi desenvolvido no capítulo I, trata-se agora de levá-la à prática com o rompimento físico de uma parte do tecido

¹⁸¹ Cf. a opinião de Philippe Panerai, na obra citada, acerca das barreiras de crescimento urbano e sua travessia, pp. 23 – 34.

¹⁸² LYNCH, Kevin, *ob. cit.*, p. 75.

urbano existente. Tal facto obrigou a que muitos prédios, de posse privada, passassem para o domínio público.

Depois de levado o plano ao papel, o processo de expropriações e a posterior demolição do edificado existente, surge como uma fase de transição entre projecto e realidade, podendo considerar-se como o primeiro passo para a efectivação do novo traçado urbano, da nova face de Lisboa expandida para norte e dos ideais de Ressano Garcia e Rosa Araújo.

Um projecto ousado para a Lisboa da época, como foi a construção da Avenida da Liberdade teve, necessariamente, de abranger uma grande quantidade de propriedades rústicas e urbanas, e só um processo de expropriações eficaz poderia conseguir a exequibilidade de tal arrojio. No entanto, o percurso deste processo não foi fácil. Basta avaliar o tempo decorrido entre a inauguração e a conclusão dos trabalhos da Avenida - 1879 a 1886 - e compará-los com a duração dos “Grands Travails” - 1853 a 1870 - em que Haussmann executou expropriações e obras por toda cidade de Paris. O aspecto legal, no entanto, foi o mais favorecido, pois Ressano Garcia dispunha já de uma lei de expropriações, a Lei de 23 de Outubro de 1856, apesar de ser claramente insuficiente, dado que apenas previa a expropriação dos terrenos destinados ao melhoramento e abertura de estradas não contemplando as propriedades confinantes. Em 18 de Julho de 1885 foi legislado o Regime da propriedade do solo, que dava o direito de preferência ao proprietário do terreno expropriado, mas um dos factores legais, fundamentais para a execução da passagem das propriedades do domínio privado para o domínio público foi, sem dúvida a *declaração de utilidade pública e urgente* dos terrenos considerados necessários, entre outros fins, às obras de melhoramentos e abertura de novas vias, estabelecida pelo Decreto de 11 de Maio de 1872.

Esta declaração conseguiu tornar um pouco mais céleres os processos de expropriação, nos quais o consenso entre os proprietários e a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais era difícil. Abonava a favor desta última, a estreita colaboração entre Governo e Autarquia, dado que esta remetia para aquele a consideração da utilidade pública¹⁸³ os pareceres, deixados à consideração da Câmara, conforme o estabelecido no regulamento de 1874¹⁸⁴. Estas informações eram sempre constituídas por um documento escrito, ilustrado com uma planta de localização, discriminando a área a expropriar face ao traçado da avenida a construir. Muitas vezes, as negociações eram pacíficas e o acordo do possuidor do prédio estava assente¹⁸⁵.

O espírito prático e empreendedor de Ressano Garcia que, como Engenheiro-Chefe da Repartição Técnica, subscrevia uma grande parte dos processos em estudo, revela-se no modo como resolvia as pequenas questões negociais. Quando os valores eram de pouca monta, a Câmara cedia às exigências dos proprietários, a bem da rapidez das expropriações¹⁸⁶.

¹⁸³ Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, parecer n.º 1061, Lisboa, 17 de Abril de 1882

¹⁸⁴ A sua redacção definitiva foi aprovada na Sessão de Câmara de 21 de Maio de 1874.

¹⁸⁵ Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, parecer n.º 918, Lisboa, 20 de Maio de 1881

¹⁸⁶ Conforme análise ao parecer n.º 4983 de 26 de Março de 1886.

Antecipando a Lei da Expropriação por Zonas, que só viria a ser publicada em 9 de Agosto de 1888¹⁸⁷, Ressano Garcia contemplou, em alguns casos, a expropriação total do prédio, mesmo quando era necessária apenas uma parte dele, para efeitos de melhoramento da qualidade e arranjo urbanos, conforme se pode observar pela análise de um dos muitos pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais de Maio de 1886¹⁸⁸.

Esta era também uma oportunidade para os urbanistas de adquirirem propriedades que lhe permitissem a solução de alguns problemas, com novos arranjos que favorecessem o espaço exterior e que criassem acessos e espaços verdes¹⁸⁹.

São ainda de referir as compensações para os proprietários dos prédios em questão, previstas na legislação sobre expropriação e regime de propriedade. O próprio Plano de Melhoramentos prevê a edificação por particulares, nos seus próprios prédios, e a lei de 18 de Julho de 1885 consagra o direito de escolha do proprietário, no caso das expropriações, no seu Art.º 163.º.

Mais tarde, a Lei de 9 de Agosto de 1888¹⁹⁰, no seu Art.º 3.º, concede, inclusivamente, «a todos os proprietários, cujos prédios estiverem compreendidos no plano das obras mencionadas no artigo 1.º [prédios considerados de utilidade pública] e seu § unico, a preferência na execução das mesmas obras, se se obrigarem a executá-las no prazo fixado pelo governo conforme o plano devidamente aprovado e se mostrarem que dispõem dos recursos indispensáveis para esse fim». É claro, que esta lei favorecia essencialmente, o proprietário investidor que, na época, coincidia na maior parte dos casos, com o capitalista burguês.

Às dificuldades, que vimos acima, do foro legal, juntaram-se as de carácter financeiro, essas bem mais graves, dado que a Câmara não possuía verba para tais gastos, o que levaria Rosa Araújo, «numa atitude muito própria e sem antecedentes, em custeá-los dos seus próprios fundos»¹⁹¹. Para além disso, as expropriações foram algo conflituosas, sendo alvo de várias reclamações, o que se tornou num importantes factor da morosidade do processo.

A análise aos pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, relativas ao processo de expropriação dos terrenos para a construção da Avenida da Liberdade revela o modo, mais ou menos pacífico, como terão decorrido.

Poder-se-á afirmar que, na grande maioria dos processos, o consenso entre a Câmara Municipal e os proprietários foi conseguido, de uma forma mais ou menos

¹⁸⁷ Apesar de esta lei se destinar, essencialmente, à concretização do plano das Avenidas Novas, dado que, à data da sua publicação, a Avenida da Liberdade se encontrava inaugurada e praticamente concluída, aplicavam-se muitos procedimentos que só viriam a ser regulamentados na respectiva lei, através de pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, devido à necessidade de os aplicar, mesmo sem a sua publicação em diploma legal.

¹⁸⁸ Por exemplo, o parecer n.º 118, de Maio de 1886.

¹⁸⁹ Cf. o parecer citado na nota anterior.

¹⁹⁰ Publicada em Diário do Governo n.º 184.

¹⁹¹ Cf. *Catálogo da exposição comemorativa dos 100 anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986) – Foi assim em 1886, 100 anos do Monumento aos Restauradores*, Organização do Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa – Palácio Galveias, 1 a 31 de Dezembro de 1986, s/p.

breve¹⁹². No entanto, outros casos houveram em que não foi obtido nenhum acordo que interessasse a ambas as partes envolvidas, pelo que o município procedia à expropriação por utilidade pública¹⁹³.

Pelo meio de todo este processo, várias indemnizações se pagaram por prejuízos causados por obras ou por algumas negligências processuais. Poderemos incluir o episódio passado com as propriedades do Sindicato dos Terrenos de Santa Marta, do qual era presidente Henry Burnay, as quais foram avaliadas por preço superior àquele que tinha sido anteriormente acordado, por demora na aprovação da proposta inicial e consequente posse do terreno pela Câmara Municipal «para que as obras pudessem progredir sem interrupção, nem solução de continuidade»¹⁹⁴.

Nos casos em que a expropriação abrangia apenas uma parte do prédio, o município previa, por vezes, a comparticipação das obras pelo proprietário¹⁹⁵.

No resultado final, o somatório das despesas realizadas pela edilidade em indemnizações e expropriações foi bastante elevado, contribuindo também para este facto o aceitar de algumas condições impostas pelos proprietários reclamantes, dada a urgência de todo o processo¹⁹⁶.

Apesar de todas as dificuldades surgidas, a Avenida rompeu não evitando, no entanto, ser vítima de uma enorme especulação imobiliária de que, desde sempre, foi alvo.

4.2.2 – As zonas expropriadas

Todo este processo de expropriações dos prédios existentes teve consequências urbanísticas inevitáveis. Foi a partir daqui que se pôde materializar o plano, o que implicou alterações significativas na componente fundiária do local. As características arrabaldinas e rurais decorrentes da presença da pequena parcela de terreno ou da grande quinta, ambas de formas irregulares, deram lugar ao lote

¹⁹² Veja-se, por exemplo, o processo de expropriação de «um prédio situado na praça da Alegria n.º 106, 107 e 108 (que vae designado por um banho amarelo na planta anexa a este parecer), pertencente a D. Maria das Dores de Freitas Fernandes; é a comissão de obras e melhoramentos municipaes de parecer que se realise a referida expropriação pela quantia de 36:000\$000 reis, preço que a proprietária concordou em receber».

Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, *parecer n.º 970*, 23 de Setembro de 1881.

¹⁹³ Num destes casos estão incluídas os prédios pertencentes a Henrique Lopes de Mesquita, situados na Travessa da Natária, n.º 1 a 31, que «foram avaliados pela repartição technica na totalidade de 18:580\$800 reis, documento tambem anexo, tentou a comissão de obras e melhoramentos municipaes, chegar a um accôrdo com o dito proprietario, o que não tem sido possível conseguir, e por isso é a mesma comissão de parecer que por utilidade publica, se requeira a expropriação dos referidos predios e terreno».

Idem, *parecer n.º 978*, 21 de Outubro de 1881.

¹⁹⁴ Idem, *parecer n.º 1357*, 23 de Julho de 1884.

¹⁹⁵ Uma destas situações é contemplada no parecer n.º 1209 da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, acerca de um prédio situado na Praça da Alegria pertencente a António José Barros Vianna e sua mulher.

¹⁹⁶ Parecer n.º 4983, de 20 de Março de 1888, da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais.

urbano, de dimensões maiores e regulares, adequado à edificação e sua rentabilização.

Pela sua situação geográfica e pelo desenho do plano de Ressano Garcia, o camartelo das demolições agiu, fundamentalmente, em duas áreas: a primeira compreende a Rua do Salitre e a Praça da Alegria de Baixo, bem como as travessas das Vacas e da Horta da Cera; a segunda, mais a norte, abrange aquela que viria a ser a Praça Marquês de Pombal. As expropriações incidiriam, sobretudo, na Rua do Vale do Pereiro, Travessa do Moreira e Calçada da Natária. Designaremos estas zonas, respectivamente, por “ZONA 1 - SALITRE/ALEGRIA” e “ZONA 2 - VALE DO PEREIRO”.

- ZONA 1 - SALITRE/ALEGRIA

Foi precisamente na Rua do Salitre que se deram as primeiras expropriações e as primeiras demolições que, simbolicamente, contemplaram o Teatro do Salitre e o Circo Price.

O «celebérrimo *Circo Price*, já a êsse tempo cognominado *Coliseu de Lisboa*»¹⁹⁷, com uma vida curta - 1860 – 1881 - devido ao êxito das suas actuações, era uma importante sala de divertimento da cidade, onde se destacavam grandes vedetas do espectáculo (fig. 49).

Para além de ser o centro das atenções de muitos lisboetas, situava-se quase na zona central de uma futura avenida com ânsia de romper. De facto, o circo Price, geograficamente, constituía um volume edificado nas proximidades do eixo projectado para a Avenida da Liberdade, na zona imediata ao topo norte do Passeio Público, ou seja, por onde as obras do *boulevard* deveriam de começar. O carácter emblemático do circo, mais facilmente atraía a opinião pública aquando da sua demolição, tornando-se num símbolo do anuncio do final de uma era e do advento de outra e do fim do arrabalde do Salitre, que agora passaria a fazer parte integrante do tecido urbano lisboeta, mesmo ficando a rua sem uma terça parte do seu comprimento. Para além da Rua do Salitre, também as outras partes que constituem esta zona perderam grandes áreas, ou mesmo, desapareceram. É o caso da Praça da Alegria de Baixo que pela sua situação estava, desde logo, destinada ao malogro. A travessa da Horta de Cera, que unia o Salitre à Rua de Santa Marta ficou reduzida a um pequeníssimo troço do seu comprimento inicial. Melhor sorte teve a Travessa das Vacas que, por localizar-se entre a Praça da Alegria de Cima e a Rua do Salitre manteve-se quase inteira, apenas sujeitas a correcções nos seus alinhamentos e à mudança do seu nome para Travessa do Salitre.

Apesar de ser arrabaldina, esta zona era povoada com alguma densidade e um exemplo da importância que detinha seria o facto de nela se localizarem três dos espaços de espectáculos mais importantes do ambiente cultural da sociedade lisboeta de então: os já referidos Circo Price e Teatro do Salitre e a Praça de Touros do Salitre. Assim, para os expropriadores, a tarefa, neste local, foi muito mais

¹⁹⁷ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, vol. X, segunda parte, Bairros Orientais, 2.ª ed., Lisboa, S. Industriais da C.M.L., 1937, p. 169.

dificultada face ao elevado número de prédios a expropriar, como se pode denotar na quantidade de pareceres recolhidos¹⁹⁸ (figs. 50 a 53).

4.3 – A malha urbana gerada pela Avenida da Liberdade – justaposição e sobreposição de traçados

Para o estudo da malha urbana criada após a execução do plano de Ressano Garcia baseámo-nos no "Levantamento de Lisboa", de Silva Pinto, de 1911, no "Levantamento Aerofotogramétrico", e nos Ortofotomapas. Utilizaremos a toponímia actual.

Com a construção da Avenida da Liberdade e os seus bairros adjacentes, foi criada uma nova imagem da cidade e toda a área de implantação adquiriu novas noções de escala, dimensão e aparência urbana.

Os antigos limites foram transpostos e o plano de Ressano Garcia colou-se ao tecido existente criando linhas de costura bem evidentes. Com a análise às plantas em estudo poder-se-á facilmente constatar como estas zonas de junção condicionaram a implantação dos bairros planeados e de como se articularam com a malha urbana do tempo do Passeio Público, respeitando-a e evitando a sua destruição, ao contrário da filosofia de intervenção de outros planos análogos e contemporâneos, conforme referimos anteriormente¹⁹⁹.

A análise aos pontos fundamentais da malha urbana far-se-á, doravante, tendo em conta dois tipos de urbanismo completamente diversos, tanto em época do seu aparecimento e tempo de consolidação, como em relação às suas características morfológicas.

A justaposição das duas realidades urbanas ocasionou, obviamente, pontos de conflito resultantes de um tipo de crescimento contínuo mas não ordenado no seu todo. O racionalismo do quarteirão do plano da Avenida não prevê a articulação com a irregularidade da unidade morfológica que depende do relevo onde é implantada, pelo que haverá zonas onde as soluções encontradas, na prática, se desajustaram e se desarticularam do conjunto onde se inserem.

Com a adição do novo aglomerado, apareceram novos elementos estruturantes e secundários, novos limites, outras artérias e também zonas verdes e de confluência viária. A parcela fundiária vista de uma perspectiva de maior

¹⁹⁸ Com efeito, a grande maioria dos pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais que conseguimos recolher no Arquivo do Arco do Cego, referem-se à zona do Salitre / Alegria. Poderemos enumerar os ofícios n.º 115 (terreno junto à Rua do Salitre), 918 (Rua do Salitre n.º 85 a 93), 949 (Rua do Salitre n.º 31 a 35), 950 (Rua do Salitre n.º 49, 51 e 53), 970 (Praça da Alegria n.º 106, 107 e 108), 973 (Rua do Salitre n.º 52, 54 e 56), 977 (Praça da Alegria n.º 91 a 97), 979 (Rua do Salitre n.º 71 a 75), 985 (Rua do Salitre n.º 58, 60 e 62), 1066 (Rua do Salitre n.º 25 a 29), 1067 (Rua do Salitre n.º 61 a 69), 1209 (Praça da Alegria n.º 83 a 88), 1278 (Rua do Salitre n.º 90), 1349 (Rua do Salitre n.º 10 a 22) e 1455 (Rua do Salitre n.º 84 a 86), entre outros.

¹⁹⁹ Veja-se, no Capítulo II desta dissertação, como os planos de Haussmann em Paris disseminaram quase totalmente, o tecido urbano anterior.

rentabilidade, também constitui um factor marcante na diferenciação dos conjuntos urbanos diferentes.

Em seguida analisaremos, com mais detalhe, todos estes aspectos da estrutura resultante da justaposição dos dois traçados urbanos.

4.3.1 - Os pontos fundamentais da estrutura da malha urbana resultante da construção da Avenida da Liberdade e zonas adjacentes

- AVENIDA DA LIBERDADE - A NOVA ESTRUTURA DOMINANTE

Demolido o Passeio Público, o eixo estruturante fundamental manteve a sua direcção inicial prolongando-se em extensão.

O seu domínio sobre a malha urbana envolvente teve um aumento significativo, introduzindo uma escala monumental, em contraste com a escala humana do conjunto urbano existente.

Transformado o jardim em grande artéria, a direccionalidade do seu eixo saiu reforçada pela introdução intencional de um ponto de fuga / elemento marcante, que fixou uma perspectiva monumental, ganhando uma maior amplitude visual.

As novas malhas urbanas estabelecidas a nascente e a poente da Avenida seguiram um traçado urbano bastante regular, como resultado da obediência aos planos urbanísticos de Ressano Garcia, apesar de, em alguns locais, esta regularidade não ter sido totalmente conseguida, por via das condicionantes existentes, conforme adiante referiremos.

- EIXO RUA DAS PORTAS DE SANTO ANTÃO - RUA DA ANUNCIADA - RUA DE SÃO JOSÉ - RUA SANTA MARTA - POSICIONAMENTO HIERÁRQUICO COMO ESTRUTURA VIÁRIA APÓS A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE

A construção da Avenida da Liberdade veio subtrair ao eixo Rua das Portas de Santo Antão – Rua da Anunciada – Rua de São José – Rua de Santa Marta o seu carácter primário, impondo-se-lhe hierarquicamente. Com efeito, de dimensões incomparavelmente superiores, a grande artéria subjugou toda a anterior rede de espaços públicos lineares.

O eixo viário mais antigo da estrutura urbana em estudo, ficou colocado num plano secundário, no que respeita ao seu papel de elemento viário estruturante. No entanto, não perdeu o anterior estatuto de gerador das unidades morfológicas urbanas, continuando a impor o traçado inicial, mesmo no desenho dos novos bairros.

Os quarteirões de polígono regular do Bairro Camões, localizado a nascente da Avenida, na sua inibição de mutilar o tecido existente, submeteram-se à linha algo sinuosa deste eixo, agora secundário, acompanhando-a no lado confrontante ao seu

polígono de implantação. O papel de fronteira que exerce entre o fim do vale e o início da encosta, mantém-se na malha existente, prolongando a sua influência até à intersecção com a Rua Alexandre Herculano. Entre esta e a Rua Manuel de Jesus Coelho, o bairro torna-se num elemento contrário à ortogonalidade vocacional dos quarteirões, pelo facto de fazer uma inflexão a nascente, provocando uma forte irregularidade na forma dos conjuntos edificados.

Entre a Rua Alexandre Herculano e o término da Rua de Santa Marta, no encontro desta com a Avenida Fortes Pereira de Melo, a sua afirmação no contexto da malha urbana dissolve-se, anulando-se o efeito de fronteira acima referido, pela forte imposição do tecido ortogonal do Bairro Camões.

Resta acrescentar que, obviamente, este eixo perdeu totalmente as anteriores características de transição entre o espaço urbano e o espaço rural, integrando-se completamente na área urbana (fig. 54).

- A “LINHA DE COSTURA” URBANA - RUA DO SALITRE E RUA DAS PRETAS

As actuais ruas do Salitre e das Pretas (com continuação pela Rua do Telhal) eram parte integrante do antigo eixo nascente-poente, que constituía o limite da zona urbana.

Derrubado abruptamente pela Avenida da Liberdade, foi aqui que se deu um maior número de demolições e mutilações no edificado. A Praça da Alegria de Baixo foi totalmente demolida, tendo um terço da Rua do Salitre e grande parte da Travessa da Horta da Cera desaparecido.

A continuidade do antigo eixo Este-Oeste foi quebrada, pelo que deixou de fazer sentido a existência desta linha axial. No entanto, como a malha urbana dos bairros adjacentes do plano de Ressano Garcia “encaixou-se” na malha pré-existente, a importância da agora linha quebrada Rua do Salitre Rua das Pretas não se perdeu, atribuindo-se-lhe actualmente outra significação. O que era limitador tornou-se numa zona se “costura” urbana e de charneira entre os dois tecidos divergentes em forma, época e filosofia de implantação.

Tal como aconteceu com o eixo Rua das Pretas de Santo Antão - da Anunciada - de São José de Santa Marta, a Rua do Salitre também funciona como elemento contrariador da ortogonalidade dos quarteirões de Ressano Garcia, proporcionando-lhes um lado irregular na delimitação da junção dos tecidos urbanos (fig. 55).

- JUSTAPOSIÇÃO E PONTOS DE CONFLITO

O traçado da Avenida idealizado por Frederico Ressano Garcia, pela sua adaptabilidade ao tecido pré-existente, não ocasionou muitos pontos de conflito. Não obstante as diferenças encontradas, a passagem da malha urbana do tempo do Passeio Público para o urbanismo capitalista do século XIX, apesar das distinções claras, não ofereceu discrepâncias de maior. No entanto, certos pontos de junção ficaram mal solucionados, criando casos de conflito na malha urbana.

Estes pontos encontram-se em maior número, nas áreas onde se efectuaram as demolições e as posteriores “colagens” da nova massa construída ou do novo traçado viário, de onde se salienta a zona de intersecção da Avenida da Liberdade com a Rua do Salitre.

O local de encontro da travessa da horta da Cera com a grande artéria corresponde a um dos mais destacados pontos de conflito em estudo.

A Travessa da Horta da Cera partia da Rua do Salitre e fazia a ligação com a Rua de Santa Marta. Acompanhando a topografia, iria achar as cotas dos pontos de intersecção com as duas ruas.

A cota tomada para a Avenida da Liberdade é bastante superior à existente para a zona da Travessa do Salitre (antiga Travessa das Vacas), da Rua do Salitre e da Travessa da Horta da Cera. Se o traçado da Avenida conseguiu amenizar a diferença de cotas existente entre ela e as duas primeiras vias acima mencionadas, o mesmo não sucedeu com a travessa da Horta da Cera. Situando-se esta a um nível inferior relativamente à artéria principal, não foi resolvida a intersecção das duas vias, estabelecendo-se uma diferença de cotas, cuja ligação se faz através de degraus. Ficam, assim, os pisos de rés-do-chão da travessa, abaixo do nível da Avenida.

O quarteirão formado entre a Rua do Salitre a Travessa da horta da Cera e a Avenida, resultou pequeno e de forma triangular, dificultando as concepções arquitectónicas e proporcionando soluções mal resolvidas e um imóvel do tipo “ferro de engomar”.

A outra área susceptível de encontrar pontos de conflito provém da demolição da Rua do Vale do Pereiro, da Travessa do Moreira e de parte da Travessa do Enviado de Inglaterra, para a construção da Rotunda do Marquês de Pombal e dos novos bairros.

O que resta da Travessa do Enviado de Inglaterra e o modo como as parcelas edificadas se distribuem ao longo do seu comprimento, contrariam toda a lógica parcelar do plano da Avenida (figs. 57 e 58).

A pequena via supracitada, tornou-se num impasse, direita a lado nenhum, obrigando os lotes a configurarem-se consoante a sua irregularidade, não permitindo que o tamanho e a ortogonalidade tornem as parcelas tão rentáveis como seria de desejar.

Tendo sido demolida a quase totalidade da Travessa do Envidado de Inglaterra, pressupõe-se a manutenção deste pequeno troço por razões políticas ou por falta de consenso nas negociações com os proprietários, no processo de expropriação.

- OS ESPAÇOS URBANOS NÃO LINEARES NA MALHA URBANA CRIADA PELA AVENIDA DA LIBERDADE

Como vimos atrás – e à excepção do Passeio Público que atingiu dimensões razoáveis - a malha urbana anterior à abertura da Avenida relacionava as artérias com pequenos espaços públicos não lineares, zonas de estada, muitas vezes resultando do aproveitamento das áreas naturais, onde o relevo não permitia a construção.

Ao tempo da demolição do Passeio Público, alguns destes largos ou praças tinham sido contemplados com áreas verdes, transformando-se em jardins românticos, mas mantendo a sua forma inicial e as suas características de lazer público.

A implantação da Avenida da Liberdade e da sua envolvente veio subtrair à malha urbana espaços do tipo anteriormente descritos. A ideia de uma paisagem de características monumentais veio contrapor às pequenas áreas verdes de lazer, grandes superfícies vegetais constituídas pelas faixas laterais da Avenida, pela Rotunda do Marquês de Pombal e, no topo norte, pelo Parque da Liberdade, mais tarde, o Parque Eduardo VII.

É de notar que a Rotunda constitui um espaço diverso daqueles que acima mencionámos. Com efeito, a sua principal função caracteriza-se pela propagação da malha viária por várias direcções, não se tratando de uma zona de estada.

Apesar das superfícies vegetais implantadas se caracterizarem pelas suas grandes dimensões, foram introduzidas duas pequenas áreas verdes públicas, na nova estrutura que, no entanto, apenas surgiram como solução para ajustes decorrentes da justaposição das malhas urbanas: um espaço de forma triangular inserido entre as ruas Rodrigues Sampaio e Camilo Castelo Branco e a Avenida Duque de Loulé e um outro, também de configuração triangular, entre as ruas do Salitre e Júlio César Machado. O primeiro constitui o prolongamento da linha visual da radial que sai da rotunda em direcção à Avenida Duque de Loulé, enquanto que o segundo cria uma zona de abertura na malha viária.

Resta referir que, seguindo o eixo direccional Norte-Sul da Avenida, a norte da referida Rotunda surgiu outro grande espaço público não linear, com características de zona verde – o Parque da Liberdade, mais tarde, Parque Eduardo VII.

- ESTRUTURA EDIFICADA E TRAÇADO VIÁRIO SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

O resultado final decorrente da combinação do plano de Ressano Garcia com a malha urbana existente deixou transparecer realidades diferentes que se expressaram, essencialmente, nas estruturas localizadas a nascente e a poente da Avenida da Liberdade, ou seja, nos bairros Camões e Barata Salgueiro.

A maior regularidade dos espaços viários e construídos foi conseguida no Bairro Barata Salgueiro. A realidade do Bairro Camões é diferente, dado que a ortogonalidade da malha urbana pretendida por Ressano Garcia foi truncada pelo consolidado eixo viário situado entre as ruas das Portas de Santo Antão e de Santa Marta, ao qual já nos referimos (fig. 59). Só a nascente deste, os quarteirões conseguiram obter o rigor projectado, sendo que, na zona mais próxima da Avenida da Liberdade, a racionalidade do desenho é observada apenas entre esta e a Rua Camilo Castelo Branco.

No Bairro Barata Salgueiro, os quarteirões entre a Rua do Salitre e a Rua Barata Salgueiro assumem uma forma trapezoidal sendo a configuração e dimensão dos lotes adaptados ao polígono onde se inserem, acusando a colagem dos dois tecidos urbanos.

Na composição da rede viária é visível a existência de uma malha secundária, complementada por uma outra de carácter terciário. Quanto à primeira, verificamos que se constitui pelas ruas do Salitre e Brancaamp, a poente e pelas ruas de São José – Santa Marta e Avenida Duque de Loulé. (fig.) Estas artérias estruturam os bairros dando origem a ruas de menor importância hierárquica, que desembocam naquelas. O traçado destas ruas constitui a malha urbana terciária. (fig.)

A projecção visual das vias secundárias e terciárias não se centra num ponto de fuga definido, como se verifica no caso da estrutura primária mas, pelo contrário, é cortada pelo tecido edificado da envolvente.

Na comparação entre as dimensões e volumetria dos lotes denotam-se grandes diferenças entre as unidades edificadas dos tecidos anterior e posterior à construção da Avenida da Liberdade. Enquanto que um lote do tempo do Passeio Público poderá possuir uma frente, para a Avenida, com uma dimensão média de 21m, no tecido urbano mais recente, esta medida corresponderá a uma média de 18m, tendo em consideração que este último cálculo teve em conta os grandes edifícios, como o Palácio Foz²⁰⁰. Enquanto que um lote médio na nova estrutura terá cerca de 20m de largura, no tecido mais antigo existem unidades edificadas com apenas 7m de largura, tendo uma unidade média entre 12 e 15m.

A análise ao modo como se implantaram os tecidos urbanos anterior e posterior à construção da Avenida da Liberdade revela como duas estruturas tão diferentes, executadas em épocas e segundo filosofias bastante diversas, se combinaram, tendo os bairros adjacentes à nova artéria respeitado o existente, tendo a racionalidade dos seus quarteirões sido, por vezes, inviabilizada pelas estruturas antecedentes. É fácil de verificar a colagem de duas épocas, sendo bem visível o modo de como se procedeu o crescimento da cidade para norte, precisamente a partir da Rua do Salitre e da influência que o eixo viário situado entre a Rua das Portas de Santo Antão e a Rua de Santa Marta conseguiu conquistar ao urbanismo de finais do século XIX, em Lisboa.

A construção da Avenida da Liberdade veio ainda reestruturar toda a hierarquia da malha urbana, impondo-se como espaço viário preponderante e gerador das estruturas secundárias e terciárias.

²⁰⁰ Para este estudo comparativo baseámo-nos em medições no local mas, essencialmente, na medição dos lotes pelas plantas supracitadas, principalmente no “Levantamento de Lisboa” de A. Vieira da Silva Pinto pela data em que foi elaborado. Com efeito, as mais recentes construções edificadas no tecido confinante com a Avenida, existente ao tempo do Passeio Público, ocuparam vários lotes, pelo que as medições no local não nos fornecem dados suficientemente fidedignos, no que respeita às dimensões dos lotes mais antigos.

CAPÍTULO V

Análise Urbana à Avenida da Liberdade

Atentos os dados gerais de enquadramento fornecidos pelos capítulos anteriores, nomeadamente a noção da evolução histórica e do desenvolvimento do tecido da Avenida da Liberdade e zona envolvente, poderemos agora proceder à sua análise urbana.

Na criação de uma metodologia de trabalho, dividimos este estudo em três fases distintas, correspondentes a uma apreciação visual que se desenvolve do geral para o particular²⁰¹.

Iniciámos a nossa abordagem ao local através de uma leitura de aproximação, correspondente ao primeiro momento desta análise, para a qual escolhemos três pontos estratégicos de observação, situados em área próxima e a uma cota bastante superior, dos quais julgámos ter uma percepção visual do vale da Avenida²⁰².

Através desta leitura de aproximação à área urbana definida pela artéria oitocentista, procurámos distinguir as suas fronteiras visuais, a relação com a envolvente e as relações morfológicas estabelecidas entre Avenida e zona circundante, bem como as continuidades e descontinuidades do tecido urbano²⁰³.

Assim, fizemos o destaque de alguns pontos que considerámos os mais significativos como, por exemplo, a relação com a envolvente, os acessos visíveis e o modo como se acentuam ou diluem na paisagem, continuidades e descontinuidades, barreiras e limites definidos, pontos marcantes e espaços verdes que se distinguem. Cada ficha corresponde a um ponto de observação.

A segunda fase desta análise centra-se, sobretudo, no edificado. No nosso percurso pelo local, agora na própria Avenida da Liberdade, procurámos distinguir as épocas de construção²⁰⁴, a largura média da frente dos lotes, tipologias, cores e revestimentos dominantes e elementos arquitectónicos significativos, bem como o

²⁰¹ A análise sequencial, permite, conforme refere Philippe Panerai, «estudar as modificações do campo visual de um percurso». Cremos, deste modo, obter um reconhecimento geral da forma e características urbanas principais da área em estudo.

Cf. PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'analyse urbaine*, Bruxelles, Editions AAM, 1980, p. 116.

²⁰² Estes pontos de observação foram escolhidos pela sua localização, a uma cota superior ao vale e por constituírem três dos espaços verdes circundantes à Avenida da Liberdade que têm maior relevância no tecido urbano em estudo: o Parque Eduardo VII, o Jardim de São Pedro de Alcântara e o Jardim do Torel.

²⁰³ Cf. PEREIRA, Luz Valente, *Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Acção da sua Reabilitação*, 2.ª edição, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1996, pp. 20-21.

²⁰⁴ Apesar de não precisarmos o ano de construção de cada edifício, para um melhor conhecimento das épocas de edificação socorremo-nos de alguns estudos, nomeadamente, Câmara Municipal de Lisboa (coordenação de Maria Teresa Craveiro), *Carta do Património*, Lisboa, 1993. Para a datação dos edifícios mais recentes, consultámos os processos de obras existentes no Arquivo de Obras da Câmara Municipal de Lisboa.

carácter urbano do conjunto edificado e os seus aspectos significativos no contexto da cidade²⁰⁵.

Dado que o objectivo do nosso trabalho não é o estudo de cada imóvel em si²⁰⁶, mas sim as relações do conjunto dos aspectos acima mencionados, considerámos o edifício no grupo onde se insere, elaborando fichas dos conjuntos, os quais são identificados pelos quarteirões onde se encontram²⁰⁷. São numerados por uma ordem que segue os números de polícia e se inicia pelo lado nascente da Avenida, estando esta numeração devidamente assinalada em anexo. Para além da observação, fotografia e medição *in loco*, algumas das informações complementares, como sejam, altura das edificações ou data de construção, foram fornecidas, essencialmente, através do Levantamento Aerofotogramétrico, de levantamentos ao edificado, constantes no PUALZE, da Carta do Património, freguesias de São José e Sagrado Coração de Jesus e da consulta ao Arquivo de Obras da Câmara Municipal de Lisboa.

A terceira fase da análise urbana dirige-se para os pormenores e para o seu enquadramento no conjunto e para a observação dos seus aspectos pitorescos²⁰⁸, perspectivas, alcance visual, barreiras, continuidades e discontinuidades. Nestes elementos de pormenor incluímos os cruzamentos da Avenida com as Ruas transversais, o espaço verde, bem como o mobiliário e equipamentos urbanos.

Terminada a aquisição de dados, proveniente da observação no local, e após análise comparativa dos elementos, apresentaremos o trabalho de síntese onde procuraremos relacionar os aspectos estudados, tirando conclusões que incidirão, sobretudo, no carácter da área urbana surgida da construção da Avenida da Liberdade e do seu antecessor, o Passeio Público.

SÍNTESE DA ANÁLISE URBANA

5.1 – Leitura de aproximação

Fazendo um percurso circundante por quatro locais escolhidos de acordo com os pontos cardeais, efectuámos uma observação, à distância, da Avenida da Liberdade. Dela pudemos constatar, de imediato, quatro situações diversas: a

²⁰⁵ Segundo Luz Valente PEREIRA, são estes aspectos «que permitem recordar e identificar os locais contando-os valorativamente; que definam a legibilidade do tecido marcando pontos, eixos e áreas de referência; que simbolizam acontecimentos colectivos ou pessoais; expressam o mapa mental da Área; marcam consequentemente as características através das quais os utilizadores a descrevam e apreciam».

Cf. PEREIRA, Luz Valente, *ob. cit.*, p. 43.

²⁰⁶ Existem já alguns estudos ao edificado da Avenida, bastante pormenorizados, dos quais destacamos os do PUALZE, em nosso entender, bem elaborados.

²⁰⁷ Os conjuntos edificados estão identificados no Anexo 2.

²⁰⁸ A análise dos aspectos pitorescos fornece elementos muito particulares, locais que se apresentam com características pictóricas relevantes. É uma apreciação da área como se tratasse de uma pintura.

Cf. PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *ob. cit.*, pp. 109-110.

visualização da artéria em toda a sua totalidade, a percepção da imagem de um dos seus corredores edificados e de algumas zonas do eixo viário, a identificação clara e centralizada do traçado da Avenida sem, contudo, ter a noção do tecido que a envolve e, por último, a quase total impossibilidade visual da artéria, quer pela situação do ponto de observação, quer, essencialmente, pelo excesso de barreiras arquitectónicas que obstruem o olhar.

5.1.1 – Ponto de observação norte: Alto do Parque Eduardo VII

Observada deste local, a Avenida da Liberdade exhibe-se em todo seu esplendor de *boulevard* oitocentista, acentuando a ideia do prolongamento através da alameda do Parque, que continua a sua perspectiva.

Deste ponto é facilmente compreensível a relação da artéria com as encostas envolventes a nascente e a poente, sendo bem visível o seu papel de charneira física e temporal. É também perceptível a perpendicularidade do seu eixo, no que respeita à linha axial este/oeste originária da cidade de Lisboa, através da visualização do Tejo. A imagem da Avenida aparece no seu todo. Só ao nível do edificado é que nos apercebemos das descontinuidades das cérceas das construções.

Os acessos radiais à grande artéria são de difícil percepção, no entanto, a via circular da rotunda permite a dedução da sua existência. A aproximação à Avenida, a sul, é pouco perceptível apesar de ser facilmente deduzida, diluindo-se na paisagem.

Relativamente à análise da malha urbana apenas se nos afigura visível a estrutura primária, ou seja, o traçado viário da própria Avenida, não obstante a relação desta artéria com as colinas deixar entrever uma malha viária secundária e até terciária.

A estátua do Marquês de Pombal aparece como elemento marcante, acentuando o limite norte da Avenida, centrando e reforçando a direcção principal do seu eixo.

É deste ponto que a paisagem oferece um maior campo visual, com um menor número de barreiras de continuidade da imagem do aglomerado. Estas evidenciam-se nos edifícios da Rotunda que, pela sua volumetria, criam obstáculos a propagação harmoniosa dos espaços construídos através das colinas.

Os espaços verdes urbanos são bastante perceptíveis deste local, nomeadamente, as faixas laterais da Avenida, com o complemento do verde colinar (principalmente a partir da encosta do Castelo de São Jorge) e do Parque Eduardo VII.

Os limites físicos do *boulevard* são claros, quer a norte, com a Rotunda do Marquês de Pombal, quer a sul, onde a Baixa Pombalina é realçada pela linha do Tejo. As zonas de transição do tecido urbano, pelo contrário, não possuem grande visibilidade pela falta de percepção da já mencionada “linha de costura” – Rua do Salitre. Apenas ao nível do edificado se notam as transformações arquitectónicas,

não sendo, no entanto, apreensível a transição por via das sucessivas modificações das construções (fig. 60).

5.1.2 – Ponto de observação poente: Jardim de São Pedro de Alcântara

No ponto de observação Jardim de São Pedro de Alcântara, o campo visual é bastante restrito. Por entre obstáculos arquitectónicos, que se materializam nos edifícios de construção mais recente e de maior volumetria, conseguimos distinguir o eixo viário da Avenida e o seu jardim central. É, contudo, apreciável a relação do edificado com a encosta nascente²⁰⁹, apesar da existência de barreiras que se revelam pontualmente, bloqueando o campo de observação (figs. 61 e 62).

O obelisco aos Restauradores do 1.º de Dezembro de 1640, como monumento simbólico, colocado estrategicamente no centro da praça que o enquadra, é demasiado discreto para ser considerado um elemento realmente marcante na paisagem urbana. De uma determinada perspectiva, confunde-se com as cantarias do Palácio Nunes Correia (Avenida da Liberdade n.ºs 22 a 26), não conseguindo sobrepor-se ao elemento mais significativo da área observada, que é o Castelo de S. Jorge.

Os espaços verdes das placas centrais da Avenida têm pouca expressão, vistos de S. Pedro de Alcântara, pela sua dificuldade de visualização. Notáveis são as pequenas áreas vegetais que criam algumas discontinuidades no denso espaço construído. Os acessos à Avenida não são perceptíveis.

A volumetria do Éden Teatro bloqueou o panorama do acesso Sul à Avenida da Liberdade e a sua relação com o Rossio, bem como parte da Praça dos Restauradores. No entanto, a qualidade arquitectónica do projecto de Cassiano Branco, sobrepõe-se à eventual característica de barreira que possa constituir.

5.1.3 – Ponto de observação sul: Praça dos Restauradores

Neste ponto centrámo-nos na Praça dos Restauradores, de onde se tem a percepção da topografia do Vale Central e do modo como o perfil do edificado se desenvolve até à Praça Marquês de Pombal.

A apreensão mais significativa que tivemos a partir deste local, foi a de toda a estrutura verde e do efeito de perspectiva que exerce, dado que encobre parcialmente a visualização do conjunto edificado.

Se conseguimos ter a noção da dimensão e escala da Avenida, o mesmo não se passa no que concerne à percepção da sua envolvente. De facto, as encostas nascente e

²⁰⁹ Relação essa que especificaremos ainda neste capítulo.

poente não são manifestas, isolando a artéria do contexto urbano no qual se insere, apresentando-a como objecto único, quase como uma península, cuja zona de ligação por terra se define pelo Parque Eduardo VII.

Este ponto de observação oferece uma maior proximidade à Avenida do que os restantes, sendo importante na apreensão da sua dimensão real. É também daqui que melhor sentimos o tecido urbano do tempo do Passeio Público e da sua época romântica (fig. 63).

5.1.4 – Ponto de observação nascente: Jardim do Torel

A imagem da área urbana em estudo observada do Jardim do Torel, tornou-se bastante decepcionante. De facto, a Avenida quase não é visualmente perceptível, aparecendo muito pontualmente, quando as alturas dos edifícios assim o permitem.

Os planos mais próximos deste local apresentam apenas as traseiras da área construída, aparecendo como um “negativo” urbano, sem os espaços vazios correspondentes às ruas que harmonizam o conjunto emaranhado de volumes.

Salientamos aqui o impacto negativo provocado pelos edifícios da Avenida da Liberdade n.º 36 a 40C (edifício do Centro Comercial “Libersil”) que, pela sua excessiva volumetria, exhibe os alçados tardos com ar decadente e os espaços de logradouro impermeabilizados com construções de má qualidade, num local de onde se poderia observar a quase totalidade do Vale da Avenida (figs. 64 e 65).

A partir do Jardim do Torel não conseguimos visualizar os limites do tecido urbano em estudo, nem as suas zonas de transição ou pontos marcantes. É neste local que se encontra um maior número de barreiras visuais, estabelecendo uma descontinuidade de volumes desalinados, sem a observação de qualquer lógica urbanística. Para tal, em muito terá contribuído o constante desaparecimento dos logradouros dos prédios confiantes com a grande artéria.

O verde urbano só é visível a partir da colina poente, não sendo apreensíveis as faixas vegetais da Avenida ou o Parque Eduardo VII.

5.2. – Leitura do edificado

O percurso efectuado com vista à caracterização dos conjuntos edificados da Avenida da Liberdade, revelou-nos que os prédios de construção mais antiga encontram-se inseridos nos conjuntos n.ºs 1 a 5 e n.ºs 10 a 14, podendo ainda ser encontrados alguns exemplares do tempo do Passeio Público. Os imóveis de época de construção correspondente à da abertura da Avenida, localizam-se, essencialmente, entre os grupos edificados n.ºs 6 a 9 e n.ºs 14 a 18. As edificações dos conjuntos n.ºs 19 a 21 pertencem, na quase totalidade ao século XX.

É ainda de salientar que, na nossa análise, não pudémos deixar de incluir as praças dos Restauradores e Marquês de Pombal, dado que, naturalmente, constituem parte integrante do tecido urbano da Avenida da Liberdade.

5.2.1 – Conjunto n.º 1: R. Jardim do Regedor, n.º 37 a 45, Praça dos Restauradores, n.º 1 a 9, tornejando com R. 1.º de Dezembro, n.º 118 a 120

Constitui o “Pórtico” sul, o fechamento do conjunto Avenida/Restauradores face a outra realidade urbana bem consolidada – o Rossio. Este pórtico compõe-se de três objectos arquitectónicos bem representativos da diversidade arquitectónica que caracteriza a Avenida. De um lado, o Hotel “Avenida Palace”, de requintado gosto de finais do século XIX, do outro, um edifício corrente, datado dos anos 40 do século XX, que se articula com um outro, também de construção corrente, mas anterior em algumas décadas. Apesar da divergência existente a nascente e a poente, os edifícios harmonizam-se em termos volumétricos, assumindo o seu carácter terminal de uma malha urbana.

O grupo que designámos como n.º 1, constitui o limite físico e visual do conjunto do edificado da Avenida da Liberdade. Com efeito, as construções que o compõem orientam-se no sentido norte / sul, ou seja, perpendicularmente às que demarcam lateralmente a artéria, formando o seu topo sul.

Sendo um conjunto formado apenas por três edifícios, apresenta, no entanto, uma significativa diversidade tipológica, denunciando diferenças temporais de construção. Pela composição da sua fachada, o prédio que se localiza na Rua do Regedor com os n.º 37 a 45 afirma a sua presença já em épocas do Passeio Público, enquanto que o que lhe é contíguo e faz esquina é um edifício dos anos 40 do século XX. Por seu lado, o Hotel Avenida Palace situa-se no século XIX. Esta diversidade também se nota nas dessemelhanças entre cores e revestimentos exteriores, bem como na disposição, forma e ritmo dos vãos. Apenas a cantaria, em lioz, aparece como elemento comum aos três edifícios aparentando, contudo, uma expressão bastante diferente entre eles.

A maior evidência de alguma continuidade revela-se na semelhança das cérceas, que variam entre os 6 e os 8 pisos, mas que a desigualdade de altura de pé-direito existente nas edificações, vai estabelecer uma linha de cércea mais ou menos contínua. Também não se encontraram grandes diferenças nas larguras dos lotes, variando estas entre os 18 e os 27 m.

Pela análise efectuada, poder-se-á concluir que o topo sul da Avenida da Liberdade é representativo da diversidade da própria artéria e que as desigualdades supracitadas não proporcionam nenhuma divergência face ao tecido urbano onde se localizam, mas, pelo contrário, integram-se na miscigenação arquitectónica, estética e temporal do sítio (fig. 66).

5.2.2 – Conjunto n.º 2: Praça dos Restauradores, n.º 64 a 80

Ao contrário do que acontece com o conjunto edificado que referimos anteriormente, este grupo aparenta uma grande uniformidade. O desenho das fachadas e as características tipológicas dos prédios revelam uma existência na época do Passeio Público, conforme pudemos constatar através da análise às fontes documentais e, também, por comparação com as peças desenhadas de projectos de outros edifícios da época²¹⁰ (figs. 67 a 69).

O ritmo, forma e dimensão das fenestraçãoes é constante e são evidentes as linhas de composição, marcadamente horizontais, que são comuns aos prédios e que contrastam com a verticalidade dos vãos. Quanto aos acabamentos exteriores, apenas o edifício que faz esquina com a Rua do Regedor apresenta a fachada revestida a azulejo, em cor diversa (azul) da das restantes construções (creme), o que não impede a unidade formal do conjunto, até porque a linha de cêrcea é contínua.

O grupo n.º 2 da nossa análise caracteriza-se, assim, pela uniformidade e pela reminiscência do edificado do Passeio Público, mantendo ainda contornos evidentes da sua aparência inicial.

5.2.3 – Conjunto n.º 3: Praça dos Restauradores, n.º 46 a 62

O conjunto n.º 3 demonstra algumas diferenças, quer em termos de arquitectura, quer em relação à estrutura do lote. O edifício de esquina, com o n.º 46 (fig. 70), mostra uma data de construção posterior à das construções intermédias e no prédio dos Correios, com o n.º 58 a 62 evidencia o acrescento mais recente, do último piso²¹¹.

Pela análise à largura da frente dos prédios mais antigos (entre 13 e 15 m) e ao que tem o n.º 46, verifica-se que o edifício dos Correios, com cerca de 34 m, diverge, das dimensões médias dos lotes de todo o conjunto.

Ao nível das cêrceas, não se verifica uma continuidade, tendo dois dos edifícios mais antigos, que se localizam a norte, um menor número de pisos (4), enquanto que os restantes realçam 5 e 6 pisos.

Os revestimentos exteriores diferem, sobretudo, ao nível da cor. Notámos bastante uniformidade no que concerne ao ritmo dos vãos das fachadas, com excepção do prédio com o n.º 46.

²¹⁰ Após consulta ao processo de obras existente no Arquivo de Obras da Câmara Municipal de Lisboa.

²¹¹ Este acrescento é facilmente perceptível pela análise às gravuras e fotografias antigas.

5.2.4 – Conjunto n.º 4: Avenida da Liberdade, n.º 2 a 26

No conjunto n.º 4 é clara a identidade que se verifica entre os dois imóveis que se situam mais a norte (n.º 14 a 26). Para além da mesma época de construção, no 3.º quartel do século XIX, ambos mostram um carácter nobre, quer pelos seus elementos decorativos, quer pelo porte, ou ainda pelos materiais de construção aplicados. Durante os anos 40 do século XX, foram-lhes acrescentados dois pisos²¹² tendo sido utilizada uma linguagem semelhante. Entre os dois imóveis destaca-se o que compreende os números de polícia 22 a 26, o Palácio Nunes Correia Almedina, datado de 1865 e com projecto do Arq. Luís Cinatti, classificado como Imóvel de Interesse Municipal²¹³ (fig. 71).

Apesar da proximidade temporal, o edifício adjacente aos supracitados apresenta uma linguagem diversa da anterior, caracterizando-se por um prédio de rendimento, com alguma qualidade de construção.

A completar o conjunto, na esquina com a Rua dos Condes, encontra-se o antigo Cinema Condes, obra de cariz modernista datada de 1949²¹⁴ (fig. 72).

Os edifícios oitocentistas exibem uma cadência de vãos verticais, enquanto que no Condes, essa verticalidade apenas se exprime num corpo central e de proporções muito diversas das que existem na construção contígua. Paradoxalmente, o volume do antigo cinema exprime uma verticalidade bastante acentuada, contrariamente aos imóveis seguintes, pelo facto do primeiro se implantar num lote estreito (cerca de 15 m), enquanto que os outros se estendem em parcelas que se situam entre os 32 e os 41m.

As dissemelhanças encontradas não nos pareceram suficientes para podermos afirmar que, neste grupo, existem discrepâncias evidentes em relação ao tecido urbano da Avenida. Com efeito, a uniformidade da estrutura dos lotes das edificações do século XIX, bem como a semelhança entre os seus ritmos de fachada, vãos e cérceas, proporcionam uma identidade ao conjunto. A diferença de linguagem do Cinema Condes é bem notória, no entanto, esta autonomia arquitectónica e tipológica, bem como o alinhamento pela cércea do imóvel contíguo e a sua localização (na esquina), identificam-no como edifício de remate.

Pelo que acima expusemos, poderemos concluir que o grupo apresenta uma harmonia entre si, bem como em relação a todo o conjunto urbano da Avenida da Liberdade.

²¹² Cf. Câmara Municipal de Lisboa (coordenação de Maria Teresa Craveiro), *Carta do Património - freguesia de São José*, Lisboa, 1993, ficha n.º 47.

²¹³ Cf. Associação dos Arquitectos Portugueses, *Guia urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, 1987, p.82.

²¹⁴ Construído sobre o que seria, inicialmente, o Teatro Condes, edificado em 1885. Cf. descrição na *Carta do Património, Freguesia de São José*, ficha n.º 49.

5.2.5 – Conjunto n.º 5: Avenida da Liberdade, n.º 28 a 104

Contrariamente ao que se verificou no grupo anterior, onde se destacam edifícios de carácter mais nobre, o conjunto n.º 5 seria inicialmente, constituído por prédios de rendimento, de qualidade de construção inferior e porte menor, ocupando parcelas de dimensões mais pequenas. Pelas suas características, estes imóveis teriam, adquirido algum valor de conjunto como reminiscência do tecido urbano da época do Passeio Público, dado que, apesar dos acrescentos de que foram objecto, são na sua maioria, datados de época anterior à construção da Avenida²¹⁵. No entanto, a inserção no meio do conjunto de edifícios do último quartel do século XX, desrespeitando o lote existente e o modo como a parcela fundiária foi inicialmente distribuída, veio descaracterizar todo o conjunto.

A análise à Planta da Cidade com delimitação das freguesias, de 1987, revela ainda a estrutura parcelar inicial do conjunto em questão (fig. 73). Podemos por ela verificar que os três edifícios com os n.º de polícia de 36 a 40 agregaram sete lotes, seis deles com larguras variáveis entre 8 e 15m, tendo o outro a largura de cerca de 30m. Os imóveis que os substituíram têm larguras de 15, 36 e 42m, aproximadamente e encontram-se contíguos entre si, o que reforça ainda mais a ruptura com o tecido anterior²¹⁶.

As cérceas apresentam grandes descontinuidades, mas tal não se deverá tanto aos edifícios supracitados mas sim às construções do século XIX que foram objecto de acrescentos e marcaram uma cércea superior à do contorno com a Rua das Pretas (figs. 74 e 75).

Julgamos ser o desrespeito pela parcela existente e conseqüentes repercussões no excesso de volumetria, o principal factor de dissonância entre o conjunto edificado, apesar das construções mais recentes diferirem também em termos de linguagem arquitectónica, materiais e cores dos que lhes são contíguos.

5.2.6 – Conjunto n.º 6: Avenida da Liberdade n.º 108 a 188

Neste conjunto edificado, verifica-se uma situação semelhante à do grupo anterior, no que se refere à implantação do imóvel que abrange os n.º 144 a 156. Com efeito, o prédio agregou três lotes existentes e, além disso, elevou a sua volumetria por forma a fazer subir a linha da cércea bastante mais do que os a dos edifícios que lhe são contíguos. Tal facto, veio também orientar as recentes construções dos n.º 106 e 108 a 134 que, apesar de manterem a estrutura inicial da parcela tomaram como

²¹⁵ Apenas o edifício com os n.º 7 a 12, terá sido construído com a abertura da Avenida da Liberdade, pois foi-lhe atribuída uma data de construção anterior a 1897.

Cf. *Carta do Património, Freguesia de São José*, ficha n.º 45.

²¹⁶ Esta alteração na estrutura parcelar é ainda mais evidente se confrontarmos os actuais números de polícia, onde o imóvel contíguo ao n.º 40 tem o n.º 84, derivando este vazio da maior quantidade de portas que existiam em época anterior à substituição dos edifícios.

referência a linha altimétrica do edifício referido. Não obstante, o ritmo estabelecido para os vãos e a demarcação das duas construções oferece um maior cuidado na integração do tecido envolvente.

Ao nível da estrutura das parcelas, pela análise àquelas que não foram alteradas, denota-se já uma transição do tecido urbano do tempo do Passeio Público para o que implantaria com o advento da Avenida da Liberdade. Os lotes adquiriram uma maior regularidade apesar de ainda não revelarem as proporções e formas das parcelas construídas nos finais do século XIX / inícios do século XX.

Quanto às restantes construções, que completam o conjunto, apresentam bastante diversidade entre elas. Nenhuma pertence ao tempo do Passeio Público, sendo a mais antiga datada dos finais do século XIX. Nota-se uma miscigenação de materiais de revestimento, cores, épocas de construção e linguagens arquitectónicas, mas o grupo em questão distingue-se pela quantidade de obras de grande relevância e qualidade arquitectónica. De facto, podemos salientar:

- Casa Lambertini (n.º 166), construída entre 1901 e 1904 sob o risco de Nicola Bigaglia, teve uma menção honrosa nos Prémios Valmor de 1904, estando classificada como Imóvel de Interesse Municipal. Foi objecto de projectos de ampliação dos Arq. Carlos Ramos, em 1927 e Raul Tojal, em 1939²¹⁷ (fig. 76).

- Edifício do Hotel Victória (n.º 168 a 170), de 1936, é da autoria do Arq. Cassiano Branco e uma das suas mais notáveis obras, encontrando-se classificado como Imóvel de Interesse Público. (fig.)

- Edifício do Hotel Liz (n.º 176 a 180), do Arq. Norte Júnior foi construído em 1927, tendo obtido no mesmo ano o Prémio Valmor. Actualmente, apenas lhe resta a fachada, tendo a demolição do seu interior dado origem a um bem recente edifício de comércio e serviços. (fig.)

- Cinema Tivoli (n.º 188), de Raul Lino, foi construído entre 1918 e 1924, estando classificado como Imóvel de Interesse Público.

5.2.7 – Conjunto n.º 7: Avenida da Liberdade n.º 190 a 222

Na unidade de referência n.º 7, a estrutura do lote já é nitidamente integrante dos novos bairros planeados por Ressano Garcia, neste caso, do Bairro Camões. A parcela é regular, mais uniforme nas suas dimensões e apresenta uma frente média de 25m.

Os edifícios de construção recente, com os n.º 190 a 194, mantiveram a estrutura do lote, mas assumiram uma cércea muito superior à das construções que lhe eram contíguas. A nova edificação, com o n.º 200 veio substituir as anteriores

²¹⁷ Cf. *Carta do Património, Freguesia de São José*, ficha n.º 15.

Cf. Associação dos Arquitectos Portugueses, *Guia urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, 1987, p.132.

anexando dois lotes e regularizando as cérceas do conjunto, contudo, manteve uma linguagem arquitectónica mais consonante com a oitocentista, embora assumindo a sua contemporaneidade (fig. 80).

Ao nível patrimonial, salientamos os imóveis geminados com os n.º de polícia 206 a 218 (edifício Visconde de Salreu), da autoria do Arq. Norte Júnior, construídos entre 1912 e 1915, tendo obtido o Prémio Valmor deste último ano, encontrando-se classificado como Imóvel de Interesse Municipal (fig. 81). Todas as edificações da época inicial são datadas das primeiras décadas do século XX.

5.2.8 – Conjunto n.º 8: Avenida da Liberdade n.º 224 a 240

O edifício que esquina com a Rua Barata Salgueiro, o seu contíguo (por via do recente acrescento) bem como o imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.º 230, evidenciam-se do restante conjunto pela sua excessiva volumetria, que atinge 10 pisos, comparativamente às construções da época inicial, cuja mais alta não ultrapassa os 6 pisos.

A configuração do lote foi mantida, o que poderá revelar que a dimensão parcelar deste conjunto permite uma maior rentabilização da construção.

Não nos apercebemos de uma identidade ao nível das linguagens arquitectónicas, mesmo entre os prédios de rendimento do início do século XX. Apenas verificámos algumas cadências nos ritmos, formas e dimensões dos vãos.

Da nossa análise também constatámos a grande descontinuidade entre as cérceas, essencialmente no que concerne à relação entre o palacete neo-árabe (n.º de polícia 226 a 228) e os mais recentes, acima referidos e que lhe são contíguos. (fig. 82) É de referir ainda que aquele edifício é o mais relevante, em termos patrimoniais, ao longo de toda esta unidade de referência. Edificado em 1888, é do risco do Arq. Henri Lusseau, encontrando-se classificado como Imóvel de Interesse Público.²¹⁸

5.2.9 – Conjunto n.º 9: Avenida da Liberdade, n.º 242 a 266

A presença dos imóveis construídos no último quartel do século XX – que, nos grupos anteriores apareciam pontualmente criando algumas dissonâncias –, impôs-se neste conjunto, tornando quase irrelevante a presença dos edifícios oitocentistas ou de inícios do século XX.

A altura média do edificado é de cerca 35m e a uniformização das cérceas, deu-se com o recente preenchimento previsto do vazio existente, correspondente ao

²¹⁸ Cf. *Carta do Património, Freguesia de Coração de Jesus*, ficha n.º 73.

edifício com o n.º 252²¹⁹, e que compreende a construção de um novo volume, elevado à altura dos edifícios contíguos, mantendo a fachada do prédio intermédio existente.

Com a intervenção referida, verifica-se uma identidade ao nível de cérceas e volumetrias, linguagens arquitectónicas, dimensões de lotes, ritmos de fachada, materiais e cores. O edificado oitocentista e de inícios do século XX deixou de marcar este conjunto, distinguindo-se nele a Avenida transformada pelas construções nos anos 70, 80 e 90 do século XX. Contudo este conjunto prima por nele estar implantado um imóvel bastante significativo da arquitectura portuguesa dos anos 30 deste século – o edifício do Diário de Notícias, de 1936, da autoria do Arq. Porfírio Pardal Monteiro e Prémio Valmor de 1940. Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público (fig. 83).

5.2.10 – Conjunto n.º 10: Praça dos Restauradores, n.º 10 a 46

Este conjunto constitui uma peça fundamental em todo o tecido urbano criado pela Avenida da Liberdade, pelo facto de nele se concentrarem o Palácio Foz e o antigo Cinema Éden.

Pela qualidade arquitectónica evidenciada por estes dois exemplares e pelo facto de estes abrangerem a quase totalidade do conjunto onde se inserem, poderemos afirmar que este grupo edificado é o que apresenta maiores aspectos significativos ao longo de todo o eixo da Avenida da Liberdade. Para além da nobreza da imagem, estes imóveis são acompanhados, a norte e a sul, por outros que não tendo as mesmas características, promovem uma continuidade formal daquela estrutura. Com efeito, o prédio de rendimento contíguo ao Éden apresenta-se sóbrio, de linhas e cores discretas e de cércea menor do que o antigo cinema. Por outro lado, o “Palladium”, obra do início deste século que segue o Palácio Foz, relaciona-se com este em altura, estabelecendo ambos uma importante ligação visual com a encosta poente (fig. 84).

5.2.11 – Conjunto n.º 11: Avenida da Liberdade, n.º 1 a 59

Não fora o elemento dissonante a que corresponde o edifício contíguo ao “Palladium,” todo o conjunto n.º 12, constituído por prédios de rendimento, articular-se-ia de forma harmoniosa com o conjunto precedente, exibindo uma mistura de materiais de revestimento e cores que acentuam o carácter diversificado da Avenida. Acresce ainda referir que o edifício mais recente deste conjunto, que faz esquina com a Travessa da Glória, apesar da sua linguagem arquitectónica ser diferente daquela que existe nas construções que lhe estão próximas, do nosso ponto de vista, integra-se no seu conjunto. No entanto, a ampliação da cércea veio reforçar a barreira visual

²¹⁹ Cf. Elementos fornecidos por peças desenhadas constantes no PUALZE.

existente entre Avenida e encosta poente, tal como se poderá constatar por análise visual comparativa entre esta edificação e a que se lhe segue, na outra esquina da referida Travessa da Glória, que tem um menor número de pisos (fig. 85).

5.2.12 – Conjunto n.º 12: Avenida da Liberdade n.º 61 a 67 / Rua da Conceição da Glória n.º 1 a 3

Este conjunto é constituído por três edifícios que representam a construção do tempo do Passeio Público, quer pela linguagem arquitectónica que apresentam, quer pela configuração do lote onde se inserem. As larguras das parcelas ordenam os imóveis segundo uma certa simetria, sendo notória a diferença entre os lotes de esquina (11 e 13 m) e o que se situa no meio do conjunto (20 m).

A análise ao grupo em questão, suscita uma imediata apreensão relativamente às significativas diferenças existentes entre as cérceas dos três edifícios, variando as mesmas entre os 11 e os 25 m.

Apesar da época construtiva ser, sensivelmente a mesma, entre o 2.º e o 3.º quartel do século XIX,²²⁰ a linguagem arquitectónica varia bastante, verificando-se uma grande autonomia entre as fachadas, excepto no que concerne aos materiais de construção e revestimentos utilizados (fig. 86).

5.2.13 – Conjunto n.º 13 – Avenida da Liberdade n.º 69 a 85

O conjunto n.º 13 da nossa análise, é também constituído por três edifícios, mas apresentam-se com uma estrutura parcelar diferente e com um tipo de fachadas que representam o prédio de rendimento da época da abertura da Avenida da Liberdade, ou seja, do último quartel do século XIX.

Os dois primeiros edifícios deste grupo possuem larguras de lote semelhantes (22,5 e 23 m, respectivamente) e bastante superiores à do terceiro prédio (14 m), no entanto, este conjunto aparece bastante mais regular do que o anterior, quer ao nível da volumetria, quer na aparência das fachadas dos imóveis, dos materiais e cores dos revestimentos.

A uniformidade das cérceas é uma característica deste grupo, mantendo-se dentro de uma média de 22,5 m, correspondendo a 5 e 6 pisos. Os materiais de construção e acabamento utilizados são idênticos e as cores exteriores não diferem em muito. Apesar das diferenças existentes entre os motivos decorativos e as formas das fenestraçãoes entre os três imóveis, existem algumas semelhanças quanto ao ritmo dos vãos, pelo facto de, em todos os prédios, ser destacada a área central das fachadas.

²²⁰ Cf. *Carta do Património, Freguesia de São José*, ficha n.º 56.

Por último, há que referir que o edifício com o n.º 69 estava em franca ruína foi, recentemente, substituído por um outro que manteve uma linguagem formal semelhante à do seu antecessor (fig 87).

5.2.14 – *Conjunto n.º 14: Avenida da Liberdade n.º 103 a 153*

A semelhança observada entre os edifícios de esquina nesta unidade de referência, faz pressupor um inicial nivelamento das cérceas, situando-se as mesmas entre os 5 e os 6 pisos. Estes dois imóveis possuem linguagens muito idênticas, reflectindo uma maior riqueza de elementos decorativos do que a maioria dos prédios de rendimento da Avenida e revelando uma época de construção de finais do século XIX. A largura dos lotes, o ritmo e forma dos vãos, o tipo de remate superior e de embasamento, os elementos decorativos de fachada, bem como os materiais de construção aplicados nos dois prédios são comparáveis (fig. 88).

A identidade imposta pelos edifícios supracitados, reforçada pela sua localização nas esquinas, veio provocar um desenquadramento das construções intermédias no conjunto, nomeadamente, a do Hotel Sofitel que ao inserir uma volumetria muito superior (12 pisos) veio destruir a linha de perfil do grupo a que designámos por n.º 14.

A frente dos lotes deste conjunto revela uma transição do tecido urbano anterior e posterior à construção da Avenida da Liberdade, sendo de realçar a sua proximidade com a Rua do Salitre.

Por fim há que referir que o edifício de esquina correspondente aos números de polícia 131 a 151 foi objecto de um recente acrescento de um piso que, não obstante a diferença de linguagem e materiais de construção e revestimento utilizados, na nossa opinião, se inseriu plenamente no conceito estético inicial (fig. 89).

5.2.15 – *Conjunto n.º 15: Avenida da Liberdade n.º 155 a 159 / Rua do Salitre n.º 1*

Este conjunto insere-se, precisamente, na área de conflito e de charneira mais significativa do tecido urbano da Avenida da Liberdade. Aqui termina, ou antes, foi truncada a Rua do Salitre, simbolizando a demolição do Passeio Público para a construção da artéria, com todas as contradições que ocasionou e que tivemos ocasião de referir em capítulos anteriores. Não admira assim, que surjam dois edifícios do tipo ferro de engomar (fig. 90), que se conjugam com o anteriormente analisado, o qual adquire a mesma forma para a Travessa do Salitre.²²¹

²²¹ O edifício a que nos referimos pertence ao já examinado conjunto n.º 14, ao qual correspondem os números de polícia 133 a 153.

O imóvel que observámos com os números 59 a 59B, surge como um elemento dissociado do restante conjunto, quer pela imagem que apresenta, quer pela sua cêrcea de 1 piso. Neste caso, e ao contrário dos restantes, a discrepância no que concerne às alturas dos outros edifícios, de 3 e de 5 pisos, dá-se por defeito e não por acréscimo, notando-se um vazio de massa edificada provocado por este prédio, na sua relação com os que lhe são contíguos.

No grupo analisado salienta-se o edifício com o n.º 1 da Rua do Salitre, da autoria de Nicola Bigaglia (Palácio Mayer), que foi prémio Valmor em 1902.

5.2.16 – *Conjunto n.º 16: Avenida da Liberdade n.º 163 a 177*

À semelhança com o que ocorre com o conjunto n.º 14, os edifícios extremos do grupo que estudamos evidenciam afinidades, quer em época de construção (finais do século XIX), quer ao nível da sua imagem. Esta identidade não se verifica, contudo, no que respeita à largura dos lotes, onde se registam diferenças em cerca de 16 metros.

O imóvel intermédio difere dos restantes no tempo, na linguagem arquitectónica e na tipologia dominante. Com efeito, trata-se do Cinema São Jorge (fig. 91), obra construída entre 1947 e 1950 da autoria do Arq. Fernando Silva, de cariz modernista e classificada como Imóvel de Interesse Público. É de notar, no entanto que, ao contrário do que se passa no supracitado conjunto n.º 14, o edifício do Cinema São Jorge (n.º 175) manteve a linha de cêrcea inicial, contribuindo para a harmonização da banda construída que examinamos, apesar das diferenças que se operam ao nível do edificado.

As cores dos materiais de revestimento aplicadas também contribuem para uma maior uniformização da imagem do conjunto.

É ainda de salientar o volume de três pisos, adicional ao prédio a que correspondem os números de polícia 161 a 173, composto por marquises sobrepostas, que assumem o seu carácter de acrescento, quer pela sua localização, quer pela sua forma.

5.2.17 – *Conjunto n.º 17: Avenida da Liberdade n.º 185 a 193*

Neste conjunto está presente mais uma das diversas tipologias características da Avenida da Liberdade, desde o início da sua construção – a moradia unifamiliar. Com efeito, os edifícios com os n.º 189 e 191 a 193, apesar de transformados, respectivamente, em hotel e no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, destinavam-se à habitação unifamiliar. Têm uma cêrcea de 2 pisos e não se encontram adossados, ao contrário do que acontece com a maioria dos edifícios da Avenida, existindo um espaço de passagem para acesso aos logradouros (figs. 91 e 92).

Contrariamente, nos lotes correspondentes aos números 179 a 187, as construções iniciais deram lugar a edificações novas, do último quartel do século XX, tendo adquirido cêrceas muito superiores (10 e 12 pisos, respectivamente) e imagens arquitectónicas bastante diferentes.

Verifica-se assim, da análise ao conjunto n.º 17, que as cêrceas apresentam grandes descontinuidades, encontrando-se essas diferenças, visíveis em metade do grupo em estudo. O desrespeito pelas volumetrias existentes, quer no próprio conjunto, quer no agrupamento mais próximo, por parte das construções mais recentes, veio ocasionar um significativa desproporção e desarmonia no edificado, sendo este um dos casos de ruptura com o tecido urbano existente. Estas discrepâncias também se notam ao nível da imagem dos edifícios, ritmo e dimensão de vãos e materiais de revestimento utilizados.

É ainda de referir que o imóvel com o n.º 185 (Hotel Tivoli) agregou dois lotes anteriores, dando origem à adulteração da leitura da estrutura parcelar definida aquando da construção da Avenida da Liberdade.

5.2.18 – Conjunto n.º 18: Avenida da Liberdade n.º 195 a 221

Tal como aconteceu nos conjuntos fronteiros a este (conjuntos n.º 7 a 9), a imposição de uma nova estrutura do lote, com maior frente e forma mais regular e de uma volumetria superior é notória neste grupo. Consequentemente, também as intervenções mais recentes, com a sua linguagem própria, também se evidenciam em relação às construções da época inicial.

Neste conjunto, o edifício do Banco Espírito Santo (n.º 195 a 205), de 9 pisos, ladeia os prédios de rendimento do início do século XX (n.º 207 a 219) e de 5 pisos, demarcando-se volumetricamente destes últimos. É bem patente o destino desta edificação à função terciária.

As construções mais antigas formam uma grande unidade em termos de imagem formal, criando mesmo um todo.

Entre os imóveis existe uma passagem para os logradouros dos prédios de rendimento.

5.2.19 – Conjunto n.º 19: Avenida da Liberdade n.º 223 a 237

Neste conjunto, é evidente a permissão da frente do lote no que respeita à substituição dos edifícios iniciais por imóveis do último quartel do século XX, ou não estivessemos em pleno Bairro Barata Salgueiro. À semelhança do que se passa no conjunto anterior, também aqui se nota a imposição de uma intervenção recente, destituindo a linha de cêrcea dos edifícios da época inicial, de 6 pisos. A intervenção ocorrida no lote com os n.º 223 a 227 adquiriu uma altura de cerca de 35 m,

correspondente a 10 pisos, rompendo com a linha de perfil do conjunto e com a imagem existente.

Observámos, no grupo em estudo, duas realidades arquitectónicas bastante diversas, tanto ao nível da volumetria, como dos materiais de construção e revestimento, forma, ritmo e dimensão dos vãos, linguagens e cores. Enquanto que a metade do conjunto, na qual se mantiveram os edifícios da época de construção inicial (n.º 229 a 237), evidencia a tonalidade e a robustez da cantaria e do seu trabalho decorativo, nos prédios mais recentes surge a fachada de vidro e caixilharia metálica, exibindo-se assim, uma diversidade que também ocorre noutras situações, tal como já referimos anteriormente (fig. 94).

A configuração dos lotes é bastante regular, pois já integram os planos de Ressano Garcia e as suas larguras apresentam semelhanças, com uma frente média de 16 m. Será esta a característica mais evidente de uniformidade em todo o conjunto.

5.2.20 – *Conjunto n.º 20: Avenida da Liberdade, n.º 243 a 259*

O conjunto em estudo apresenta muitas semelhanças com o conjunto n.º 9, que lhe é fronteiro. Com efeito, reconhecemos facilmente a uniformização da linha de cêrcea e um aumento de volumetria, face aos grupos mais próximos, através da presença quase total de imóveis datados do último quartel do século XX. A altura média do edificado é de 35 m e 10 pisos e, à semelhança do que ocorre com o conjunto n.º 9, a uniformização total das cêrceas dar-se-á após o preenchimento do vazio correspondente à demolição e posterior construção do lote do único edifício datado do início do século XX (fig. 95).

Quase todos os novos imóveis ocuparam dois lotes, o que veio a aumentar a frente média da parcela. Como tal facto decorreu para a maioria dos casos, verifica-se uma nova identidade e uma nova estrutura parcelar para este grupo. Dá-se, assim, uma nova unidade para a zona norte da Avenida da Liberdade, unidade esta que difere da inicial em termos de imagem, volumetria, materiais e acabamentos de construção, mas que mantém uma das características fundamentais desta artéria, que se traduz na diversidade e autonomia na arquitectura.

Este conjunto, ao contrário do que se passa com o já citado conjunto n.º 9, articula-se com o edificado do plano do Arq. Carlos Ramos para a Praça Marquês de Pombal.

5.2.21 – *Conjunto n.º 21: Praça Marquês de Pombal*

A Praça Marquês de Pombal constitui o limite norte da Avenida da Liberdade e o término da nossa análise aos conjuntos edificados. Enquanto que o extremo sul da artéria, a Praça dos Restauradores, simboliza, ao nível do edificado, a época do Passeio

público, anterior à abertura da Avenida, a Praça do Marquês de Pombal é emblemática da expansão da cidade para norte e que constituiu um dos objectivos principais existência do *boulevard* lisboeta.

O conjunto em estudo foi objecto de um plano, o já citado plano do Arq. Carlos Ramos, datado de 1957-1959²²², encontrando-se parcialmente construído. Com as edificações deste estudo a praça adquiriu uma evidente uniformidade, em termos de cérceas, linguagem arquitectónica, materiais de revestimento, cores e estrutura parcelar. Os imóveis distribuem-se de acordo com a forma circular da rotunda, adquirindo uma altura de cerca de 37 m e 10 pisos.

A unidade do limite norte da Avenida é rompida por imóveis de construção do início do século XX, nomeadamente, a moradia unifamiliar que remata um dos lados da artéria e o prédio de rendimento situado na Praça Marquês de Pombal, n.º 5, da autoria do Arq. Ventura Terra, construído em 1901, bem como outros prédios de rendimento que ainda restam datados do início do século XX, com linguagens, materiais e cérceas bastante divergentes e que não ultrapassam os 5 pisos (fig. 96).

5.3 – Leitura de pormenor

Nesta fase, não nos limitámos à Avenida da Liberdade apenas como um corredor, mas aproximámo-nos também do tecido envolvente, principalmente nos seus pontos de cruzamento com a artéria. Da nossa análise, facilmente concluímos que, mesmo na leitura de pormenor, conseguimos ter a percepção do desenvolvimento urbano desta área.

5.3.1 - Perspectivas

A leitura que fizemos a várias perspectivas da área do nosso estudo, advém de uma análise sequencial derivada de um percurso definido, efectuado de sul para norte²²³. Ela contribui para reforçar a ideia do desenvolvimento urbano, decorrente da

²²² Vejam-se as referências a este plano descritas no Capítulo III.

²²³ Philippe Panerai define esta análise sequencial segundo uma sucessão de quadros, que apresentam disposições esquemáticas e codificadas da paisagem, conforme abaixo citamos:

«L'idée consiste à isoler et reconnaître dans une séquence des tableaux qui sont, si l'on veut, des dispositions schématiques et codifiées du paysage, et à les nommer.

On pourra partir de données assez générales:

- symétrie / dissymétrie
- définition latérale / définition centrale
- ouverture / fermeture
- convexité / concavité

puis préciser la définition des parois latérales:

- découpage verticale ou horizontal (écrans profils, ondulations)
- relation entre les deux faces (déférence/indifférence/compétition)

abertura da Avenida da Liberdade e para uma melhor compreensão da relação da artéria com a sua envolvente.

Da pesquisa que realizámos foram constatadas três realidades diversas. A primeira resultou da observação da perspectiva do próprio eixo da Avenida da Liberdade. Naturalmente, a visão proporcionada de norte para sul, apresenta diferenças significativas em relação ao panorama visto de sul para norte. Neste ponto cardinal situamo-nos a uma cota bastante superior, o que nos permite a contemplação até ao rio, não obstante a barreira visual constituída pelos edifícios que fazem a transição da Praça dos Restauradores para o Rossio. De qualquer modo, o alcance visual é quase infinito, se nos concentrarmos no Tejo. E o rio cria uma evidente linha do horizonte. As faixas verdes centrais marcam as linhas que, perceptivelmente, conduzem ao ponto de fuga. Examinado o eixo de sul para norte, no qual o plano de terra se encontra ao nível mais inferior, notamos uma grande evidencia do centro de vista da perspectiva, concentrado na estátua do Marquês de Pombal, continuando as faixas verdes a marcar as linhas de direcção da perspectiva.

Tanto a norte como a sul, a observação do eixo da Avenida oferece uma definição bastante centralizada, na qual os pontos de fuga e os centros de vista se discernem com clareza, apesar de, na visualização de norte para sul se notarem as barreiras acima descritas, por detrás das quais o ponto de fuga se esconde deixando, no entanto, perceber facilmente a sua localização pelas linhas proporcionadas pelas faixas vegetais da artéria.

A segunda realidade deriva da relação da Avenida com o tecido urbano da época do Passeio Público e delimita-se, de um dos lados da artéria, até à Rua do Salitre e do outro, até à Praça Marquês de Pombal, acompanhando as antigas ruas de Santo Antão, São José e Santa Marta.

Nos limites acima fixados, as perspectivas visuais conseguidas apresentaram um aspecto comum. Em todos os casos, a observação do ponto de fuga foi truncada por barreiras visuais resultantes da intersecção da Avenida com a malha urbana pré-existente.

Na área compreendida entre a Praça dos Restauradores, a Rua das Pretas e a Rua do Salitre, a disposição do edificado proporciona, na maioria dos casos, uma paisagem assimétrica, fechada e, por vezes, sinuosa e ondulada. Tal acontece se localizarmos a linha de terra no eixo da Avenida e observarmos a sua relação visual com a Travessa e a Calçada da Glória, a Travessa e a Rua do Salitre, a Travessa da Horta da Cera, a Travessa de Santo Antão, o Largo da Anunciada e a Rua das Pretas

étudier leur rôle dans l'acheminement vers le point de fuite et au-delà:

- rétrécissement, étranglement ou effet de coulisses
- mise en valeur franche ou dérobée
- déflexion ou renvoi
- bornage

enfin, chercher à caractériser la clôture frontale du champ visuel:

- diaphragme et cadrage»

Cf. PANERAI, Philippé, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'analyse urbaine*, Bruxelles, Editions AAM, 1980, p. 118.

(figs. 97 a 100). A intersecção do *boulevard* com a Rua Conceição da Glória, a Praça da Alegria, a Rua Jardim do Regedor e a Rua dos Condes permite uma disposição das edificações mais centralizada, dado que o traçado das ruas o permite sem, contudo, ser visível a linha do horizonte, pelo facto de ser fechada pelas barreiras construídas (fig.101).

No caso das ruas Manuel de Jesus Coelho, Barata Salgueiro e Alexandre Herculano (lado do Bairro Camões), a perspectiva oferece-se muito mais centralizada, devido ao seu traçado mais regular e de maior largura. No entanto, o rápido encontro com as ruas de São José e Santa Marta esconde o ponto de fuga das vias (fig. 102).

Nas circunstâncias em que a paisagem se afirmou sinuosa, tortuosa e ondulante, apercebemo-nos da existência de um maior número de pontos pitorescos e das grandes dissemelhanças entre o tecido da Avenida e o que a envolve.

Por último, também observámos que toda a zona é rodeada por uma linha de bordadura construída muito densa, que representa a construção colinar que contorna o Vale Central.

A terceira realidade pertence às artérias que partem da Avenida da Liberdade em direcção ao Bairro Barata Salgueiro, ou seja, as ruas Barata Salgueiro, Rosa Araújo e Alexandre Herculano, onde a perspectiva passa a ser centrada num ponto de fuga bem definido. Mesmo quando, ao longe, existem barreiras visuais, a estrutura verde das vias minimiza o impacto dessas barreiras ao reforçar a perspectiva concentrada num centro de vista. A largura destas vias constitui um factor importante na paisagem que detém.

5.3.2 – Cruzamentos

A intersecção da Avenida da Liberdade com as ruas adjacentes caracteriza-se pela ortogonalidade aparente, que formam os ângulos entre si. A excepção encontra-se nos cruzamentos do *boulevard* com a Rua e com a Travessa do Salitre. Tal facto prende-se com o traçado destas vias, bem como com o corte que lhes foi operado na abertura da Avenida, criando os pontos de conflito aos quais já nos referimos anteriormente.²²⁴

Os cruzamentos que encontramos têm carácter viário e rodoviário. Apenas o que intersecta a Travessa da Horta da Cera é feito por escada, face aos desníveis existentes entre esta via e a artéria principal, decorrentes da sua construção.

O acesso às ruas transversais faz-se, normalmente, através das faixas viárias laterais da Avenida. Na ligação daquelas vias com o eixo central desta artéria é apenas permitido no cruzamento com o Largo da Anunciada, Praça da Alegria e ruas das Pretas, Manuel de Jesus Coelho, Barata Salgueiro e Alexandre Herculano, sendo estas últimas, vias de atravessamento da artéria principal (fig. 103).

²²⁴ Veja-se o Capítulo IV desta dissertação.

Por último, acresce referir que a finalidade principal destes cruzamentos é a de ligação da Avenida aos bairros adjacentes. Na sua praça de remate, a norte, Praça Marquês de Pombal, as ruas são radiais e, tal como foi referido, destinam-se à ligação do antigo centro de Lisboa com as zonas de expansão dos finais do século XIX, situadas a norte da cidade.

5.3.3 – Barreiras

A nossa primeira percepção das barreiras que envolvem o tecido urbano da Avenida, prendeu-se com o edificado do seu limite sul, ou seja, das barreiras visuais que delimitam a Praça dos Restauradores do Largo do Rossio.

Estes obstáculos colocados no término da malha urbana não são intransponíveis, marcando apenas visualmente as delimitações da área. São, inclusivamente, elementos que articulam os vários espaços, diferenciando-os e articulando as suas estruturas.

O “corredor de cantaria” que constitui a Avenida da Liberdade, também cria, por si, uma barreira. Com efeito, a sua construção criou uma ruptura nos tecidos urbanos adjacentes, evitando o seu prolongamento estrutural figurando como linha de bordadura e de charneira dos bairros que se desenvolvem ao longo das colinas envolventes à artéria.

Contrariamente, o inverso também se aplica, ou seja, o espaço colinar que contorna o Vale Central, pela sua morfologia e edificação, estabelece um obstáculo à continuidade da visualização centrada no eixo da Avenida, mas, por outro lado, a orografia da envolvente permite a percepção mais clara da articulação e desenvolvimento do espaço construído no sítio natural (fig. 104).

Do estudo que efectuámos também encontramos várias barreiras à visualização das colinas envolventes, quando o ponto de observação se situava no eixo do *boulevard*. Esses obstáculos advêm da elevação das cérceas de vários edifícios do corredor da Avenida, que representam uma ruptura total na percepção e relação da artéria com o tecido urbano circundante. É o voltar as costas às colinas, não permitindo qualquer continuidade e articulação entre os vários espaços desta zona da cidade. A mesma situação acontece quando se vê a Avenida a partir das áreas circundantes, tal como mencionámos na nossa leitura de aproximação.

Os espaços verdes centrais desta artéria também constituem uma barreira visual, quando os observamos a partir das ruas perpendiculares. Na nossa análise às várias perspectivas resultantes da percepção do olhar, encontramos várias situações de fechamento devido à intersecção do coberto vegetal. Contrariamente, quando observada a artéria a partir do seu eixo norte-sul, o espaço vegetal estabelece e reforça a linha de continuidade, conforme citámos no ponto 5.3.1 deste capítulo (fig. 105).

Por fim, referiremos aquilo a que designámos como barreiras virtuais. Estas advêm principalmente, das dificuldades de atravessamento da via central da Avenida

decorrentes do intenso tráfego que a percorre diariamente. Apesar de não ser visível, este obstáculo torna-se muito importante, porque tornou-se um dos factores principais do quase desaparecimento do papel lúdico e social que representava a Avenida nos finais do século XIX e início do século XX. As duas faixas laterais arborizadas deixaram de ter o significado cultural e a componente lúdica que detinham, pois a rua central tornou-se numa quase via rápida.

5.3.4 – *Continuidades e descontinuidades*

Numa avenida plena de diversidades, são bastante evidentes os aspectos de continuidade e descontinuidade do tecido urbano. No estudo dos conjuntos edificados, apontámos em várias ocasiões, para a descontinuidade verificada nas linhas de cêrcea dos imóveis. Com efeito, apesar de em alguns dos conjuntos analisados ter sido verificada a existência de uniformidades nas volumetrias dos prédios, a globalidade do edificado da Avenida não apresenta uma sequência lógica no seu perfil, apresentando-se este recortado por um jogo de cheios e vazios (fig. 106). É de realçar o facto de estas diferenças de altura originarem, por vezes, as barreiras aludidas no ponto anterior.

Para além da descontinuidade das cêrceas, também encontramos várias discrepâncias no que concerne à imagem das fachadas e à dimensão das parcelas. A autonomia do imóvel e do lote é evidente, resultante da inexistência de um plano arquitectónico e de um dimensionamento parcelar regrado e sequencial. Tal diversidade foi mais acentuada através da substituição de edifícios da época inicial por outros, de linguagem arquitectónica díspar, por vezes agregando mais do que um lote, com a consequente demarcação da estrutura parcelar.

O traçado da Avenida veio impor à malha urbana existente uma continuidade com mais de 1 km de comprimento, no entanto, à custa da descontinuidade do tecido que a envolve. Os já mencionados pontos de conflito atestam as rupturas e discrepâncias operadas nos traçados existentes.

Nos alinhamentos dos imóveis componentes da artéria, encontramos uma grande continuidade urbanística decorrente do plano de Ressano Garcia. A rigidez e lógica deste traçado vieram consolidar e caracterizar a Avenida, impondo as suas regras fundamentais, mesmo às intervenções mais dissonantes. Também o espaço vegetal do *boulevard* reforça a ideia da continuidade na paisagem, que o traçado pretendeu introduzir tornando-se noutra dos componentes fundamentais no carácter desta artéria (fig. 107).

Face ao acima exposto, poderemos concluir que a análise aos aspectos de continuidade e descontinuidade na paisagem originada pela abertura da Avenida da Liberdade, leva-nos a reforçar a ideia de uma unidade fundamentada num traçado de plano bem definido, contrastando com a diversidade do imóvel e do lote onde se implanta, como resultado das intervenções individuais mais autónomas.

5.3.5 – Espaços verdes e arruamentos

A área verde urbana é uma componente fundamental de toda a estrutura da Avenida da Liberdade, tanto pelo aspecto histórico e conceptual do plano de Ressano Garcia, como pela importância ambiental que, cada vez mais, estabelece. Tal como é descrito pelo *Plano Verde de Lisboa*, as «infra-estruturas, como vias de circulação rápida ou mesmo de grande circulação urbana deverão ser acompanhadas por corredores contínuos de vegetação, que terão grande importância na valorização estética das mesmas e ainda:

- na amenização microclimática;
- no estabelecimento de gradientes que permitirão o desenvolvimento de brisas locais;
- na fixação de poeiras e outros poluentes emitidos por veículos;
- no amortecimento dos ruídos;
- na estabilização dos taludes que têm origem na própria implantação das vias.»²²⁵

Sem o conhecimento dos problemas actuais da poluição que atinge as grandes cidades, Ressano Garcia, com as suas preocupações higienicistas e de criação de espaços lúdicos por influência parisiense projectou, como elemento estruturante, um contínuo verde de grande valor estético e ambiental para a Avenida e elemento primordial na caracterização da mesma.

As faixas vegetais estabelecem-se lateralmente, em relação à via central, simultaneamente, segundo uma linha de perspectiva, continuidade e barreira, conforme foi acima mencionado. São constituídas por duas densas cortinas arbóreas, contendo mobiliário e equipamentos de jardim, oferecendo características lúdicas (figs. 108 e 109).

Ao alinhamento do traçado viário, correspondem também alinhamentos arbóreos e arbustivos bem definidos e paralelos àquele.

Cada faixa vegetal é envolvida por largos passeios empedrados com calçada miúda em calcário e basalto contendo, por sua vez, caldeiras nas quais foram plantadas filas de árvores seguindo a direcção da zona viária. Nas áreas verdes, as espécies arbóreas alternam-se com as arbustivas.

Outros dos espaços verdes que, apesar de não se inserirem na faixa central da Avenida, são de extrema importância no contexto urbano onde se encontram e que são constituídos pelos logradouros dos edifícios que ladeiam a artéria. Para além de serem um dos componentes da imagem e estrutura do tecido urbano, proporcionam uma maior estabilidade ao nível ecológico, contribuindo para uma melhor drenagem pluvial e atmosférica, sobretudo por se encontrarem na zona baixa de um sistema colinar. Na nossa análise, foi observada a impermeabilização de alguns destes logradouros, com a ocupação total do lote pela construção.

²²⁵ TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 89.

Como foi anteriormente referido, a estrutura viária da Avenida da Liberdade distribui-se segundo uma artéria central, hierarquicamente superior às ruas laterais que delimitam as faixas vegetais. Da observação de pormenor aos arruamentos, há que destacar os passeios e o trabalho de calçada que neles foi executado, o qual foi muitas vezes descurado na implantação de algum do mobiliário urbano (figs. 110 e 111).

5.3.6 – *Mobiliário e equipamentos urbanos*

O mobiliário e os equipamentos urbanos surgem, essencialmente, como complemento das áreas verdes polivalentes do corredor da Avenida da Liberdade. A diversidade observada no espaço construído também se verifica ao nível do mobiliário, assistindo-se a uma enorme profusão do mesmo. Gradeamentos, bancos de jardim, candeeiros, suportes publicitários, papelarias, quiosques, estruturas amovíveis, marcos de correio, etc., tudo se distribui ao longo do comprimento da artéria.

Os desenhos destes elementos marcam as várias épocas em que foram colocados. Encontrámos exemplares da época inicial como, por exemplo, os gradeamentos que contornam as áreas verdes (fig. 112), objectos recentes, mas de desenho revivalista ou contemporâneos e assumindo a sua contemporaneidade. Também ao nível do mobiliário e equipamento urbano, se evidencia a falta de um projecto, de uma unidade estética e de alguma lógica na implantação de alguns dos objectos em estudo, chegando mesmo a destruir parcialmente os desenhos das calçadas.

É de destacar que alguns destes objectos são detentores uma função lúdica complementar ao desfrute puro e simples da componente vegetal, tendo adquirido uma vocação turística bastante acentuada – são os estabelecimentos de restauração e bebidas que se encontram dentro de estruturas amovíveis no interior dos jardins centrais da Avenida da Liberdade (figs. 113 a 116).

5.3.7 – *Elementos marcantes*

A nossa análise de pormenor prolongou-se até à observação de casos pontuais que, no entanto, são muito importantes na caracterização da estrutura urbana em estudo. Segundo Kevin Lynch, «uma vez que o uso de elementos marcantes implica o isolamento de algo de uma série de possibilidades, a característica-chave destes é a originalidade, um aspecto que é memorável ou único no contexto. No caso de terem uma forma clara, os elementos marcantes tornam-se, ainda, mais fáceis de identificar; isto verifica-se, igualmente, quando contrastam com o cenário de fundo ou se localizam espacialmente num local predominante».²²⁶

²²⁶ LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 90-91.

O elemento que considerámos mais marcante em toda a malha urbana, foi a estátua do Marquês de Pombal. Como objecto isolado, a estátua situa-se num local elevado e privilegiado no sentido da sua fácil visibilidade através de um grande número de ângulos de observação. Para além de se identificar com o limite norte da artéria, constitui o seu ponto de fuga mais demarcado, tornando-se num símbolo da Avenida e identificando-se plenamente com ela na memória visual dos observadores. A estátua do Marquês de Pombal simboliza também o centro que gera circunferência da rotundã onde se insere e, conseqüentemente, o pólo da expansão radial da cidade para norte.

Outro dos elementos escultóricos, que poderá ser considerado como marcante na paisagem, é o obelisco da Praça dos Restauradores. Como elemento mais diferenciado dentro da própria praça, torna-se ponto de referência, no entanto, observado de um local mais afastado, dilui-se no espaço mineral que o envolve, não se salientando do mesmo modo que se destaca o elemento acima referido.

Ao longo das áreas verdes da Avenida da Liberdade, encontram-se vários elementos escultóricos que, apesar de não adquirirem o significado dos anteriores, são pontos de referência válidos e bastante importantes, especialmente por se relacionarem visualmente com as ruas adjacentes e distinguirem-se como ponto de partida das mesmas. Com efeito, a identificação de uma certa estátua poderá ser relacionada com o início de uma determinada rua, o que proporciona uma melhor percepção de todo o tecido urbano. Esta percepção ainda se torna mais fácil pelo facto de a maioria das esculturas representar figuras humanas e históricas, como é o caso de Rosa Araújo. Por outro lado, como obras artísticas que são, valorizam a qualidade ambiental e cultural dos espaços verdes da Avenida.

No último grau de pormenorização da paisagem urbana, identificamos os elementos arquitectónicos significativos, que enriquecem e marcam o edificado com componentes ímpares que permitem diferenciá-lo e facilmente identificá-lo com o tecido onde se inserem. A sequência de varandas circulares do antigo Hotel Victória. Os vãos e os elementos decorativos que caracterizam a fachada do edifício neo-árabe, o trabalho dos frontões e frisos de algumas fachadas, a forma diferente de uma janela ou de uma cobertura, a imponência do trabalho escultórico da frontaria do Palácio Foz, ou o desenho do Éden-Teatro, são alguns dos exemplos que encontrámos durante os percursos pela Avenida e que se retêm na memória visual como ícones de um conjunto edificado muito particular (figs. 117 a 121).

Da análise urbana que fizemos à área em estudo, de imediato constatámos que se trata de uma paisagem mutante, dinâmica e plena de diversidades, quer em si própria, quer na relação com a envolvente.

A Avenida da Liberdade limita-se a norte pela praça marquês de Pombal / Parque Eduardo VII, a sul pela Praça dos Restauradores / Rossio / Baixa Pombalina / Tejo e, a nascente e a poente, pelo espaço colinar circundante.

A artéria, por si só, não poderá dissociar-se destes limites e do tecido urbano que encerram, porque é a sua relação com os mesmos que constitui a estrutura do seu conjunto e a sua própria identidade.

A norte, o Parque Eduardo VII define a sua linha de extensão, a sul, o Rossio demarca-se como barreira construída, revelando o encaixe da Avenida com a paisagem pré-existente. A nascente e a poente, o espaço mineral colinar desenvolve-se sobre uma malha secundária consolidada, que termina no eixo viário oitocentista e as linhas de cumeeada definem uma orla que se alterna entre o construído e uma considerável área vegetal, que remata os seus limites. Ao longe, destaca-se o Castelo de São Jorge.

Infelizmente, o desrespeito por este conjunto harmonioso, ocasionou rupturas nas relações Avenida da Liberdade / envolvente e envolvente / Avenida da Liberdade, revelando-se nas descontinuidades e conflitos acima mencionados.

Os conjuntos edificados forneceram-nos dados importantes acerca da relação do imóvel com a estrutura do seu lote e do imóvel com os que lhe são contíguos ou próximos.

Foi possível também determinar, a forma do desenvolvimento dos elementos edificados e sua distribuição ao longo da artéria. Com efeito, facilmente se constata a subida da cêrcea média e a ampliação da frente do lote, à medida que vamos caminhando para norte, pelas razões já apontadas. Também é evidente a maior imposição das linguagens arquitectónicas do último quartel do século XX sobre os edifícios da época da abertura da Avenida, nos quarteirões situado na parte norte. Verificámos mesmo, que nos grupos que confinam com a Praça Marquês de Pombal, os únicos exemplares que restam do início do século XX, encontram-se em vias de demolição, para dar lugar a novas intervenções. Não queremos com isto dizer, que nestes casos, não tivesse sido já estabelecida uma continuidade própria, apesar de diferente na que foi determinada no tempo de Ressano Garcia. É de realçar a relação deste edificado com o plano de Carlos Ramos.

Como já foi referido, o lote de pouca largura encontrava-se, sobretudo, no tecido urbano do tempo do Passeio Público e que foi rejeitado após a construção da Avenida. Existem algumas excepções, como é o caso dos Palácios Foz e Correia Nunes que, pelo seu carácter monumental, impuseram uma frente maior sem, no entanto, quebrar o ritmo aparente de todo o conjunto.

Pela análise aos elementos gráficos de data anterior às intervenções mais recentes, observámos que as parcelas fundiárias detinham uma frente bastante estreita, dando origem a imóveis de acompanhamento, constituindo quarteirões homogéneos e enquadrados na envolvente à Avenida da Liberdade.

A realidade actual mostra como a maioria daqueles pequenos lotes sofreu uma junção, de modo a dar origem às grandes volumetrias correspondentes aos n.ºs 36 a 40C, às quais já nos referimos pelas leituras de aproximação, nas encostas nascente e poente. Os n.ºs 106 a 134, com esquina para a Rua dos Pretas (conjunto n.º 6) causam o mesmo efeito: cêrceas muito elevadas; junções dos lotes, descaracterização do conjunto urbano e barreiras visuais em relação, estas últimas

bem notórias por comparação ao edifício original existente na esquina oposta, que permite uma continuidade visual entre o espaço construído.

Apesar de, em toda a Avenida da Liberdade se encontrarem elementos arquitectónicos descaracterizadores, insistimos nestes exemplos e nos edifícios com os n.ºs (conjunto n.º 11) e com os n.ºs 144 a 156 (conjunto n.º 6), bem como na excessiva volumetria dos hotéis “Sofitel” e “Tivoli” (conjuntos n.ºs 14 e 17, respectivamente), por se encontrarem na área correspondente ao antigo Passeio Público e na zona de transição.

Aqui, para além do facto das dimensões e formas dos lotes serem mais pequenos e diversificados, representando determinadas épocas de construção, a relação com as encostas é muito mais próxima acentuando-se muito o declive logo que entramos nas ruas transversais ao vale da Avenida.

Na zona correspondente aos bairros planeados por Ressano Garcia, os lotes têm uma frente maior, apresentando uma aberta e desafogada, pela sua proximidade à Rotunda do Marquês de Pombal, pelo espaço verde menos denso e pela menor clausura do relevo envolvente. No entanto, não queremos com isto dizer que as exemplares de arquitectura que revelam uma volumetria excessiva, quer pela cércea elevada, quer pela junção de parcelas que levou à destruição da estrutura fundiária dos antigos quarteirões, não representam uma forte descontinuidade e desarmonia com os corredores edificados da artéria. No entanto, não queremos com isto dizer, que a inserção de imóveis de volumetria excessiva levasse à ruptura total da estrutura fundiária dos antigos quarteirões. A diversidade, que sempre caracterizou a artéria oitocentista, permite ainda manter o seu carácter e identidade, dado que os mesmos se apoiam fortemente no traçado original e na estrutura verde que o compõe.

Para além de dissonâncias relativas à sua morfologia, também as linguagens arquitectónicas, na sua maioria, não são concordantes com as construções que lhes são contíguas ou próximas, marcando também por este aspecto a descaracterização da Avenida apesar desta, pela sua diversidade e ecletismo permitir uma gama de intervenções que abrangem um grande número de estilos.

Através do estudo de pormenor, compreendemos o modo como o tecido oitocentista intersecta o anterior e se perspectiva. O ângulo de visualização captou linhas tortuosas e ondulantes, barreiras e fechamentos proporcionados pelo contacto da envolvente anterior à abertura da Avenida, aos conceitos de ortogonalidade do traçado urbano oitocentista.

Nos locais por onde se estende o plano de Ressano Garcia, as linhas do horizonte, os pontos de fuga e os centros de vista demarcam-se perfeitamente, em linhas de perspectiva abertas e centralizadas.

A sobreposição das malhas urbanas permitiu a ortogonalidade nos cruzamentos de quase todas as ruas. Estes marcam também pontos de confluência e conflito, direccionando a difusão dos traçados. Estes, nos seus percursos, encontram por vezes as várias barreiras visuais proporcionadas, quer pelos volumes minerais, quer pela morfologia natural. Algumas destas barreiras tornam-se visualmente intransponíveis, criando rupturas urbanas, mas outras apenas fixam limites dos tecidos.

Estas barreiras são muitas vezes, geradoras das descontinuidades encontradas na Avenida, mas não são o único factor. Tendo como característica a miscigenação de estilos e imagens arquitectónicas, o seu edificado não se identifica com a continuidade dos alinhamentos decorrentes do traçado do plano de Ressano Garcia, nem com o contínuo vegetal que as faixas centrais apresentam. Estas constituem um dos elementos fundamentais da estrutura urbana da Avenida da Liberdade e têm um componente polivalente muito importante, nomeadamente, quanto ao seu carácter lúdico.

É nos espaços vegetais que se encontra a grande parte do mobiliário e dos equipamentos urbanos. Estes surgiram à medida que as necessidades e a evolução tecnológica se foram desenvolvendo, não obedecendo a nenhum projecto específico, nem a nenhum conceito estético pré-definido.

Após a elaboração desta análise, concluímos que, não obstante o encontro de elementos dissonantes, a Avenida da Liberdade é detentora de uma riqueza e diversidade urbanas que vão desde a relação com a envolvente até aos pormenores construtivos. Com efeito, são numerosos os exemplares de imóveis de grande qualidade e emblemáticos para a arquitectura portuguesa. Para além disso, são profusos os pormenores construtivos e os elementos escultóricos significativos. A monotonia da paisagem não é característica do tecido urbano da Avenida da Liberdade, sendo facilmente identificável através dos numerosos elementos marcantes que contém.

CAPÍTULO VI

Avenida da Liberdade – Contributos para a sua salvaguarda enquanto Património da Cidade

Ao abordarmos o tema Avenida da Liberdade no contexto do património urbano da cidade de Lisboa, não estamos, naturalmente, perante uma realidade museológica, mas sim de um tecido vivo, com usos e ocorrências que lhe caracterizam um dinamismo evidente.

A estrutura urbana da artéria oitocentista permite a inter-relação das suas várias componentes – históricas, sociais, artísticas, arquitectónicas, etc. – e a constante regeneração do seu tecido, articulando-o com as novas intervenções, ao mesmo tempo em que afirma o carácter, representativo do pensamento que lhe deu origem.

A maleabilidade e adaptabilidade desta área às novas conjunturas históricas não evitaram, porém, o avanço de intervenções desenquadradas do modo urbano em que se implementaram, a transformação do seu significado social ou o aparecimento de focos de ruptura da sua relação com a envolvente natural e edificada.

Na nossa análise urbana²²⁷ detectámos várias situações representativas desta tendência para a descaracterização do meio, nomeadamente, subida demasiada de cércas e conseqüente alteração do perfil do edificado, destruição de parte da estrutura fundiária, linguagens e imagens arquitectónicas discordantes das dos edifícios confinantes, dissociação do espaço vegetal central do contínuo verde colinar e inexistência de uma unidade no arranjo urbano.

A crescente terciarização da zona da Avenida - à qual não é alheio o atractivo proporcionado pela rentabilização de um espaço situado no coração da cidade - veio transformar-lhe o carácter social. A habitação deu lugar aos serviços e o espaço verde central perdeu grande parte da sua natureza de passeio público o que, no entanto, não impediu a continuação da miscigenação de extractos sociais diversos.

Palco de especulação imobiliária, decorrente da valorização do metro quadrado de terreno, por via da sua centralidade, só muito recentemente este núcleo começou a ser encarado no âmbito do património arquitectónico e urbano. Caracterizada, desde o seu início, como pólo de expansão e desenvolvimento da cidade, a Avenida da Liberdade necessitou de tempo para se consolidar, criar História, ser História, afirmar-se como memória e demonstrar o seu carácter inimitável no contexto lisboeta.

A elaboração dos textos internacionais sobre a preservação e valorização do património arquitectónico e urbanístico, nomeadamente a Carta de Veneza²²⁸ e a

²²⁷ Veja-se o Capítulo V desta dissertação, no qual tratámos este tema mais exaustivamente.

²²⁸ “Carta de Veneza”, Maio de 1964, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, Ilha Terceira, 1986., pp. 12-16.

Recomendação de Nairobi²²⁹ vieram, alguns anos depois da sua publicação, criar em Portugal a noção da preservação não só dos imóveis de carácter monumental, mas também dos conjuntos e sítios rurais e urbanos²³⁰. Deste modo, e face ao conteúdo do texto da Recomendação de Nairobi, começou a haver uma tomada de consciência em relação aos perigos das destruições e reconstruções do edificado histórico e da uniformização e despersonalização criada nos tecidos urbanos, em nome da modernização.

Nêste contexto deu-se, em 1989, uma proposta de classificação da Avenida da Liberdade, que levou, posteriormente à anulação do Plano Morfológico e Cêrceas. Com a evolução do processo e dentro das propostas mais recentes, foi criada uma Zona Especial de Protecção, aprovada em 1996, para esta artéria e sua área envolvente, em articulação com o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes, elaborado numa perspectiva da salvaguarda do tecido urbano da Avenida. Não se encontrando este plano em vigor, interrogamo-nos, naturalmente, sobre eficácia de ambos, no contexto das intervenções futuras.

Salientamos ainda o contributo dos principais inventários do património municipal que, para além de identificarem um processo evolutivo das noções de edifícios e conjuntos de carácter patrimonial, constituem elementos essenciais para a percepção do valor patrimonial da zona²³¹ e dos quais estudaremos os mais recentes, que estejam directamente ligados à Câmara Municipal de Lisboa e ao IPPAR, como instrumentos de inventariação.

Com estes elementos de base pudemos construir uma ideia concreta, uma consciência própria acerca deste tema, sustentada pela observação dos factores caracterizadores e descaracterizadores desta via, das suas diversidades e identidades, da percepção do seu conjunto e do papel que ele representa.

Assim, facilmente pudemos constatar que o valor atribuído à Avenida da Liberdade, no contexto do património de Lisboa, não se revela apenas pelo seu edificado mas por toda uma série de factores que com ela estão relacionados, constituindo um testemunho de uma evolução significativa, e revelando um momento histórico da maior importância na definição da estrutura da cidade actual.

²²⁹ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, “Recomendação de Nairobi. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e à sua função na vida quotidiana”, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, 1986, pp. 39-55.

²³⁰ Salientamos que a Carta de Veneza, em 1964, enquadrava pela primeira vez os sítios rurais ou urbanos no âmbito da noção de monumento histórico, conforme é definido no seu Artigo 1.º.

²³¹ De entre estes trabalhos de inventariação, salientamos:

ALMEIDA, D. Fernando de (direcção de), *Monumentos e edificios notáveis do Distrito de Lisboa*, Vol. V, tomo 1 e 2, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1973-1975.

FRANÇA, José Augusto, *Estudo de zonas de carácter histórico-artístico de Lisboa*, Lisboa, 1967.

GASPAR, Jorge, FERNANDES, José Manuel (coordenação de), *VALIS - Plano de Preservação do Património Histórico e Cultural do Desenvolvimento de Lisboa*, Lisboa, 1990.

6.1 – Aspectos da descaracterização do tecido urbano da Avenida da Liberdade

No capítulo V desta dissertação, alertámos para situações de dissonância encontradas no tecido urbano da Avenida da Liberdade e que constituem alguns dos elementos descaracterizadores deste núcleo. Para a elaboração de uma proposta de salvaguarda do mesmo, há que, em primeiro lugar, identificar e resumir de forma sucinta, os actuais focos de ruptura com o carácter inicial da artéria oitocentista, sob os seus vários aspectos e que se situam entre a forma urbana e o papel social, incluindo as políticas de expansão e desenvolvimento da cidade.

6.1.1 – De zona de expansão para norte à inserção no centro da cidade

As transformações constantes das cidades e a consequente alteração do papel dos seus diferentes núcleos perante as mutações temporais, não são necessariamente veículos de descaracterização dos tecidos urbanos mais antigos. Pelo contrário, poderão tornar-se incentivos à sua valorização e reutilização, no entanto, o modo como se processam as metamorfoses poderá identificar-se com factores causadores de lesões graves ou irreversíveis nesses aglomerados.

No caso específico, a Avenida da Liberdade começou a modificar o seu papel de pólo de expansão a norte para zona central da cidade, logo no início do século XX, aquando da construção da Estação do Rossio. No entanto, as transformações e o crescimento verificados em Lisboa, principalmente na segunda metade do deste século vieram, definitivamente, mudar o carácter funcional desta área.

Com a crescente transição da localização da função habitacional do centro para áreas mais periféricas, foram alterados os usos predominantes do edificado desta artéria. A terciarização da Avenida tornou-se inevitável, passando a ser instalada pela administração privada, serviços especiais e algum comércio²³², o que lhe modificou a utilização dominante, de habitação para serviços. O impacto desta mudança foi muito significativo e as suas consequências foram, por vezes, negativas para a identidade e salvaguarda do núcleo.

«Se a dinâmica económica orienta a dinâmica do centro direccional são, sobretudo, as modificações tecnológicas relacionadas com os meios de transporte, com as comunicações em geral e com a construção, que marcam o rumo da evolução física da cidade e do seu centro.»²³³

A relação oferta / procura de lotes de terreno localizados em áreas centrais, veio beneficiar a sua cotação no mercado imobiliário. Em face de esta conjuntura, a rentabilização da propriedade passava necessariamente, pela elevação do edifício,

²³² Na revista *Finisterra*, o Prof. Jorge Gaspar apresentou um estudo sobre a dinâmica funcional do centro de Lisboa, no qual caracteriza como funções predominantes instaladas na Avenida da Liberdade os hotéis, médicos especialistas, agências de viagens e de companhias de aviação e algum comércio especializado.

Cf. GASPAS, Jorge, “A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa”, *Finisterra*, vol. XI, n.º 21, Lisboa, 1976, p. 53.

²³³ GASPAS, Jorge, *ob. Cit.*, p. 40.

por forma a ganhar a maior quantidade de pisos possível. Também a função terciária, muitas vezes, não se compatibilizava com as tipologias existentes, levando à construção de imóveis de características divergentes dos existentes, conforme analisámos no capítulo precedente, sem qualquer intenção de integração no contexto arquitectónico no qual se implantaram.

Uma das piores consequências do aparecimento destes imóveis foi a ocupação total dos logradouros e sua impermeabilização. Com algumas das recentes intervenções, muitos deles foram preenchidos, dando lugar a volumes edificados e à consequente ruptura com a estrutura urbana existente, ameaçando a continuidade vegetal com as linhas de cumeada e com os jardins públicos românticos que as envolvem (figs. 122 a 124),²³⁴ bem como a estabilidade ecológica do local, decorrente da perda de capacidade de drenagem pluvial e atmosférica.

O espaço vegetal central apresenta uma densidade de verde, algum mobiliário urbano e apontamentos escultóricos que o relacionam intimamente com os finais da época de transição romântica para os inícios do capitalismo de oitocentos, contudo, a sua vivência, ou a falta dela, reflecte a recusa da permanência nestes locais e do seu desfrute, tornando-os numa barreira verde estática, sem o significado social que deveria adquirir.

A alteração funcional na artéria veio retirar-lhe a inicial continuidade-do espírito do Passeio Público. A importância histórica da Avenida da Liberdade, com as lutas que gerou entre apoiantes e adversários da sua abertura, dissimulou-se perante o cenário de terciarização e quase inexistência de factores de estada no local onde, outrora, com grande pompa e circunstância, o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia desfilavam no seu cortejo nupcial.

6.1.2 – *As transformações sociais*

As alterações funcionais ocorridas na Avenida da Liberdade tiveram as suas naturais repercussões ao nível social.

No tempo do Passeio Público «a nobreza que se reunia à família real confraternizava com ela, e o povo cumprimentava-os delicada e afavelmente curvando-se respeitoso»²³⁵. Caracterizado como local de lazer, a vivência do Passeio Público atraía a si todo o tipo de classes sociais, permitindo o convívio entre elas.

A abertura da Avenida da Liberdade veio continuar o espírito do seu antecessor, prolongando os locais de convivência e passeio pelas faixas ajardinadas, constituindo-se no palco das mais diversas manifestações e dos acontecimentos mais notáveis de Lisboa.

A análise às tipologias do edificado revela, também, a continuação da permanência entre os vários extractos sociais: o prédio de rendimento confina com o

²³⁴ Contrariando as propostas do *Plano Verde de Lisboa*, em assunto que abordámos no Capítulo III.

²³⁵ GANHADO, Jesuino, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, n.º 27, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 4.º trimestre de 1954, p. 16.

palácio ou palacete numa relação sem aparentes preconceitos classistas. Nos bairros adjacentes mais antigos continuavam a residir os extractos sociais mais baixos.

Adquirida a centralidade no espaço lisboeta e a herança da vocação lúdica, a Avenida da Liberdade torna-se num centro de espectáculos, com a edificação do malogrado Teatro Avenida (fig. 125) e do Parque Mayer, sem esquecer que, na sua área de influência, se situavam o Coliseu e o Politeama.

O advento da sétima arte deu alma a grandes salas de cinema, tais como, o Éden-Teatro, o São Jorge e o Condes. O apogeu destas salas proporcionava um grande movimento populacional em torno das mesmas e, em conjunto com o Teatro D. Maria II, a arte popular e a arte erudita partilhavam a mesma área urbana, promovendo ainda mais a miscigenação social.

A terciarização da Avenida da Liberdade tornou-se um veículo de uma certa desumanização do lugar. A Avenida adquiriu, principalmente a partir dos anos 70 do século XX, alguns dos problemas dos centros das grandes cidades: “invasão” da população que trabalha no sector terciário durante as horas de expediente e desertificação do local fora delas.

Se, em termos urbanísticos e arquitectónicos a Avenida da Liberdade constitui um tecido vivo, em constante mutação, em termos sociais, a sua vida é artificial e mantida apenas pelos “balões de oxigénio” que a máquina empresarial lhe proporciona. Esta descaracterização tornou-se mais acentuada com o encerramento da maioria das casas de espectáculo que acima referimos. Destas, só o Coliseu, o Politeama, o Teatro Nacional D. Maria e o Cinema São Jorge²³⁶. O Parque Mayer está a ser objecto de um projecto de reabilitação e requalificação e o Éden-Teatro e o Cinema Condes foram transformados e reutilizados para outras funções²³⁷.

O desaparecimento das casas de espectáculo originou também a extinção de uma das características sociais mais importantes da área urbana Passeio Público / Avenida da Liberdade – o espaço lúdico. A vida diurna e o passeio pela zona verde da artéria foram, como já vimos, apagados pela relação estabelecida entre a Avenida e o sector terciário. A vida nocturna, por sua vez, fechou com as casas de espectáculo. Com ela extinguiu-se também a coexistência entre a vida boémia dos populares passada entre os teatros de revista e os locais de comes e bebes do Parque Mayer e as classes mais abastadas ou eruditas, que frequentavam as salas de cinema, ou o D. Maria.

A adicionar aos factores que referimos, constatámos que a Avenida da Liberdade também não constitui um centro comercial significativo. De acordo com o já citado estudo efectuado pelo Professor Jorge Gaspar, publicado na revista Finisterra, a grande largura desta artéria cria «um vácuo físico e psicológico entre um e outro lado»²³⁸ retraindo o desenvolvimento do comércio e a criação de um ambiente vivo de rua. De facto, pudemos constatar a precariedade da componente comercial da Avenida, principalmente na zona mais próxima da Praça dos

²³⁶ O Cinema São Jorge esteve fechado durante vários anos, tendo sido adquirido e reaberto pela Câmara Municipal de Lisboa em 2001.

²³⁷ O Éden-Teatro é, actualmente, hotel e loja do cidadão, enquanto que, recentemente, o antigo Cinema Condes foi reaberto como edifício destinado a restaurante e escritórios.

²³⁸ GASPAR, Jorge, *ob. cit.*, p. 142.

Restauradores: lojas pouco atractivas, centros comerciais incaracterísticos e um tipo de actividade que não se destina à compra diária, como por exemplo, “stands” de venda de automóveis.

A tendência dos últimos anos, porém, tem-se revelado contrária, graças a um esforço de investimento comercial na artéria oitocentista. No entanto, julgamos que essa tendência só se manterá se, à criação de um ambiente comercial vivo corresponder um processo de revitalização do tecido urbano e implementação do carácter habitacional e lúdico.

6.1.3 – *As intervenções no edificado*

A avaliação dos factores de descaracterização do edificado da Avenida da Liberdade provém, essencialmente, da análise urbana efectuada e dos conhecimentos adquiridos pelo estudo da sobreposição e justaposição dos traçados, conforme apresentámos nos capítulos IV e V desta dissertação.

A observação no local oferece, de imediato, a visualização dos planos de fachada da artéria, bem como do “recorte” que os mesmos delineiam em relação à envolvente e ao céu.

A comparação entre alguns dos edifícios actuais e os que lhes deram lugar, revela uma significativa subida da cêrcea dos imóveis mais recentes²³⁹. Tal facto, ocasionou uma série de situações de discrepância entre as alturas de algumas das construções, em relação às suas confinantes, deturpando a sequência crescente - dos Restauradores ao Marquês de Pombal - e, mais ou menos, homogénea que se verificava na Avenida do início do século XX.

Actualmente constata-se uma certa “desordem” nos perfis resultantes do recorte das construções na paisagem circundante onde, de certos volumes, sobressai a sua altimetria, provocando rupturas evidentes com a homogeneidade das outras edificações.

As transformações operadas no edificado neste tecido urbano tiveram naturais consequências ao nível da imagem dos objectos arquitectónicos, principalmente nas fachadas que confinam com a artéria oitocentista. Com efeito, muitas destas intervenções marcaram a descaracterização da imagem inicial do lugar, entrando em confronto com a existente.

Pudemos constatar da análise ao edificado, que a alteração da imagem construída da Avenida da Liberdade ocorre de duas formas: destruição total do edifício anterior, muitas vezes após o deliberado abandono e consequente estado de progressiva degradação ou demolição do interior e manutenção parcial ou total da fachada do existente seguida, frequentemente, da subida da cêrcea.

As elevadas cotação comerciais dos lotes da Avenida levam ao encontro de soluções arquitectónicas de máxima rentabilização, tornando o local como um dos

²³⁹ Veja-se a análise dos conjuntos edificados, no capítulo V.

espaços comerciais mais caros da Península Ibérica²⁴⁰, no entanto, a existência de edifícios de grande valor arquitectónico, a preservar, levou a alguma limitação do livre rendimento do espaço construído. Se, nos anos 70 a 90 do século XX assistiu-se à substituição de várias obras oitocentistas por imóveis de imagem e volumetria dissonante da envolvente, actualmente, uma boa parte dos projectos visa, aparentemente, manter a imagem do edifício inicial sem, contudo, perder o intuito de rentabilização máxima. Esta ideia garantiu aos investidores o “direito” de intervenção em imóveis classificados e em conjuntos de grande interesse arquitectónico. Referimos como exemplos, aos casos das intervenções no Cinema Éden (figs. 126 e 127) e na área do Tivoli (figs. 128 e 129).

6.1.4 – Tráfego e imagem urbana

A faixa central da Avenida transformou-se numa rápida saída do centro da cidade, do local de trabalho para as zonas habitacionais. Já estudámos como esta via se tornou numa barreira dentro da própria artéria, dificultando o usufruto do espaço verde que contém e o acesso ao lado oposto, minimizando a relação do indivíduo com o espaço construído e vegetal, ao reduzi-la a uma relação de passagem (fig. 130).

A centralidade desta área traduz-se no intenso tráfego das horas de ponta que, para além dos efeitos negativos para a poluição atmosférica vem inibir o atravessamento da via e, conseqüentemente, o aproveitamento do espaço total da Avenida.

A associar à falta de atractivos de permanência nesta área, a falta de uma estrutura para criar uma unidade ao nível do mobiliário e equipamentos urbanos, com uma vocação lúdica e turística, é factor importante para o reforço da crescente descaracterização a que tem sido sujeito o local em estudo.

6.2 – Os instrumentos de inventariação da zona da Avenida da Liberdade

Os instrumentos de inventariação do património construído constituem a base do conhecimento da herança imóvel da cidade. Estabelecendo uma noção quantitativa dos edifícios ou conjuntos mais significativos, apresentam o panorama patrimonial local e fornecem um breve enquadramento histórico, cronológico, arquitectónico e ainda outros dados que dependem da vocação principal do inventário. São assim muitas vezes tomados como ponto de partida para trabalhos mais aprofundados e sectoriais.

A cidade Lisboa, pela sua importância no contexto cultural português, tem sido alvo de vários estudos de carácter inventarial, incluindo-se neles a Avenida da Liberdade.

²⁴⁰ Um artigo do jornal *Expresso* de 11 de Novembro de 2000, revela que a zona da Baixa / Avenida da Liberdade é a mais cara da Península Ibérica, no que respeita ao arrendamento de espaços comerciais, que ronda os 22.000\$00 por m² de construção.

A vocação de cada um dos grupos de trabalho e das entidades promotoras deste tipo de estudos veio, naturalmente, consubstanciar o surgimento de abordagens diversas ao conjunto urbano criado pela avenida. É de salientar que as analisadas contemplam, essencialmente, imóveis isolados que se destacam pela sua arquitectura, peso histórico e/ou monumentalidade não sendo, geralmente, o tecido urbano da avenida tratado como um todo. No inventário *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa* foram seccionadas as áreas Avenida da Liberdade e Praça dos Restauradores mais como espaços de enquadramento dos seus edifícios e monumentos notáveis, do que como elementos urbanos a registar. Não obstante, quase todos os inventários fazem referência à importância das unidades urbanas, nomeadamente a da Avenida, no desenrolar do crescimento e da configuração do mapa de Lisboa. Vejam-se, por exemplo, as anotações introdutórias do G.U.A.L. – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa acerca da cidade romântica, nas quais a Avenida da Liberdade surge como a “primeira realização concreta” do Plano de Melhoramentos da Capital, que iria despoletar a face da Lisboa Moderna.²⁴¹

É de registar ainda que as diferentes vocações dos inventários oferecem perspectivas diversas do património registado. Umas contemplam mais a componente histórica, outras a arquitectónica, outras ainda figuram como base de planeamento e de classificação de salvaguarda. Esta diversidade é enriquecedora para o estudo dos elementos de inventariação, permitindo aglutinar vários aspectos da componente patrimonial da cidade, nomeadamente da área que estudamos.

6.2.1 – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*

Esta obra constitui um precioso elemento de inventariação do património monumental e edificado de todo o distrito de Lisboa, sendo de iniciativa e organização da Junta Distrital de Lisboa, sob a direcção de D. Fernando de Almeida. Constituída por cinco volumes, é o último que se dedica, exclusivamente, à cidade de Lisboa. A Avenida da Liberdade e sua zona envolvente, bem como a Praça dos Restauradores, encontram-se mencionadas nos tomos 1 e 2²⁴².

Neste inventário predomina uma visão histórico-artística do património imóvel da cidade vocacionando-se, essencialmente, para os objectos arquitectónicos e escultóricos individuais, que se destacam pelo seu carácter artístico e monumental. No entanto, o enquadramento que dá aos objectos registados e a forma de organização deste estudo, proporciona uma clara identificação dos conjuntos urbanos mais importantes da capital.

A Avenida da Liberdade surge como elemento agregador dos seus imóveis e monumentos mais marcantes. A importância urbanística do seu traçado é resumidamente referida como «o grande acontecimento urbanístico de Lisboa do último quartel do século XIX», considerando-se que «marca o começo de uma

²⁴¹ Associação dos Arquitectos Portugueses, *Guia Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa*, Lisboa, AAP, 1987, pp. 24-25.

²⁴² ALMEIDA, D. Fernando de (direcção), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, vol. V, 3 tomos, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1973, 1975 e 1988.

expansão para o norte e destruindo o antigo *Passeio Público* assume uma posição moderna de cariz, necessariamente, parisiense.»²⁴³ Não existem referências ao plano de Ressano Garcia, ao modo como o mesmo se articulou com as pré-existências, como se desenvolveu a feição arquitectónica ou ainda como se estabeleceu a relação entre os imóveis e o espaço vegetal. Também não foram contemplados conjuntos arquitectónicos de interesse.

Não obstante, e do ponto de vista histórico-artístico, no inventário *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa* foi realizada uma criteriosa e bastante completa pesquisa dos objectos arquitectónicos e escultóricos existentes na artéria oitocentista, tendo sido referidos o Obelisco dos Restauradores e o Hotel Avenida Palace²⁴⁴, o Edifício da Companhia das Águas (actual EPAL), o Palácio Nunes Correia, o Palácio Mayer, a Casa Lambertini, o Prédio de Rendimento com n.º 206-218, o Hotel Victória, o Tivoli, o Palacete Neo-árabe, a Praça da Alegria, o Parque Mayer e o Teatro Capitólio, a Praça e o Monumento ao Marquês de Pombal.²⁴⁵ Na Praça dos Restauradores, foram ainda destacados o Palácio Foz e o Cinema Éden.²⁴⁶

No que concerne aos objectos escultóricos da avenida, foram inventariados os monumentos a Manuel Pinheiro Chagas, Morgadinha de Val-Flor, aos Mortos da Grande Guerra, Almeida Garrett, a Alexandre Herculano, a Júlio de Castilho, a Oliveira Martins, a Camilo Castelo Branco e o busto de Rosa Araújo.²⁴⁷

6.2.2 – O GUAL – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa

Partindo da noção da importância que Lisboa detém na Cultura Arquitectónica Portuguesa, em 1987 a então Associação dos Arquitectos Portugueses edita o *Guia Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa* (GUAL), um trabalho de inventariação do património arquitectónico da Cidade, numa intenção de mostrar «Lisboa vista por arquitectos»²⁴⁸.

Não sendo este um trabalho exaustivo sobre o assunto, os autores deste guia pretenderam elaborar algo que fosse tomado como um ponto de partida para novos trabalhos, criando bases para realizações futuras.

A riqueza de Lisboa, é vista pela relação dos edifícios simples que a compõem na sua quase totalidade e que se reúnem em zonas, estruturas ou conjuntos edificadas, apresentando aos arquitectos uma leitura sobre o desenvolvimento da cidade.

²⁴³ Idem, *Ibidem*, 2.º tomo, pp. 94-95.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*, 1.º tomo, pag. 129.

²⁴⁵ Idem, *Ibidem*, 2.º tomo, pp. 95-96.

²⁴⁶ Idem, *Ibidem*, 2.º tomo, pp. 111-113.

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, 2.º tomo, pp. 95-96.

²⁴⁸ Associação dos Arquitectos Portugueses, *Guia Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa*, Lisboa, AAP, 1987, p. 8.

«Aqui Lisboa emparceira com vilas e aldeias do país na mais saliente característica da arquitectura e do urbanismo popular portugueses - mais importantes que os edifícios são os laços que se estabelecem entre si».²⁴⁹

A Avenida da Liberdade é abordada nos textos introdutórios deste Guia como elemento estruturante do crescimento da cidade do século XIX, constituindo a primeira realização do Plano de Melhoramentos da Capital de 1856 / 1864. Constatámos, da análise aos elementos inventariados, que a Avenida foi identificada no GUAL como um todo urbano, tendo este eixo e os seus topos – correspondentes às praças do Marquês de Pombal e dos Restauradores – sido considerados e classificados como «Conjunto Urbano Restauradores – Avenida – Marquês de Pombal».²⁵⁰ É de salientar a inclusão neste trabalho do Plano das Avenidas Novas de Ressano Garcia, como elemento constante da lista do inventário proposto.

Dos restantes conjuntos edificados, o GUAL evidencia, para a área em estudo, o conjunto urbano sito na Rua Alexandre Herculano, n.º 15 a 27. Dá também importância ao espaço natural criado pelo Jardim Botânico e pelo Parque Eduardo VII.

Dos imóveis inventariados constam aqueles que têm mais destaque dos vários pontos de vista, ou seja, comuns a todos os inventários aqui apresentados mas, revelando a perspectiva do arquitecto, o GUAL introduziu na sua lista a entrada do Parque Mayer e o Cinema Capitólio.

6.2.3 – O Inventário Municipal e a Carta do Património como elementos integrantes do Plano Director Municipal de 1994

O Inventário Municipal do Património surge da elaboração do PDM de 1994 e constitui um levantamento dos bens patrimoniais a proteger, no âmbito deste Plano. O Inventário consta da parte final do Regulamento do PDM, configurado como uma listagem distribuída pelas várias freguesias do concelho.

Os bens patrimoniais são divididos em três categorias: *Conjuntos edificados*, que abrangem bairros, quarteirões, praças ou outro tipo de conjuntos, bem como edifícios ou outros elementos construídos ou naturais que, por si só, se destaquem na paisagem envolvente, *imóveis*, ou seja, os objectos isolados, quer sejam edifícios, quer sejam equipamentos, instalações ou mobiliário urbano e, por último, *áreas de potencial valor arqueológico*.

Em relação ao caso concreto da Avenida da Liberdade verificou-se que a artéria e sua zona envolvente mais próxima, não foram classificados dentro da categoria dos conjuntos edificados, remetendo-se o seu regime de edificabilidade para posteriores Planos de Urbanização ou Pormenor²⁵¹. A classificação dos conjuntos edificados sugere-se a um nível mais específico, sendo contemplados alguns dos agregados que se distribuem ao longo da Avenida. Destes destacam-se a

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 12.

²⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 85.

²⁵¹ Veja-se no Capítulq III, em que condições o P.D.M. propõe o regime de edificabilidade para a zona.

Praça do Marquês de Pombal (Plano do Arq.^o Carlos Ramos), vários conjuntos de edifícios de habitação ou de uso misto ou de prédios de rendimento e frentes de quarteirão, como é o caso da que compreende a Avenida da Liberdade, n.º 229 e a Rua Alexandre Herculano, n.º 25 a 29.

Para além dos conjuntos edificados, é significativa a quantidade de imóveis constantes do Inventário Municipal, que incluem os que já se encontram classificados como bens pertencentes ao Património Nacional e que são abrangidos por legislação específica.²⁵² Dos imóveis contemplados podemos distinguir peças escultóricas, como a estátua ao Marquês de Pombal e o Monumento aos Restauradores, mobiliário urbano, como o quiosque da ABEP, equipamentos colectivos, tais como os cinemas São Jorge, Condes, o Tivoli e o antigo Éden Teatro, equipamentos hoteleiros, como sejam, o Hotel Avenida Palace, o Hotel Tivoli e o antigo Hotel Victória, comércio e serviços, tais como o edifício do jornal “Diário de Notícias” e a Livraria Clássica, bem como vários prédios de rendimento e imóveis destinados a habitação. É de salientar que foram também incluídos neste inventário construções bastante recentes, como sejam, o edifício do Lloyd’s Bank ou o Hotel Tivoli. (figs. 131 e 132).

O Inventário Municipal do Património tem um carácter provisório Com efeito, só estará válido até à aprovação e publicação da Carta Municipal do Património, um documento que conterà a regulamentação específica de protecção aos bens imóveis considerados relevantes.²⁵³

Os bens inventariados no Inventário Municipal do Património constituirão o ponto de partida para a Carta Municipal do Património. Com efeito, aquando da sua elaboração, poderão ser mantidos ou retirados imóveis, conjuntos edificados ou áreas arqueológicas, mas não poderão ser acrescentados outros bens patrimoniais, conforme se conclui da leitura do disposto no n.º 3 do Art.º 13.º do Regulamento do Plano Director Municipal (RPDML). Poder-se-á contudo, admitir a ampliação da lista inventariada para os casos de elementos do património industrial, mediante vistoria camarária e após aprovação por uma estrutura consultiva²⁵⁴, de acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 1 do Art.º 67.º e na alínea e) do Art.º 66.º do diploma supracitado.

Nestes termos, Carta Municipal do Património constituirá o documento regulador definitivo dos bens patrimoniais da cidade de Lisboa. A sua concretização poderá dar-se, quer através de Estudos Específicos, quer por Planos de Urbanização ou Pormenor. Serão assim, criadas normas designadas por “Normas de Intervenção”, que integrarão os regulamentos dos referidos Estudos ou Planos, e regularão os actos da gestão urbanística camarária, conforme determina o n.º 4 do Art.º 13.º do RPDML. Acresce ainda referir que «a elaboração, aprovação e publicação da Carta Municipal do Património pode fazer-se por zonas»²⁵⁵ permitindo a articulação com

²⁵² Ou seja, nestes casos, o edifício ou conjunto edificado é abrangido pela legislação nacional do Património Cultural, nomeadamente, o Dec.-Lei n.º 13/85.

²⁵³ Conforme se pode observar da leitura do n.º 5 do Art.º 13.º do Regulamento do Plano Director Municipal.

²⁵⁴ Esta estrutura consultiva está prevista no n.º 2 do Art.º 4.º do RPDML.

²⁵⁵ n.º 6 do Art.º 13.º do RPDML.

os tempos de elaboração dos vários Planos de Urbanização e Pormenor, deduzindo-se deste facto que, até à conclusão e publicação da Carta do Património para toda a Cidade, permanecerá em vigor o Inventário Municipal do Património.

Poderemos, assim concluir que Carta do Património e o já mencionado P.U.A.L.Z.E.²⁵⁶, deverão estar em articulação, no que concerne aos imóveis e conjuntos edificados mencionados no Inventário Municipal do Património para a Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, por forma a estabelecer regras específicas e eficazes na preservação dos seus bens patrimoniais.

6.3 – O processo de classificação da Avenida da Liberdade e área envolvente promovido pelo I.P.P.C. / I.P.P.A.R.

O processo de classificação da Avenida da Liberdade²⁵⁷ teve o seu início em 1989, promovido pelo arquitecto Alexandre Braz Mimoso e pelo então Instituto Português do Património Cultural, ao considerar-se que «chegou a altura de fixar para a história o valor nacional da Avenida da Liberdade»²⁵⁸. Foi definida como área de intervenção de salvaguarda a que tinha sido estabelecida no Plano Morfológico e Cérceas, de Pedro Vieira de Almeida, ao tempo em vigor, dentro da qual todos os imóveis ficaram submetidos à legislação aplicável às zonas em em vias de classificação. Criou-se, assim, uma Zona Especial de Protecção (ZEP) à via em questão, na sequência do Despacho n.º 104/89 de 19 de Dezembro²⁵⁹, pelo qual se consideraram em vias de classificação todos os imóveis que se encontrassem dentro dos seus limites.

Perante os critérios de defesa do património edificado da Avenida da Liberdade pretendidos nesta proposta, as intervenções extremamente transformadoras do conjunto arquitectónico desta artéria, constantes no plano então em vigor, conforme referimos no Capítulo III, não estariam em conformidade com as novas ideologias de preservação veiculadas pelo processo iniciado em 1989. Assim, a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à revisão e posterior anulação do Plano Morfológico e Cérceas em 1990, da qual resultou a elaboração do PUALZE, que nesse mesmo ano se começou a desenrolar, numa perspectiva de maior preocupação com os aspectos de salvaguarda do património da maior artéria da capital portuguesa, conforme se poderá constatar pela maior colaboração entre Câmara Municipal e IPPAR (sucessor do extinto IPPC), na realização do plano acima mencionado.

²⁵⁶ Veja-se a descrição mais detalhada sobre o PUALZE no Capítulo III desta dissertação.

²⁵⁷ Instituto Português do Património Cultural, *Proposta de classificação da Zona da Avenida da Liberdade, em Lisboa*, processo n.º 89/3 (68), Lisboa, 1989. Esta proposta foi homologada através do Despacho n.º 104/89, do Gabinete da Secretária de Estado da Cultura, em Diário da República. II - Série de 22 de Dezembro de 1989.

²⁵⁸ MIMOSO, Alexandre Braz, Lisboa, Parecer /memória descritiva da proposta de classificação da zona da Avenida da Liberdade, em Instituto Português do Património Cultural, *Proposta de classificação da Zona da Avenida da Liberdade, em Lisboa*, processo n.º 89/3 (68), Lisboa, Julho de 1989.

²⁵⁹ A proposta de uma Zona Especial de Protecção à Avenida da Liberdade e zona envolvente, surge do Despacho n.º 104/89 da Secretária de Estado da Cultura, publicado em Diário da República II - Série, de 19 de Dezembro de 1989.

Em 1995, na sequência da articulação das propostas do IPPAR com a Câmara Municipal (através do PUALZE), dá-se corpo ao processo de criação da Zona Especial de Protecção à Avenida da Liberdade (ZEPAL). Através de pareceres e informações afectos àquele Instituto, nomeadamente os do Professor José Augusto França,²⁶⁰ foram criados os fundamentos que deram origem à ZEPAL. Em primeiro lugar, é realçado o carácter histórico, simbólico e moral que esta artéria representa, a nível nacional, ao qual, em alguns casos, não correspondeu o nível estético / estilístico,²⁶¹ por via da heterogeneidade arquitectónica da Avenida, que muitas vezes consubstanciou a construção de imóveis de qualidade arquitectónica duvidosa, por via da especulação imobiliária, com uma quota parte de responsabilidade das entidades coordenadoras.

De acordo com os critérios do autor dos documentos supracitados, a salvaguarda da Avenida da Liberdade deverá obedecer a três procedimentos fundamentais: a classificação dos edifícios mais significativos em termos de qualidade histórico-arquitectónica, a imposição de regras de intervenção nos outros imóveis que estejam sujeitos a obras e, por último, a criação das já mencionadas áreas de protecção efectiva do conjunto sugerindo, para este caso, a aprovação do Parecer / Informação n.º 188/95.

Assim, com o intuito de travar intervenções especuladoras e descaracterizadoras do tecido urbano foi então criada, foi, por este meio, proposta a criação da ZEPAL, a qual seria aprovada e publicada através da Portaria n.º 526/96.²⁶¹

A ZEPAL surge de uma articulação com o plano de urbanização em elaboração, na época, o PUALZE que, curiosamente, ainda não se encontra em vigor, denotando uma colaboração entre as entidades tutelares mais importantes na definição do edificado da zona em causa – o IPPAR e a Câmara Municipal. É ainda de salientar que a delimitação da ZEPAL, para além de procurar a coincidência dos limites propostos pelo PUALZE, terá tido também em consideração os pontos de vista notáveis circundantes, as encostas e as linhas de fecho; a articulação com as zonas envolventes de significado relevante do ponto de vista patrimonial, tais como, a Baixa Pombalina; a relação visual com o Parque Eduardo VII e a criação de uma mancha continua que abranja os imóveis classificados ou em vias de classificação, conforme é referido no já mencionado Parecer / Informação n.º 188/95 do processo 95/12 (1).

²⁶⁰ Sobre este tema recolhemos os seguintes pareceres:

FRANÇA, José Augusto, Parecer / Informação sobre a integração da Avenida da Liberdade nas ZEP e na ZEPAL, n.º 188/95, em Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Zona Especial de Protecção ao Conjunto dos Imóveis Classificados da Avenida da Liberdade e Área Envolvente*, processo n.º 95/12 (1), Lisboa, s.d..

FRANÇA, José Augusto, Parecer sobre a classificação da Avenida da Liberdade, em Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Proposta de Classificação da Zona da Avenida da Liberdade, em Lisboa*, processo n.º 89/3 (68), Lisboa, s.d..

²⁶¹ O alargamento e fixação dos limites da ZEPAL é publicado através da Portaria n.º 526/96, publicada em *Diário da República I - Série*, de 1 de Outubro de 1996.

6.4 – Contributos para a salvaguarda da Avenida da Liberdade

Todo o trabalho que apresentámos nos capítulos anteriores, desde a análise do percurso evolutivo da ideia da Avenida da Liberdade e das suas fontes inspiradoras, passando pelos vários projectos e planos de que ela foi (é) objecto, até ao estudo das suas componentes urbanas e da envolvente em que se encontra inserida, destina-se a reunir elementos que sirvam de base a um contributo, no sentido da salvaguarda da maior artéria de Lisboa.

A análise intensiva efectuada ao local em estudo permite-nos, agora, tecer contributos para a sua salvaguarda, focando os aspectos principais a ter em linha de conta na preservação e valorização do Património Arquitectónico e Urbanístico da Avenida da Liberdade. Aludiremos frequentemente aos conjuntos edificados que analisámos no Capítulo V, mas iremos relacioná-los com a envolvente mais próxima, nomeadamente, com os traçados anterior e posterior à construção da artéria oitocentista, conforme estudámos no Capítulo IV da presente dissertação.

6.4.1 – Estado de conservação do edificado

O contributo que pretendemos dar ao estudarmos a área da Avenida da Liberdade, no âmbito da salvaguarda do seu património edificado leva-nos, em primeiro lugar, a uma avaliação do estado de conservação dos imóveis e conjuntos de imóveis, que compõem a artéria e sua envolvente.

Após um levantamento feito no local e salientando os focos de degradação exterior dos edifícios delineámos, em traços gerais, o panorama da conservação do edificado da Avenida, dissertando sobre os principais factores que contribuíram para tal.

Da análise efectuada conclui-se que, apesar de não serem muitos os edifícios que evidenciam ruína, ou uma quase ruína, existe uma quantidade apreciável de imóveis que necessitam de obras de melhoramentos. Das patologias encontradas, salientamos aquelas que aparecem em maior número e que denunciam a falta de conservação dos edifícios mais antigos da artéria, como sejam: falta de limpeza das fachadas; degradação das caixilharias em madeira; corrosão das guardas e elementos metálicos; focos de humidade e de eflorescências salitrosas nos paramentos; queda de azulejos; fendilhações, empolamentos e queda de rebocos; fissuração e esboroamento das cantarias e existência de vidros partidos nos vãos.

Nos casos mais graves, encontrámos situações de coberturas com grandes deformações na estrutura e com parte das suas telhas retiradas. Foram também detectados casos em que o edifício está em completa ruína no seu interior. Destes, salientamos os imóveis com os números de polícia 238 (fig. 133) e 240 (fig. 134), em que o primeiro mostra a queda total dos pavimentos interiores e o segundo exhibe a estrutura da cobertura muito deformada, para não falar do seu estado de decadência total. O edifício com o n.º 238 tem a cobertura protegida com uma estrutura metálica, situação idêntica à que acontece no n.º 290 da Avenida da Liberdade e n.º 18 da Praça Marquês de Pombal.

Dissertando acerca dos factores que levaram a este cenário, facilmente se estabelecem conexões entre a idade, a dimensão, a importância do edifício e as repercussões económicas, sociais e funcionais que mais recentemente se têm vindo a reflectir, do último quartel do século XX até à presente data. A passagem do tempo denuncia, como é evidente, uma maior necessidade de manutenção do edifício. Não admira, portanto, que os indícios de deterioração dos imóveis sejam visíveis naqueles que surgiram em época inicial da construção da Avenida, apresentando os mais recentes um estado de conservação bastante satisfatório.

A dimensão do edifício e/ou a sua importância no contexto do património da cidade, são condições que levam a um maior cuidado na sua conservação. Os imóveis classificados como Monumento Nacional ou de Interesse Público, mostram um estado que se poderá considerar bom. Pudémos constatar que a sua volumetria permite, geralmente, a adaptação a novos usos e que a importância dos edifícios suscita alguns cuidados na sua preservação. Nos edifícios classificados no âmbito da ZEPAL, apenas encontramos necessidade de conservação mais urgente na fachada do edifício neo-árabe, onde se denota falta de limpeza, alguma degradação das caixilharias e necessidade de recuperação dos vitrais dos vãos (fig. 135).

É de notar que, apesar de serem em número reduzido, existem exemplos de edifícios aos quais foi atribuído um de valor de conjunto, que foram recuperados mantendo as suas características iniciais, tendo em conta que alguns casos apresentam uma ligeira subida da cêrcea. Como exemplo, podemos salientar os prédios com os n.ºs 59 a 61, 65 a 67, 135 a 151 e 224 (figs. 136 a 139).

A diversidade da Avenida também se reflecte ao nível da maior ou menor preservação dos imóveis. A falta de um plano geral para a conservação e recuperação dos seus edifícios deixa ao critério dos particulares a decisão sobre as intervenções no edificado. Daí o panorama encontrado, onde não se poderá confirmar a existência de conjuntos em melhor ou pior estado, mas sim falar sobre a construção individual, em si, não obstante as características comuns que se possam detectar em relação a casos idênticos.

Se ao longo da Avenida da Liberdade a imagem da manutenção dos edifícios se define individual e aleatória, nas áreas imediatamente envolventes à artéria são bastante evidentes as diferenças do estado de conservação geral entre várias zonas específicas.

Analisando o edificado em termos das áreas circundantes aos conjuntos definidos no Capítulo V desta dissertação, verificamos que as zonas agregadas aos conjuntos n.ºs 1 a 6 e 10 a 15 se apresentam mais degradadas do que as envolventes aos restantes conjuntos onde, na generalidade, o estado de manutenção é bastante satisfatório. Aqui é notória a discrepância entre o tecido urbano existente à época de construção da Avenida, correspondente aos conjuntos citados, e os bairros Camões e Barata Salgueiro. Se tomarmos como exemplo a relação entre a Rua Rodrigues Sampaio e as ruas de São José e Santa Marta, facilmente percebemos as diferenças que ocorrem entre elas. A Rua Rodrigues Sampaio, pertencente ao Bairro Camões, pelo seu desenho e época de construção, reúne condições para aparentar um melhor conservação do seu edificado do que as outras artérias. O seu traçado – recto e de perfil bastante largo para uma rua secundária –, a largura média da parcela fundiária

e a cércea , viabilizam a construção de maiores volumetrias, possibilitando a criação de edifícios melhor adaptados às necessidades actuais que, por seu lado, rentabilizam ainda mais o investimento na construção. Por outro lado, sendo o Bairro Camões um produto do traço de Ressano Garcia e, portanto, de época relativamente recente e posterior à abertura da Avenida, a exposição aos factores temporais tem sido menor o que consubstancia uma menor necessidade de manutenção dos edifícios. É também de salientar que, as características do local não o sujeitam a critérios e legislação rigorosos, no que respeita à preservação do património arquitectónico, o que facilita a demolição e substituição de imóveis, contribuindo para o bom estado de conservação observado. Um dos edifícios em pior situação corresponde ao que tem frente para a Avenida da Liberdade com o n.º 238 que, como foi acima mencionado, encontra-se em estado de degradação bastante avançado, provavelmente à espera de uma intervenção mais arrojada, no sentido de uma maior volumetria, tanto em altura, como na ocupação do logradouro, ainda existente (fig. 140).

As ruas de São José e Santa Marta encontram-se próximo do topo sul da Rua Rodrigues Sampaio, desenham um percurso parcialmente paralelo àquela artéria e situam-se delimitam os quarteirões imediatamente a nascente. No entanto, como componentes do eixo viário antecedente à construção da Avenida²⁶², apresentam uma realidade bastante diferente daquela que acima enunciámos. Constituídas por um traçado estreito e algo sinuoso, dificilmente permite subidas de cércea ou volumetrias tão grandes como as da Rua Rodrigues Sampaio, até porque a dimensão das parcelas não o permite. Pela idade do eixo viário, as construções que o foram delimitando também são de época muito anterior às que acima analisámos, o que ocasiona maiores dificuldades de manutenção. O local aqui analisado reveste-se, assim, dos problemas inerentes a muitos dos núcleos históricos, problemas esses muitas vezes ligados às questões económicas, quer por falta de condições dos proprietários dos imóveis, quer pelo desinteresse dos investidores à pouca rentabilização tirada de intervenções nestes espaços, até porque estas poderão sujeitar-se a maiores condicionalismos legais que derivam dos mecanismos de protecção patrimonial.

Da comparação entre as áreas envolventes descritas e a Avenida da Liberdade, concluímos que esta, em termos de conservação do património edificado, se identifica mais com o panorama existente nos bairros projectados por Ressano Garcia. Deste modo, os conjuntos que delimitam os bairros anteriores à construção da artéria oitocentista, formam uma espécie de “fachada falsa”, que encobre uma realidade bastante diversa. Em alguns casos, o mau estado de conservação de alguns dos edifícios de esquina da Avenida com as suas perpendiculares, prenuncia a situação do tecido urbano adjacente. Em relação a este assunto, reparámos no caso do imóvel com o n.º 49 da Rua das Pretas e no edifício n.º 28 a 34 da Avenida e n.º 8 a 11 do Largo da Anunciada. (figs. 141 e 142).

²⁶² Trata-se do eixo constituído pelas ruas das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de Santa Marta e de São José, que descrevemos mais detalhadamente no Capítulo IV desta dissertação.

6.4.2 – Sobreposição de épocas de construção – intervenções no edificado

Pelos estudos que temos efectuado ao longo desta dissertação, sabemos que, se algumas das obras realizadas em períodos posteriores contribuíram para a dignificação e valorização do património construído da artéria oitocentista, outras houve que consubstanciaram a sua descaracterização. É ainda um facto que foi nas décadas de 60 a 80 do século XX que apareceram, em maior número, as construções que mudaram a face do local, alterando-lhe a escala, a volumetria, o conceito estético e a imagem.

Os anos 90 trouxeram uma tomada de consciência acerca das intervenções altamente especulativas que se realizaram nas décadas anteriores, sem ter sido conseguido um verdadeiro plano de recuperação e salvaguarda que, dos pontos de vista urbanístico, arquitectónico e legal travasse esta tendência com eficácia²⁶³. Contudo, as operações urbanísticas realizadas nesta década revestiram-se de um carácter diverso das anteriores, revelando um maior cuidado com o existente, o que não impediu o aparecimento de algumas situações divergentes do contexto inicial da artéria. Vamos aqui esboçar o cenário das intervenções mais recentes ocorridas neste espaço, o que nos leva a tirar algumas conclusões acerca do modo actual de olhar a sobreposição ou o convívio entre épocas na arquitectura de um espaço urbano como o da Avenida da Liberdade.

Os edifícios sítos nos n.º de polícia 43 a 57, 106 a 142, 127 a 131, 198 a 200, 239 e o que torneja, a norte, com a Rua da Conceição da Glória (n.º 69 da Avenida da Liberdade), caracterizam-se como edificações recentes, que emergiram após a demolição das suas antecedentes. Do resultado final, em termos arquitectónicos, encontrámos alguns exemplos que mostram uma intenção de reminiscência de uma imagem anterior, bem como casos em que se verificou uma ruptura total com os antecedentes e com a envolvente.

Em termos do desenho das fachadas, nomeadamente, no que respeita à forma e ritmo dos vãos e à hierarquia dos seus componentes, alguns dos edifícios acima mencionados aludem claramente às linhas dos imóveis que caracterizaram a época inicial da Avenida da Liberdade, estabelecendo uma continuidade com o edificado original através da sua imagem exterior. Salientamos os casos dos edifícios com os n.º 43 a 57, 198 a 200 e o que torneja com a Rua Conceição da Glória.

Pese embora esta intenção de integração da arquitectura actual nos conceitos que levaram à imagem da avenida de Oitocentos, verificou-se a presença de alguns factores que contribuíram para o distanciamento desta artéria de algumas das suas características iniciais e da relação com a envolvente. O impacto da volumetria na relação com as colinas é bastante evidente no edifício com os n.º 43 a 57. Não tendo havido um aumento substancial de cêrcea, a sua situação (esquina sul da Travessa da Glória) e a comparação com a volumetria do prédio de rendimento n.º 59 a 61, promove ainda mais o efeito de barreira visual que faz com a envolvente colinar. Este efeito ainda é mais salientado pelo facto da cor aplicada realçar bastante o

²⁶³ Como já referimos, o instrumento de planeamento realizado mais recentemente, o PUALZE, ainda não se encontra legalmente eficaz.

edifício, em detrimento de um diálogo equilibrado entre o elemento e o tecido urbano no qual se insere. Salientamos ainda o facto das preocupações de integração de que falámos acima não se estenderem à da preservação dos logradouros, tal como constatámos pelo prédio n.º198 a 200, para o qual a substituição de imóveis proporcionou a impermeabilização total do espaço posterior.

Se as construções a que aludimos nos parágrafos anteriores demonstram uma certa integração no contexto envolvente, o mesmo não aconteceu com a edificação de alguns d'ós imóveis mais recentes da Avenida. Com efeito, a sua imagem e volumetria, não coincide com aqueles objectivos e as demolições de prédios de rendimento existentes, de época inicial, resultaram na sua substituição por intervenções que, sem qualquer intenção de avaliação da qualidade arquitectónica do objecto em si, não parecem enquadrar-se em qualquer conceito que se insira no “espírito” da artéria oitocentista. Destes exemplos encontrámos os prédios com os n.º 106, 108 a 134, 127 a 129, 239 e 241 a 245, que prolongaram o espírito das décadas de 60 a 80 do século XX, impondo edifícios volumétrica e esteticamente desligados da artéria oitocentista. O imóvel com o n.º 127 a 129, recentemente intervencionado e que se caracteriza por avançar os pisos superiores ao rés-do-chão segundo um plano oblíquo vem, em nossa opinião, quebrar o alinhamento proposto por Ressano Garcia e que tem vindo a ser respeitado, apesar de tudo. Os elementos avançados não deturpam a visualização do traçado inicial, pois assumem o seu carácter de volume adicional, contrariamente a esta forma aparentemente “subtil” de ganhar área ao domínio público e que desvia visualmente o observador do alinhamento, até aqui respeitado, da Avenida (fig. 143). O aumento de volumetria verificado com a edificação das construções com os n.º 239 e 241 a 245, não nos parece criar importantes barreiras visuais, dado que a sua envolvente – proximidade da Praça do Marquês de Pombal e do Plano de Carlos Ramos -, oferece características morfológicas bastante diversas daquelas que se encontram mais a sul, encontrando-se também inseridos numa área urbana de desenho mais recente, que permite uma maior subida de cêrcea.

Outra situação encontrada nas mais recentes intervenções no edificado da Avenida da Liberdade, consistiu no aproveitamento de uma parte da fachada do existente como mero elemento decorativo, que funciona como que uma espécie de justificação para a demolição quase integral da construção antecedente. É uma forma de se afirmar que não se demoliu o edifício, mas manteve-se uma herança, considerada muitas vezes como o único elemento de qualidade arquitectónico-artística e que vale a pena manter. Facilmente nos apercebemos que, neste tipo de operações, o elemento arquitectónico nunca é visto no seu todo e na sua relação com o conjunto. Não vislumbramos grandes diferenças entre este tipo de intervenção e aquelas que acima mencionámos. A diferença é que, neste caso, existe um receio de assumir a total demolição do edifício existente, podendo-se afirmar que houve uma “reabilitação” do imóvel. Os casos mais significativos deste tipo de obras, encontrámos no edifício ainda em fase de construção com o n.º 246 a 254, no qual a fachada antecedente se “cola” a uma imensidão de vidro; no edifício “Tivoli Fórum” em que, de um resquício do alçado anterior emerge uma volumetria gigantesca; no

antigo Cinema Éden, cuja fachada aparece como um cenário de uma peça de teatro há muito desaparecida e esquecida.

Das operações urbanísticas realizadas recentemente, encontrámos também aquelas que o aumento verificado na cércea, não implicou a alteração da imagem original. Mantendo apenas o invólucro do edifício ou preservando também o seu conteúdo, este tipo de obra mostra uma preocupação na recuperação do património do local, aliando-o à rentabilização económica, sempre pretendida pelos promotores do empreendimento.

6.5 - Propostas para a reabilitação e requalificação da Avenida da Liberdade

As propostas que aqui apresentamos como contributo para a salvaguarda da área urbana definida pela Avenida da Liberdade apresentam três componentes principais: as componentes arquitectónica, urbanística e de qualidade ambiental.

Resultando da interligação entre os temas investigados e estudados nos capítulos anteriores, analisaremos os conjuntos edificados apresentados no capítulo V do ponto de vista da conservação e recuperação do património, tendo em consideração duas fases urbanas fundamentais: o tecido urbano pré e pós Avenida, de que extensamente falámos no Capítulo IV da presente dissertação. Desta análise tiraremos algumas conclusões, focando vários aspectos a considerar, como sejam, os materiais de construção e revestimento, a importância da cor nos edifícios, a volumetria e o desenho de fachada e os seus critérios de ritmo e forma.

Da abordagem estritamente arquitectónica partiremos para o estudo da relação de cada unidade de referência, que designámos por “conjuntos edificados”, com as suas próximas ou semelhantes, ampliando os conceitos para o quarteirão e finalmente, articularemos estes conjuntos com a malha urbana, sobre a qual se verifica uma maior inter-relação. Estabeleceremos limites e salientaremos os valores visuais, bem como a articulação com os factores históricos, enunciados nos capítulos I e II.

Da intervenção do arquitecto abordaremos algumas questões: Deverão ser seguidos critérios homogéneos para todo o edificado da artéria? Será que isso não representa uma contrariedade em relação ao “espírito” da criação da Avenida?

Se o traçado viário da avenida provém do modelo haussmanniano, as controvérsias em torno do prolongamento do seu eixo, bem como a própria “vocação” para o traçado por parte de Ressano Garcia, levaram à inexistência de um modelo arquitectónico definido, contrariamente ao que aconteceu em Paris. Mas não terá sido essa falta de modelo que caracterizou a originalidade da avenida, apesar de ter veiculado algumas consequências negativas, nomeadamente, uma maior permissibilidade no aparecimento de intervenções menos criteriosas? O carácter da avenida não estará também na sua heterogeneidade arquitectónica?

Mesmo em termos de vivência urbana há uma clara distinção entre a área a sul da rua do Salitre e a que se encontra a norte. Com efeito, se a norte se sente a completa terciarização do tecido urbano, a zona de serviços “das 9.00h às 17.00h”, a

sul ainda se sente a influência dos espaços de lazer e divertimento, a escala humana, a historicidade. A sul do Salitre voltamos ao passado, a norte rumamos aos fenómenos urbanísticos mais recentes.

Feito o quadro que acima propomos, há que contextualizar a salvaguarda do património arquitectónico e urbano da Avenida da Liberdade na qualidade ambiental desta artéria e zona envolvente. Tomando em consideração que a conservação e revitalização do património edificado é, em si própria, uma componente da qualidade ambiental, há que revelar a sua interacção com os outros elementos, salientando o papel da arquitectura nos padrões qualitativos da cidade.

6.5.1 – Proposta 1: A salvaguarda do conjunto arquitectónico

Os estudos efectuados ao edificado da Avenida da Liberdade, articulados com a apreensão dos conceitos gerais relativos à salvaguarda e conservação do património construído, levaram-nos a tecer algumas considerações acerca da protecção dos elementos arquitectónicos desta artéria. Reflectindo sobre a análise realizada às unidades de referência urbana, que designámos por “conjuntos”, extraímos vários aspectos que considerámos relevante delinear, no âmbito dos contributos que pretendemos prestar à protecção deste núcleo da cidade de Lisboa e que adiante sistematizaremos.

A ARTICULAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE ESTABELECEM OS LIMITES DA AVENIDA

A diversidade dos edifícios componentes do conjunto n.º 1, não evidencia completamente a sua função de “pórtico” sul da Avenida da Liberdade, dado que a sua existência não nasceu de uma intenção para tal e, por conseguinte, não existe um destaque e uma uniformidade das construções, de modo a vincular esse efeito de término. Contudo, há aspectos que marcam o remate, contribuindo para que os edifícios em causa estabeleçam um claro limite sul da artéria. São eles a sua perpendicularidade em relação aos imóveis que compõem o arruamento, o estreitamento que originam na largura da via e o equilíbrio verificado entre as cêrceas (fig. 144).

Assim, dada a consolidação dos imóveis existentes, preconizam-se as acções de conservação do edificado para o término sul da Avenida.

A norte, as recentes intervenções de ampliação do Hotel Fénix, no lado poente da Praça Marquês de Pombal, vêm concluir a uniformização deste limite circular da artéria oitocentista, por via do plano de Carlos Ramos. A idade recente dos edifícios prevê apenas a sua regular manutenção.

RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO SEM ALTERAÇÃO DE FACHADA, CONTEÚDO E VOLMETRIA

Nestes parâmetros estão incluídos os imóveis e os conjuntos classificados que, pela sua qualidade arquitectónica e protecção em termos legais, possuem mecanismos próprios de salvaguarda.

Contudo, outros há que, o seu valor de conjunto leva a que sejam mantidos de modo a que se mantenham as relações com os que lhes estão contíguos. Acontece, por exemplo, com os imóveis situados no conjunto n.º 6, com os n.º de polícia 158 a 164, cuja manutenção, principalmente de volumetria e cércea é essencial para que os edifícios do Hotel Victória e Casa Lambertini, ambos classificados e contíguos aos mencionados, não fiquem definitivamente subjugados perante as volumetrias, bastante superiores, que lhes estão próximas (edifícios “Tivoli Fórum” e n.º 144 a 156 da Avenida da Liberdade).

Também é importante a relação estabelecida na Praça dos Restauradores, entre os prédios que se encontram entre o Hotel “Avenida Palace” e o “Éden-Teatro” e os que se encontram no outro lado da praça, pertencentes ao conjunto inventariado de prédios de rendimento – Praça dos Restauradores, n.º65-80, Rua do Jardim do Regedor, n.º 34-46²⁶⁴. Entre eles existe uma marcada horizontalidade e uma semelhança de ritmos, volumetrias e frente de rua, que contribuem para definir o carácter do local onde se inserem.

As propostas de recuperação e conservação a que nos referimos neste ponto, não constam apenas do invólucro do edifício. Tal como mencionámos, intervenções recentes, como aquelas que ocorreram no Éden-Teatro ou no Hotel Liz (por via da construção do Tivoli Fórum), que trataram os imóveis como simples fachadas, desprovidas de conteúdo²⁶⁵, põem em causa as noções de autenticidade, quando se trata de operar em obras de valor patrimonial.

ALTERAÇÃO DE CÉRCEAS E VOLUMETRIAS

Os prédios inseridos nos conjuntos n.º 9 e 20 expressam uma articulação com a realidade da Praça Marquês de Pombal e com o plano do arquitecto Carlos Ramos. A envolvente ao edificado já não assenta nas áreas colinares adjacentes aos grupos situados na parte sul da Avenida, sendo constituída pelos bairros planeados por Ressano Garcia. Assim, e dado que as transformações arquitectónicas e urbanísticas operadas na última metade do século XX já se encontram suficientemente consolidadas para alterar o cariz deste local, o maior nivelamento de cérceas, enquadrando-as com os edifícios mais recentes, poderá ser uma solução adequada, que conduz a uma imagem mais uniforme, tal como o é a da envolvente à Praça Marquês de Pombal.

Poderemos considerar como excepção a esta ideia o caso do edifício de gaveto (n.º 270 da Avenida da Liberdade)²⁶⁶, onde a manutenção da sua imagem e volumetria será justificada pela qualidade arquitectónica do imóvel, bem como pela valorização assim possível, do edifício do jornal “Diário de Notícias”, apesar da ruptura criada na transição para a imagem da Praça Marquês de Pombal.

²⁶⁴ Este conjunto integra a lista do Inventário Municipal do Património, consignada no Plano Director Municipal de Lisboa, conforme lista anexa.

²⁶⁵ Françoise Choay, refere-se a este tipo de intervenções como uma «concha esvaziada do seu conteúdo por “limpeza”».

Cf. CHOAY, Françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Editions du Seuil, 1992, p. 165.

Ao nível do conjunto n.º 20, o edifício que corresponde ao n.º 247 da Avenida da Liberdade é o único que ainda mantém as suas características iniciais. Tendo em consideração o dado adquirido em que consistem as alterações ocorridas no restante agregado, parece-nos que o nivelamento de cêrceas em relação aos seus contíguos não irá prejudicar o conjunto, dado que o mesmo tende para a uniformização, sem prejuízo da sua envolvente.

A subida da cêrcea da obra sita no n.º 159 da Avenida, acompanhada de um projecto de arquitectura que contemplasse uma relação coerente com o espaço construído envolvente iria, certamente, beneficiar e dignificar o conjunto onde se insere.

UNIDADE E DIVERSIDADE

A autonomia com que cada objecto arquitectónico se introduz no contexto urbanístico levou a que, da análise às unidades de referência, se entendesse a predominância da unidade ou da diversidade em cada uma, avaliando as suas causas e os seus efeitos. Foi deste modo que se compreendeu até que ponto estes dois factores contribuíram, ou não, para a valorização do conjunto edificado.

Caracterizado pela diversidade estilística e temporal, o conjunto n.º 3 mantém o nível de cêrcea, ao contrário do que acontece com a ocupação do lote, onde o edifício dos Correios evidencia uma supremacia, relativamente aos restantes imóveis. Este é um dos exemplos em que a heterogeneidade arquitectónica marca o carácter da Avenida e que importa manter. Exemplos semelhantes observaram-se nos conjuntos n.º 11, 12 e 13, nos quais só o edifício contíguo ao “Palladium” (Avenida da Liberdade, n.º 1 a 7, pertencente ao conjunto n.º 11), vem destruir a sequência diversa mas unitária dos imóveis, introduzindo-lhe um elemento arquitectónico dissonante.

A análise ao conjunto n.º 5 levou-nos a constatar que, ao contrário da situação averiguada nos exemplos anteriores, a diversidade deste grupo também deriva do facto de ter sido amplamente sujeito a intervenções arquitectónicas, causadoras de sérias rupturas no tecido envolvente.

A convivência de volumetrias dissonantes, inseridas em época posterior à inicial, com o edificado existente, parece-nos um dos problemas mais difíceis de solucionar no âmbito da salvaguarda do património arquitectónico. Em nossa opinião, a proposta ideal implicaria a demolição dos edifícios com os n.º 36 a 40 e a elevação de novas construções com a diminuição da cêrcea e uma linguagem arquitectónica que permitisse a idealização de uma estrutura fundiária composta por parcelas mais estreitas e em maior número, tal como as suas contíguas, não esquecendo o reaparecimento dos logradouros com solos permeáveis e espécies vegetais.

A dificuldade da realização da proposta supra leva-nos a uma alternativa, que defende a manutenção das construções “sobreviventes”, evitando um nivelamento das cêrceas que apenas venha contemplar o acréscimo de pisos sem considerar a relação de vistas a partir da envolvente, nomeadamente da encosta do Torel ou a diversidade característica da Avenida da Liberdade. Assim, torna-se necessária a manutenção e urgente recuperação de alguns edifícios, principalmente aqueles que

rematam os cruzamentos com a Rua das Pretas e o Largo da Anunciada. É de ter em atenção que a possibilidade do aumento de cêrcea do imóvel que faz esquina com a Rua das Pretas a importante relação com a encosta envolvente, que ainda se preserva e que o edifício que esquina a norte já destruiu pela sua excessiva volumetria²⁶⁷.

No conjunto n.º 6 também são encontradas várias situações de ruptura, tendo em consideração a agravante de, nesta unidade, se encontrarem exemplos de arquitectura de grande qualidade, classificados, como é o caso do Tivoli, do Hotel Victória e da Casa Lambertini.

A situação que apresentam os conjuntos n.º 17, 18 e 19 revela uma sequência entre inicial e posterior, já que esta divide os conjuntos na sua metade. O convívio entre novo e velho é notório e a sua diversidade deriva das interferências das linguagens recentes num tecido urbano de características diversas.

Se, nas situações supra, mencionámos casos de diversidade arquitectónica, que importa manter ou diluir, outros conjuntos exibem uma unidade no seu relacionamento, de grande relevância na manutenção do “espírito” da Avenida.

Ao nível do conjunto n.º 2 importa preservar a aparente unidade dos imóveis com os n.º de polícia 64 a 74 da Praça dos Restauradores e que correspondem edificado que ainda subsiste da época do Passeio Público. Constatámos que os dois edifícios apresentam uma marcada horizontalidade, que importa manter. Pese embora o imóvel da Pensão Imperial (Praça dos Restauradores, n.º 76 a 80) contrastar com os acima identificados, mantém uma unidade de cêrcea e uma estreita relação com o edifício que se situa na Rua Jardim do Regedor, n.º 37 a 45: as fachadas em azulejo, a interpretação dos últimos pisos, o desenho dos vãos e a volumetria denunciam uma cumplicidade de época e estilo.

Na unidade de referência n.º 4, a diferença de linguagem arquitectónica do antigo cinema Condes face aos seus contíguos, não lhe altera a imagem uniforme, devido à relação de cêrceas estabelecida, bem como o facto de representar uma pequena parcela encostada a outras de frente bastante larga. A importância de imóveis, tais como, o Palácio Almedina ou o Condes, no âmbito do panorama edificado da Avenida da Liberdade e tendo em consideração que os imóveis contíguos completam ou enquadram os acima referidos, leva a uma proposta de conservação e salvaguarda das componentes arquitectónicas do conjunto n.º 4.

A recente recuperação do cinema Condes que, tal como demonstramos em fotos, apresentava um evidente estado de degradação, veio solucionar um problema que se afigurava urgente. Como acima referimos, a actual intervenção visou a substituição da função de cinema para a instalação de um restaurante (Hard Rock Café) e pisos de escritórios no edifício, tendo sido mantidos os alçados e, ao nível da volumetria apenas foi acrescentado um pequeno corpo em estrutura metálica e vidro na cobertura.

Os conjuntos n.º 9, 20 e 21 patenteiam uma imagem unitária derivada, como já dissemos, da sua localização, em malha urbana de traçado novo e pelo facto de terem sido completamente intervencionados em época posterior à do início da construção da Avenida.

²⁶⁷ Veja-se o que referimos sobre esta situação no capítulo V deste estudo.

REVESTIMENTOS E CORES

A diversidade do edificado da Avenida da Liberdade é, igualmente, caracterizada pelos seus revestimentos e cores. Nas construções mais antigas, o lioz aparece como revestimento base, estando presente nos socos, nos cunhais, nas molduras dos vãos e em algumas paredes. É complementado pelos paramentos revestidos a pintura e azulejo, das mais variadas cores e padrões.

Esta multiplicidade foi acentuada pelas operações urbanísticas mais recentes, onde a falta de planos reguladores permitiu a introdução de um maior número de materiais e cores.

A adopção das cores a utilizar no edificado pode ser de grande importância no relacionamento entre o edifício e os seus contíguos ou entre a área que o envolve. Por exemplo, no edifício “Avenida Palace” a fachada foi recentemente pintada de uma cor mais forte do que a anterior, o que lhe proporciona um maior destaque e enquadra na sua função de remate. A construção oposta, pelas características do seu revestimento (cantaria), dificilmente conseguirá uma tonalidade mais acentuada do que a cor neutra que actualmente a compõe.

No conjunto n.º 2 a tonalidade suave dos actuais revestimentos dos imóveis do tempo do Passeio Público, torna-se interessante pelo contraste que faz com o edifício sul do conjunto (edifício da Pensão Imperial), o qual exhibe um revestimento em azulejo, de cor mais forte.

É ainda de acautelar a aplicação de tons fortes em construções de esquina, quando se pretende que se estabeleça uma relação estreita da artéria com o espaço colinar envolvente. No caso do edifício com os n.º 41 a 59 da Avenida da Liberdade, a cor marca o imóvel e, aliada à larga frente de rua e à cércea, confere-lhe um aspecto de muro destacado e encobridor da envolvente.

REMOÇÃO DE ELEMENTOS ACESSÓRIOS DISSONANTES E REMODELAÇÃO DE PISOS TÉRREOS

Uma das acções mais descaracterizadoras da zona urbana em estudo, nomeadamente no edificado da Praça dos Restauradores e início da Avenida da Liberdade²⁶⁸, consiste na colocação de elementos acessórios, do género letreiros publicitários, e na transformação danosa dos pisos térreos para adaptação à actividade comercial.

Nestes termos, exemplificamos a situação encontrada no conjunto n.º 1, no qual um dos principais problemas que se coloca, quer a nascente, quer a poente, centra-se nos elementos acessórios que constituem dissonâncias no contexto do tecido em que se encontram. Referimo-nos, essencialmente, aos anúncios publicitários, a aparelhos visíveis de ar condicionado e às intervenções ao nível dos pisos térreos para criação de montras comerciais, pelo que, há que ter em consideração a remoção e eventual substituição deste elementos acessórios dissonantes, por forma a integrá-los no tecido urbano e contribuir para uma maior qualidade ambiental do sítio.

²⁶⁸ Incide, essencialmente, nos conjuntos n.º 1 a 4 e 10 a 12.

Tal como enunciámos para o conjunto antecedente, a intervenções na segunda e na décima unidade de referência, deverão preconizar a conservação dos imóveis e a retirada dos elementos acessórios dissonantes. Chamamos também a atenção para a necessidade de remodelação dos pisos térreos que, com a criação de grandes montras comerciais e introdução de materiais de revestimento dissonantes, vieram descaracterizar as construções existentes. É de salientar que a função comercial poderá ser melhor adaptada às actuais exigências com a valorização e integração nos edifícios onde se inserem, especialmente se os mesmos pertencerem a área de valor patrimonial reconhecido.²⁶⁹

6.5.2 – Proposta 2: A articulação entre conjuntos edificados

Partindo das propostas apresentadas para as unidades de referência urbana, importa agora proceder à realização de propostas de âmbito mais geral que advêm da apreensão das relações existentes entre os conjuntos em estudo. Assim, tal como acima referimos, vamos paulatinamente criando conceitos mais abrangentes da área urbana definida pela Avenida da Liberdade, no sentido de um contributo geral de salvaguarda desta artéria lisboeta.

Iniciando a nossa abordagem da Praça dos Restauradores, verificámos a importante articulação estabelecida entre o conjunto n.º 1 e os conjuntos n.º 2 e 10. No conjunto n.º 1, o imóvel adossado ao edifício de remate (Rua Jardim do Regedor, n.º 37 a 45), baixa a sua cêrcea em relação a este, estabelecendo um acompanhamento do declive da rua, bem como com as construções que lhe são contíguas na Rua Jardim do Regedor e com o imóvel da Pensão Imperial. A ponte, o imóvel “Avenida Palace” esquina com o seu confinante - pertencente ao grupo n.º 10 - de um modo pacífico e diluído, tal como acima focámos. Deste modo, torna-se importante a manutenção destas interligações urbanas, nomeadamente através da utilização de materiais de construção e revestimento adequados e conservação das cêrceas e volumetrias existentes, de modo a manter as continuidades registadas.

A intersecção da Avenida da Liberdade com a Rua dos Condes revela uma estreita relação entre os imóveis que compõem as esquinas, abrangendo os conjuntos n.º 3 e 4. Com efeito, não obstante as diferenças encontradas entre os dois edifícios, ao nível arquitectónico, a dobragem feita por ambos processa-se de forma idêntica – em curva, encimada por pequenos torreões -, sendo também evidente o nivelamento das cêrceas. Para além da manutenção volumétrica das construções, uma maior unidade cromática poderia, em nossa opinião, estabelecer uma relação visual mais evidente. (fig. 145)

Situação semelhante à supracitada ocorre entre os conjuntos 4 e 5, na junção com o Largo da Anunciada. Vistos do Largo para a Avenida, os dois edifícios de esquina estreitam a passagem com a via oitocentista numa relação de simetria, fechando o largo. Apesar dos imóveis apresentarem claras diferenças arquitectónicas

²⁶⁹ Veja-se o caso da intervenção das lojas “Ayer” ou “Armani”, que mantiveram a integridade arquitectónica dos edifícios sem descuidar a função comercial de qualidade.

entre eles (ao conjunto n.º 4 pertence o edifício da EPAL e no grupo seguinte está um prédio de rendimento em estado de degradação bastante avançado), julgamos que a aplicação de cores idênticas em ambos, bem como a recuperação do imóvel do conjunto n.º 5 sem o aumento da cércea, poderá estabelecer um maior efeito de limite físico do Largo da Anunciada.

Outra situação que registámos refere-se a uma cadência existente nos topos norte dos grupos n.º 7 e 8, que são rematados por edifícios estilística e temporalmente bastante análogos. A recuperação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.º 240 (conjunto n.º 8), mantendo as suas características iniciais e cor de revestimento igual ou idêntica à do que se localiza no n.º 220 (conjunto n.º 7), constituirá mais um passo para o enriquecimento das relações visuais existentes na artéria em estudo. (figs. 146 e 147)

Com as alterações que as intervenções de finais do século XX trouxeram à fisionomia da Avenida, criaram-se novas relações entre conjuntos edificados. É bastante perceptível a ligação que existe entre os conjuntos n.º 9 e n.º 20 onde é notória a já aludida afinidade com o plano da Praça Marquês de Pombal.

A leitura dos grupos n.º 17, 18 e 19, evidencia a leitura de um perfil constituído por “altos e baixos”, detectada pela distribuição dos imóveis mais recentes, de volumetria e cércea substancialmente maiores, em contraste com as mais antigas, que se desenvolvem com tamanhos muito mais moderados. Perante este cenário, somos de opinião que a excessividade dos volumes de finais do século XX – e tomando-os como facto consumado – não poderá servir de razão para a subida da cércea dos imóveis que lhes estão apostos. A diversidade característica da Avenida da Liberdade comporta a cadência encontrada entre estes três conjuntos e o acréscimo em altura dos edifícios mais baixos, iria condenar a relação deste troço da artéria com a sua envolvente, nomeadamente com o seu sistema de vistas, já bastante condicionado pelas construções mais altas (figs. 148 e 149). De notar ainda, que os edifícios do “Hotel Veneza” e do “Ministério das Obras Públicas”, ambos pertencentes ao conjunto n.º 17, estão classificados pelo Inventário Municipal do Património²⁷⁰.

Da articulação entre conjuntos edificados, há ainda a salientar as diferenças de imagem entre os grupos situados a sul e os que se localizam a norte do eixo transversal Rua do Salitre – Rua das Pretas, nomeadamente no que respeita à modulação parcelar, à volumetria e às influências históricas a que já nos referimos ao longo desta dissertação. É ainda de salientar que a imagem do edificado existente na Praça dos Restauradores, embora se insira na imagem dos grupos situados a sul deste eixo transversal, evidencia uma maior monumentalidade devido à existência de um maior número de tipologias de palácio, de onde salientamos o Palácio Foz. É o resultado de reminiscências passadas, de uma herança anterior à própria Avenida da Liberdade.

²⁷⁰ Conforme consta da lista do Inventário Municipal do Património, a qual anexamos.

6.5.3 - Proposta 3: O traçado e a envolvente

A manutenção do plano de Ressano é de importância inegável, já que os perfis apresentados em articulação com o desenho dos quarteirões adjacentes constituem, com o traçado do eixo principal, os elementos fundamentais e representativos do projecto oitocentista e, conseqüentemente, da globalidade do tecido urbano da Avenida da Liberdade. Ao seguir o alinhamento dos limites este-oeste do Passeio Público, numa adaptação à malha urbana existente, não foi possível aos planeadores desta artéria a criação de passeios laterais mais largos, dado que a intenção principal era a do estabelecimento de espaços verdes centrais que garantissem a ideia de jardim, de local de passeio e desfrute de elementos naturais e também manter a reminiscência romântica do Passeio que fora demolido. Deste modo, o perfil transversal deste *boulevard* caracteriza-se pela clara supremacia das placas centrais ajardinadas, em detrimento das áreas laterais, que apenas cumprem a função de circulação. Esta proporção confere-lhe o romantismo do passeio oitocentista, e também o desfogo das fachadas em relação às áreas verdes através da existência de um espaço vazio que permite uma maior visualização dessas fachadas, diminuindo a obstrução que os elementos vegetais poderão ocasionar.

A destruição desta proporção caracterizadora do perfil transversal, em desfavor das placas centrais ajardinadas, marcaria o fim de um dos elementos mais simbólicos e originais do conjunto urbano e identidade romântica que este espaço, apesar dos sucessivos ataques de que foi alvo, ainda detém. Salientamos também que uma alteração deste perfil iria implicar na destruição do desenho das calçadas que só poderia ser repostas se a largura dos passeios se mantivesse.

A salvaguarda das placas centrais desta artéria é, assim, essencial na preservação do seu espírito oitocentista e, conseqüentemente, do seu carácter. A solução entre a funcionalidade e dinâmica do comércio instalado na zona edificada, gerador de vitalização do espaço onde se insere e as áreas de circulação pedonal e acesso, terá de passar pela relação entre as placas centrais de verde urbano e os passeios laterais com a aplicação, na faixa rodoviária de lentos, de pavimentos que inibam a velocidade automóvel²⁷¹ e criação de maiores condições de atravessamento, quer entre as zonas centrais e laterais, quer entre os dois troços centrais.

Esta valorização terá também de ser complementada pela renovação dos equipamentos urbanos da zona ajardinada, que neste momento se encontram degradados e insuficientes.

Das propostas relativas à integração dos conjuntos edificados na sua envolvente, fizemos duas distinções que considerámos de importância assinalar: por um lado, a relação do edificado da Avenida com a envolvente colinar – a que aludimos no Capítulo V da presente dissertação –, por outro, a ligação à malha urbana adjacente que caracterizámos no Capítulo IV.

Das leituras de aproximação que elaborámos no capítulo anterior, percebemos a necessidade de se estabelecerem ligações entre a imagem do Vale da Avenida e a

²⁷¹ Neste campo, o PUALZE apresenta uma interessante proposta de colocação de paralelepípedos em calcário e basalto, nas faixas laterais rodoviárias, conforme foi exposto no ponto 3.4.2 desta dissertação.

área colinar circundante, propondo salvaguardar, tanto quanto possível, os aspectos que se relacionam com a sua morfologia, com o modo de crescimento e com a articulação, sobreposição e justaposição de malhas urbanas e que terão repercussões no sistema de vistas entre a Avenida e a sua envolvente.

A convivência da artéria oitocentista com as encostas nascente e poente depende, em muito, da modelação dos perfis dos imóveis e da sua consequente relação entre cheios e vazios. Por este motivo, a cércea adquire uma importância tão grande na área em estudo, pois o seu crescimento ou determina o encaixe no conjunto construído ou, pelo contrário, constitui uma barreira arquitectónica de obstrução ao campo visual a partir dos pontos de observação. Constatámos que as situações mais delicadas e a ter em consideração para as intervenções no edificado são aquelas que se localizam a sul das ruas do Salitre e das Pretas, onde a paisagem colinar se afirma de um modo mais evidente.

Os propósitos de articulação das linhas edificadas da Avenida da Liberdade com os volumes que compõem os quarteirões onde se inserem anunciam, de imediato, questões relacionadas com a continuidade ou descontinuidade formal e imagética. Dos estudos efectuados depreendemos que a avaliação das articulações entre as várias unidades²⁷² é fundamental para um contributo consciente na preservação do carácter desta artéria, bem como da sua área envolvente.

As condições e os critérios subjacentes ao planeamento e construção da Avenida da Liberdade, nem sempre permitiram que o seu edificado se articulasse de um modo contínuo com os seus quarteirões adjacentes. Contudo, é nossa opinião que este poderá constituir um factor de caracterização deste tecido urbano, no seu conjunto, tendo em conta que a diversidade é um dos aspectos mais significativos da área que nos propusemos analisar. O contraste entre a “imagem pitoresca” e a ortogonalidade resultante da justaposição entre os conjuntos n.º 2 e 3 e os quarteirões contíguos exprime o modo como ocorreu o crescimento desta área e como se estabeleceu o seu desenvolvimento histórico-urbanístico, sendo a valorização deste contraste de grande importância na preservação dos aspectos patrimoniais aqui mencionados.

Não menos significativos são os pontos de conflito resultantes da intersecção das malhas urbanas anterior e posterior à construção da Avenida.²⁷³ A imposição do traçado de Ressano Garcia sobre o existente, também se fez de focos de tensão e de problemas de difícil solução, que resultaram em situações que alteraram a lógica “normal” do desenho urbano, como aconteceu com o aparecimento de imóveis “ferro de engomar” ou de desnivelamento no cruzamento entre artérias, resolvido através da inserção de escadas. Estes focos de tensão dão a imagem do dinamismo de crescimento da cidade e, em alguns casos, até assumem um carácter simbólico. Com efeito, o estudo do conjunto n.º 15 e dos quarteirões que lhe estão contíguos congrega, numa pequena área, uma grande parte do que representa a Avenida da Liberdade e a sua zona envolvente: um prédio de rendimento, com perímetro triangular articula uma das artérias pré-existentes mais significativas – a Rua do

²⁷² Considerámos cada *unidade* como o conjunto edificado da Avenida e respectivo quarteirão adjacente.

²⁷³ Veja-se o estudo destes pontos de conflito no Capítulo IV desta dissertação.

Salitre – com a zona de expansão a norte, aquando da abertura da Avenida; outro imóvel, da mesma época (finais de oitocentos e inícios de novecentos) mas de carácter mais nobre²⁷⁴, marca, tal como o anterior, o advento do *boulevard* português mas relaciona-o com a anterior realidade. Este edifício estabelece igualmente uma charneira entre a Rua do Salitre, a Avenida da Liberdade e a entrada do Parque Mayer, um símbolo da feição lúdica que durante anos dinamizou esta zona.

Um caso oposto identifica-se no conjunto n.º 16 onde o edifício com o n.º 159, que faz esquina com a Travessa da Horta da Cera, necessita de uma resolução, já que a sua imagem e o seu deficit de cêrcea entram em desconformidade com o plano de fachada da Avenida.

No caso da esquina da Avenida da Liberdade com a Rua das Pretas (conjunto n.º 6), a descontinuidade verifica-se ao nível das cêrceas e da linguagem arquitectónica dos edifícios, com prejuízo significativo para a relação da artéria oitocentista com a encosta envolvente. Assim, consideramos que uma eventual intervenção no imóvel localizado no outro lado da esquina (prédio de rendimento com os n.º de polícia 102 a 106), que preveja uma continuidade entre cêrceas, irá prejudicar ainda mais essa relação envolvente, pelo que será preferível manter os aspectos divergentes actuais. É de salientar que este edifício pertence a um conjunto edificado classificado pelo Inventário Municipal do Património²⁷⁵.

Se até aqui, evocámos situações de diversidade existente ao longo da Avenida da Liberdade, passamos agora a salientar áreas que exprimem uma clara continuidade entre a artéria e os seus quarteirões adjacentes. No conjunto n.º 1, essa continuidade é uma realidade de manutenção que consideramos absolutamente necessária. O Hotel Avenida Palace, pese embora as diferenças de linguagem, articula-se com a sua contígua Estação do Rossio enquanto que, do outro lado, se verifica a já aludida sequência de linguagem e volumetria com os edifícios da Rua Jardim do Regedor.

É de salientar que a uniformidade é cada vez mais evidente, à medida que surge a aproximação à Praça Marquês de Pombal. A edificação mais recente e o menor encontro com tecidos urbanos pré-existentes permitiram estabelecer uma maior continuidade formal e volumétrica e de imagem nos edifícios. Destacam-se aqui as relações cenográficas denotadas nos cruzamentos da Avenida com o lado nascente das ruas Alexandre Herculano, Barata Salgueiro e Manuel de Jesus Coelho, os quais apresentam como pano de fundo conjuntos urbanos bastante diferenciados, numa harmonia de épocas e linguagens que revelam o natural crescimento da cidade.

Dos estudos efectuados depreendemos que esta articulação deverá estar em consonância com a linguagem que cada quarteirão exprime dentro do seu consolidado tecido urbano. Queremos com isto dizer que, se em algumas situações o edificado da artéria oitocentista deverá tender para a continuidade visual

²⁷⁴ Edifício pertencente ao consulado de Espanha, antiga casa de Lima Mayer, da autoria de Nicola Bigaglia, ao qual foi atribuído o primeiro Prémio Valmor, em 1903.

Cf. PEDREIRINHO, José Manuel, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

²⁷⁵ Conjunto de edifícios – Avenida da Liberdade, n.º 84-104, Rua das Pretas, n.º 1-49.

relativamente ao quarteirão, noutras, o carácter de ruptura existente deverá ser mantido e até valorizado.

Sobre este assunto, mais uma vez, se evidencia a divergência existente entre as malhas urbanas a norte e a sul do eixo transversal constituído pelas ruas do Salitre e das Pretas. Uma das junções mais contrastantes entre a linha de construção da Avenida da Liberdade e os seus quarteirões adjacentes, encontra-se na articulação entre os conjuntos n.ºs 2 e 3 e o “estilo pitoresco” do tecido contíguo, o qual colide com a ortogonalidade rigorosa dos edifícios da artéria oitocentista. O seu resultado, demonstra como a junção contrastante se poderá tornar num dos elementos fundamentais da caracterização da Avenida, na sua diversidade.

CONCLUSÃO

Inaugurada em 1886 e concluído o seu traçado em 1888, a Avenida da Liberdade representa o decidido crescimento de uma Lisboa burguesa e capitalista, com vontade de se igualar às grandes capitais europeias. A sua construção simbolizou o final da época romântica, com a demolição do Passeio Público, e despoletou novas energias que iriam expandir a cidade para norte, segundo uma planificação assente nos ideais de dois protagonistas: o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, José Gregório da Rosa Araújo, que demonstrou a vontade política e o Engenheiro-Chefe do município, Frederico Ressano Garcia, que foi o responsável pelos grandes traçados de final de Oitocentos.

A mudança definitiva da face de Lisboa inspira-se nos grandes traçados parisienses da segunda metade do século XIX, cujo grande impulsionador foi o Barão Haussmann, ao tempo, Presidente da Câmara Municipal de Paris. Estes traçados redesenharam a capital francesa numa complexa rede de grandes aberturas viárias, extensos *boulevards* acompanhados de faixas arborizadas, que conferiam à cidade as pretensões higienicistas, monumentais e de embelezamento, à custa da destruição do antecedente tecido urbano da época medieval.

A transposição do “espírito boulevardiano” para a capital portuguesa não constituiu uma simples imitação das operações executadas na sua congénere francesa, mas sim uma adaptação às condições físicas e sociais da realidade lisboeta. São vários os factores que influíram na feição própria que adquiriu a Avenida da Liberdade: o plano lisboeta foi elaborado noutro contexto, o qual não previa a alteração da cidade, mas sim a sua expansão, por isso, a artéria oitocentista não foi construída à custa da demolição de um tecido urbano antecedente. Pelo contrário, adaptou-se às circunstâncias existentes – por exemplo, a largura do Passeio Público -, prolongando-se através de áreas rurais. Por outro lado, o plano elaborado por Frederico Ressano Garcia, por opções estratégicas e financeiras e pela urgência da execução da ligação até ao Campo Grande, não se tratou de um plano arquitectónico, mas sim uma proposta urbanística o que, contrariamente ao que se passava com a rigidez decretada por Haussmann para o edificado, permitiu uma grande flexibilidade para as construções, por via da variedade de linguagens arquitectónicas, da diversidade das dimensões das parcelas e da convivência das várias tipologias edificatórias.

Pelo seu impacto, a Avenida da Liberdade tornou-se objecto de um vasto repertório de planos que, de acordo com a sua época e os seus autores, seguiam diversas linhas vocacionais. Mesmo antes da abertura da via oitocentista e após o terramoto de 1755, já se prenunciava o crescimento da cidade no sentido dos arrabaldes do norte. Com efeito, em 1756, Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Sebastião Poppe, os urbanistas do Marquês de Pombal, traçavam dois eixos estruturantes que, partindo da área da baixa lisboeta, se destinariam ao Campo Grande e à saída norte da capital. Cerca de cem anos mais tarde, em 1859 e no decurso de uma proposta política do vereador Júlio Máximo Pimentel à Câmara Municipal, Pedro José Pézerat, engenheiro civil ao serviço do município, propôs um

eixo viário que se iniciaria no Passeio Público e terminaria em Palhavã, passando pelas terras de Vale do Pereiro, onde actualmente se situa a Praça do Marquês de Pombal. Já na década de 40 do século XIX, o mesmo engenheiro havia proposto a construção de um *boulevard* e de um Bairro que ligaria a Praça da Alegria à Rua das Amoreiras.

Seria Domingos Parente da Silva, arquitecto da Câmara desde 1866, que teria lançado um contributo para a génese da Avenida ao traçar um plano para uma artéria que uniria o Passeio Público ao Campo Grande, dando corpo à proposta de Saraiva de Carvalho e Pereira de Miranda, apresentada à Câmara dos Deputados em 1874.

Mal se encontrava concretizada a Avenida da Liberdade - que não ligou directamente a Baixa ao Campo Grande, estagnando no Vale do Pereiro -, logo se pensou no seu prolongamento, o qual iria ser objecto de várias intenções que só terminariam em 1976. O primeiro defensor da ideia da extensão da artéria até à Penitenciária, subindo o actual Parque Eduardo VII, foi Miguel Pais, engenheiro militar que, entre 1885 e 1888 apresenta propostas de prolongamento da via, largamente criticadas na revista *O Occidente*. Nos anos vinte do século XX, Eugénio e Alberto Mac-Bride e Vicente de Freitas propõem o seguimento da Avenida até Palhavã e, ainda na mesma década, o arquitecto paisagista Forrestier levava-a até Carnide. Já na era do Estado Novo, o arquitecto Cristino da Silva lançou, durante os anos trinta, um plano de expansão e monumentalização do *boulevard* lisboeta. As últimas intenções de desenvolvimento da via oitocentista foram preconizadas no Plano Geral de Urbanização de Lisboa, de 1967 – 1976, o qual previa uma avenida de ligação rápida do Marquês de Pombal até Monsanto.

Para além do seu prolongamento, a Avenida da Liberdade tem sido objecto de outros estudos. Em 1906, Fialho de Almeida apresenta uma nova ideia que visa o seu engrandecimento artístico, estético e monumental, propondo a construção de palácios de cúpulas, torres e colunatas para a rotunda do Marquês de Pombal.

Na segunda metade do século XX, a Avenida apresenta-se de outros pontos de vista, que se materializam em dois planos de características bastante diversas: o Plano Morfológico e de Cérceas da Avenida da Liberdade, da autoria do arquitecto Pedro Vieira de Almeida, realizado em 1973, visava o controlo de cérceas e de volumes, numa perspectiva unitária do quarteirão e tenta promover o comércio de porta aberta, através da construção de galerias nos pisos inferiores dos edifícios. Previa também, o nivelamento das cérceas, bem como a criação de uma frente mínima de rua de 11 metros.

Vinte anos depois, em 1993, foi elaborado o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) que, após um período caracterizado por grande especulação imobiliária, com danos evidentes no edificado da Avenida, preconiza a sua salvaguarda e reabilitação do espaço urbano, entrando em articulação com os mecanismos legais de protecção do património arquitectónico, propondo várias acções de requalificação e regras para a construção. Este plano ainda não se encontra eficaz.

Face ao acima exposto, fica evidente que a construção da Avenida da Liberdade marca o fim de uma era na história da cidade e nos seus limites físicos, gerando influências em todo o tecido urbano envolvente, dado que constitui-se numa

estrutura de carácter primário, já herdada do Passeio Público, continuando nesse topo hierárquico. Com efeito, antes da sua abertura, era o jardim pombalino que formava o sistema principal desta área. Os eixos viários estabelecidos, no sentido norte-sul, pelas ruas das Portas de Santo Antão, da Anunciada, de São José e de Santa Marta e no sentido nascente-poente, pelas ruas do Salitre e das Pretas, completavam a estrutura principal da malha urbana precedente à Avenida da Liberdade.

Após um complicado processo de expropriações, a construção desta via veio alterar a hierarquia pré-existente, de tal modo que os anteriores eixos primários norte-sul e nascente-poente se transformaram em traçados de tipo secundário. Note-se que a implantação do desenho de Ressano Garcia, ocasionou a ruptura entre a Rua do Salitre e a Rua das Pretas, tornando aquela via numa espécie de “linha de costura”, que cose os tecidos urbanos pré e pós Avenida. Assim, Avenida da Liberdade desempenha ainda outro papel fundamental, como área de junção e charneira entre os tecidos urbanos de épocas diferentes, que constituem a sua zona envolvente: a nascente e a poente desta artéria, desenvolveu-se o aglomerado pré-pombalino e a sul, situa-se a baixa lisboeta do Marquês de Pombal.

Estabelecida a estrutura resultante da construção da Avenida, foram criadas novas relações com a zona envolvente. A centralidade do local e a sua permissividade face à multiplicidade arquitectónica, consubstanciaram o surgimento de constantes intervenções no espaço construído, de carácter substancialmente diferente daquelas que deram corpo inicial à artéria oitocentista.

No âmbito de uma visualização mais geral, o percurso efectuado por quatro pontos estratégicos – Alto do Parque Eduardo VII, Jardim de São Pedro de Alcântara, Jardim do Torel e Praça dos Restauradores -, demonstra a capacidade da Avenida em se articular com a sua envolvente, bem como as consequências advindas do estabelecimento da diversidade volumétrica. Se a observação a partir dos topos norte e sul permite a total percepção da artéria, bem como das suas faixas vegetais e de parte dos eixos viários que constituem a sua malha urbana, nos jardins românticos situados a nascente e a poente, a visualização da articulação da artéria com a sua envolvente colinar foi dificultada, em grande parte, por via da elevação das cérceas ocorrida por implantação de edifícios de época mais recente.

A articulação com o Parque Eduardo VII define uma relação de perspectiva, na qual a linha do horizonte tende para o infinito, adivinhando-se a tão questionada hipótese de prolongamento desta artéria. No entanto, a Avenida, que Eça denominou de “fôlego curto”, insere-se e limita-se entre as duas praças, situadas a sul e a norte do eixo principal e que simbolizam a reminiscência do Passeio Público (Praça dos Restauradores) e a Lisboa burguesa e capitalista (Praça Marquês de Pombal).

A análise ao edificado revela uma série de relações entre os prédios existentes, no que respeita a linguagens arquitectónicas, volumetrias, cérceas, dimensões de lote, tipologias, materiais e cores e que se tornam mais nítidas, se tomarmos um conjunto de edifícios pertencente a um quarteirão, como unidade de referência. A influência da “linha de costura” formada pela Rua do Salitre, ainda está bem patente no conjunto edificado da Avenida, que lhe define uma componente mais histórica, a sul e mais recente, a norte. Não obstante, cada unidade de referência oferece características próprias, de maior ou menor uniformização do espaço

construído, sendo visível em toda a artéria a convivência entre estilos, épocas e tipologias.

A articulação da componente edificada com outros elementos, reforça a ideia do dinamismo, miscigenação e mutação constantes da paisagem desta área urbana. As relações de perspectiva são variadas, desde aquelas que oferecem um alcance visual infinito, passando pela marcação clara do ponto de fuga, até ao bloqueio deste alcance visual através de barreiras. Estas são, na sua maioria, ocasionadas pelo edificado,²⁷⁶ mas os espaços vegetais centrais, perturbando a percepção dos dois lados da via, constituem obstáculos. Também se podem considerar barreiras aquelas que, não sendo visuais, provocam algum constrangimento no convívio com o espaço envolvente. Referimo-nos às dificuldades de atravessamento do traçado rodoviário principal.

Pese embora o traçado e o edificado constituam fortes elementos definidores da Avenida, o espaço verde central adquire, igualmente, grande relevância. Esta área vegetal consiste num dos elementos estruturantes do plano de Ressano Garcia, estabelecendo linhas de perspectiva, continuidade e barreira visual. A sua existência e a relação que mantém com as zonas verdes colinares, proporciona ao local uma importante componente estética e ambiental, dando um contributo para o controlo de poluição atmosférica no local e constituindo um elemento fundamental na caracterização da Avenida.

A importância adquirida pela Avenida da Liberdade no contexto da cidade de Lisboa, as intervenções descaracterizadoras de que foi objecto e a tomada de consciência desta artéria como elemento do património histórico, arquitectónico e urbanístico, verificada nos últimos anos, veio propiciar a criação de meios legais de protecção à zona em estudo. Através da Portaria n.º 526/96, de 1 de Outubro, é fixada a Zona Especial de Protecção à Avenida da Liberdade (ZEPAL), para além da classificação dos imóveis mais significativos pelo IPPAR e da integração destes e de outros de reconhecido interesse, no Inventário Municipal do Património que integrou o Plano Director Municipal de Lisboa, de 1994 e se articulou com o PUALZE.

Não sendo ainda efectiva a valorização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, em grande parte por falta de eficácia do plano supracitado, subsiste a necessidade da salvaguarda do mais importante tecido urbano oitocentista da cidade de Lisboa, tendo em conta vários parâmetros a considerar.

Assim, atendendo aos aspectos sociais e culturais, é de salientar que a Avenida foi e ainda é palco de grandes manifestações, desde o desfile do casamento do Rei D. Carlos com D. Amélia de Orleães em 1886²⁷⁶, das batalhas das flores ocorridas em finais do século passado²⁷⁷ e das marchas populares, até às manifestações políticas, paradas militares ou outro tipo de concentrações humanas. Para além do espaço desta via permitir a permanência de multidões, estas também são atraídas pela simbologia e pelo espírito do lugar. A crescente desvitalização da

²⁷⁶ Cf. CRISTINO, João, "A parada do dia 25 de Maio, na Avenida da Liberdade. O casamento de S.A. Real, o Príncipe D. Carlos", em *O Occidente*, Vol. IX, n.º 270, Lisboa, 21 de Junho de 1886, pp. 139-139.

²⁷⁷ 28 - Cf. JÚNIOR, Pereira, "A Batalha de Flores", em *O Occidente*, Vol. XXII, n.º 733, Lisboa, 1899, pp. 103-105.

Avenida da Liberdade poderá constituir um factor de dispersão humana, o que acontece quando as referências do local deixam de existir.

A preservação do traçado urbano de Ressano Garcia é fundamental na manutenção do espírito oitocentista da Avenida. Ele desenvolveu-se segundo os conceitos estéticos da época, estabelecendo um misto de continuação do Passeio Público e adaptação do *boulevard* francês à realidade portuguesa. Se se verificaram várias intervenções nesta artéria, ao nível do edificado, as especulações têm poupado o desenho viário e das placas centrais ajardinadas, até porque não oferecem perspectivas de lucro. A proporção entre a largura das faixas vegetais e as de rodagem foi determinada pelo autor do plano inicial e estabelece as relações de perspectiva e continuidade acima mencionadas e a sua alteração representaria um golpe fatal na caracterização da Avenida da Liberdade.

A evolução da malha urbana que envolve a Avenida da Liberdade é perceptível através da análise à dimensão dos lotes que se implantaram ao longo de todo o seu comprimento. Do lote de forma irregular e de frente estreita dos prédios de rendimento da época do Passeio Público, à parcela ortogonal, com uma frente de dimensão maior e mais aberta, correspondente às realizações de Ressano Garcia e Rosa Araújo, as divergências de forma e dimensão e o modo como se dispõem ao longo da artéria, são fortes indicadores de diferenças temporais, constituindo um dos factores da diversidade característica da Avenida.

As intervenções dos últimos anos, principalmente na área compreendida entre a Praça dos Restauradores e a Rua do Salitre, têm quebrado a continuidade evolutiva das parcelas fundiárias, resultando da junção de dois ou mais lotes e impondo uma volumetria dissonante em relação ao conjunto que a envolve. Deste modo, a salvaguarda da Avenida da Liberdade também passa pelo respeito à parcela original e à diversidade que ela proporciona.

A relação entre o vale da Avenida e as encostas, densamente edificadas, que o circundam é, naturalmente, uma das principais características deste lugar, pelo que se estabeleceu uma forte ligação entre as construções com frente para o *boulevard* e as que se estendem pelas colinas. Nesta ligação as cérceas dos edificios têm uma particular importância, podendo articular-se harmoniosamente com a sua envolvente ou, pelo contrário, criar barreiras visuais bastante prejudiciais para qualidade da paisagem urbana²⁷⁸.

Sob outro aspecto, a diversidade entre as alturas das construções da Avenida, proveniente da inexistência de um plano arquitectónico, criou uma particular dinâmica na silhueta do conjunto edificado, estabelecendo uma relação interessante de cheios e vazios ou aberturas para as encostas envolventes.

Nos últimos anos, a vocação tendencial das intervenções arquitectónicas na Avenida da Liberdade, tem sido a de criar alturas excessivas e muito discordantes do conjunto onde se inserem para posteriormente, se estabelecer uma uniformização das

²⁷⁸ Nas figuras, apresentamos vários exemplos da harmonia e das barreiras visuais criadas pelas cérceas das edificações. Salientamos que a excessiva altura dos edificios construídos nestes últimos anos, em conjunto com a abrangência de vários lotes por uma só construção e com uma tendencial uniformização destas cérceas, originou fenómenos de impacto visual extremamente negativos relativamente à paisagem urbana onde se implantaram os referidos edificios.

cérceas decorrente do acrescento de alguns pisos aos edifícios existentes, de modo que não ocorra um desfasamento entre as construções contíguas. Deste modo, promoveu-se uma situação inversa ao que seria normal, na qual, em vez da adaptação das novas intervenções ao tecido existente, este último terá de seguir as imposições mais recentes. Esta forma de actuação, ameaça os factores de diversidade e relação com a envolvente que, como já referimos, constituem as características fundamentais da Avenida oitocentista.

A construção da Avenida da Liberdade surgiu num momento histórico, no qual a sociedade portuguesa se revia, artística e arquitectonicamente, em ecletismos e revivalismos resultantes de uma falta de rigor na caracterização dos estilos do passado e de importações mal traduzidas²⁷⁹. Esta miscelânea de estilos poderá ser encarada numa perspectiva bastante positiva, pois reflecte a capacidade do conjunto urbano aceitar a pluralidade, sem perda do seu carácter, acentuando o dinamismo que lhe está subjacente. A coexistência das várias linguagens arquitectónicas é um factor a preservar, nas intervenções a realizar nesta artéria. Contudo, a diversidade destas linguagens, hoje em dia, pela vasta gama de materiais e possibilidades construtivas, leva a que nem mesmo o tecido urbano da Avenida da Liberdade, consiga aceitar uma parte delas, veiculando o aparecimento das dissonâncias.

A multiplicidade de aspectos que convergem para a Avenida da Liberdade é oriunda dos tempos da sua génese. A diversidade que a caracteriza é factor de originalidade e de permeabilidade a várias propostas, mesmo que assumam a sua época posterior. Por outro lado, o seu traçado inter-relaciona-se com os seus antecedentes e identifica a artéria com uma época específica, mantendo-lhe o seu espírito inicial e o seu conjunto edificado mantém vários elementos de grande qualidade arquitectónica e de valor como memória da história da cidade. Assim, consideramos de grande importância a revitalização e salvaguarda da Avenida da Liberdade, no seu todo, dado que resistiu à passagem do tempo e às intervenções que lhe tentaram subtrair algum do seu sentido.

²⁷⁹ Cf. RIO-CARVALHO, Manuel, "Revivalismos e ecletismos", em *História da Arte em Portugal - Do Romantismo ao fim do século*, Vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 11.

- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa,
 - *Planta Topographica da Cidade de Lisboa comprehendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte d'Alcantra, até ao Convento das Commendadeiras de Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio até ao Collegio dos Religiozos, escala 1:5000, 3.º quartel do século XVIII.*

- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações,
 - “Lisbon”, Planta da cidade de Lisboa assinada por J. Henshall, escala 1:5000, 1833.

- Arquivo Municipal do Arco do Cego,
 - FOLQUE, Filipe, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa levantada em 1856, 1857 e 1858 por ordem de Sua Majestade, sob a direcção do Conselheiro Filipe Folque, Brigadeiro Graduado do Exercito, Director Geral dos Trabalhos Geodésicos, Chorographicos e Hydrographicos do Reino, por Carlos Pézerat, Francisco Goullard e Cesar Goullard, 1859.*

 - “Prospecto que pretende apresentar José Joaquim de Barros, com o Lado do Nascente da Rua direita do Salitre, n.º 294 e 295”, Alçado n.º 6, 1845.

 - “Prospecto que pretende apresentar Joaquim Félix para o lado do Norte da Praça d’Alegria, n.º 54”, Alçado n.º 163, 1850.

 - “Planta junta ao parecer N.º 918 da comissão d’obras e melhoramentos municipaes”, escala 1:1000, Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa 20 de Maio de 1881, Cx. COMM3.

 - “Planta da propriedade de João Mendes Arnaut”, escala 1:1000, anexa ao parecer n.º 950 da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa 13 de Agosto de 1881, Cx. COMM3.

 - “Planta junta ao parecer N.º 977 da Comissão d’Obras e Melhoramentos Municipaes”, escala 1:1000, Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa 14 de Outubro de 1881, Cx. COMM3.

 - “Planta junta ao parecer n.º 1278 da Comissão d’obras e Melhoramentos Municipaes”, s/ escala, Repartição Technica da Camara Municipal de Lisboa 26 de Novembro de 1883, Cx. COMM5.

- “Planta junta ao parecer N.º 1455 da comissão de obras e melhoramentos municipaes, para expropriação do prédio pertencente a João Mendes Arnaut na rua do Salitre N.º 84 e 86, escala 1:1000, Repartição technica da Camara Municipal de Lisboa 27 de Janeiro de 1885, Cx. COMM6.
- Arquivo da Direcção Municipal de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Lisboa,
 - de GRÖER, Etienne, “Planta de ordenamento do Plano Director de Urbanização de Lisboa”, s/ escala, 1948.
 - “Levantamento Aerofotogramétrico”, escala 1:1000, actualizado em Outubro de 1998.
 - “Levantamento Aerofotogramétrico”, escala 1:5000, actualizado em Outubro de 1998.
 - PINTO, Júlio António Vieira da Silva, *Levantamento de Lisboa*, escala 1:1000, 1910.
 - Ortofotomapa da Cidade de Lisboa, actualizado em 2000.
 - “Planta da cidade com a delimitação das freguesias”, escala 1:5000, 1987.
 - “Plano Director”, planta de ordenamento, escala 1:50 000, 1976.
 - “Prolongamento da Avenida da Liberdade”, planta e pormenor sobre a Encosta de Campolide, em *Plano Geral de Urbanização de Lisboa*, 1967.
 - “Prolongamento da Avenida da Liberdade”, perspectiva, em *Plano Geral de Urbanização de Lisboa*, 1967.
- “Avenida da Liberdade – Estado actual das obras”, gravura de Alberto sg. Desenho do natural por J.Christino, em *O Occidente*, n.º 235, 1 de Julho de 1883.
- “Circo Price e casario envolvente, demolido para a abertura da Avenida da Liberdade, gravura de Caetano Alberto, em *O Occidente*, vol. 6.º, 1883.
- Esquema representativo do plano de expansão da cidade, da autoria de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Sebastião Poppe, em 1756, em *Arquitectura*, n.º 138, Setembro / Outubro de 1980, p. 41.

- Gabinete de Estudos Olisiponenses,
 - “Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios...”, assinada por Duarte José Fava, escala 1: 5000, 1807, publicada em 1833.
 - MILCENT, Francisco D., *Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785*, escala 1: 11700, 3.º quartel do século XVIII (planta n.º 1).
- “Lisboa – Estado actual das obras da Avenida da Liberdade”, gravura de Alberto sg. desenho do natural por A. Ramalho, em *O Occidente*, Outubro de 1881.
- O Passeio Público, litografia de Anunciação, em *O Panorama*, 1840.
- REIS, Carlos, “Retrato de Frederico Ressano Garcia”, óleo s/ tela, 64 x 82 cm.
- SILVA, Luís Cristino da,
 - Desenhos de perspectiva do eixo central do Parque Eduardo VII, constantes das propostas de prolongamento da Avenida da Liberdade, em *Arquitectura*, n.º 26, Lisboa, Dezembro de 1935, p. 71 e 72.
 - “Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII – perspectiva tomada a 500 metros de altura”, em *Arquitectura*, n.º 20, Lisboa, Agosto / Setembro de 1931, p. 71.

1. Fontes manuscritas

- Arquivo Municipal do Arco do Cego,
 - “123.^a Sessão da comissão de obras e melhoramentos municipaes”, em *Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 9 de Fevereiro de 1877.
 - “Parecer n.º 918”, proposta de expropriação de um terreno de casas sito na Rua do Salitre n.ºs 85 a 93, com frente também para a Travessa das Vacas, pertencente a Luís Jacinto Soares. Lisboa, 20 de Maio de 1881, Cx. - COMM3.
 - “Parecer n.º 949”, proposta de expropriação de uma propriedade sita na Rua do Salitre, n.º 31 a 35, pertencente a António de Mattos Antunes. Lisboa, 5 de Agosto de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 950”, referente ao acordo para expropriação de um prédio sito na Rua do Salitre, n.º 49, 51 e 53, pertencente a João Mendes Arnaut. Lisboa, 5 de Agosto de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 970”, proposta de expropriação de um prédio situado na Praça da Alegria, n.º 106, 107 e 108, propriedade de D. Maria das Dores de Freitas. Lisboa, 23 de Setembro de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 976”, referente ao acordo com a proprietária, para expropriação de um prédio sito na Rua do Salitre, 52, 54 e 56, pertencente a D. Justina Emília de Sousa Tavares Mascarenhas. Lisboa, 14 de Outubro de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 977”, referente ao acordo para expropriação, estabelecido com a proprietária de um terreno situado na Praça da Alegria, n.º 91 a 91, D. Maria Ignacia de Sousa Tavares Falcão. Lisboa, 14 de Outubro de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 985”, proposta de expropriação de um prédio sito na Rua do Salitre, n.º 58, 60 e 62, propriedade dos herdeiros de D. Maria do Laço Nogueira. Lisboa, 21 de Outubro de 1881, Cx. – COMM3.
 - “Parecer n.º 1061”, proposta para a expropriação por utilidade pública, de um terreno pertencente ao Marquês da Graciosa, sito no Pátio do

Geraldes, na parte confinante com a Rua do Vale do Pereiro. Lisboa, 17 de Abril de 1882, Cx. – COMM4.

- “Parecer n.º 1066”, referente à expropriação a efectuar numa propriedade sita na Rua do Salitre, n.º 25 a 29, pertencente a D. Guilhermina Carlota dos Santos. Lisboa, 24 de Abril de 1882, Cx. – COMM4.
 - “Parecer n.º 1067”, proposta de expropriação de um prédio sito na Rua do Salitre, n.º 61 a 69, pertencente a José Filippe de Barros. Lisboa, 24 de Abril de 1882, Cx. – COMM4.
 - “Parecer n.º 1209”, acordo entre a Câmara e os proprietários do prédio situado na Praça da Alegria, n.º 83 a 88, António José de Barros Vianna e mulher D. Maria d’Assis de Sousa Pinto de Barros Vianna e usufrutuária D Henriqueta Adelaide Loring Carrer de Castro Guedes, para a execução das obras necessárias para a concordância a estabelecer entre a Avenida da Liberdade e o futuro nível da mesma praça. Lisboa, 1 de Junho de 1886, Cx. – COMM4.
 - “Parecer n.º 1278”, proposta de expropriação de um prédio situado na Rua do Salitre, n.º 90, pertencente a Sebastião Verissimo Dias. Lisboa, 26 de Novembro de 1883. Cx. – COMM5.
 - “Parecer n.º 1349”, proposta de expropriação de parte da propriedade de Francisco Lopes da Cunha Pessoa, situada na Rua do Salitre, n.º 10 a 22. Lisboa, 23 de Junho de 1884, Cx. – COMM5.
 - “Parecer n.º 1455”, proposta de expropriação de um prédio sito na Rua do Salitre, n.º 84 a 86, pertencente a João Mendes Arnaut. Lisboa, 27 de Janeiro de 1885, Cx. – COMM6.
- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações,
 - Esclarecimentos de Frederico Ressano Garcia ao Ministério das Obras Públicas acerca da sua carreira como engenheiro, com a finalidade de habilitar o Governo a fixar a sua posição, Lisboa, 15 de Dezembro de 1875.

2. - Fontes impressas

- ALMEIDA, Pedro Vieira de, *Estudo Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973.
- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa,
 - Proposta do Presidente Júlio Pimentel para a abertura de uma rua larga ou *boulevard*, ou alameda, que parta do fundo do Passeio Público até S. Sebastião da Pedreira, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 3 de Junho de 1859, pp.322-323.
 - Proposta do Vereador Severo de Carvalho para a abertura de um grande arruamento, que compreenda desde o Passeio Público até S. Sebastião da Pedreira, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 5 de Março de 1863, pp. 1333-1334.
 - Proposta do Vereador Isidoro Vianna em relação à construção de uma avenida que partisse do Passeio do Rocio, até à estrada da Circunvalação, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 18 de Dezembro de 1873, pp. 1913-1914.
 - Proposta do Sr. Margiochi, também assinada pelos Srs. Presidente e Dr. Loureiro, com relação à abertura de uma grande artéria da Rua do Príncipe até S. Sebastião da Pedreira e barreiras da cidade, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 21 de Maio de 1874, p. 2085.
 - Proposta do Vereador Rodrigo Afonso Pequito, para que a Câmara delibere sobre a largura e forma da avenida projectada desde o Passeio do Rocio até às portas da cidade, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 12 de Outubro de 1877.
 - Parecer n.º 574, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 18 de Julho de 1879.
 - Parecer n.º 1139, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 7 de Dezembro de 1882, pp. 718 – 719.
 - Propostas dos Vereadores Manuel José d’Andrade e António Ignacio da Fonseca, para que a Câmara delibere sobre a proposta de Miguel Pais para o prolongamento da Avenida da Liberdade, em *Arquivo Municipal*, Sessão de Câmara de 8 de Outubro de 1885.

- “Plano Director Municipal de Lisboa”, Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/94, publicada em Diário da República – I Série-B, n.º 226, de 29 de Setembro de 1994.
- “Plano Geral de Urbanização de Lisboa”, Portaria n.º 274 / 77, de 19 de Maio.
- SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, *Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente*, Lisboa, Câmara Municipal, 1993.

3. - Publicações periódicas

- “100 anos do Monumento aos Restauradores”, em *Revista Municipal*, Ano XLVII, 2.ª série, n.º 17, Lisboa, Câmara Municipal, 3.º trimestre de 1986, pp. 53-59.
- “A transformação de Lisboa”, em *Novidades*, Lisboa, 25 de Junho de 1888.
- ALMEIDA, Fialho de, “Lisboa monumental”, *Ilustração Portuguesa*, II vol., Lisboa, 29 de Outubro de 1906.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Avenida da Liberdade. Plano Morfológico e Cérceas”, em, *Arquitectura*, n.º 139, Lisboa, Dezembro de 1980, pp. 61-78.
- “Avenida da Liberdade”, em *O Occidente*, 5.º Ano, Vol. V, n.º 127, Lisboa, 1 de Julho de 1882, pp. 145-147.
- “Câmara preserva a Avenida da Liberdade”, em *Revista Municipal*, Ano XLVII, 2.ª série, n.º 17, Lisboa, 3.º trimestre de 1986.
- CRISTINO, João, “A parada do dia 25 de Maio, na Avenida da Liberdade. O casamento de S.A. Real, o Príncipe D. Carlos”, em *O Occidente*, Vol. IX, n.º 270, Lisboa, 21 de Junho de 1886, pp. 139-139.
- “Faz hoje 50 anos que começou a construção da Avenida da Liberdade”, *Diário de Notícias* de 24 de Agosto de 1929.
- FERNANDES, José Manuel, “Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (Da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século vinte)”, *Arquitectura*, n.º 138, Setembro / Outubro de 1980, pp. 40-49.
- GANHADO, Jesuíno Artur, “O Passeio Público”, *Revista Municipal*,
 - n.º 27, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 4.º trimestre de 1945, pp. 13-17.

- n.º28 e 29, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1.º e 2.º trimestre de 1946, pp. 28-30.
- n.º 30 e 31, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3.º e 4.º trimestre de 1946, pp. 16-20.
- n.º 34, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3.º trimestre de 1947, pp. 47-49.
- GASPAR, Jorge, “A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa”, *Finisterra*, vol. XI, n.º 21, Lisboa, 1976, pp. 37 - 145.
- JÚNIOR, Pereira, “A Batalha de Flores”, em *O Occidente*, Vol. XXII, n.º 733, Lisboa, 1899, pp. 103-105.
- LAMAS, José, “Para que servem os planos? (A propósito do Plano Morfológico e de Cérceas da Av. da Liberdade) ”, em *Arquitectura*, n.º 139, Lisboa, Dezembro de 1980.
- “Lisboa e a sua Expansão - as “Plantas” da Cidade”, em *Revista Municipal*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal, 1.º trimestre de 1940, pp. 47 - 54.
- MARTINS, Francisco José Rocha, “Lisboa de ontem e de hoje, as duas estátuas fluviais da Avenida da Liberdade. Qual é o Tejo? Qual é o Douro? Existe realmente uma alegoria ao rio do Norte ou trata-se só do seu émulo do Sul?», em *Diário de Notícias*, 4 de Novembro de 1945.
- MONTÊZ, Paulino, “Estética cidadina, a Avenida da Liberdade”, em *Diário de Notícias*, 13 de Fevereiro de 1925.
- “Monumentos de Lisboa, Rosa Araújo”, em *Diário de Lisboa* de 15 de Novembro de 1962.
- PORTAS, Nuno,
 - “Cerdá e os traçados”, em *Arquitectura*, n.º 138, Lisboa, Setembro / Outubro de 1980.
 - “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, em *Sociedade e território*, Lisboa, Fevereiro de 1985.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, “O plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX”, em *Arquitectura*, n.º138, Lisboa, Setembro / Outubro de 1980, pp. 28-38.

- SABÓIA, S., “A Avenida da Liberdade era, há 40 anos, ponto de reunião da sociedade elegante lisboeta”, em *O Século*, 6 de Abril de 1940.
- SILVA, Luiz Cristino da,
 - “Parque Eduardo VII, A entrada monumental”, em *Arquitectura*, n.º 14, Lisboa, Novembro de 1928, pp. 212-214.
 - “Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII”, em *Arquitectura*, n.º 20, Lisboa, Agosto / Setembro de 1931, pp. 71-73.
 - “A entrada do Parque Mayer”, em *Arquitectura*, n.º 26, Lisboa, Dezembro de 1935, pp. 69-73.
- SOARES, Luís Bruno, “Sobre a estrutura urbana de Lisboa”, em *Arquitectura*, n.º 138, Lisboa, Setembro / Outubro de 1980.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro, “O Vale da Avenida da Liberdade”, em *Arquitectura*, n.º 139, Lisboa, Dezembro de 1980, pp. 79-81.
- “Um grande Parque moderno, o Parque Eduardo VII”, em *Arquitectura*, n.º 28, Lisboa, Fevereiro de 1936, pp. 26-29.
- “Uma grande Avenida moderna através do Parque Eduardo VII”, em *Arquitectura*, n.º 27, Janeiro de 1936, pp. 1-5.

4. - *Obras gerais*

- AGUIAR, José, “Planear e projectar a conservação da cor na cidade histórica: experiências havidas e problemas que subsistem, em *Actas do 3.º Encore – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 26 a 30 de Maio de 2003.
- ALFAIATE, Maria Teresa Amaro, *Sistematização da paisagem urbana. Sua contribuição nas opções metodológicas e programa do Plano Verde da cidade de Lisboa*, Lisboa, 1992. (Policopiado)
- ALMEIDA, Fialho de,
 - *Lisboa galante*, 2.ª edição, Porto, Ernesto Chadron, 1903.
 - *Os Gatos*, 2.ª edição, Vol. VI, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.
- ALMEIDA, Mário de, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, Rodrigues & C.ª, 1917.

- AMARAL, Francisco Keil do, *Lisboa, uma cidade em transformação*, Mem Martins, Europa-América, 1969.
- ANSAY, Pierre, SCHOONBRODT, René, *Penser la ville, choix de textes philosophiques*, Bruxelles, Ed. Archives d'Architecture Moderne, 1989.
- ARAÚJO, Norberto de,
 - *Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Casa Portuguesa, 1941.
 - *Peregrinações em Lisboa*, vol III, Livro XIV, Lisboa, 1938.
- Arquivo Municipal de Lisboa (organização), *Catálogo da exposição comemorativa dos 100 anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986) - Foi assim em 1886, 100 anos do Monumento aos Restauradores*, Lisboa - Palácio Galveias, 1 a 31 de Dezembro de 1986.
- AZEVEDO, Alfredo Vilar de, *Lisboa e os seus problemas*, Lisboa, 1971.
- BAPTISTA, António Alçada, *Um passeio por Lisboa*, Lisboa, 1989.
- BAIRRADA, Eduardo Martins, *Empedrados artísticos de Lisboa. A arte da calçada-mosaico*, Lisboa, 1985.
- BARATA-MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa, *Os engenheiros em Lisboa, urbanismo e arquitectura (1850-1930)*, Vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996 (Policopiado).
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, *Retrato da Lisboa popular 1900*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- BASTOS, Sousa, *Lisboa velha - sessenta anos de recordações (1859 a 1910)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.
- BERTRAND, M. J., LISTOWSKI, H., *Les places dans la ville. Les pratiques dans l'espace*, Paris, Dunod, 1984.
- BERTRAND, Michel Jean, *Architecture de l'habitat urbain. La maison, le quartier, la ville*, Paris, Dunod, 1980.
- *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 1.º vol., Verbo, Março de 1995.

- BRITO, Raquel Soeiro de, “Lisboa, esboço geográfico”, Separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, III série, n.º 82, 1976.
- BRITO, Gomes de, *Ruas de Lisboa*, Lisboa, Editora Sá da Costa, 1935.
- CALADO, Maria e outros (coordenação de), *Atlas de Lisboa. A cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa, Contexto, 1993.
- CAMPOS, Margarida Acciaioli de, *Os cinemas de Lisboa, fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, 1980.
- CÂNCIO, Francisco,
 - *Lisboa no tempo do Passeio Público*, Lisboa, 2 vols., Imprensa Barreiro, 1962-1963.
 - *Coisas e coisas de Lisboa antiga*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1951.
 - *Lisboa, tempos idos*, 2 vols., Lisboa, 1957-1958.
- “Carta de Veneza”, Maio de 1964, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, Ilha Terceira, 1986.
- CARS, Jean des, PINON, Pierre, *Paris - Haussmann*, Paris, Pavillon de L’Arsenal, Picard Editeur, 1991.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, Vol. X, Segunda parte, 2.ª edição, Lisboa, S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1937.
- Câmara Municipal de Lisboa, (coordenação de Maria Teresa Craveiro), *Carta do Património*, Lisboa, 1990 (policopiado).
- CHASTEL, André, *Architecture et patrimoine*, Paris, Imprimerie Nationale Editions, 1994.
- CHOAY, Françoise,
 - *L’allégorie du patrimoine*, Paris, Editions du Seuil, 1992.
 - *Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*, Paris, Editions du Seuil, 1965.
- COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura*, 1.º vol., Porto, Figueirinhas, 1984.

- CROIZÉ, Jean.Claude, FREY, Jean-Pierre, PINON, Pierre, *Recherches sur la typologie et les types architecturaux*, Paris, L'Harmattan, 1991.
- DANTAS, Júlio, *Lisboa dos nossos avós*, Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1966.
- DÉRENS, Jean, *À la découverte des plans de Paris du XVI^e au XVIII^e siècle*, catálogo de exposição, Bibliothèque Historique de la Ville de Paris - Salle d'Exposition, Paris, 14 de Junho a 25 de Setembro de 1994.
- DIAS, Marina Tavares,
 - *Lisboa desaparecida*, Lisboa, Quimera, 1987.
 - *Lisboa desaparecida*, Vol. II, Lisboa, Quimera, 1990.
 - *Lisboa desaparecida*, Vol. III, Lisboa, Quimera, 1992.
 - *Photographies de Lisboa 1900*, Lisboa, Quimera, 1989.
- DINIS, Alberto Calderon, *Tipos e factos de Lisboa do meu tempo*, Lisboa, D. Quixote, 1986.
- FERNANDES, José Manuel, *Lisboa. Arquitectura & Património*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1988.
- FERREIRA, Fátima Cordeiro G., CARVALHO, José Silva, PONTE, Teresa Nunes da (coordenação de), *Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.
- FRANÇA, José Augusto,
 - *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 Vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1966.
 - *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, 2.^a edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
 - *Inventário de edificios ou conjuntos de interesse municipal – histórico, arquitectónico e artístico*, trabalho realizado no âmbito do Plano Geral de Urbanização de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, 1967.
 - *Lisboa, urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

- “De Pombal do Fontismo”, em MOITA, Irisalva (coordenação de), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, 1994.
- FREIRE, João Paulo (Mário), *Lisboa do meu tempo e do passado, do Rocio à Rotunda*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1938.
- FREITAS, Vanda de (coordenação de), *Bibliografia sobre Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve história do urbanismo*, 2.^a edição, Lisboa, Presença (Colecção Dimensões), 1989.
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Lisboa e Eça de Queiroz*, Lisboa, Portugalíia, 1950.
- HUGO, Victor, *Os Miseráveis*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984.
- JACQUES, Annie, *Les dessins du XIX^e siècle*, Paris, Biblioteque de l’Image, 1995.
- JOKILEHTO, Jukka,
 - “Conservation Principles and Their Theoretical Background” , comunicação apresentada no Symposium Air Pollution and Conservation - Safeguarding our Architectural Heritage, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.
 - “Coments on a selection of Charters and Recomendations concerning the built heritage”, comunicação apresentada no Symposium Air Pollution and Conservation - Safeguarding our Architectural Heritage, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.
 - “Questions about ‘autenticity’ ”, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.
 - “Autenticity, a General Framework for the Concept”, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.
 - “Monitoring World Heritage Sites”, em *The Examination and Conservation of Architectural Surfaces*, ICCROM, Vienna, 1996.
- KRIER, Robert, *L’espace de la ville. Théorie et pratique*, Bruxelas, AAM editions, 1975.

- LEVY, Jean-Paul (coordenação), *Villes et territoires. La réhabilitation des quartiers anciens et de l'habitat existant*, Toulouse, PUM, 1990.
- *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1989.
- LOYER, François, *Paris XIX^e siècle. L'Immeuble et la rue*, Paris, Fernand Hazan, 1987.
- LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, 1.^a edição, Massachusetts, The Massachusetts Institute of Technology and the President and Fellows of Harvard College, 1960.
- MACHADO, António José P. Santos, *A unidade e multiplicidade do "espaço-rua" como suporte do crescimento*, Lisboa, 1993, (Policopiado).
- MACHADO, Júlio César, *Lisboa de hontem*, Lisboa, Empreza Litteraria, 1884.
- MARQUES, Maria da Conceição Oliveira, *O desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879 – 1938*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1967.
- MARTINS, Francisco José Rocha, *Lisboa de ontem e de hoje*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- MEYER-HEINE, George (coordenação de), *O Plano Director*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1967.
- MOITA, Irisalva (coordenação de), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, 1994.
- MONTÊZ, Paulino, *O prémio Valmor e a evolução da arquitectura*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1984.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, "Luogo e identità", *Centro Storico Restauro e Progetto*, Florença, Fondazioni Michlucci, 23 de Outubro de 1987.
- PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel, *Elements d'analyse urbaine*, Bruxelles, AAM Editions, 1980.
- PEDREIRINHO, José Manuel, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

- PEREIRA, Luz Valente, *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento / Acção da sua Reabilitação*, 2.ª edição, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1996.
- *Plano Estratégico - Plano Director Municipal. Objectivos, bases, metodologias e calendário*, Lisboa, Oficinas da Câmara Municipal de Lisboa, 1990.
- PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura*, 2 Vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1969.
- QUEIROZ, Eça, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- RAGON, Michel, *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes, 1. Idéologies e pionniers 1800-1910*, Paris, Casterman (Collection Points Essais), 1986.
- “Recomendação de Nairobi”, 30 de Novembro de 1976, em *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIV, Ilha Terceira, 1986.
- RIO-CARVALHO, Manuel, “Revivalismos e ecletismos”, em *História da Arte em Portugal - Do Romantismo ao fim do século*, Vol. 11, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 11-27.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, “Tradição, transição e mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista”, em *Boletim Cultural da Assembleia Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1979.
- SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção de), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1994.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do terramoto*, 4 Vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916-1933.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- VIEGAS, Inês Morais, TOJAL, Alexandre Arménio (coordenação), *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000.
- VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, 3 Vols., Fac. simile da colecção de 1904, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

5. - *Obras específicas*

- BARREIROS, Maria Helena, “Avenida da Liberdade”, em SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção de), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1994.
- Câmara Municipal de Lisboa, *Foi assim em 1886 - 100 anos do Monumento aos Restauradores*, catálogo da exposição comemorativa dos 100 anos do monumento aos Restauradores, Lisboa, Palácio Galveias, Dezembro de 1986.
- FERREIRA, Jorge Rodrigues, “O Passeio Público (1764 - 1889)”, em SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção de), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1994.
- MIGUEL, Maria do Céu, “Foz (Palácio)”, em SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção de), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1994.
- PAIS, Miguel Carlos Correia, *Melhoramentos de Lisboa, engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 2.º opúsculo, Lisboa, Typografia Universal, 1886.
- SILVA, Raquel Henriques da, “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade”, em MOITA, Irisalva (coordenação de), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Edições Livros Horizonte, 1994.

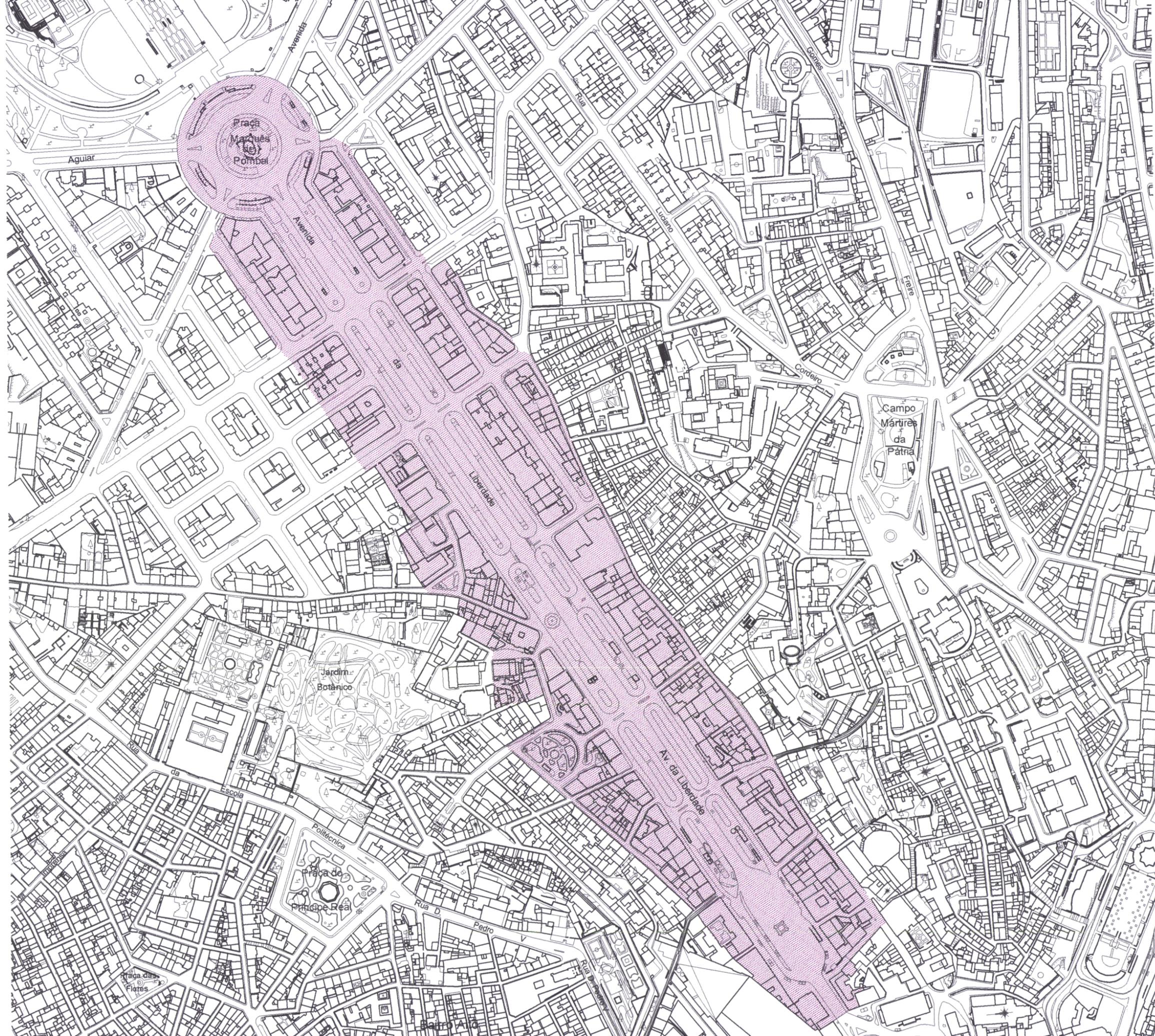


Fig. 1
Delimitação da área de estudo

CAPÍTULO I - Avenida da Liberdade – Ideias e concretização

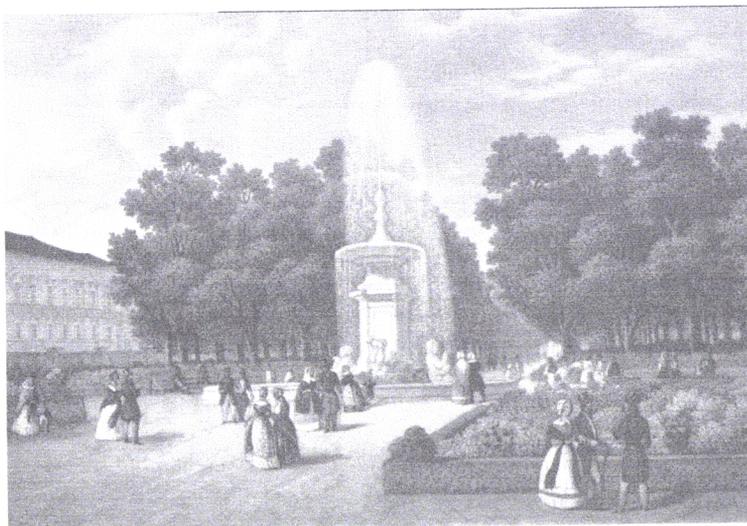


Fig. 2
O Passeio Público

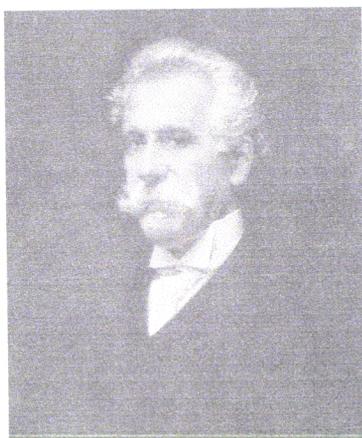


Fig. 3
Frederico Ressano
Garcia



Fig. 4
José Gregório da Rosa
Araújo



Fig. 5
As obras de construção
da Avenida da
Liberdade em 1882.



Fig. 6

Os trabalhos de construção da Avenida da Liberdade, em finais do século XIX, vistos de Vale do Pereiro.

CAPÍTULO II – A inspiração parisiense

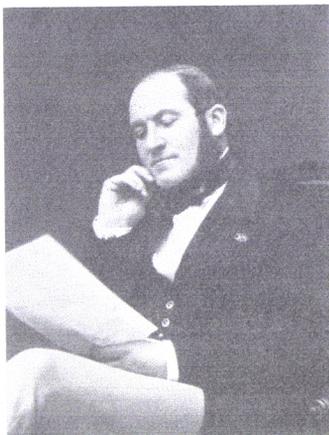


Fig. 7
George-Eugène
Haussmann, presidente da
Câmara de Paris entre
1853 e 1870.



Fig. 8
Rua Rivoli, em Paris

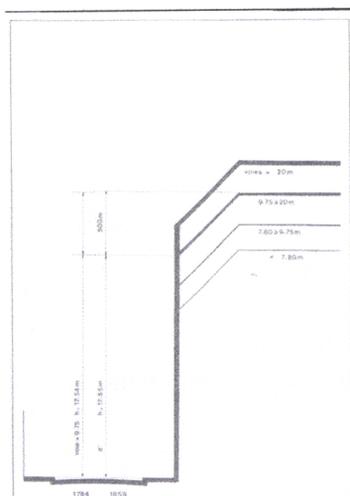


Fig. 9
Esquema da relação entre o
imóvel haussmanniano e a rua.



Fig. 10
Detalhe da fachada de um edifício no
Boulevard Saint Germain, em Paris



Fig. 11
Desenho de um pormenor de fachada de
um edifício haussmanniano.

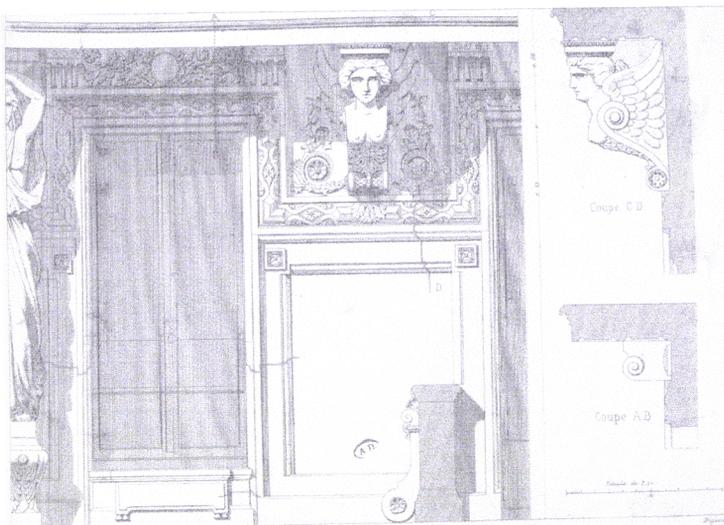


Fig. 12
 Detalhe construtivo de um
 imóvel na Rua Olivier, em Paris.
 1866.



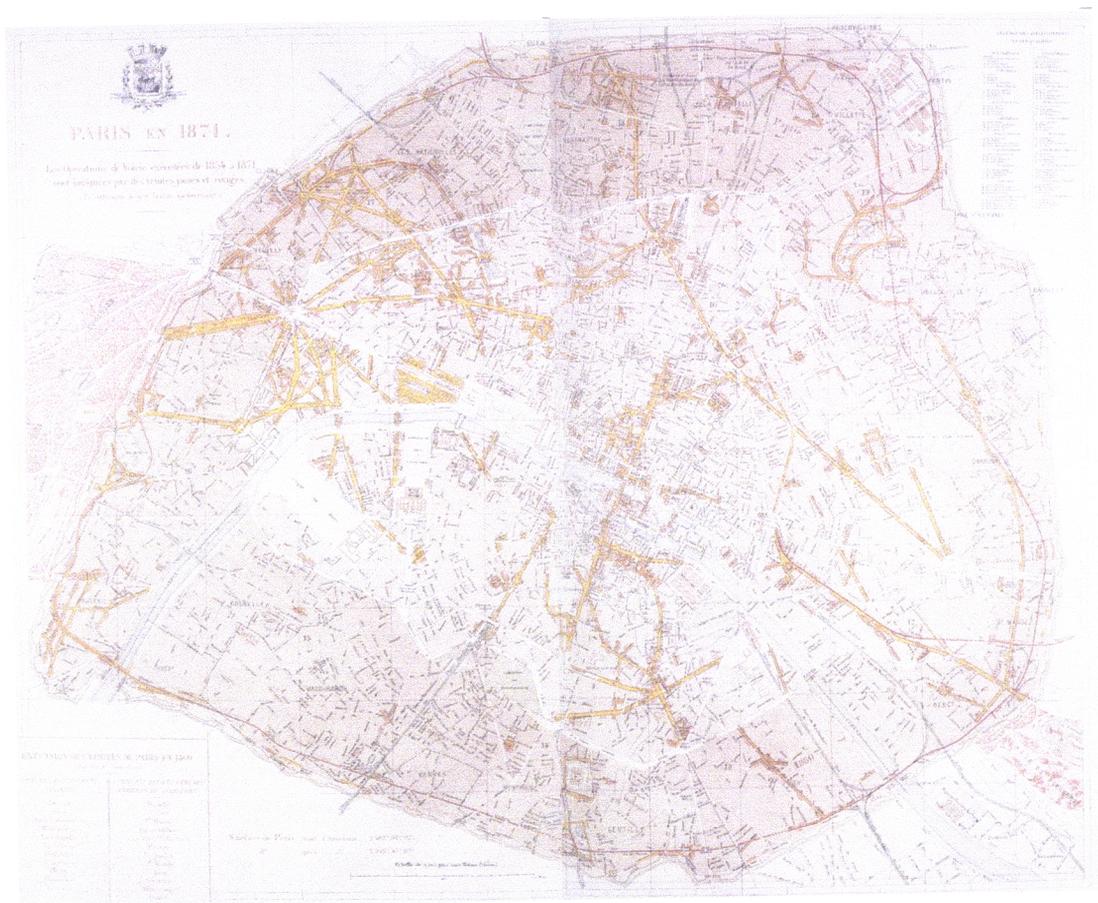
Fig. 13
 Vista da Ópera Garnier, através da Avenida da Ópera, em Paris.



Fig. 14
 Camille Pissarro, "A Avenida da Ópera: manhã
 com sol", 1898.



Fig. 15
 Camille Pissarro, "Boulevard Momartre: tarde de
 sol", 1897.



Figs. 16 e 17
Plantas da cidade de Paris, representando as aberturas realizadas na época de Haussmann.

PERFIS TRANSVERSAES
da Avenida da Liberdade
Escala de 1:200

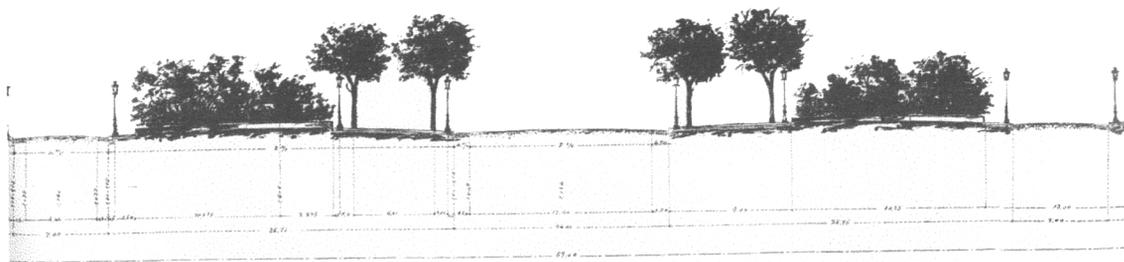


Fig. 18
Um dos perfis transversais da Avenida da Liberdade, constantes do plano de Ressano Garcia.

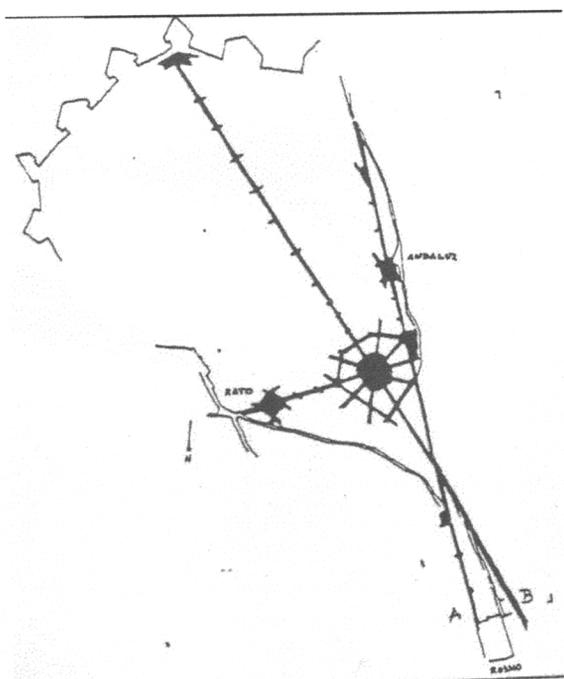


Fig. 19
Esquema representativo do plano de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Sebastião Poppe, de 1756.

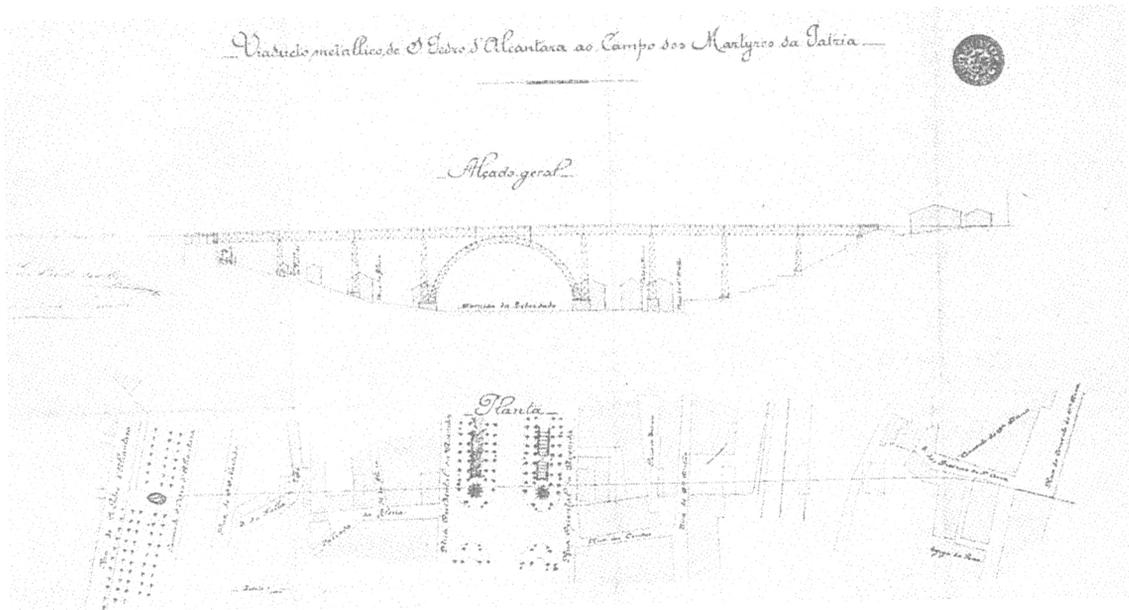


Fig. 20
 Projecto para um viaduto metálico de ligação de S. Pedro de Alcântara ao Campo Mártires da Pátria, passando sobre a Avenida da Liberdade, da autoria de Ressano Garcia.

Direcção Especial de Edifícios Públicos e Phareos. 3

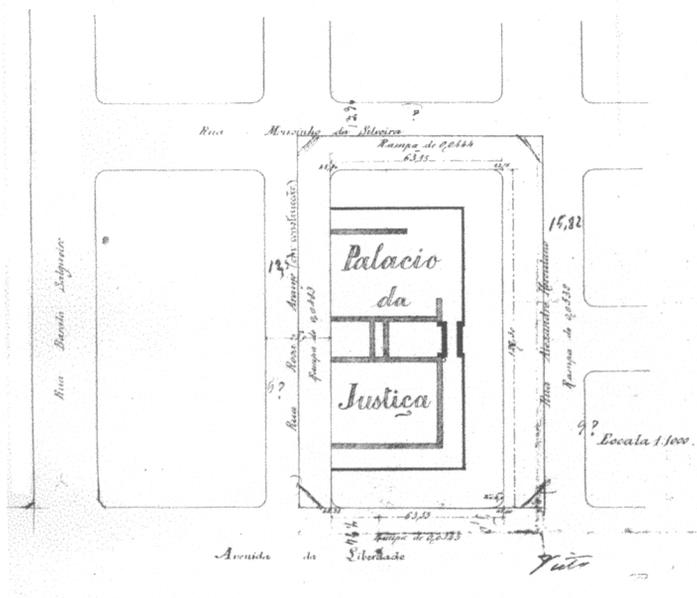


Fig. 21
 Projecto para um Palácio da Justiça, elaborado por Ressano Garcia, a localizar no quarteirão formado pela Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano, Rua Rosa Araújo e Rua Mouzinho da Silveira.

Miguel Carlos Correia Paes

MELHORAMENTOS DE LISBOA

ENGRANDECIMENTO
DA
AVENIDA DA LIBERDADE

2.º OPUSCULO



LISBOA
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL

(Imprensa da Casa Real)

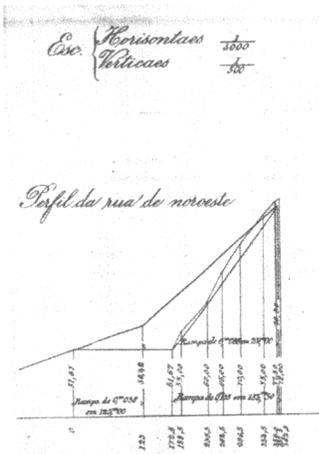
110, RUA DO QUARTEL DE NOTIZIAS, 110

1886



Fig. 22

Imagem da capa do 2.º opúsculo, da autoria de Miguel Pais, escrito acerca do engrandecimento da Avenida da Liberdade.



Estampa n.º 2

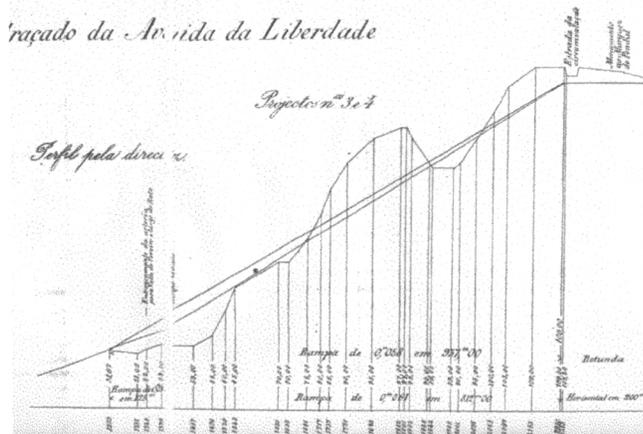


Fig. 23

Alguns dos perfis traçados por Miguel Pais nos seus estudos.

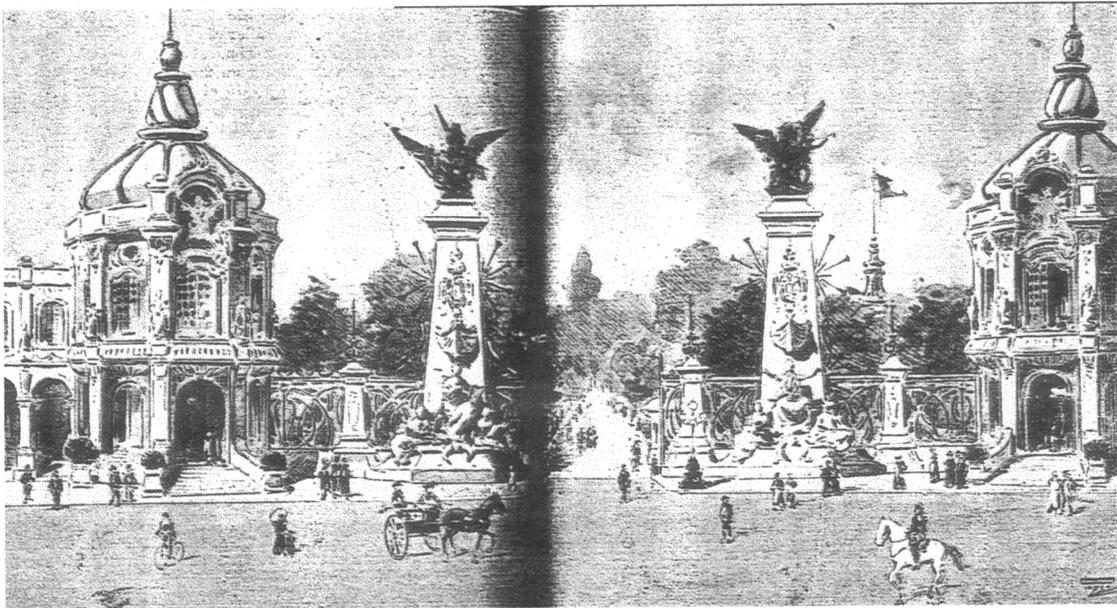


Fig. 25

As propostas de Fialho de Almeida para embelezamento da Avenida da Liberdade: entrada para o Parque Eduardo VII.

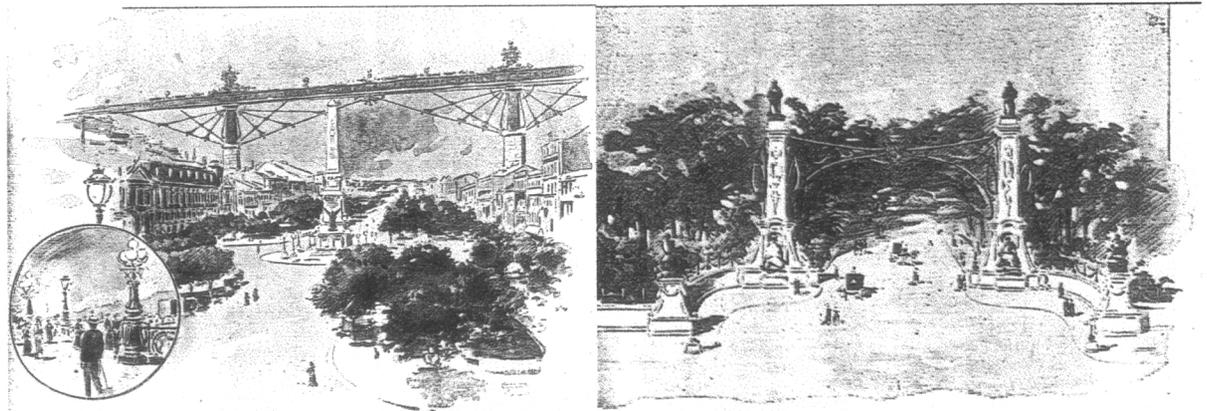


Fig. 26

Proposta de Fialho de Almeida para um viaduto entre S. Pedro de Alcântara e o Campo de Sant'Ana e para a comunicação entre os jardins da Escola Politécnica e a Avenida da Liberdade.



Fig. 27

O prolongamento da Avenida da Liberdade proposto por Eugénio e Alberto Mac-Bride e Vicente de Freitas.

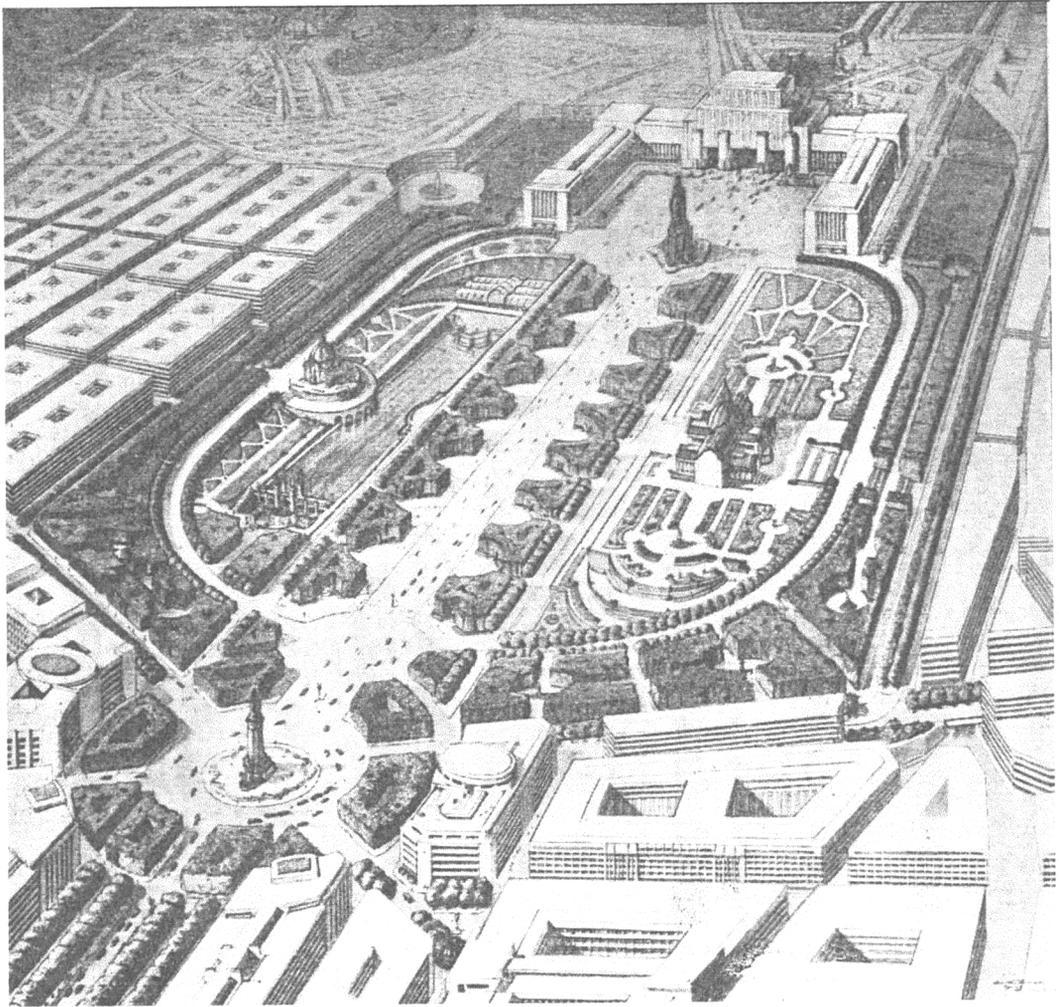
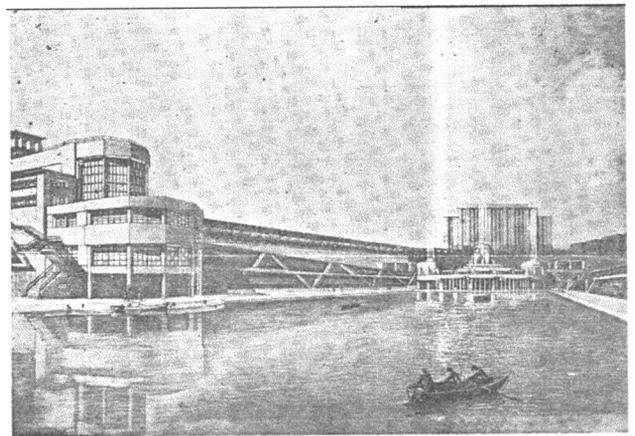
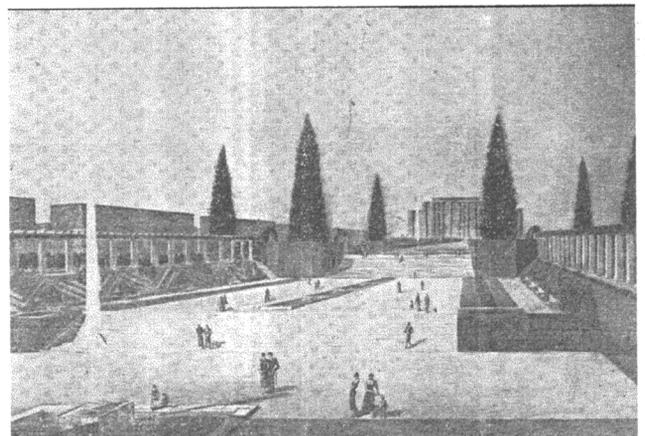


Fig. 28
 Plano de Cristino
 da Silva.
 Perspectiva tomada
 a 500 metros de
 altura. Proposta de
 1931.



Figs. 29 e 30
 Vistas do plano de
 Cristino da Silva
 decorrentes dos
 melhoramentos da
 proposta de 1931,
 concluídos em
 1936.



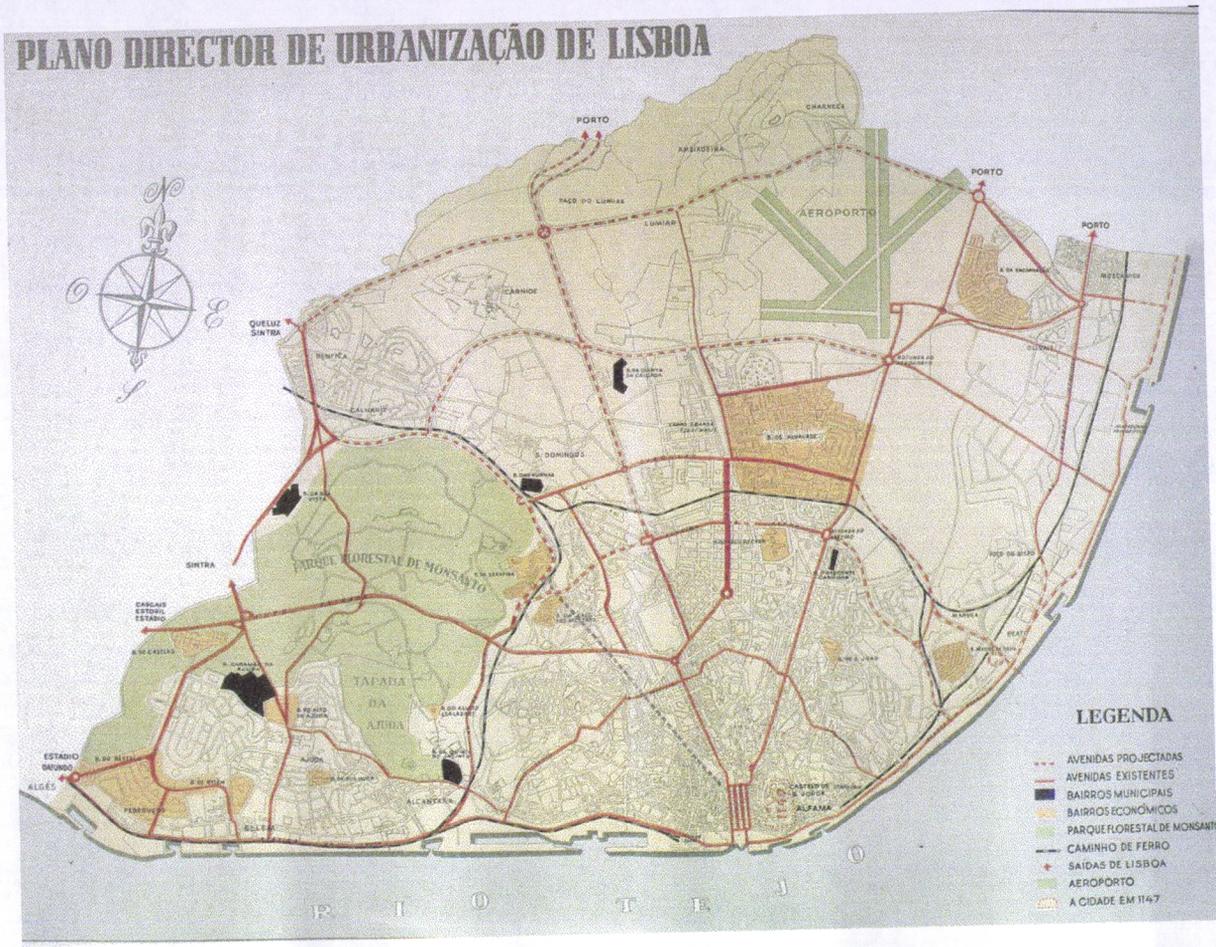


Fig. 31
Planta de ordenamento do Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948, coordenado por E. de Gröer.

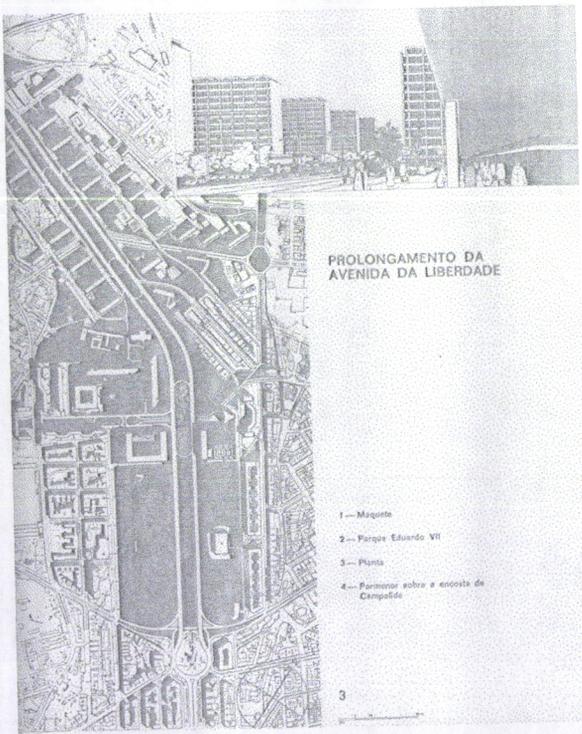


Fig. 32
O prolongamento da Avenida da Liberdade previsto no Plano Geral de Urbanização de 1967: planta e pormenor sobre a Encosta de Campolide.

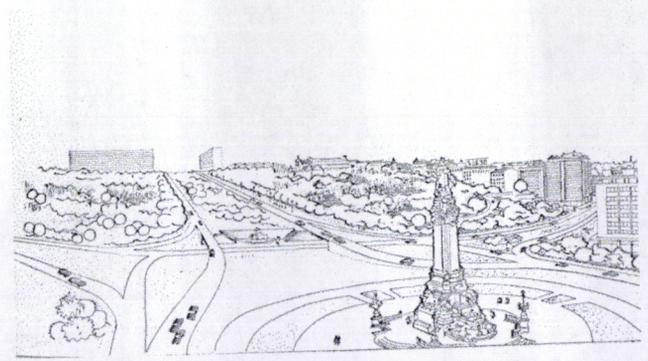
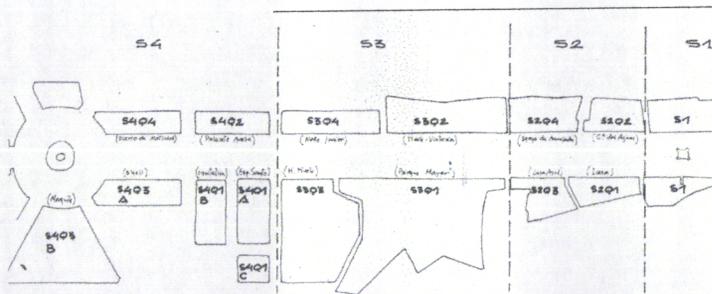


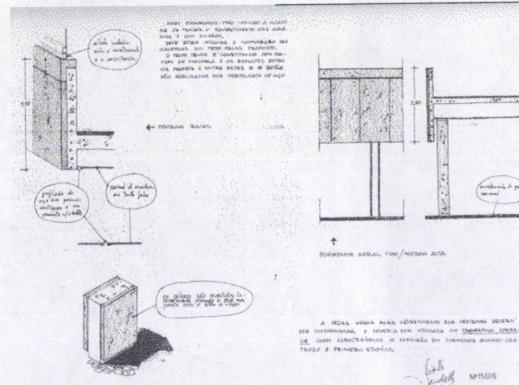
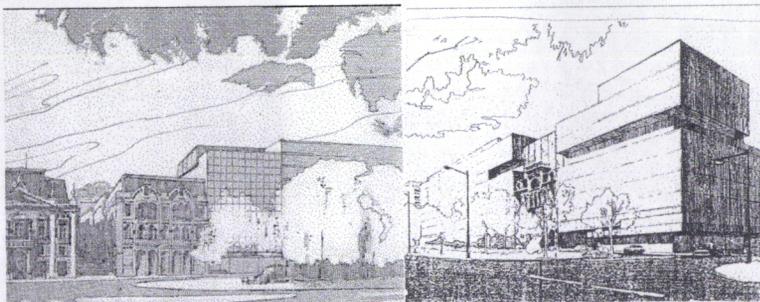
Fig. 33
Perspectiva sobre o Parque Eduardo VII segundo a proposta de prolongamento da Avenida da Liberdade constante no Plano Geral de Urbanização, de 1967.



Fig. 34
Planta do Plano Geral de Urbanização, que alterou e aprovou o seu antecessor, de 1967.



Figs. 35 a 37
Plano Morfológico e Cérceas da Avenida da Liberdade: delimitação dos sectores, perspectivas e pormenores-tipo dos revestimentos das galerias e dos pilares.



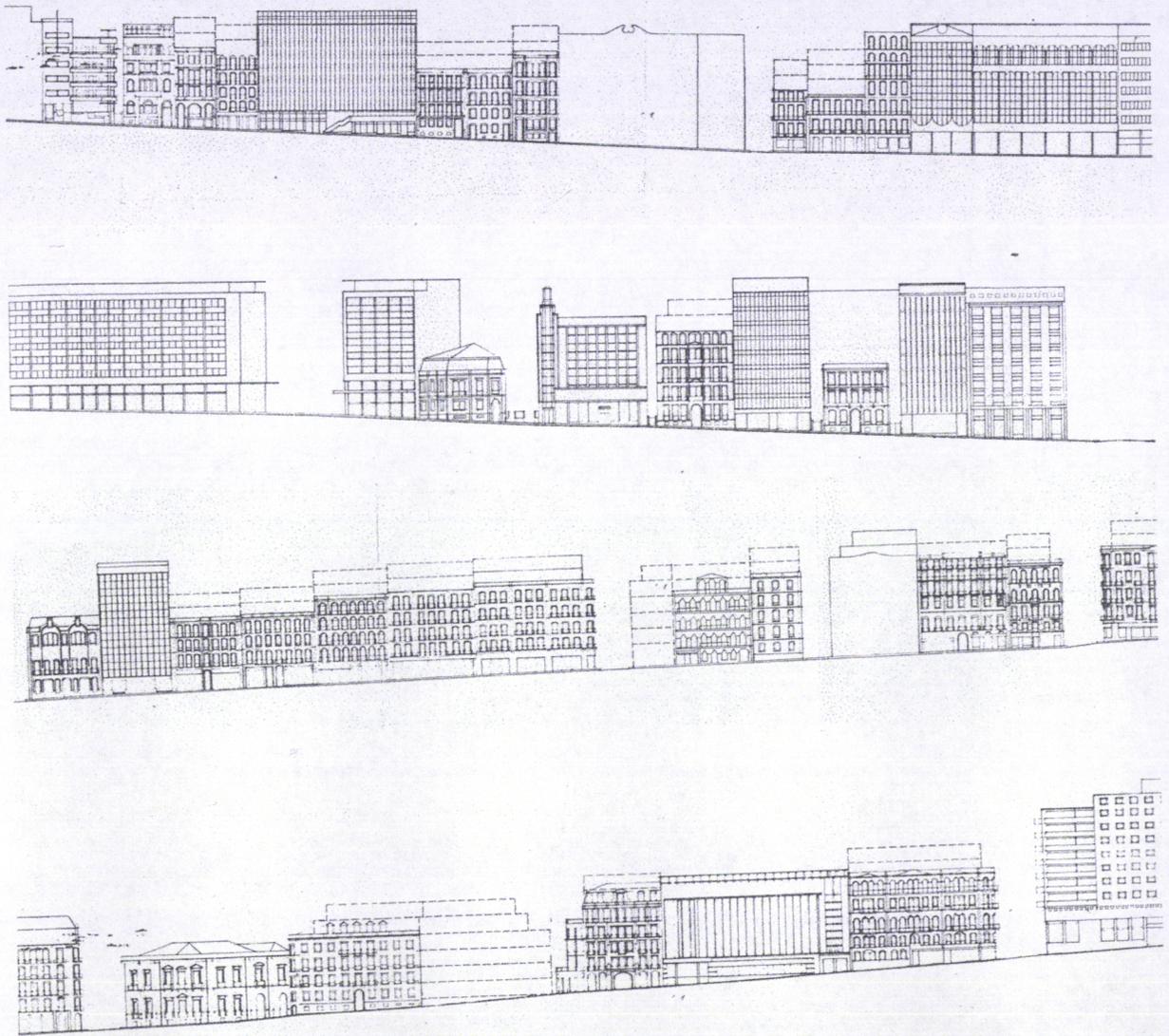


Fig. 38
Alçados da Avenida da Liberdade (parciais) com proposta de alteração de cérceas.

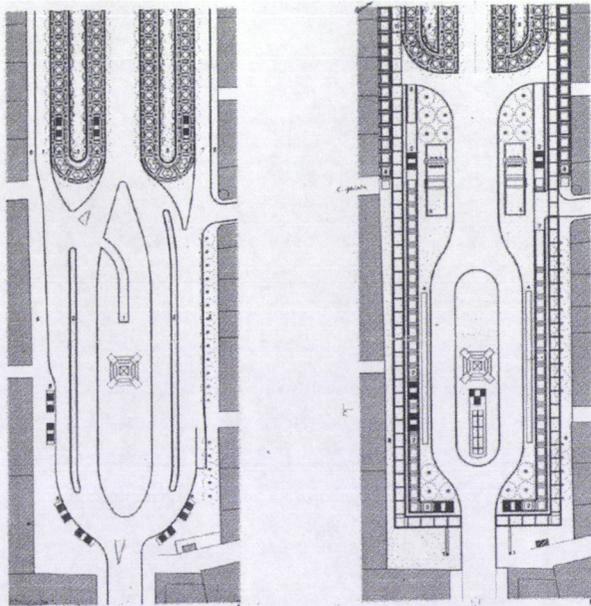


Fig. 39
PUALZE: levantamento da situação (A) e proposta (B) para o arranjo da Praça dos Restauradores.

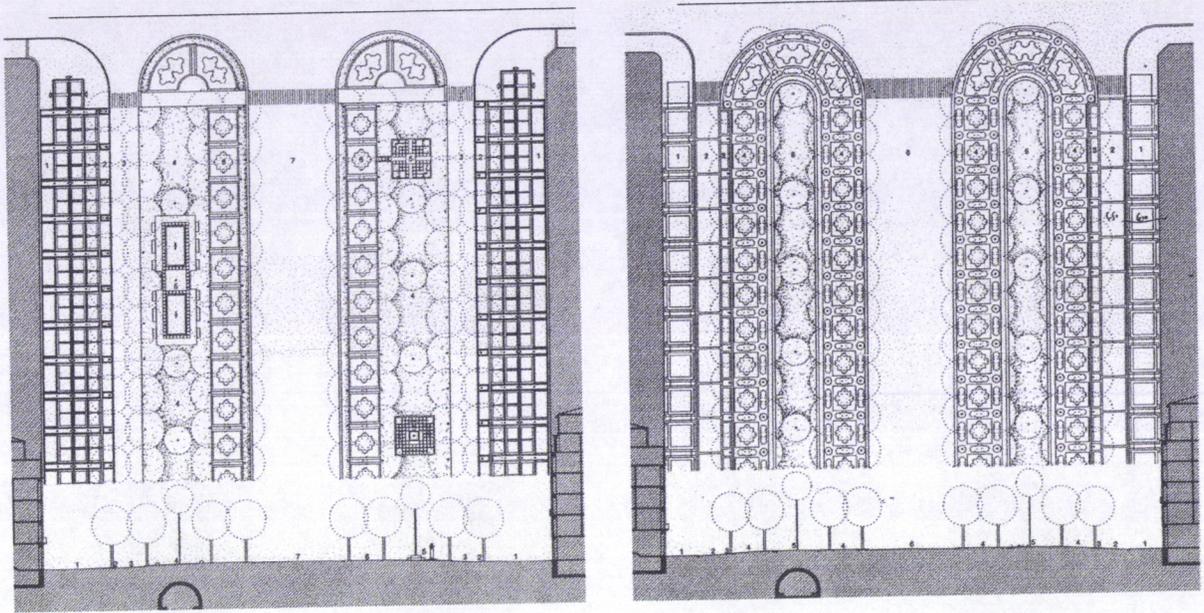


Fig. 40
PUALZE: propostas de intervenção no perfil da Avenida da Liberdade.

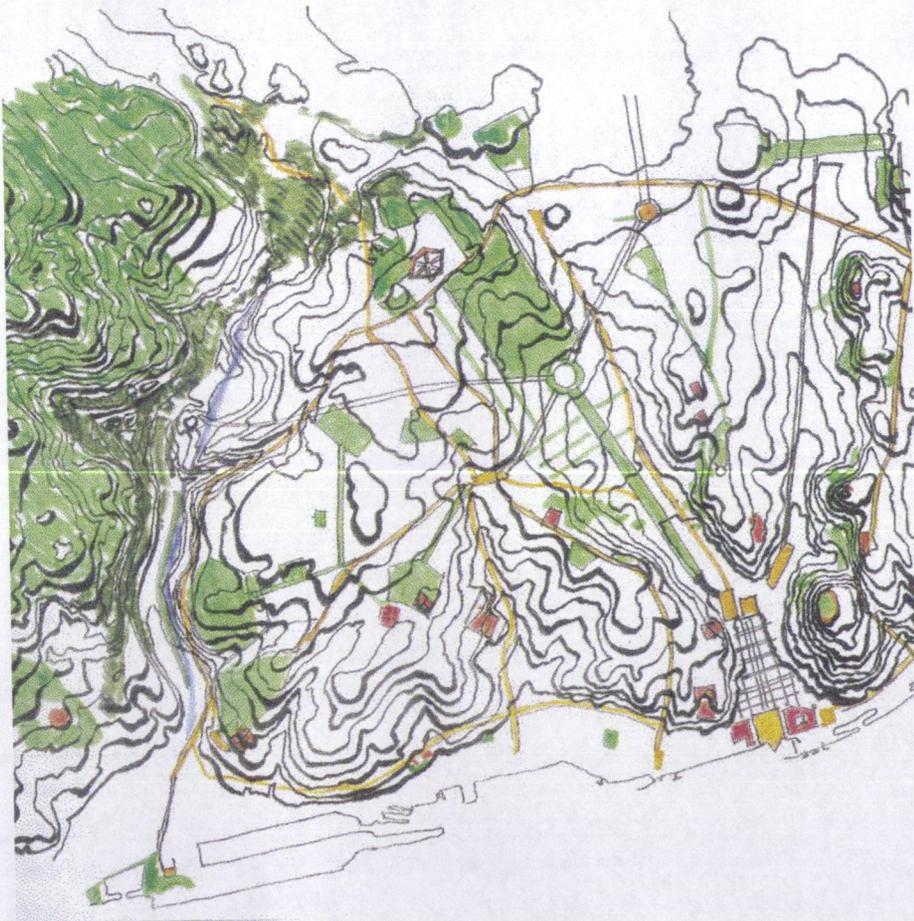


Fig. 41
Plano Verde de Lisboa:
a escala dos sistemas
naturais na paisagem.